

# 4.º SUPLEMENTO

## 第四副刊

### SUMÁRIO

GOVERNO DE MACAU

**Lei n.º 13/95/M:**

Autoriza o Governador a arrecadar, no ano de 1996, as contribuições, impostos e demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas inscritas ou a inscrever no orçamento geral do Território (OGT), respeitante ao mesmo ano. .... 3594

### 目錄

澳門政府

**第13/95/M號法律：**

許可總督在一九九六年徵收本地區之各種稅捐、稅項及其他收益，許可其取得財政管理所必須之其他資源，以及許可其利用有關所得，支付已列入或將列入同年之本地區總預算（OGT）中之公共開支 ..... 3594

**GOVERNO DE MACAU****澳門政府****Lei n.º 13/95/M****法律 第13/95/M號****de 29 de Dezembro****十二月二十九日****AUTORIZAÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS  
PARA 1996****一九九六年收支許可**

Visto o relatório de análise da situação económica e financeira de Macau, relativo a 1995;

在閱覽一九九五年澳門經濟及財政狀況分析報告後；

Tendo em atenção a proposta do Governador do Território e cumpridas as formalidades do artigo 48.º, n.º 2, alínea a), do Estatuto Orgânico de Macau;

鑑於本地區總督建議及經遵守《澳門組織章程》第四十八條第二款 a 項所規定之程序；

A Assembleia Legislativa decreta, nos termos das alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 30.º do mesmo Estatuto, para valer como lei no território de Macau, o seguinte:

立法會根據該章程第三十條第一款 f 及 g 項之規定，命令制定在澳門地區具有法律效力之條文如下：

**Artigo 1.º****第一條****(Cobrança de receitas e pagamento de despesas)****(收入之徵收及開支之支付)**

1. O Governador é autorizado a arrecadar, no ano de 1996, as contribuições, os impostos e os demais rendimentos do Território, a obter os outros recursos indispensáveis à administração financeira, de harmonia com as normas legais aplicáveis, e a utilizar o respectivo produto no pagamento das despesas públicas de funcionamento e investimento, inscritas ou a inscrever no orçamento geral do Território para o ano de 1996 (OGT/96).

一、許可總督於一九九六年內依據適用之法律規定，徵收本地區稅捐、稅項及其他收益，獲得其他對財政管理所不可缺少之資源，以及許可總督使用有關所得，以支付已登錄或將登錄在一九九六年本地區總預算(OGT/96)內經營及投資之公共開支。

2. Só podem ser cobradas as receitas que tiverem sido autorizadas na forma legal e todas elas, qualquer que seja a sua natureza e proveniência, quer tenham ou não aplicação especial, são, salvo disposição legal expressa em contrário, entregues nos cofres do Território nos prazos regulamentares, vindo, no final, descritas nas respectivas contas anuais.

二、依法定方式獲許可之收入，方得徵收，所有該等收入，不論其性質及來源或有否特別用途，除法律另有明文規定外，均在規定之期間內交予本地區庫房，而所有收入在年度終結時載於有關年度之帳目內。

**Artigo 2.º****第二條****(Orçamentos privativos)****(本身預算)**

1. As entidades públicas que se regem por orçamentos não consolidados no OGT/96 são igualmente autorizadas a aplicar as receitas próprias na realização das respectivas despesas, mediante aprovação, por portaria, dos correspondentes orçamentos.

一、受不在一九九六年本地區總預算內之預算所規範之公共實體，其預算經訓令核准後，亦獲許可運用本身收入以繳付有關開支。

2. As entidades referidas no número anterior observam, na administração das suas dotações, os princípios definidos nesta lei, bem como os regimes financeiros que, especificamente, lhes são aplicáveis.

二、上款所指之實體在管理其撥款時，必須遵守本法律所定之原則及專門對其適用之財政制度。

**Artigo 3.º****第三條****(Objectivos principais das linhas de acção governativa)****(施政方針之主要目標)**

As linhas de acção governativa para 1996 têm como objectivos principais:

一九九六年施政方針之主要目標為：

a) O prosseguimento de uma gestão rigorosa das finanças públicas, afectando prioritariamente os recursos disponíveis às funções de interesse social e aos investimentos que assegurem o desenvolvimento e o progresso;

a) 繼續以嚴謹態度管理公共財政，並優先將可動用之資源分配予社會福利性質之項目以及能促進發展及繁榮之投資上；

- b) A promoção do desenvolvimento económico sustentado, com base num sector de serviços dinâmico e num sector industrial sólido, competitivo e diversificado;
- c) O prosseguimento e a conclusão das infra-estruturas ainda em curso, orientadas para a melhoria da qualidade de vida no Território, particularmente no que respeita ao saneamento básico, ao desenvolvimento urbanístico, ao reordenamento e aumento da fluidez da circulação viária, à criação de instalações e zonas de lazer, de carácter cultural, lúdico e desportivo, e à construção de novos equipamentos escolares e de acção social;
- d) O acompanhamento do início da exploração do Aeroporto Internacional de Macau, atendendo à importância de que se reveste esta infra-estrutura para o desenvolvimento estratégico do Território, procurando criar condições para otimizar a sua rentabilização;
- e) A continuidade das acções e medidas que visem a consolidação da autonomia judiciária do Território, através da localização da Lei de Bases da Organização Judiciária e da formação de magistrados locais bilingues;
- f) O prosseguimento do processo de localização legislativa e a aprovação, no domínio dos Grandes Códigos, dos projectos do Código de Processo Penal e do Código das Sociedades Comerciais;
- g) A consolidação das bases de um ordenamento jurídico bilingue, susceptível de perdurar depois de 1999, através do alargamento e intensificação da utilização da língua chinesa nos domínios legislativo e judiciário, e da divulgação, junto das comunidades, do direito vigente em Macau;
- h) A execução dos planos de localização de quadros da Administração Pública e o reforço das acções complementares de formação, visando a melhoria da qualidade dos recursos humanos, especialmente daqueles que dão garantia de continuidade e que estão a ser preparados para o exercício de novas responsabilidades nos serviços públicos;
- i) O alargamento de oportunidades de acesso à educação, nos diversos níveis de escolaridade, a consolidação da reforma educativa em curso e o reforço da capacidade e qualidade do ensino superior, atenta a sua indispensabilidade na formação de quadros qualificados e na valorização cultural da população, preparando-a para os novos desafios;
- j) A valorização social da juventude, através duma acção coordenada entre entidades públicas e privadas, e o seu envolvimento cada vez mais activo, com a participação das suas estruturas associativas, na construção do futuro de Macau;
- l) A melhoria do bem-estar social através do reforço do apoio à família, incrementando as medidas destinadas a proteger a maternidade, a proporcionar o desenvolvimento saudável das crianças e dos jovens, a apoiar o tratamento e a reinserção social dos deficientes, a assegurar a assistência aos idosos, bem como promover o emprego e reforçar a protecção na velhice, na invalidez e no desemprego dos membros activos do agregado familiar;
- m) A garantia de um nível de segurança que propicie melhores condições de vida no Território, por forma a que o desenvolvimento económico alcançado tenha expressão no bem-estar individual e colectivo;
- b) 以一具活力之服務業以及一鞏固、具競爭力及多元化之工業為基礎，促進持續之經濟發展；
- c) 繼續進行及完成正在建造之基礎設施，該等設施旨在改善本地區之生活質素，尤其是在環境衛生、城市發展、交通重整及增加交通流暢程度、建造用於休憩、文娛及體育活動之設施及區域，以及建造新學校及社會等方面之設施；
- d) 基於澳門國際機場這一基礎設施對本地區之發展策略意義重大，將跟進澳門國際機場初步營運，並創造條件，使之能充分發揮作用；
- e) 藉《司法組織綱要法》之本地化及本地雙語司法官之培訓，繼續實行旨在鞏固本地區司法自治之工作及措施；
- f) 繼續推行法律本地化之程序，以及在各大法典方面通過《刑事訴訟法典》及《公司法》之草案；
- g) 藉在立法及司法領域擴大及加強中文使用之範圍，以及向居民宣傳澳門現行法律，以鞏固一能跨越一九九九年之雙語法律體系之基礎；
- h) 執行公共行政當局公務員本地化計劃及加強培訓之補充活動，旨在提高人力資源之質素，尤其是提高能保證將留下來繼續工作及有能力在公共機關內擔負新責任之人之質素；
- i) 擴大就讀不同教育程度之機會，鞏固現正進行之教育改革，以及鑑於高等教育係培訓人材亦係提高居民文化水平，使其有能力面對新挑戰之不可或缺之工具，故加強高等教育培訓人材之能力及質素；
- j) 藉公共與私人實體之配合，以及鼓勵青少年及其社團更積極參與建造澳門之未來，促使青少年在社會上發揮更大作用；
- l) 增進社會福祉，為此，加強對家庭之支持，並制定更多措施，以保護母親、使兒童及青少年能健康成長、對殘疾人士提供治療、使殘疾人士能重返社會、對老年人提供照顧、促進就業機會，以及加強保護老年人與殘疾之人及家團具勞動力而處於失業狀況之人；
- m) 向居民保證一能提供在本地區更佳之生活條件之安全環境，以便所取得之經濟發展體現在個人及群體之幸福上；

n) A afirmação de Macau como destino turístico final alicerçado num conjunto de infra-estruturas de recepção e acolhimento, com especial realce para o Aeroporto Internacional de Macau, na qualidade do serviço pela excelência da formação, na diversificação do produto turístico através de intervenções urbanas, de carácter lúdico-cultural, que propiciem o embelezamento e valorização do Território;

o) A dinamização das diversas formas de comunicação global, vencendo barreiras, num diálogo permanente e interactivo, pelo recurso às modernas tecnologias de informação, entre a Administração de Macau, os seus cidadãos e o mundo em geral;

p) A manutenção e o desenvolvimento da identidade e singularidade próprias de Macau, através da preservação do seu património cultural, humano e arquitectónico, a dinamização da formação e da investigação, e a edificação de estruturas físicas que sejam a garantia da perpetuidade daqueles atributos.

#### Artigo 4.º

##### (Princípios e critérios)

1. O OGT/96 é organizado de harmonia com o disposto na legislação sobre orçamento e contas públicas, com salvaguarda dos aspectos particulares dos regimes financeiros das entidades autónomas e dos municípios.

2. A elaboração e a execução do OGT/96 são orientadas no sentido da prossecução das Linhas de Acção Governativa para 1996 (LAG) e do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1996 (PIDDA), que se publicam em anexo, tendo em conta os seguintes princípios:

a) Crescimento moderado das despesas de funcionamento dos serviços, acompanhando tendência equivalente ao nível das receitas;

b) Ligeira redução do nível do investimento público, todavia garantindo, sem sacrifício das prioridades de natureza sócio-cultural e económica, o lançamento de novos projectos e a conclusão dos que se encontram em execução;

c) Simplificação de um conjunto de procedimentos associados à prática orçamental por forma a acelerar a liquidação e o pagamento de compromissos regulares, bem como os de prazo certo.

#### Artigo 5.º

##### (Providências diversas)

1. O Governador pode adoptar as providências necessárias ao equilíbrio das contas públicas e ao regular provimento da Tesouraria, podendo proceder, para tanto, à adaptação dos recursos às necessidades.

2. Ocorrendo circunstâncias anormais que, fundadamente, ponham em risco o equilíbrio das contas públicas, o Governador pode condicionar, reduzir ou mesmo suspender as despesas não determinadas por força de lei ou contratos preexistentes e, bem assim, os subsídios atribuídos a quaisquer instituições, organismos ou entidades.

n) 確立澳門作為旅遊終點站，此係有賴於一系列之接待及住宿之基礎設施 — 其中最突出者為澳門國際機場，亦係有賴於優良之培訓，以提高服務質素，以及藉在市內實行使本地區美化及更具價值之文娛性質之計劃，使旅遊項目多元化；

o) 利用現代之資訊科技，排除澳門政府、本地居民與世界作長期及相互對話之障礙，促進各種方式之全球性通訊；

p) 藉保存澳門之人文及建築財產，促進培訓與研究，以及建造能恆久體現澳門本身特徵之文物，維持及發展澳門本身之特徵。

#### 第四條

##### (原則及標準)

一、一九九六年本地區總預算係按照有關預算與公共帳目法例之規定而組織，且已保障各自治實體及市政廳財政制度之專有情況。

二、制定及執行一九九六年本地區總預算，係為執行附於本法律公布之一九九六年施政方針及行政當局投資與發展開支計劃，並根據下列原則為之：

a) 在配合收入之溫和增長之趨勢下，各機關運作開支之溫和增長；

b) 公共投資水平之輕微縮減，但在不犧牲社會福利、文化及經濟性質之優先項目下，保證能實行新項目及完成現正施工之項目；

c) 簡化執行預算之一系列程序，以便加快日常及定期承諾之結算及支付。

#### 第五條

##### (各項措施)

一、總督得採取必需措施，以平衡公共帳目及使司庫部獲正常之補充，為此得使資源配合需要。

二、如出現確實使公共帳目陷於不平衡之異常情況，總督對非由先前法律或合同效力所定之開支，及對給予任何機關、組織或實體之津貼，得加以限制、縮減甚至中止。



3. As transferências de verbas correspondentes a receitas que estejam consignadas só são autorizadas na medida das correspondentes cobranças e com observância dos preceitos legais aplicáveis.

4. Tendo em atenção a evolução da cobrança das receitas autorizadas e um aproveitamento otimizado dos recursos financeiros do Território, podem ser acolhidas alterações das dotações orçamentais iniciais, bem como a mobilização de disponibilidades adicionais, necessárias à consecução dos objectivos prioritários e ao desenvolvimento das acções integradas nas linhas de acção governativa.

5. Em apoio da simplificação dos procedimentos administrativos e sem prejuízo do rigoroso controlo da situação de tesouraria e do cumprimento da legislação que regula a aquisição de bens e serviços, podem ser flexibilizados os actuais mecanismos que enquadram a prática duodecimal e de utilização dos fundos permanentes.

#### Artigo 6.º

##### (Licença de circulação)

Os elementos essenciais do regime, bem como a liquidação e a cobrança do imposto designado por licença de circulação, continuam a ser regidos pela legislação em vigor, enquanto não for publicada a lei que aprove o respectivo regulamento.

#### Artigo 7.º

##### (Perdão fiscal)

1. São perdoadas as dívidas de natureza fiscal que, à data de aprovação da presente lei, se encontrem em fase de cobrança coerciva e cujo valor não exceda as 1 000 patacas.

2. São reduzidas em 1 000 patacas as dívidas fiscais que excedam o valor constante do número anterior, desde que voluntariamente pagas no prazo de três meses contados a partir da mesma data.

#### Artigo 8.º

##### (Entrada em vigor)

A presente lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 1996.

Aprovada em 4 de Dezembro de 1995.

A Presidente da Assembleia Legislativa, *Anabela Sales Ritchie*.

Promulgada em 28 de Dezembro de 1995.

Publique-se.

O Governador, *Vasco Rocha Vieira*.

三、相應於指定用途之收入之款項之轉移，僅在進行相應徵收時，且在遵守適用之法律規定下，方獲許可。

四、考慮到已獲許可之收入之徵收進展情況，並考慮到使本地區財政資源獲得最佳之利用，得接受原初預算撥款之修改，以及動用附加之資源，以實現各優先目標及開展施政方針內之工作。

五、為支持行政程序之簡化，且在不妨礙對出納工作之嚴格監督及對規範取得資產勞務之法例之遵守下，得使現行十二分之一之預算機制及常設基金之使用範圍更具彈性。

#### 第六條 (行駛牌照)

未公布通過行駛牌照之規章之法律時，稱為行駛牌照之稅項，其制度要素以及結算及徵收，繼續由現行法例所規範。

#### 第七條 (稅務寬免)

一、寬免繳付於本法律開始生效日處於強制徵收階段且數額不超過澳門幣一千元之稅務性質之債務。

二、如超過上款所指金額之稅務債務，則減收澳門幣一千元，但須自上指日期起三個月內主動繳納。

#### 第八條 (開始生效)

本法律於一九九六年一月一日開始生效。

一九九五年十二月四日通過。

立法會主席  
林綺濤

一九九五年十二月二十八日頒布。

著頒行

總督  
韋奇立

## ANEXO I

## LINHAS DE ACÇÃO GOVERNATIVA PARA 1996

**1. Políticas económica e financeira**

As medidas de política económica e financeira para 1996 assentam em três vectores fundamentais, a saber: o crescimento económico, sustentado por um sector de serviços dinâmico e próspero e por um sector industrial sólido e competitivo; a estabilidade cambial, a par da progressiva internacionalização do sistema financeiro; e a gestão das finanças públicas com rigor mas sem prejuízo das funções de interesse colectivo do Território e dos necessários investimentos que assegurem o desenvolvimento e o progresso.

A economia de Macau registou em 1994 um crescimento real de 4%, o que, comparativamente à média dos três últimos anos, representa alguma desaceleração. Esta tendência era já perceptível em 1993, como consequência de uma retracção do investimento público, decorrente da finalização dos grandes projectos de infra-estruturas, bem como de um crescimento mais moderado do consumo privado.

A procura externa, contudo, denotava uma clara retoma, com reflexos nas exportações de mercadorias, cujo crescimento real, em 1994, foi de 2,7%. O saldo da balança externa foi, porém, menos dinâmico, devido ao elevado nível que as importações atingiram.

Para 1995 prevê-se que o Produto Interno Bruto (PIB) aumente cerca de 4,5%, em termos reais, mais elevado portanto do que no ano transacto, parecendo apontar assim para uma inflexão positiva do ciclo económico.

As tendências de comportamento das principais componentes do PIB, que se anunciavam em 1994, potenciaram-se em 1995, de modo que se assiste a uma inversão de posições dos principais agregados, enquanto suportes do crescimento global.

Com efeito, tudo aponta para que a procura interna, que nos anos anteriores foi a componente dinâmica da economia do Território, dê lugar à procura externa líquida, que se prevê venha a fechar o ano de 1995 com uma taxa de crescimento extraordinariamente elevada, da ordem dos 17% (contra uma média de apenas 2% nos últimos anos).

O Índice de Preços no Consumidor teve um comportamento decrescente em 1994, que se traduziu numa taxa de inflação média de 6,3%, a mais baixa dos últimos anos. Porém, durante o primeiro semestre de 1995 ocorreu uma viragem significativa no andamento deste indicador do custo de vida, o qual viria a situar-se em 7,8% em Junho último.

Por seu turno, a taxa de desemprego, que se mantivera a um nível baixo nos últimos anos, tendo atingido em 1994 a média de 2,5%, registou uma tendência crescente no decurso de 1995, situando-se em 3,3% no 2.º trimestre deste ano, o que conduziu à adopção de medidas de estabilização do mercado de emprego.

Neste domínio, a política de importação de mão-de-obra deverá responder às exigências da dinâmica do crescimento económico e da estabilidade social, salvaguardando os equilíbrios quanto

à satisfação das reais necessidades das empresas e os interesses dos trabalhadores, na dupla vertente da conservação de postos de trabalho e da manutenção ou melhoria progressiva dos rendimentos reais do trabalho.

Na área financeira, a gestão orçamental tem-se pautado pelo princípio do equilíbrio entre receitas e despesas. No entanto, dado o bom desempenho das receitas públicas e o rigor da execução orçamental no capítulo das despesas, tem sido possível fechar os anos económicos com saldos positivos muito significativos. Tal é de molde a que, numa perspectiva de gestão de Tesouraria Pública, se dê início ao estudo do regime jurídico sobre a criação de um sistema de reservas financeiras.

Quanto ao sistema financeiro, encontra-se o mesmo dotado de um enquadramento legal actualizado, ao mesmo tempo que a actividade de supervisão se desenrola em moldes compatíveis com as recomendações internacionais sobre a matéria. O sistema tem correspondido às exigências decorrentes do funcionamento e crescimento da economia local, sendo, porém, desejável a sua maior participação nos mercados internacional e regional.

A seguir são enumeradas as principais linhas orientadoras da actividade governativa nesta área para 1996, bem como as medidas e acções em que assentam.

*1.1. No domínio das actividades económicas*

No âmbito do processo de modernização das actividades económicas do Território será implementado o novo diploma regulador das operações do comércio externo (revisão do Decreto-Lei n.º 50/80/M, de 30 de Dezembro) e respectiva legislação complementar, procedendo-se em paralelo à redução dos emolumentos que recaem sobre a emissão de certificados de origem, o que significa um aumento dos apoios da administração ao sector industrial e espera-se que represente um factor de dinamização da actividade exportadora.

Com o mesmo objectivo, proceder-se-á também à revisão da legislação vigente sobre o registo dos estabelecimentos industriais e respectivas instalações (Decreto-Lei n.º 95/85/M, de 9 de Novembro) e, no quadro da futura legislação sobre saúde pública e defesa do consumidor, prosseguir-se-á na racionalização de medidas que visem disciplinar a actividade dos agentes económicos que exerçam actividades na área do comércio e da distribuição.

No âmbito da legislação sobre a propriedade industrial, proceder-se-á à sua autonomização progressiva, prevendo-se para 1996 a entrada em vigor da legislação localizada sobre marcas. Em consequência, e visando a eficácia da sua aplicação, será realizado um programa adequado de formação técnica e administrativa para os agentes que nela intervenham.

Dando continuidade à política de apoio à modernização do tecido industrial de Macau serão prosseguidas as acções de incentivo à reorganização de empresas dos sectores têxtil e vestuário e continuar-se-ão com os esforços de apoio à promoção do comércio e do investimento no Território.

No que se refere à participação de Macau em organizações internacionais, dar-se-á relevância à concretização e acompanhamento dos compromissos assumidos no âmbito da Organização Mundial de Comércio e resultantes dos acordos multilaterais, designadamente no que se refere à União Europeia e ao ESCAP.

Na vertente do apoio à comunidade empresarial local, realça-se o incentivo à consolidação de «joint-ventures» entre empresas do Território e do exterior que lhes possam proporcionar tecnologia mais evoluída e facilitem o acesso a «nichos de mercado» diferenciados e mais sofisticados.

A participação do Território na criação de uma sociedade de capital de risco, o apoio à instalação e desenvolvimento de um «ninho de empresas» e o patrocínio à organização de uma Feira Internacional em Macau são acções a prosseguir, esperando-se que venham a ser devidamente aproveitadas pelos empresários locais.

No que respeita à captação de investimento, o programa de acções para 1996 pautar-se-á pelo empenho na diversificação do tecido industrial de Macau, visando particularmente a atracção de indústrias não poluentes e de maior valor acrescentado, baseadas em mão-de-obra especializada e de elevado investimento por posto de trabalho.

Com este propósito, encontra-se em avaliação, que será prosseguida em 1996, o sistema de incentivos às actividades económicas em Macau, visando-se, numa segunda fase, o seu aperfeiçoamento com vista a melhorar a atractividade a novos investimentos.

Procurar-se-á ainda consolidar acções efectuadas em 1995 junto dos países mais desenvolvidos da região Ásia-Pacífico que são potenciais investidores em Macau, e haverá lugar a um esforço de promoção, no âmbito da União Europeia, para captação de investimentos que envolvam transferência de tecnologias e de capitais, por parte dos países mais industrializados.

Também as comunidades chinesas no estrangeiro serão alvo de acções de incentivo ao investimento em Macau, procurando-se aproveitar as respectivas redes de influência para mais facilmente atingir outros potenciais investidores nos países em que residem.

Em matéria de promoção de Macau como centro de comércio internacional, as orientações gizadas terão em vista os seguintes objectivos fundamentais: a sustentação da tendência para o crescimento real das exportações; o alargamento da base económica de exportação através da diversificação de produtos, serviços e mercados; e o apoio aos empresários para o desenvolvimento de estratégias comerciais próprias.

Para o efeito, e embora a prioridade seja para os produtos fabricados localmente, as acções a concretizar alargar-se-ão também a produtos de outras origens, desde que comercializados por operadores locais.

No âmbito dos mercados tradicionais, a actuação da política comercial consistirá em manter os canais já estabelecidos nos mercados contingentados e em ensaiar formas de penetração mais agressivas, identificando «nichos diferenciados» dentro dos mercados americano e europeu.

Também acções de promoção no exterior propostas individualmente por empresas locais (participação em feiras, produção de vídeos, catálogos e outro material promocional) serão pontualmente apoiadas.

O objectivo de criação de novos mercados passa pela adopção de medidas distintas, consoante as áreas visadas e, por isso, é im-

prescindível desenvolver esforços promocionais na Austrália e Formosa, mercados que revelam potencial de importação, bem como ajustar a estratégia de promoção às preferências manifestadas por alguns mercados do continente asiático relativamente a produtos com os quais Macau pode competir com vantagem. Já no mercado sul-africano parece recomendável manter os programas anteriormente iniciados.

Como instrumento de promoção, a informação é um dos meios mais eficazes, desde que disponível e actualizada para imediata prestação aos utilizadores externos e locais. Neste sentido, serão mantidas e melhoradas as publicações «Trade Information Newsletter» e «Macau Image», de periodicidade mensal e semestral, respectivamente, prosseguindo-se com a actualização das listas de endereços para alargar a divulgação da informação junto dos principais grupos-alvo.

No plano institucional, proceder-se-á à reestruturação da Direcção dos Serviços de Economia e à integração do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Industrial (CADI) no Centro de Produtividade e Transferência de Tecnologia de Macau (CPTTM).

Serão ainda reforçadas as ligações funcionais entre o Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau (IPIM) com as entidades empresariais de promoção em que o Território participa, como o «World Trade Centre» e a Sociedade do Parque Industrial da Concórdia.

Promover-se-á a emissão de parecer, pelo Conselho Permanente da Concertação Social, sobre a política de importação de mão-de-obra e, finalmente, serão mantidas as medidas de curto prazo de combate ao desemprego.

### *1.2. Nos domínios fiscal, orçamental e patrimonial*

Em 1996 prosseguirá o esforço desenvolvido em anos anteriores com vista à modernização administrativa e regulamentar nas áreas fiscal, orçamental e patrimonial.

Assim, na vertente fiscal, continuará a ser preocupação da Administração o aperfeiçoamento da legislação, sem agravamento da respectiva carga fiscal, bem como a modernização do funcionamento da administração fiscal, com o reforço das garantias dos sujeitos passivos.

Com este objectivo, encontram-se já em fase legislativa os novos Códigos da Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações, cuja aprovação será seguida por um conjunto de acções destinadas ao acompanhamento e esclarecimento dos contribuintes.

Por outro lado, serão oportunamente submetidos a aprovação os novos regimes dos impostos de turismo, sobre veículos motorizados e de circulação, os quais deverão entrar em vigor ainda durante o ano de 1996.

Também neste domínio, proceder-se-á à revisão da Lei do Imposto de Consumo, para melhor a adequar à realidade económica do Território, tendo em atenção os compromissos assumidos por Macau, no âmbito das regras de determinação do valor aduaneiro, em face da aplicação do Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio de 1994.

Entretanto, prosseguirão os estudos quanto a eventuais novas formas de tributação do rendimento, nomeadamente pela adop-

ção de um único imposto que substitua os parcelares actualmente existentes.

Continuarão também os estudos tendentes à revisão do regime do Imposto do Selo e da respectiva tabela, prevendo-se a sua conclusão no decurso de 1996.

Nas mesmas condições encontram-se os trabalhos respeitantes aos Códigos do Processo das Contribuições e Impostos e das Execuções Fiscais.

Prosseguirão as acções de prevenção da fraude e evasão fiscais, agravando-se, sempre que necessário, o respectivo quadro de penalidades.

Na vertente orçamental, far-se-á o acompanhamento da aplicação de novas disposições relativas à constituição e processamento de despesas por conta dos fundos permanentes, finalizando-se o enquadramento próprio da actividade financeira das entidades dotadas de autonomia administrativa.

Também em fase de estudo se encontra, prosseguindo ao longo de 1996, a revisão das classificações orçamentais de receitas e despesas, por força da existência de novas realidades jurídicas e consequentes entradas e saídas de fundos que, por isso, obrigam a um novo enquadramento em termos de Contabilidade Pública.

A necessidade de colmatar esta lacuna legal obrigará, aliás, a um exercício mais vasto que passa pela revisão do regime das Recebedorias, bem como do controlo e contabilização das operações de tesouraria e funcionamento das caixas.

Inserido na política geral de localização de quadros, proceder-se-á à aplicação de um novo regime jurídico de atribuição de alojamento aos trabalhadores dos quadros locais.

Complementarmente, prosseguir-se-á com a organização e actualização sistemática do inventário dos bens duradouros do Território, dando-se início aos trabalhos de redefinição do respectivo regime jurídico, designadamente no que se refere à produção de normas que visem a respectiva aquisição, gestão e alienação.

Relativamente ao parque habitacional do Território, serão adoptadas medidas tendentes a assegurar o efectivo funcionamento da figura «gestão de condomínios», nomeadamente através da revisão do sistema de administração, conservação e limpeza das moradias.

Por fim, atendendo à importância que a função «compras» vem adquirindo no seio das administrações modernas, e tendo em vista a racionalização dos consumos e a necessidade de melhorar a qualidade dos bens e serviços adquiridos pelo Território e de minimizar os custos inerentes ao aprovisionamento público, proceder-se-á à revisão dos diplomas que têm, até à data, enformado tal matéria.

### *1.3. Nos domínios do sistema financeiro e da política monetária e cambial*

Face à tendência da economia mundial no sentido da sua crescente globalização, os sistemas financeiros têm-se orientado para uma maior internacionalização.

Também em Macau este desenvolvimento tem provocado modificações importantes no âmbito da estrutura e das relações ope-

racionais do sistema local, bem como motivado a criação de novos e cada vez mais complexos produtos financeiros. Esta evolução tem evidenciado a efectiva necessidade da constante modernização do seu enquadramento legal e regulamentar e a correspondente adequação da actividade de supervisão.

Perante esta realidade, as intervenções da Administração, tendo em atenção a manutenção das características liberais da economia do Território, têm sido orientadas para a revisão e aplicação de nova legislação, visando não apenas a modernização do enquadramento do sistema, mas também a criação de condições para o estabelecimento de novos operadores e o lançamento de diferentes produtos financeiros.

Esta actividade, que foi intensa sobretudo durante os três últimos anos, manter-se-á durante 1996, e assim, paralelamente à consolidação das acções recentes, proceder-se-á, no âmbito do sector bancário, à conclusão da revisão e à correspondente aplicação da legislação e regulamentação da actividade bancária «off-shore».

Prevê-se também a aprovação de legislação regulamentadora da actividade das sociedades «forex», cujo projecto se encontra concluído.

Em relação ao sector segurador, efectuar-se-á a implementação do novo enquadramento legal e regulamentar da actividade seguradora, bem como se procederá à revisão do contrato de seguro e do regime jurídico dos fundos privados de pensões, iniciando-se ainda um sistema de estatísticas para os seguros obrigatórios.

No tocante à política monetária e cambial, será mantida a estratégia que vem sendo adoptada, consequência da ligação directa da pataca ao dólar de Hong Kong, no sentido de se assegurar a estabilidade cambial da moeda local. Neste domínio, proceder-se-á à revisão da legislação e à modernização do regime cambial.

Por último, será aplicado o estatuto, entretanto revisto, da Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM), por forma a consignar a sua especificidade, enquanto instituto público, inerente à sua função de regulação dos mercados monetário, financeiro, cambial e segurador do Território.

### *1.4. No domínio da produção estatística*

O desenvolvimento económico e social do Território tem determinado a necessidade, cada vez maior, de se disponibilizar informação estatística fidedigna e actualizada.

Esta informação, permitindo um melhor conhecimento das realidades e necessidades do Território, é indispensável para a tomada de decisões quer por parte da Administração quer por parte dos agentes económicos privados e demais utilizadores dos dados disponibilizados.

Neste sentido, em 1996, no âmbito das estatísticas económicas, vai ser melhorada a cobertura estatística dos sectores de actividade ligados ao comércio e aos serviços, designadamente através da preparação de um novo inquérito trimestral ao volume de vendas no comércio por grosso e a retalho e do registo estatístico do movimento de transporte aéreo por inquérito ao sector dos transportes e armazenagem. Ainda, e como resposta às necessidades de informação estatística sobre as áreas com importância crescente na economia do Território, iniciar-se-á o estudo de um índi-

ce de preços turísticos, proceder-se-á à actualização do ano base dos índices de salários na construção e obras públicas e dos índices de preços dos materiais de construção, bem como disponibilizar-se-á uma nova série do índice de preços no consumidor, integrando já as informações relativas às rendas de habitação privada.

Em matéria de estatísticas do comércio externo, realce-se que a entrada em vigor de nova legislação determina a elaboração de novos apuramentos estatísticos e consequente melhoria na qualidade da informação a divulgar. No mesmo sentido, e tendo por base os trabalhos realizados em 1995 conducentes à aprovação da 2.<sup>a</sup> revisão da Nomenclatura para o Comércio Externo de Macau segundo o Sistema Harmonizado (NCEM/SH — Rev. 2), vai ser prestado apoio à correcta utilização desta nomenclatura pelas entidades públicas e privadas.

A realização do «Intercensos/96», tendo por referência os resultados do inquérito piloto já efectuado, constitui uma operação essencial à actualização da base de informação sobre a população residente em Macau, constituída com os «Censos/91» e que, entretanto, conheceu alterações nas suas características.

O reforço do aproveitamento de registos administrativos para a elaboração de indicadores estatísticos, designadamente nas áreas onde têm ocorrido maiores transformações, vai propiciar a disponibilização de informação mais actualizada sobre a educação, saúde, segurança social, ambiente, justiça e criminalidade.

Com o propósito de prosseguir no conhecimento adequado do mercado de emprego, vão ser melhorados os indicadores estatísticos a disponibilizar nesta área, através da introdução de alterações à metodologia dos inquéritos ao emprego, à avaliação das necessidades de mão-de-obra, aos salários e benefícios, bem assim como pela preparação de novas operações estatísticas.

Para uma melhor caracterização da ocupação e qualificação dos recursos humanos do Território vai ser disponibilizada a Classificação das Ocupações Profissionais de Macau (COPM) para ser utilizada por entidades públicas e privadas a partir de Janeiro de 1996.

No âmbito da coordenação e integração estatística e na sequência dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos na área das contas territoriais tendo em vista a adequação destas ao novo sistema de contas das Nações Unidas de 1993, vai ser disponibilizada uma nova série do PIB pela óptica da despesa, revista e consolidada desde 1982 e referenciada a 1989.

Vão ainda prosseguir os estudos e a análise dos resultados das estimativas preliminares do PIB pela óptica da produção e será iniciado o estudo e elaboração das contas de rendimento e despesas por sectores institucionais e quadros de equilíbrio por produtos.

Como acções a prosseguir visando o reforço da integração estatística, proceder-se-á à elaboração do inventário de métodos e fontes estatísticas segundo as características do Sistema de Contas Territoriais de Macau, ao desenvolvimento de um sistema integrado de classificações de natureza económica, incluindo a revisão da Classificação das Actividades de Macau (CAM), a NCEM/SH, as classificações de produtos e as classificações de consumo final de bens e serviços.

A coordenação estatística, base numa necessária articulação entre informadores, produtores e utilizadores da informação estatística, vai ainda ser reforçada através da dinamização da Comissão Consultiva da Estatística (CCE), das subcomissões já criadas e dos grupos de trabalho para estudo de projectos específicos, e ainda pela realização de acções de formação nas áreas da estatística e gestão de informação, destinadas a pessoal da DSEC e de entidades públicas e privadas.

A implementação dum novo quadro legal de regulamentação do Sistema de Informação Estatística de Macau (SIEM), com a prevista aplicação de regulamentos da actividade estatística e a entrada em vigor duma nova lei orgânica para a Direcção dos Serviços de Estatística e Censos (DSEC), vai proporcionar a melhoria das condições técnicas, operacionais e regulamentares da produção e difusão de informação estatística oficial do Território.

Por esta via se prossegue o principal objectivo do SIEM, que é o de assegurar a obtenção da informação estatística necessária ao desenvolvimento económico e social de Macau, disponibilizando os dados estatísticos produzidos de forma oportuna, acessível e com qualidade, recorrendo também a novos suportes de divulgação.

## 2. Políticas de transportes e obras públicas

As Linhas de Acção Governativa para 1996 na área dos Transportes e Obras Públicas consolidam, de uma forma coerente e numa lógica de continuidade, a estratégia de construção e modernização das infra-estruturas do Território definida para a primeira metade desta década, e contemplam um conjunto de programas que se entende necessário realizar até ao fim do período de transição. Entra-se assim num ciclo de acções mais orientadas para os problemas ambientais e de maior incidência urbana, o que proporcionará novos índices de desenvolvimento e melhores condições de habitabilidade e circulação aos residentes e visitantes do Território.

De facto, com a entrada em exploração do Aeroporto Internacional de Macau (AIM) e a conclusão de alguns projectos ainda em curso, o Território fica organizado em termos de infra-estruturas básicas, impondo-se agora o desenvolvimento de programas orientados para o aproveitamento das sinergias geradas pelo seu funcionamento. Efectivamente, e apenas como registo e enquadramento das acções a desenvolver em 1996, tem-se um Aeroporto Internacional em funcionamento que quebrou definitivamente o isolamento do Território, a cidade está qualitativamente diferente em termos de aspecto geral e de limpeza através de um novo conceito da recolha e eliminação dos resíduos urbanos, dispõe-se de mais e melhores vias de comunicação rodoviária, nomeadamente entre a península e as ilhas, tem-se um terminal marítimo de passageiros moderno e funcional e, a curto prazo, ter-se-á um conjunto de instalações e redes de drenagem que permitirão assegurar o saneamento básico do Território, através do tratamento integral das águas residuais. Ainda, e como contributo para elevar a qualidade de vida no Território, está em curso de execução um plano de reformulação da circulação viária que, beneficiando de equipamento automatizado de controlo e regulação do tráfego e da construção de mais parques de estacionamento público, melhorará a fluidez do trânsito na cidade.

Como objectivo sempre presente prosseguir-se-á com a localização dos quadros, o que é facilitado pelo conhecimento, agora

existente, das opções dos trabalhadores relativamente ao processo de integração. É nesta perspectiva que se vão desenvolver as múltiplas acções que têm vindo a ser programadas em matéria de reestruturação dos serviços, da formação dos trabalhadores e da generalização do bilinguismo.

Igual relevo será concedido à fiscalização rigorosa do cumprimento das cláusulas contratuais das empreitadas de obras públicas.

No âmbito do reforço das garantias de segurança da população, serão criados mecanismos de registo, fiscalização e recuperação de edifícios e encostas que revistam perigosidade, bem como de erradicação de construções clandestinas em idêntica situação.

Os objectivos acima enunciados ou subjacentes às orientações definidas assentam em programas que têm vindo a ser desenvolvidos, e que nos domínios identificados e através das medidas e acções referidas terão continuidade em 1996. Assim:

## *2.1. No domínio dos grandes projectos de infra-estruturas*

### *2.1.1. Aeroporto Internacional de Macau*

Com o início da exploração comercial e a inauguração oficial em Novembro e Dezembro de 1995, respectivamente, cumpriu-se o calendário previsto nas Linhas de Acção Governativa para 1992, quando ali se previa a inauguração desta infra-estrutura no segundo semestre de 1995.

As acções agora a desenvolver têm em vista a optimização de todas as funções que lhe estão associadas e a rentabilização da sua exploração, mas é inegável que o Território solucionou um dos seus maiores obstáculos ao crescimento económico e ao desenvolvimento social, resultante da falta de ligações rápidas aos grandes centros internacionais.

À CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, S.A.R.L. —, enquanto concessionária, competirá a responsabilidade de assegurar o funcionamento e exploração do aeroporto através, nomeadamente, da fiscalização e acompanhamento das subconcessões que foram feitas para as diversas actividades principais, acessórias e complementares, relevando-se a gestão global do aeroporto, atribuída, através de um contrato de prestação de serviços, à ADA — Administração de Aeroportos, Lda.

À AACM — Autoridade de Aviação Civil de Macau, a entidade do Governo responsável pela actividade de aviação civil em Macau, competirá fundamentalmente a negociação de Acordos de Transporte Aéreo com países interessados em utilizar o aeroporto, a preparação da certificação das infra-estruturas aeronáuticas e a verificação da sua manutenção em conformidade com as condições de certificação, a fiscalização das regras, procedimentos e normas de segurança e de navegação internacionais, o acompanhamento das actividades de licenciamento e operações de voo e a preparação da legislação da aviação civil que é indispensável à operação de um aeroporto internacional.

Finalmente, à Companhia de Transportes Aéreos Air Macau, S.A.R.L., como concessionária do serviço público de transporte aéreo de passageiros, bagagem, carga, correio e encomendas postais de e para Macau, compete a responsabilidade de assegurar as ligações aéreas de Macau com o exterior, contribuindo assim, de forma significativa, para a rentabilização do Aeroporto.

### *2.1.2. Porto de Ká-Hó*

A forma como evoluiu a exploração do Terminal de Contentores do Porto de Ká-Hó durante o ano de 1995, através da respectiva concessionária, a Macauport — Sociedade de Administração de Portos, S.A.R.L., apesar de se traduzir pelo aumento de aproximadamente 35% nas quantidades de mercadorias contentorizadas movimentadas, estas correspondem à utilização de apenas 75% da capacidade máxima do Terminal com o equipamento actualmente existente.

Este movimento foi obtido pela operação regular no Terminal das duas companhias de navegação que efectuem o transporte de contentores entre Macau e Hong Kong e pela ligação Macau/Taiwan, servindo assim as necessidades do Território e regionalizando o transporte de mercadorias para as zonas da República Popular da China (RPC) limítrofes a Macau. Pelo facto de não se ter ainda esgotado a capacidade do Terminal não teve início a construção da 2.ª fase, decorrendo a apreciação do estudo prévio sobre o respectivo Plano Director.

Para 1996, e independentemente da decisão do início da 2.ª fase, está programada a aquisição de mais equipamento, bem como o estudo da possibilidade de aumentar o cais de acostagem, optimizando as excelentes condições de abrigo proporcionadas pela ilha artificial do aeroporto. Estas medidas favorecerão não só os actuais utilizadores como outras companhias interessadas em utilizar o Porto de Ká-Hó.

### *2.1.3. Estações de tratamento de águas residuais*

Conforme previsto, a Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) de Macau, ficou concluída em Agosto último, desenvolvendo-se actualmente os testes dos equipamentos, através do seu funcionamento em regime experimental, tendo em vista iniciar o funcionamento em regime de exploração normal logo que estabelecida a ligação à ETAR de uma parte significativa da rede de águas residuais que permita assegurar o seu funcionamento contínuo. Neste momento, está em fase avançada de execução a rede desde a Avenida Doutor Mário Soares até à ETAR, ficando a execução da parte final dependente dos trabalhos da Zona E do fecho da Baía da Praia Grande.

Entretanto, e como programado, prosseguem normalmente os trabalhos de construção da ETAR da Taipa e está em fase de elaboração o projecto da ETAR de Coloane, cujo início de construção está previsto para 1996.

### *2.1.4. Zona de aterros entre as ilhas da Taipa e Coloane*

Este empreendimento não teve, durante o ano de 1995, qualquer evolução significativa, devido a não se ter chegado ainda a um acordo final no âmbito do Grupo de Terras. Assim, e embora a justificação e racionalidade do projecto mantenha toda a sua validade como vector de expansão e desenvolvimento urbanístico, económico e da rede rodoviária e ferroviária de ligação à RPC, o início da sua concretização a curto prazo exigirá uma grande ponderação.

Parcialmente, está em fase de projecto o alargamento do istmo Taipa-Coloane, o qual se integrará no Plano Director previsto para esta zona.

## 2.2. Outras obras públicas

Resolvidas as dificuldades iniciais, estão agora a prosseguir, com toda a normalidade, as obras do Complexo Desportivo da Taipa e do Posto Operacional dos Bombeiros da Areia Preta, prosseguindo, igualmente em 1996, os trabalhos referentes a outros projectos cuja concepção ou execução se iniciou em 1995, e de que merecem destaque:

- O Centro Cultural de Macau;
- O Parque Temático a construir na área a aterrar em frente ao Hotel Hyatt;
- O parque urbano de Seac Pai Van, a construir no antigo aterro sanitário junto ao istmo Taipa-Coloane, e no qual se espera venha a ficar utilizável, ainda em 1996, a pista de «karting»;
- As novas instalações dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos;
- O novo aquartelamento para a Unidade Tática de Intervenção da Polícia (UTIP);
- O edifício para ampliação das instalações da Divisão Mar da PMF;
- As novas instalações do Comando da PMF;
- O Posto Operacional de Bombeiros da Taipa;
- As novas instalações dos Serviços de Migração;
- A remodelação e ampliação da Escola D. José da Costa Nunes;
- A escola primária e pré-primária para 1 000 alunos no Bairro Tamagnini Barbosa;
- A escola técnico-profissional no Bairro Tamagnini Barbosa;
- A remodelação do edifício dos Tribunais;
- As novas instalações do Tribunal Superior de Justiça;
- A remodelação do Parque Urbano de Ieoc Long na Taipa (antiga Fábrica de Panchões);
- A reconversão da Fortaleza do Monte para a construção do Museu de Macau.

Ainda, e com o objectivo de criar condições para atrair novos mercados turísticos, prevê-se o lançamento de um concurso público para a construção de uma marina junto ao dique oeste do aterro entre a Taipa e Coloane.

## 2.3. No domínio do ordenamento do Território

A melhoria da qualidade de vida no Território exige uma constante intervenção da Administração na definição e execução de planos urbanísticos que permitam manter o equilíbrio entre as condições ambientais e a modernização. Assim, e através de medidas e acções desenvolvidas anteriormente, estão concluídos, aprovados e em início de execução os seguintes planos urbanísticos:

- Plano de intervenção urbana da Taipa Norte;

- Plano de intervenção urbana do fecho da Baía de N. Senhora da Esperança;
- Plano de reordenamento urbano e viário da Zona do Lamau e do Patane Sul;
- Estudo de ordenamento urbano e viário da península do Fai Chi Kei.

Em 1996 prosseguirão estudos urbanísticos de expansão, renovação e reabilitação de outras áreas urbanas do Território, de que merecem referência os seguintes:

- Plano de urbanização da ilha de Coloane;
- Plano de pormenor para a zona de comércio e serviços do Porto Interior, já em fase de concurso público;
- Estudo do reordenamento urbano e viário da zona noroeste de Macau;
- Revisão do reordenamento urbano e viário da zona central de Macau;
- Escolha de local nas ilhas destinado à construção de uma unidade hospitalar e de um crematório.

## 2.4. No domínio do saneamento básico e respectivas infra-estruturas

Muitos dos programas lançados em anos anteriores têm um carácter plurianual, pelo que a sua execução prosseguirá em 1996 em simultaneidade com outros a iniciar. Assim, serão desenvolvidas as acções necessárias à execução, entre outros, dos seguintes projectos:

- Reforço da drenagem pluvial e residual da Avenida de Horta e Costa;
- Remodelação da rede de drenagem do Bairro Iao Hon;
- Rede de drenagem dos arruamentos do Hipódromo (2.ª fase);
- Ampliação da rede de drenagem de Coloane;
- Reforço do emissário e estação elevatória da vila da Taipa;
- Execução do dique de retenção e aterro para regularização da península do Fai Chi Kei;
- Reordenamento da Baía da Praia Grande, incluindo as obras de drenagem relativas ao troço do emissário residual entre a Meia-Laranja e a ETAR de Macau;
- Rede de drenagem e arruamentos do Parque da Concórdia;
- Conclusão do aterro e infra-estruturas do Patane Sul;
- Infra-estruturas da 3.ª fase da ZAPE, compreendendo a área entre a Avenida do Dr. Rodrigo Rodrigues e a colina da Guia;
- Execução das infra-estruturas na zona norte-noroeste, da península de Macau.

## 2.5. No domínio da concessão de terras

Mantendo-se ainda reduzida a procura no mercado imobiliário, a concessão de terrenos, por arrendamento, tem sido limita-

da, havendo assim ainda por conceder terrenos constantes de planos de concessão aprovados para anos anteriores.

Como consequência, as receitas de rendimentos de propriedade relativas ao ano em curso, apesar de ter sido autorizado um número significativo de reaproveitamentos com demolição de construções antigas, têm vindo a ser sensivelmente inferiores às previstas.

Dar-se-á especial atenção à concessão de terrenos destinados à construção de escolas, habitação económica e social, assim como à instalação de equipamentos sociais e desportivos.

#### 2.6. *No domínio do ordenamento viário e dos transportes públicos*

A gestão do tráfego, através de semáforos coordenados por um sistema centralizado de controlo, com início de funcionamento previsto para 1996, é uma medida importante, de que se espera que contribua para uma maior fluidez do trânsito na cidade e uma maior segurança rodoviária da população de Macau.

Como parte deste sistema, está em estudo a integração dos meios adequados para o estabelecimento de percursos de emergência previamente definidos, tendo em vista diminuir o tempo de intervenção do Corpo de Bombeiros em caso de sinistro. A instalação da 1.ª fase do sistema abrange a Avenida da Praia Grande, a Rua do Campo, a Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida, a Avenida do Coronel Mesquita e a Avenida de Sidónio Pais, estando a 2.ª fase programada para a zona da Areia Preta. De acordo com a programação estabelecida, espera-se estendê-lo a toda a cidade até 1999.

Ainda, e com o mesmo objectivo de melhorar o trânsito na cidade e reforçar as condições de segurança na circulação de pessoas e bens, serão, em 1996, continuados ou iniciados os seguintes projectos:

##### 2.6.1. *No âmbito das infra-estruturas viárias*

- O viaduto de ligação do acesso norte do túnel da Guia à Avenida de Horta e Costa;
- Os viadutos de ligação NAPE/ZAPE;
- O viaduto do Largo Ouvidor Arriaga, na Taipa;
- O viaduto da Taipa Norte, no cruzamento da Estrada Magalhães Correia com ligação à Estrada Almirante Marques Esparteiro;
- O viaduto a leste do NAPE, junto ao Terminal do Porto Exterior, com ligação ZAPE/NAPE e permitindo o acesso à zona norte pela Avenida da Amizade;
- O viaduto da Estrada Noroeste, com passagem sobre a Avenida do Conselheiro Borja e ligação à Rua Nova do Patane;
- O viaduto da Avenida de Horta e Costa (noroeste) no entroncamento com a Avenida do Almirante Lacerda, junto ao Mercado Vermelho;
- A passagem superior para peões na Avenida da Praia Grande;
- A passagem superior para peões na Avenida do Comendador Ho Yin;

- A passagem subterrânea para peões na Avenida da Amizade, ligando a ZAPE ao NAPE;
- Os arruamentos de ligação ao Aeroporto;
- A estrada variante de Coloane;
- O alargamento da Estrada do Coronel Mesquita/Estrada do Governador Nobre de Carvalho;
- A ligação da via circular exterior ao Porto Interior;
- O reordenamento físico da Rua de Francisco Xavier Pereira e da Avenida do Ouvidor Arriaga.

##### 2.6.2. *No âmbito dos parques de estacionamento público*

A fim de diminuir as dificuldades de circulação e estacionamento no Território e para além das medidas atrás enunciadas, está programado o lançamento dos novos parques de estacionamento público no Porto Interior, na Doca do Lamau e na Rua de Francisco Xavier Pereira, a cargo da concessionária deste serviço público.

Da responsabilidade da Administração serão construídos: um parque em cave e com capacidade para 730 lugares de estacionamento no futuro jardim do NAPE, e outro junto à ETAR de Macau destinado a veículos pesados e ligeiros com capacidade para 760 lugares.

##### 2.6.3. *No âmbito dos transportes públicos por autocarro*

Está em estudo a reestruturação das carreiras das duas concessionárias deste serviço público, de modo a corresponderem às exigências decorrentes da entrada em operação do aeroporto e ao desenvolvimento do Território. Se necessário, serão definidos novos percursos e reformulados os horários de outros já existentes, procurando-se assim corresponder ao previsível aumento da procura deste meio de transporte e mesmo incentivar a sua utilização.

Em termos mais gerais prossegue o estudo, encomendado a uma entidade especializada, com vista à definição das opções selectivas para o sistema de transportes públicos em correlação com o desenvolvimento do Território.

#### 2.7. *No domínio da legislação e regulamentação*

Tendo como objectivo elevar a qualidade das obras de construção civil efectuadas no Território e assim proteger os interesses da população, continuar-se-á em 1996 com as acções necessárias à actualização, reformulação e criação de novos normativos a observar nos trabalhos de construção civil, de que destacamos:

- A actualização e revisão do Regulamento Geral da Construção Urbana — RGCU;
- A aplicação do Regulamento de Águas e Drenagem de Águas Residuais de Macau — RADARM;
- A revisão do regime geral das empreitadas e fornecimentos de obras públicas;
- O regulamento de betões e ligantes hidráulicos;



- O regulamento de segurança e acções em estruturas de edifícios;
- O regulamento de fundações;
- O regulamento de estruturas de betão armado e pré-esforçado;
- As normas de cimentos;
- As normas de aços para edifícios.

Ainda em 1996, proceder-se-á ao estudo e elaboração de novos dispositivos normativos, tais como:

- Normas para saneamento básico;
- Manual de betão armado;
- Guia de dimensionamento de fundações;
- Regulamento de estruturas de suporte de terras.

#### 2.8. *No domínio da cartografia e cadastro*

No âmbito das competências e atribuições dos Serviços de Cartografia e Cadastro, e para além do apoio a entidades públicas e privadas em tudo o que respeita à representação cartográfica do Território, continuar-se-á, em 1996, com as acções referentes aos seguintes projectos:

- Cartografia de base e cartografia temática do Território;
- Cadastro sistemático dos terrenos do Território;
- Publicitação do cadastro, devendo concluir-se as freguesias de Santo António e da Sé;
- Desenvolvimento do Sistema Geográfico de Macau (SIGM).

#### 2.9. *No domínio da meteorologia e geofísica*

Nesta área, a cargo dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos, mantêm-se, em termos genéricos, as Linhas de Acção Governativa do ano anterior, assinalando-se, contudo, o desenvolvimento de acções novas relacionadas com a entrada em funcionamento do aeroporto, de que se destacam:

- A preparação da operação do Centro Meteorológico do Aeroporto;
- A instalação e operação do Radar Meteorológico;
- A instalação e operação da nova Estação de Recepção de Satélites Meteorológicos.

#### 2.10. *No domínio do fornecimento de serviços públicos de electricidade, água e telecomunicações*

Embora neste domínio a intervenção da Administração seja essencialmente exercida na fiscalização e acompanhamento da actividade das concessionárias, harmonizando o cumprimento dos respectivos contratos de concessão com a natureza do serviço público que prestam à comunidade, são de referir as acções principais previstas nos respectivos planos de actividades, tendo em conta a importância dessas empresas no desenvolvimento do Território e a sua influência na vida da comunidade.

Assim, merecem destaque:

#### *No domínio da produção e distribuição de energia eléctrica*

Conforme previsto, entrou em funcionamento na central de produção eléctrica de Coloane o 7.º Grupo Diesel com a capacidade de 53 MW, a que se seguirá o 8.º e último na primeira metade de 1996, pelo que esta central está preparada para corresponder às necessidades de energia eléctrica do Território até 1999.

Está já em estudo pela concessionária a expansão da capacidade de produção, a realizar provavelmente com grupos geradores de outra tecnologia, tendo, para o efeito, sido disponibilizada pela Administração uma área a aterrar de 11,5 hectares contígua à central actual. Na escolha do local, teve-se em consideração o impacto ambiental, a boa acessibilidade marítima para recepção de combustíveis e as condições operacionais da nova central. Prevê-se que os trabalhos de preparação do aterro (aterro e infra-estruturas) se iniciem ainda em 1996. Como acções em curso, refira-se que estão em construção três novas subestações de 66/11 Kvolts, localizadas na Nova Taipa, na Areia Preta e na Colina da Pênia, prevendo-se a sua conclusão em 1997.

#### *No domínio do tratamento e abastecimento de água*

Cumpriram-se em 1995 os programas que foram oportunamente anunciados, com excepção da nova estação de tratamento de águas da Rua dos Pescadores (1.ª fase), cuja conclusão está prevista para 1997, devido à conveniência de se articular a realização de investimentos com as necessidades reais de abastecimento do Território.

Para além deste projecto a concessionária tem orçamentados para 1996 investimentos da ordem dos 50 milhões de patacas, destinados a trabalhos na referida estação de tratamento, no novo reservatório da ilha da Taipa, com capacidade para 15 000 m<sup>3</sup>, na expansão e beneficiação da rede de distribuição e em equipamento de actualização da informatização e automatização dos sistemas de controlo de gestão.

#### *No domínio das telecomunicações*

No que se refere à concessionária do serviço público de telecomunicações, destacam-se como principais acções:

- A optimização das redes existentes, reconfiguração, ampliação e modernização das locais e internacionais;
- A instalação da central digital n.º 6 na zona do NAPE;
- A expansão das redes fixas do serviço telefónico local, internacional, telemáticas e distribuição de imagens;
- O desenvolvimento da rede telefónica móvel digital (GSM) com melhoria substancial da sua qualidade técnica;
- O desenvolvimento da rede Internet e respectivas ligações internacionais;
- O lançamento de um cabo submarino entre Macau e Hong Kong.

#### 2.11. *No domínio dos correios e telecomunicações*

No que respeita à prestação do serviço público de correios e ao exercício das funções de autoridade de telecomunicações, a cargo dos Serviços de Correios e Telecomunicações, prosseguem as linhas de orientação anteriormente estabelecidas, destacando-se como acções principais, a prosseguir em 1996, as seguintes:

### *No âmbito do serviço de correios*

- O alargamento da rede de vendas, acompanhando o crescimento urbano e demográfico do Território, quer abrindo novas estações, quer aumentando o número de quiosques e máquinas postais disponíveis para uso público;
- A reformulação da legislação postal, actualizando-a e adaptando-a às novas necessidades do Território e eventualmente à liberalização de certos serviços;
- O prosseguimento da política filatélica baseada na divulgação da imagem de Macau, qualidade das emissões e alargamento da rede de agentes.

### *No âmbito das funções de autoridade de telecomunicações*

- Desenvolvimento e implementação do enquadramento jurídico do sector, tomando em linha de conta a liberalização de alguns serviços;
- Estabelecimento de uma política de concessão e de licenciamento de serviços públicos não prestados em regime de exclusivo e abertos à concorrência;
- Gestão do espectro radioeléctrico e apetrechamento com novos equipamentos da Estação de Fiscalização e sua descentralização;
- Preparação, para publicação, de legislação reguladora para o sector.

### *2.12. No domínio das actividades marítimas*

Em continuidade com as linhas de acção que vêm sendo desenvolvidas nos anos anteriores, as orientações gerais das actividades marítimas a serem executadas pelos Serviços de Marinha traduzem-se:

- Na garantia da segurança marítima no que respeita ao tráfego de navios e embarcações e à salvaguarda da vida humana no mar;
- No estabelecimento de acções de busca e salvamento, em especial as relativas a acidentes com aeronaves na água na área de responsabilidade do Aeroporto Internacional de Macau;
- No controlo dos trabalhos hidrográficos para manter em boas condições de funcionamento os canais de navegação e as bacias de manobra;
- No desenvolvimento de acções que permitam a extensão a Macau de convenções marítimas internacionais;
- Na melhoria das condições de abrigo de tufão no Território, ampliando o cais acostável da doca de abrigo do Patane;
- Na promoção da formação do pessoal e o treino marítimo através da Escola de Pilotagem de Macau;
- No apoio ao desenvolvimento e actualização das actividades do Museu Marítimo de Macau, através de acções de investigação, preservação, exposição e divulgação do património marítimo relacionado com Macau.

No âmbito das actividades a desenvolver pelas Oficinas Navais, as acções mais relevantes para 1996 são:

- No sector da construção naval, a possibilidade de construção de um rebocador para a Sociedade de Turismo e Diversões de Macau (STDM), um navio de busca e salvamento para o Aeroporto Internacional de Macau e a última lanca da classe «Macau» para a Polícia Marítima e Fiscal (PMF);
- No sector da reparação naval, a realização de diversos trabalhos no trem naval da Capitania dos Portos e da PMF.

### *2.13. No domínio da habitação social e económica*

Relativamente à política de habitação social, a desenvolver através do Instituto de Habitação de Macau (IHM), prosseguirão os programas conducentes à constante melhoria das condições de alojamento das famílias de mais baixos recursos e procurar-se-á cumprir os objectivos de erradicação das habitações informais até ao final da década.

Assim, em 1996, serão desenvolvidas as seguintes medidas e acções:

- Inventariação das necessidades resultantes da erradicação das barracas, das correcções a fazer na sobreocupação do parque convencional, na recuperação do parque degradado e no aumento da procura por força do crescimento normal da população;
- Estudo de novas alternativas de promoção de habitação e de formas de financiamento, visando a resolução dos problemas das famílias de médio rendimento;
- Conclusão da revisão da legislação que regulamenta a promoção de habitação no regime de Contratos de Desenvolvimento para Habitação (CDH);
- Actualização e reformulação da legislação que regulamenta o arrendamento de habitações sociais;
- Estudo e publicação de um diploma que permita a compra, pelos arrendatários, de habitações sociais existentes em edifícios construídos ao abrigo do regime dos CDH;
- Conclusão da revisão do Decreto-Lei n.º 13/93/M, de 12 de Abril, que regulamenta a concessão de terrenos para aproveitamento ao abrigo do regime dos CDH;
- Revisão do Decreto-Lei n.º 3/86/M, de 4 de Janeiro, reformulando o processo de concessão de subsídios aos adquirentes de habitações económicas e actualizando as tabelas de rendimento máximo de acesso ao subsídio, tendo em conta a evolução da inflação;
- Continuação das diligências para o lançamento da construção do bairro social do Fai Chi Kei, que envolve a construção de cerca de 740 fogos, bem como do empreendimento destinado a 880 habitações sociais e áreas de equipamento escolar nos lotes HR/HS do Bairro do Hipódromo, e ainda do bairro social da Ilha Verde;
- Prosseguimento das acções relativas à desocupação de terrenos destinados à construção de infra-estruturas urbanas e ao realojamento das famílias ocupantes;
- Conclusão do processo de concurso de selecção e ordenação das famílias candidatas à atribuição de habitação económica;

- Lançamento do concurso para selecção e ordenação das famílias candidatas ao arrendamento de habitações sociais;
- Dinamização das acções de recuperação, conservação e beneficiação do parque imobiliário do IHM;
- Divulgação do regime de arrendamento de habitação social;
- Atribuição, através de concurso público, de arrendamento de habitação social.

### 3. Política de justiça

A Administração tem pautado a sua actuação na área da Justiça, como aliás nas restantes, pelo cumprimento dos princípios orientadores constantes da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, visando especialmente a continuidade do ordenamento jurídico de Macau e a institucionalização de uma organização judiciária autónoma e dotada de poderes de jurisdição de última instância.

Em cumprimento desses objectivos, múltiplas medidas foram tomadas, nos últimos anos, nos vários domínios que integram a transição jurídica: a organização judiciária; a recensão e sistematização da legislação; a localização da legislação; a adaptação dos grandes códigos; a tradução jurídica; a formação jurídica especializada; a continuidade das convenções internacionais; a cooperação judiciária; e a divulgação do Direito de Macau.

#### 3.1. No domínio do sistema judiciário

As medidas legislativas e as acções organizativas, visando consolidar a autonomia judiciária do Território, tiveram, em 1995, um desenvolvimento qualitativo, designadamente no campo sensível do recrutamento de futuros magistrados bilingues dos quadros locais.

Com efeito, foi instalado o Centro de Formação de Magistrados de Macau, criado pelo Decreto-Lei n.º 6/94/M, de 24 de Janeiro, tendo o seu director tomado posse em 31 de Maio de 1995.

Deu-se início ao estágio de formação para provimento de 12 vagas para ingresso nas magistraturas judicial e do Ministério Público de Macau, tendo inicialmente sido admitidos 24 candidatos.

Por outro lado, o Despacho n.º 12/GM/95, de 29 de Março, fixou em 10 o contingente de auditores judiciais a prover em 1995.

Por último, encontra-se já em processo legislativo o diploma que cria o Tribunal de Pequenas Causas, novo órgão judicial que pretende promover uma resolução mais rápida dos pequenos conflitos, nomeadamente os relacionados com o consumo, o arrendamento e a administração dos condomínios. Deverá ainda este tribunal actuar segundo um formalismo específico, com características de celeridade, simplicidade e economia, privilegiando a conciliação das partes e procurando aproximar a Justiça do cidadão comum.

Na área dos serviços judiciais, encontra-se ultimada a reformulação da carreira dos oficiais de justiça, integrada numa nova Lei Orgânica das secretarias judiciais, cujo projecto, já concluído, será apresentado à Assembleia Legislativa.

De referir que, durante o ano de 1995, foram abertos diversos concursos de ingresso e de acesso nos serviços judiciais, sendo de

salientar o de ingresso para admissão de 21 estagiários para as Secretarias dos Tribunais e Serviços do Ministério Público e de 11 concursos de acesso para preenchimento das vagas existentes nos diversos Tribunais do Território.

No sentido da concretização dos objectivos globais nos domínios da organização judiciária e dos serviços judiciais, estão previstas, para 1996, as seguintes medidas e acções:

- Promoção das diligências, consultas e estudos necessários ao processo legislativo de localização da organização judiciária de Macau, aprovada pela Lei n.º 112/91, de 29 de Agosto;
- Revisão da legislação sobre custas judiciais;
- Continuação do processo de admissão de novos auditores judiciais e estagiários para ingresso nas magistraturas judicial e do Ministério Público, no âmbito do Centro de Formação de Magistrados de Macau;
- Desenvolvimento e incentivo de acções planificadas de aprendizagem, formação e aperfeiçoamento linguístico e profissional, destinado aos oficiais de justiça, visando a generalização do bilinguismo nos tribunais e a valorização dos quadros locais;
- Revisão e redimensionamento dos quadros de pessoal, numa perspectiva de optimização dos recursos humanos, após avaliação das necessidades efectivas e permanentes, executando, designadamente, as orientações e medidas de localização;
- Revisão do processo de informatização do sistema judiciário, através da adequação do respectivo plano, sem prejuízo da manutenção e melhoramento das aplicações já existentes;
- Promoção do intercâmbio e cooperação de carácter técnico e científico com instituições e associações, públicas e privadas, da região, com interesse para a actividade dos diversos grupos profissionais pertencentes ao aparelho judiciário.

#### 3.2. No domínio dos serviços de justiça

Na esteira do que vem sendo realizado, perspectiva-se a melhoria na resposta às solicitações crescentes nas áreas dos sistemas judiciário, registral e notarial, prisional e de reinserção social, garantindo níveis de eficiência compatíveis com o período de transição, o que passa, nomeadamente, pela racionalização e formação de quadros de pessoal adequados às reais necessidades.

No âmbito do sistema registral e notarial, dar-se-á ainda continuidade ao processo de localização legislativa e de modernização, adaptação e simplificação dos procedimentos, tendo em vista a consagração do bilinguismo e uma melhor adequação às actuais exigências do comércio jurídico.

Ultimados que estão os projectos de diplomas sobre os Códigos de Registo Predial e do Notariado de Macau, já em processo legislativo, prevêem-se para 1996 as seguintes medidas e acções:

- Revisão do Código do Registo Civil;
- Acompanhamento da actividade dos adjuntos dos conservadores e notários públicos, sob a orientação destes, e promoção de cursos de formação, profissional e linguística, adequados a este novo cargo criado pelo Decreto-Lei n.º 49/95/M, de 18 de Setembro;

- Reformulação da carreira de oficial dos registos e do notariado, em termos de permitir o acesso mais célere à categoria de primeiro-ajudante e introduzindo ou reforçando a formação como condição no ingresso e acesso às respectivas categorias, nos termos da nova Lei Orgânica dos Registos e Notariado já ultimada;

- Desenvolvimento e incentivo de acções planificadas de aprendizagem, formação e aperfeiçoamento linguístico e profissional, destinado aos oficiais dos registos e do notariado, visando a generalização do bilinguismo nas conservatórias e nos cartórios públicos e a valorização dos quadros locais;

- Revisão e redimensionamento dos quadros de pessoal dos cartórios notariais públicos e conservatórias, numa perspectiva de optimização dos recursos humanos, após avaliação das necessidades efectivas e permanentes, executando, designadamente, as orientações e medidas de localização;

- Continuação do programa de informatização dos serviços, procedendo ao seu aperfeiçoamento e reformulação face aos novos diplomas que regulam a matéria dos registos e do notariado;

- Continuação do acompanhamento e fiscalização da actividade notarial privada;

- Promoção do intercâmbio e cooperação de carácter técnico e científico com entidades, públicas e privadas, nomeadamente da região, com interesse para as áreas dos registos e do notariado.

No domínio prisional e de reinserção social, com a aprovação do novo regime de execução das medidas privativas da liberdade, através do Decreto-Lei n.º 40/94/M, de 25 de Julho, do regime disciplinar do Corpo de Guardas Prisionais de Macau, pelo Decreto-Lei n.º 60/94/M, de 5 de Dezembro, e, a curto prazo, do novo regime tutelar de menores, cujo diploma se encontra em processo legislativo, estão criados os meios que permitem responder com eficiência às crescentes necessidades de segurança e de confiança da população, prevenindo a delinquência em geral e a juvenil em particular, melhorando, em simultâneo, os programas de reabilitação e reintegração social.

Incluem-se, neste âmbito, as seguintes medidas e acções:

- Consolidação das condições de segurança do Estabelecimento Prisional de Coloane, através, nomeadamente, da constituição de um «grupo de intervenção» e da remodelação e ampliação do sistema electrónico de vigilância;

- Revisão da carreira de guarda prisional, introduzindo ou reforçando a componente da formação como condição no ingresso e acesso às respectivas categorias, sendo de salientar o ingresso nos quadros do Estabelecimento Prisional de Coloane de 98 guardas, na sequência de concurso aberto ao abrigo do Decreto-Lei n.º 42/94/M, de 15 de Agosto;

- Execução de um plano de tratamento para grupos minoritários (toxicodependentes e portadores de doenças infecto-contagiosas);

- Alargamento das áreas de aperfeiçoamento profissional a outras actividades e reforço da cooperação com instituições que operem nos domínios da educação, cultura e desporto;

- Desenvolvimento de acções de formação ao nível das funções de acompanhamento e vigilância dos menores e melhoria

das condições para aplicação das medidas institucionais, para o que está em curso a abertura da ala feminina do Instituto de Menores e conclusão do processo de admissão de novos monitores;

- Reforço do intercâmbio e cooperação de carácter técnico e científico com entidades, públicas e privadas, da região, com interesse para o sistema prisional e de reinserção social.

### 3.3. No domínio da identificação civil e criminal

Nos últimos anos o principal objectivo neste domínio foi a criação de um sistema de identificação civil e criminal integrado, fiável e seguro, com recurso às mais modernas técnicas nas áreas de tratamento de dados e segurança de ficheiros. A partir de 1994 deu-se especial atenção às tarefas relacionadas com a preparação do processo de transição, que incluíram a reestruturação dos serviços, o reforço da cooperação com os serviços congéneres da República Portuguesa e a concretização de planos de formação profissional e linguística do pessoal.

Na prossecução desses objectivos foram realizadas as seguintes acções:

#### No âmbito do tratamento de dados:

- Criação em suporte informático dos ficheiros de residentes, de titulares de passaporte português, de titulares de passaporte para estrangeiros, de registo criminal e de associações, com a informação relativa às constituídas a partir de 1900;

- Emissão do bilhete de identidade de residente (BIR);

- Emissão do novo modelo de bilhete de identidade de cidadão nacional (BIN), a partir de Setembro de 1992;

- Emissão, com recurso a meios informáticos, do passaporte português e passaporte para estrangeiros.

#### No âmbito da segurança de ficheiros:

- Instalação do sistema de armazenamento e pesquisa de impressões digitais, para apoio ao registo criminal e detecção de fraudes na identificação;

- Instalação do equipamento para pesquisa de documentos em disco óptico que permite a consulta de processos, evitando o manuseamento do ficheiro;

- Microfilmagem dos 450 000 processos de CIP, já concluída, e dos processos relativos ao BIN novo, esta a fazer-se mensalmente ao ritmo dos pedidos respectivos.

#### No âmbito da preparação do processo de transição:

- Publicação da nova Lei Orgânica dos Serviços de Identificação de Macau (SIM);

- Publicação do Regulamento da emissão do BIR;

- Elaboração do diploma relativo ao registo criminal, que deverá entrar em vigor em simultâneo com o Código Penal de Macau.

Foram ainda publicados o Regulamento da concessão e emissão do passaporte e a actualização do Regulamento da emissão do BIN.

Em 1995 foram concluídas as acções previstas, nomeadamente:

- Execução do plano de formação do pessoal e nomeação de dirigentes locais, na sequência da reestruturação orgânica dos SIM;
- Revisão do Regulamento do BIR;
- Estudo e aquisição do novo impresso de BIR, a emitir a partir de Janeiro de 1996, sem data de validade e que inclui uma banda de leitura óptica.

Foi ainda decidido dotar os SIM de instalações mais adequadas e funcionais.

No ano de 1996 será dada sequência às acções iniciadas em 1995, com especial relevo para:

- Início da emissão do novo modelo de BIR;
- Implementação do registo criminal;
- Criação em suporte informático do ficheiro de salvo-condutos;
- Continuação do plano de formação linguística, nas áreas de chinês escrito e português.

#### 3.4. *No domínio da prevenção, investigação e combate à criminalidade*

São objectivos prioritários a atingir nesta área:

- Consolidar a capacidade de resposta da Polícia Judiciária (PJ) ao previsível aumento qualitativo da criminalidade;
- Incrementar a ligação à comunidade como factor estratégico no domínio da prevenção criminal;
- Prosseguir o processo de localização e de formação adequada do pessoal, nomeadamente do pessoal para coordenação da investigação criminal.

Para a realização desses objectivos, prevêem-se as seguintes medidas e acções:

- Reforço da cooperação dos diversos organismos do Território com as Forças de Segurança de Macau (FSM), nomeadamente o Corpo de Polícia de Segurança Pública (PSP) e a Polícia Marítima e Fiscal (PMF), com o intuito de, em conjunto, planear e ultimar as actividades de prevenção à criminalidade;
- Reestruturação operacional das secções de investigação, racionalizando meios humanos e materiais, tendo em vista o aumento da eficácia na repressão da criminalidade;
- Continuação do esforço desenvolvido na recolha e tratamento da informação policial;
- Alargamento da cooperação com organismos congéneres no exterior principalmente na luta contra o tráfico de estupefacientes;
- Desenvolvimento de acções de formação/informação junto das escolas e associações de moradores, com vista a contrariar acções de crime organizado, designadamente ao nível da delinquência juvenil;

- Recrutamento e formação de inspectores licenciados em Direito, que possam assegurar a coordenação da investigação criminal para além do período de transição;

- Continuação, no âmbito da Escola de Polícia Judiciária, dos cursos de formação de chefias intermédias para a investigação criminal;

- Aquisição de material de apoio à execução de novas responsabilidades originadas com a abertura do Aeroporto Internacional de Macau, nomeadamente na área laboratorial das comunicações e de informática;

- Adequação do quadro legislativo e regulamentar da Polícia Judiciária às necessidades de localização dos Serviços.

#### 3.5. *No domínio da localização legislativa*

Realizadas as tarefas essenciais nos domínios da recensão e sistematização da legislação, da continuidade das convenções internacionais e da cooperação judiciária, as prioridades centram-se agora na localização e na adaptação dos grandes códigos, área onde se torna necessário que o Executivo e a Assembleia Legislativa juntem esforços e dividam tarefas na execução de um plano realista de modernização dos diplomas estruturantes do ordenamento jurídico de Macau.

Para o efeito, e com vista a consensualizar um programa de trabalhos legislativos, o Executivo colocará à disposição da Assembleia Legislativa os estudos, trabalhos preparatórios e projectos relativos ao Código Civil e ao Código de Processo Civil e prestará ainda toda a colaboração que a Assembleia considere necessária à apresentação das respectivas iniciativas legislativas.

Dos trabalhos concluídos e em curso na área da localização legislativa, merecem especial relevância:

- A conclusão da tarefa de recensão da legislação publicada no *Boletim Oficial* de Macau desde 1838 até hoje e a sistematização da legislação respeitante aos principais ramos do Direito; estes trabalhos serão dados a conhecer através de publicações em curso e da inserção em bases de dados que serão colocadas à disposição dos operadores do Direito e outros interessados;

- O início dos trabalhos de localização de actos normativos constantes de uma lista provisória (255 diplomas da República), a cargo das várias unidades orgânicas da Administração, com a colaboração do Gabinete para os Assuntos Legislativos;

- A selecção dos instrumentos de Direito Internacional que deverão continuar em vigor em Macau após 19 de Dezembro de 1999, tendo já sido presentes ao Grupo de Ligação Conjunto (GLC) os processos de extensão a Macau de convenções internacionais nos seguintes domínios: Serviços Postais e Telecomunicações; Organização Internacional do Trabalho; Combate ao Tráfico de Droga; Direitos da Propriedade Industrial; e Direitos de Autor;

- A aprovação do Código Penal de Macau e a harmonização de legislação penal especial;

- A ultimização do projecto do Código de Processo Penal de Macau, o qual se encontra em fase de consultas, prévia à apresentação do necessário pedido de autorização legislativa;

- A apresentação à Assembleia Legislativa da proposta de lei de revisão do regime jurídico das infracções antieconómicas e contra a saúde pública;
- A aprovação do Código do Procedimento Administrativo de Macau;
- A elaboração pela Administração, para apresentação aos competentes órgãos das Nações Unidas, de relatórios sobre a aplicação a Macau do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais e do Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos.

Na área da informação jurídica são de destacar as seguintes medidas:

- A publicação do «Guia dos Direitos e Deveres dos Residentes de Macau»;
- A reedição da «Revista Jurídica de Macau»;
- O funcionamento do «Gabinete de Consulta Jurídica», através da estreita colaboração entre o Gabinete para os Assuntos Legislativos e o Centro de Atendimento e Informação ao Público (CAIP).

De entre outras acções e medidas em curso, e que serão privilegiadas durante o ano de 1996, merecem referência:

- Os trabalhos preparatórios e a aprovação de parte significativa dos diplomas incluídos no programa de localização dos actos normativos emanados da República Portuguesa;
- A conclusão do acordo-tipo sobre a entrega de infractores em fuga e do acordo-tipo sobre a transferência de pessoas condenadas, em consultas no GLC;
- A conclusão de vários pacotes englobando cerca de cinquenta convenções internacionais, cuja vigência após 1999 se deseja assegurar, e que se encontram em consulta no GLC;
- A elaboração da regulamentação do recurso de amparo previsto no artigo 17.º da Lei n.º 112/91, de 29 de Agosto.

### 3.6. No domínio da tradução jurídica

A tradução jurídica é, no quadro das questões permanentes do período da transição, um instrumento específico fundamental no âmbito das políticas de Justiça, tendo por objectivo estratégico a consolidação das bases de um ordenamento jurídico bilingue, susceptível de perdurar para além de 1999, mediante o alargamento da utilização da língua chinesa nos domínios legislativo e judiciário, o aprofundamento do estatuto das línguas oficiais do Território e a divulgação junto das comunidades do direito vigente em Macau.

Para a realização desse objectivo estratégico tem sido desenvolvido nos últimos anos pelo Gabinete para a Tradução Jurídica um conjunto integrado de acções, das quais são de destacar:

- A tradução para língua chinesa de todos os actos normativos do Governador;
- A tradução para a língua chinesa dos Códigos vigentes em Macau, bem como dos projectos dos novos Códigos de Macau;

- O apoio de tradução nos tribunais, designadamente assegurando a tradução simultânea no Tribunal de Competência Genérica e a tradução de peças processuais;

- A promoção de acções de informação e divulgação jurídica em língua chinesa, nomeadamente através dos diferentes meios de comunicação social;

- A divulgação do sistema jurídico e judiciário de Macau no exterior, especialmente junto de instituições académicas da República Popular da China;

- A actualização permanente do glossário jurídico português-chinês;

- A tradução de textos jurídicos para língua chinesa e a edição de obras jurídicas em língua chinesa sobre o Direito de Macau;

- O apoio à formação específica, designadamente a jurídica e a linguística, do pessoal dos seus quadros.

Ao longo do ano de 1995 foi possível não só assegurar a tradução para língua chinesa de todos os projectos e propostas de actos legislativos do Governador, como ainda concretizar várias medidas nos domínios seguintes:

#### *Na tradução legislativa:*

- Tradução dos projectos do Código Penal, do Código do Processo Penal de Macau, bem como do projecto do Código de Registo Predial;

- Tradução da Parte Geral, do Direito das Obrigações e do Direito das Coisas do Código Civil;

- Levantamento da legislação vigente emanada dos órgãos de governo próprio do Território, sem versão chinesa e elaboração de um plano de tradução dos decretos-leis locais aprovados após a vigência do Estatuto Orgânico de Macau;

- Uniformização da terminologia jurídica e técnica utilizada nos diplomas legais, quer através do alargamento do glossário jurídico português-chinês, quer pela elaboração de glossários técnicos sectoriais português-chinês.

#### *No apoio à tradução nos tribunais:*

- Lançamento do 2.º curso de formação de tradutores simultâneos, bem como acções de reciclagem e aperfeiçoamento profissional para tradutores;

- Tradução dos sumários dos acórdãos do Tribunal Superior de Justiça e do Tribunal de Contas;

- Tradução de formulários e impressos em uso nos Tribunais e no Ministério Público, bem como de modelos-tipo de despachos de acusação;

- Reforço da articulação com os magistrados e advogados para suprir eventuais deficiências e elevar o nível do serviço de tradução simultânea nas audiências de julgamento.

#### *Na informação e divulgação jurídica:*

- Divulgação semanal nos principais jornais e na rádio e televisão de língua chinesa de temas diversos sobre o Direito de Macau;

- Edição de uma colectânea de textos sob o tema «Sistema político-constitucional e organização judiciária de Macau»;
- Elaboração do volume I do Dicionário Jurídico de Macau;
- Cooperação com instituições universitárias e outras relevantes de Hong Kong e da República Popular da China para divulgação do Direito de Macau;
- Colaboração com a Televisão Educativa de Macau na divulgação do direito e instituições jurídicas do Território.

Prosseguindo o mesmo objectivo estratégico, prevêem-se para 1996 as seguintes medidas e acções:

- Execução do plano de tradução da legislação vigente, emanada do Governador, sem versão chinesa;
- Uniformização da terminologia jurídica e técnica utilizada nos diplomas legais, visando uma progressiva redacção bilingue dos projectos legislativos;
- Adopção de mecanismos destinados a concretizar, no domínio legislativo e judiciário, a igualdade entre as duas línguas oficiais e a solucionar conflitos interpretativos entre os textos oficiais;
- Reforço e aperfeiçoamento dos sistemas informáticos de apoio à tradução;
- Lançamento do 3.º curso de formação de técnicos em tradução simultânea;
- Melhoramento da metodologia de trabalho de tradução simultânea e alargamento da tradução a outras peças processuais e documentos dos Tribunais e do Ministério Público;
- Manutenção das publicações e programas semanais nos diversos órgãos de comunicação social de língua chinesa sobre novos temas relacionados com o sistema político e jurídico do Território;
- Elaboração de estudos para a criação de uma base de dados jurídicos bilingue sobre o Direito de Macau;
- Realização e participação, em cooperação com instituições universitárias de Hong Kong e República Popular da China, em seminários relacionados com o Direito de Macau e o Período de Transição.

#### 4. Políticas de saúde e assuntos sociais

A acção governativa nas áreas da saúde e dos assuntos sociais prosseguirá o objectivo global de consolidação dos sistemas instituídos, continuando a privilegiar a estratégia da formação dos recursos que não-de garantir o funcionamento dos serviços, factor fundamental para a manutenção da qualidade das prestações que os mesmos sistemas hoje oferecem à população.

##### 4.1. No domínio da saúde

As acções de promoção da saúde e de prevenção da doença continuarão a ser encaradas como o vector prioritário da actuação no campo da saúde, já que é dessas acções que depende, em maior grau, a melhoria dos padrões de saúde e de bem-estar da população.

Continuará, assim, a procurar-se que estas acções sejam concebidas e executadas de forma articulada pelos diversos organismos com atribuições no domínio da prevenção da doença e do controlo dos factores de risco para a saúde, por forma a que, através de uma intervenção multisectorial concertada, se optimizem os respectivos resultados.

Para tanto, e dentro desta linha de orientação, continuará a reforçar-se a componente dos cuidados de saúde primários, procedendo à monitorização efectiva dos programas que, nos últimos anos, têm vindo a ser executados nos domínios da saúde da mulher, da saúde da criança, da saúde do adulto, da saúde escolar, da saúde oral, da luta contra a tuberculose, da educação para a saúde, da higiene e educação alimentar e da vacinação.

No que respeita ao programa de saúde da mulher promover-se-á a articulação efectiva entre as consultas de saúde materna dos Centros de Saúde e as dos serviços hospitalares de obstetria e ginecologia, por forma a melhorar o nível da assistência na maternidade.

Aliás, idêntica articulação entre os dois sistemas — o dos cuidados de saúde generalizados e o dos cuidados de saúde diferenciados — se irá estabelecer e aprofundar nas áreas da Pneumologia, Diabetologia, Reumatologia e Infeciologia, articulação que se reputa de fundamental à prossecução dos objectivos e metas a atingir na integração da assistência prestada ao utente do sistema de saúde.

Com o objectivo de aumentar a capacidade de resposta na área dos cuidados de saúde primários, vai proceder-se à instalação de um novo Centro de Saúde na zona do NAPE, a fim de servir a população desta nova zona residencial, e à ampliação dos Centros de Saúde do Fai Chi Kei e Tamagnini Barbosa (Toi San).

Também na área da saúde pública se vão reforçar as medidas de combate aos factores de risco, aperfeiçoando os mecanismos de intervenção das autoridades sanitárias e dos organismos de fiscalização no meio ambiente, nos locais de trabalho, nos estabelecimentos de hotelaria e similares, nas escolas e nos locais de venda de alimentos.

É nesta luta contra os factores de risco para a saúde que se insere a campanha contra o tabagismo, que vai ser lançada no final do corrente ano e se prolongará ao longo de todo o ano de 1996, bem como o projecto de desratização em curso e cuja execução se prevê ficar concluída no próximo ano.

Com o objectivo de colmatar uma lacuna há muito sentida no sistema de saúde, vai propor-se à Assembleia Legislativa a aprovação de uma lei de saúde mental destinada a estabelecer as regras a observar no internamento e no tratamento dos doentes mentais e a definir os princípios que, no mais rigoroso respeito pelos direitos destes doentes, devem ser seguidos na assistência que lhes é prestada. Trata-se de um projecto elaborado por um grupo de trabalho para o efeito constituído e que contou com a colaboração de médicos, assistentes sociais, sociólogos e um magistrado do Ministério Público.

Ainda no âmbito das acções de promoção da saúde e de prevenção da doença serão reforçadas as medidas de segurança na colheita e tratamento do sangue, através da implementação de um programa de controlo de qualidade dos produtos sanguíneos, hoje universalmente considerados produtos medicamentosos, e

que, tal como estes, devem estar sujeitos a rigoroso e eficaz controlo de qualidade.

Por outro lado, e com o objectivo de um melhor aproveitamento deste bem indispensável para a saúde, será promovida a instalação de um banco de sangue no hospital a fim de possibilitar uma maior racionalização no uso dos produtos sanguíneos fornecidos pelo Centro de Transfusões de Sangue e reduzir ao mínimo o desperdício destes produtos.

Procurar-se-á manter a auto-suficiência do Território em produtos sanguíneos, apesar do crescente consumo destes, dotando-se, para tanto, o Centro de Transfusões de Sangue de condições para esse efeito, ampliando as suas instalações e reforçando os seus recursos materiais e humanos.

Sendo o Laboratório de Saúde Pública uma peça de fundamental importância na área da saúde pública, irá o mesmo ser objecto de adequada reestruturação visando, por um lado, aumentar a capacidade de resposta às necessidades sentidas e, por outro, dotá-lo das condições que lhe permitam assumir e desempenhar o papel de laboratório de referência, interna e externamente acreditado.

O reforço das medidas de controlo sobre a importação, fabrico, publicidade e uso de produtos farmacêuticos é outra das linhas de actuação na área da prevenção da doença que se pretende desenvolver, designadamente através da revisão da lei que regula o registo dos medicamentos que podem ser colocados no mercado, adaptando-a às realidades e às necessidades do Território, bem como através da aprovação de normas destinadas a tornar mais eficaz a fiscalização sobre as substâncias que se encontram sujeitas a controlo internacional.

No seguimento da entrada em vigor da lei reguladora do comércio dos produtos usados nas medicinas tradicionais, e com o objectivo de proteger a saúde pública, vão continuar as acções destinadas a melhorar a qualidade dos serviços prestados à população no âmbito destas medicinas.

Para além de um mais eficaz controlo sobre os produtos e os estabelecimentos que as vendem, vão identificar-se, através de listas superiormente aprovadas, as substâncias que, por serem tóxicas, ficam sujeitas a prescrição, bem como aquelas que, para garantia da segurança e qualidade, só podem ser vendidas nas farmácias chinesas.

Com este mesmo objectivo de protecção da saúde, continuará a ser apoiada a realização de acções de formação no âmbito das medicinas tradicionais, acções estas especialmente dirigidas ao pessoal que trabalha nos estabelecimentos que se dedicam ao comércio de produtos usados nestas medicinas.

Reforçar-se-á a intervenção no combate à toxicod dependência, em estreita cooperação com todos os organismos privados do Território e com organizações regionais e internacionais, promovendo um conjunto de programas visando a prevenção em meio escolar e a prevenção no seio de grupos-alvo, bem como a intervenção comunitária e o tratamento e recuperação de toxicod dependentes.

A evolução positiva dos indicadores assistenciais ao nível dos cuidados de saúde hospitalares, em consequência de os serviços do Centro Hospitalar Conde de São Januário terem atingido um nível de funcionamento próximo do ideal, faz com que se eleja a

melhoria da qualidade dos serviços prestados à população como o objectivo prioritário para este sector do sistema de saúde.

As acções que vão ser desenvolvidas com este objectivo dirigir-se-ão à humanização dos cuidados de saúde, à modernização e à desburocratização dos serviços, designadamente através da ampliação do recurso às novas tecnologias e, de forma superlativa, à formação dos recursos humanos.

Com o objectivo de criar capacidade de resposta do hospital para certas situações que têm registado uma crescente procura de assistência, vão iniciar a sua actividade três novas unidades hospitalares, a saber: uma, para tratamento da dor crónica, destinada a proporcionar os melhores níveis de conforto e bem-estar para os doentes crónicos, designadamente os do foro oncológico e reumatológico; outra, destinada à aplicação de técnicas básicas de reprodução assistida, tendo em vista resolver alguns dos problemas de infertilidade que existem no Território; e, finalmente, a unidade de hemodiálise que, em face do número crescente de insuficiências renais crónicas verificadas, se apresenta como uma unidade indispensável no hospital.

Neste capítulo, serão também instalados equipamentos de ressonância magnética, de angiografia digital, de material de radioterapia e, ainda, de Tomografia Axial Computorizada (TAC) de terceira geração.

Também a capacidade de resposta na área dos cuidados intensivos será melhorada com a instalação dos cuidados intensivos coronários.

Procurar-se-á ainda dar satisfação a uma aspiração dos familiares dos doentes em fase terminal, criando as condições para que, numa acção conjugada entre os serviços de saúde e os serviços de acção social, possam dispor, em meio familiar ou em estabelecimento apropriado, da assistência de que necessitam para manter a qualidade de vida que a situação de saúde de cada um permita alcançar.

No capítulo da formação, para além das habituais acções de formação em serviço para o pessoal técnico da saúde e, em especial, para o pessoal médico e de enfermagem, serão concedidas bolsas de estudo a cerca de duas dezenas e meia de candidatos a técnicos de diagnóstico e terapêutica para frequentarem no exterior diversos cursos nesta área e iniciar-se-ão os cursos de formação específica em exercício para os clínicos gerais com oito ou mais anos de exercício nestas funções.

Entretanto, continuará a execução do programa de profissionalização e especialização de médicos, através da realização dos respectivos internatos, com o início da cooperação do Hospital Kiang Wu ao nível do internato geral.

A este propósito, é de referir ainda o projecto de revisão do regime dos internatos médicos com o objectivo de lhe introduzir as alterações que a experiência entretanto colhida aconselha.

Perspectivando-se a natural insuficiência da actual lotação hospitalar, decorrente do crescimento demográfico, com especial incidência nas ilhas, prosseguirá o estudo de viabilidade com vista à implantação aí de um hospital.

Executar-se-á um novo sistema de cobranças dos serviços prestados pelo hospital público, mantendo-se, contudo, a gratuidade



tendencial dos residentes do Território e instituindo-se um regime mais gravoso para os restantes utentes.

#### 4.2. No domínio da acção social

Neste domínio, vai continuar o empenhamento da Administração na melhoria dos níveis de bem-estar social, com particular atenção para os grupos mais carenciados ou desprotegidos.

Para tanto, vão ser aumentados os apoios financeiros destinados às instituições particulares de solidariedade social que possuem ou gerem, sem fins lucrativos, equipamentos sociais, bem como as prestações pecuniárias concedidas aos indivíduos em situação de risco social por carência de meios.

A par disto, continuará a incrementar-se a acção social em direcção às novas situações de mal-estar social, individual ou de grupo, emergentes da conjuntura actual e das alterações que estão a verificar-se no tecido social do Território.

O atendimento, o estudo, o acompanhamento e o aconselhamento dos casos que integram estas novas situações constituirão um vector importante da acção social a desenvolver.

Uma das vertentes que esta intervenção vai privilegiar é a da acção social dirigida às famílias, quer para dar execução aos princípios consagrados na Lei de Bases de Política Familiar, quer para corresponder ao apelo internacional, partilhado por Macau, a favor da família. Para o efeito, aproveitar-se-á a reestruturação do Instituto de Acção Social de Macau para o dotar de uma subunidade vocacionada e apetrechada para a abordagem e o tratamento das questões familiares, ou seja, das questões que dizem respeito à família enquanto corpo social básico e fundamental da sociedade.

Prosseguindo o objectivo de dotar o Território de um número suficiente de equipamentos sociais para a infância e a terceira idade, irá o Instituto de Acção Social de Macau promover a abertura de mais seis creches em Macau e na ilha da Taipa, e a criação de Residências Permanentes para Idosos, tendo em vista, por um lado, a melhoria das condições de vida destes e, por outro, o apoio social às famílias com dificuldades em prestar adequada assistência aos seus membros mais velhos.

Continuando uma acção que vem sendo desenvolvida nos últimos anos, vai prosseguir a formação de agentes de acção social, designadamente de responsáveis por equipamentos sociais, com o objectivo de melhorar a qualidade dos serviços que nestes equipamentos são prestados aos seus utentes.

O acolhimento e apoio a sinistrados e refugiados continuará a merecer uma atenção muito especial, por forma a minimizar os riscos individuais e sociais que qualquer uma daquelas situações pode potenciar.

No capítulo da segurança social dos trabalhadores por conta de outrem, prosseguirá o esforço que vem sendo desenvolvido no sentido de assegurar a cobertura de toda a população residente activa pelo regime da segurança social, ao mesmo tempo que se cuidará de consolidar, através de uma gestão eficiente e racional, os fundos da segurança social, por forma a que possa no futuro satisfazer os compromissos assumidos perante os respectivos beneficiários.

Isto sem descurar as respostas que a segurança social deve dar no sentido de colaborar na resolução dos problemas sociais que a cada momento possam surgir. Nesta perspectiva, procurar-se-á melhorar a situação dos pensionistas da segurança social, através do aumento das pensões de velhice e invalidez e da pensão social.

Entre as acções a desenvolver no próximo ano no âmbito da segurança social, destacam-se as que têm em vista a criação de condições para que o Fundo de Segurança Social se consolide no quadro da administração da futura Região Administrativa Especial, como são a aquisição de instalações próprias para servirem de sede do Fundo, a elaboração de manuais de procedimentos em chinês e em português, e ainda a concretização de dois contratos de gestão para aplicação dos recursos da segurança social, tendo em vista a sua melhor e mais segura rentabilidade financeira.

A fim de atenuar a situação económica precária dos desempregados e suas famílias, será aumentado o montante do subsídio de desemprego e alargado o respectivo prazo de atribuição.

Também o apoio aos trabalhadores activos e pensionistas da Administração Pública de mais parcos recursos será melhorado através de programas de natureza cultural e recreativa, de programas de acção social complementar e de programas de apoio à formação e à valorização pessoal e profissional.

Finalmente, serão tomadas medidas para incentivar as empresas concessionárias e demais instituições privadas, com vista a proporcionar maiores oportunidades de emprego aos deficientes.

#### 4.3. No domínio do trabalho, emprego e formação profissional

Neste domínio, a acção governativa terá como objectivo primordial a manutenção da estabilidade social e do nível de emprego num contexto das sensíveis alterações por que está a passar o tecido económico e empresarial do Território, em consequência da retracção do investimento e do aumento da concorrência nos mercados externos.

Para tanto, vão privilegiar-se as medidas e acções tendentes a:

- Incentivar o relacionamento entre os parceiros sociais, tendo em vista a concretização de uma regulação sociolaboral adaptada às realidades específicas de Macau, elegendo-se o diálogo social como o melhor instrumento para definir o modelo de desenvolvimento económico social;
- Reforçar as acções junto do mercado de trabalho, por forma a aprofundar o conhecimento das suas tendências evolutivas face ao fenómeno da globalização da economia;
- Criar condições que permitam atenuar o défice de qualificações dos trabalhadores, abrindo possibilidades novas de formação profissional;
- Mobilizar os empregadores e os trabalhadores para a assunção de um novo papel no domínio da formação profissional, quer no tocante à definição das expectativas do desenvolvimento quer no que respeita às qualificações e à própria programação da formação;
- Adequar as competências da mão-de-obra disponível às necessidades das empresas, através de acções de reconversão e de reciclagem profissional;

- Criar um modelo de formação inicial de longa duração – a aprendizagem – concebido como formação em situação de trabalho e que garanta não só uma qualificação profissional certificada, associada a uma progressão escolar e a uma sólida experiência de empresa, mas também a elevação do nível de formação geral dos jovens, preparando-os profissionalmente para a integração no mercado de trabalho, e respondendo às dificuldades de alguns deles que, por múltiplas razões, são excluídos ou têm insucesso escolar.

O objectivo de reforçar a formação profissional torna indispensável a ampliação do Centro de Formação Profissional da Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego que, por isso, vai ser dotado de três novos locais destinados à formação.

Por outro lado, para tornar mais célere a obtenção de emprego, serão envidados esforços, em colaboração com as associações de interesses económicos, no sentido da criação de uma «bolsa de emprego».

Prosseguirão as acções que têm por objectivo a melhoria das condições de trabalho e a protecção da saúde dos trabalhadores e, designadamente, aquelas que visam:

- Assegurar a aplicação das normas de direito do trabalho vigentes e melhorar as relações laborais aumentando a formação e informação dos empregadores e trabalhadores acerca dos respectivos direitos e deveres;

- Reforçar a prevenção de riscos profissionais através da sensibilização dos parceiros sociais e do desenvolvimento de acções de fiscalização e de apoio técnico, de formação e divulgação, nomeadamente nos locais de trabalho, acerca dos regulamentos sobre o ruído, higiene e segurança na construção civil, higiene e segurança nos estabelecimentos industriais e sobre o regime jurídico da reparação dos danos emergentes dos acidentes de trabalho e doenças profissionais;

- Promover a progressiva melhoria das condições de higiene e salubridade nos locais de trabalho a fim de prevenir e evitar a ocorrência de doenças profissionais, procedendo à identificação e à avaliação das patologias originadas pelo trabalho ou pelo ambiente onde este é executado;

- A título de reforço das condições de segurança dos trabalhadores da construção civil, será rigorosamente fiscalizado o cumprimento do Decreto-Lei n.º 44/91/M, de 19 de Julho (Regulamento de Higiene e Segurança no Trabalho da Construção Civil de Macau), nomeadamente no que se refere à afectação de encarregado de segurança, com reconhecida competência, nas obras que envolvam 100 ou mais trabalhadores.

#### 4.4. No domínio de defesa do ambiente e do consumidor

A melhoria da qualidade de vida da população é, naturalmente, um objectivo que norteia toda a acção governativa e que, por isso, encontra expressão nas acções a desenvolver por todos os sectores da Administração Pública.

A defesa de um ambiente natural e humano saudável e a defesa dos consumidores são componentes essenciais da qualidade de vida, pelo que tanto uma como outra são encaradas como pressupostos e condicionantes das acções a desenvolver no âmbito de

cada sector de actividade pública, em obediência aos princípios gerais definidos na lei de defesa do consumidor e na lei de bases do ambiente, princípios estes que implicam uma acção multisectorial, horizontalmente convergente e concertada em relação àquele objectivo básico.

Em complemento das acções desenvolvidas por cada sector, continuarão a realizar-se acções especiais nestes dois domínios, centradas fundamentalmente na informação e na formação de uma consciência cívica esclarecida sobre as actuais e relevantes questões da protecção do património ambiental e da defesa e segurança do consumidor.

Nesta perspectiva, no domínio da defesa do ambiente será executado, ao longo do ano e em conjugação com diversas entidades públicas e privadas, um programa de acções de formação e informação abordando os principais temas que se colocam no âmbito da protecção ambiental, programa este que será complementado com outras iniciativas de carácter cultural e recreativo, tendo como finalidade o mesmo propósito de consciencialização.

Neste mesmo domínio, prosseguirão as acções de vigilância e combate contra o ruído ambiental e iniciar-se-á, na sequência da entrada em vigor da legislação a esse fim destinada, o controlo sobre o uso dos produtos que deterioram a camada de ozono.

Continuará a fazer-se o levantamento e o estudo das situações que maior contributo oferecem para a poluição ambiental, propondo às entidades competentes as actuações que melhor solução podem dar para eliminar ou reduzir os factores de poluição.

Subjacente à importância conferida pela Administração neste capítulo, prosseguirão os estudos conducentes ao estabelecimento de um plano de protecção ambiental, a longo prazo, que constitua referência obrigatória na prevenção e controlo das situações poluentes.

No outro dos domínios apontados – o da defesa do consumidor – será o Conselho dos Consumidores dotado de novos recursos para que possa dar resposta adequada às atribuições que lhe foram confiadas pela lei que procedeu à sua reestruturação.

Para além das acções de formação e de informação a desenvolver na comunidade visando o esclarecimento do consumidor, no decurso do ano, iniciar-se-á, no decurso do ano, a execução de um vasto programa de estudos versando a qualidade e a segurança de diversos produtos existentes no mercado, tendo em vista, por um lado, o esclarecimento e a prevenção do consumidor e, por outro, a elaboração de propostas de medidas, nomeadamente legislativas, tendentes a definir as condições de segurança que esses produtos devem possuir para poderem ser vendidos ou utilizados pelo público.

Numa primeira fase ficarão abrangidos por esse estudo a qualidade e segurança dos elevadores, dos artigos eléctricos, dos sistemas contra incêndios, dos brinquedos e dos corantes e conservantes utilizados nos produtos alimentares.

Ainda neste domínio da defesa do consumidor, será reforçada a capacidade de atendimento e de apoio técnico a prestar ao consumidor, desenvolvendo os mecanismos da mediação e da arbitragem na resolução de conflitos entre produtores ou vendedores e consumidores.

## 5. Políticas de administração, educação, juventude e desporto

O período de transição tem vindo a exigir um importante movimento de renovação e modernização das estruturas da Administração Pública, a par da valorização e localização dos seus recursos humanos.

Nesta perspectiva, e tendo já sido concluído o processo de opção dos funcionários públicos, impõe-se agora que seja concretizado um maior aproveitamento dos quadros locais e se prossiga com a modernização administrativa e a generalização do bilinguismo, continuando a formação de quadros a merecer a maior das prioridades, ao mesmo tempo que se alargam as oportunidades de acesso à educação, em todas as suas vertentes e níveis de escolaridade, à população em geral e especialmente à juventude, cujo envolvimento activo na preparação do futuro não pode deixar de ser estimulado.

### 5.1. No domínio da administração e função pública

A valorização dos recursos humanos da Administração constitui uma das tarefas fundamentais do período de transição, tendo, por isso, vindo a intensificar-se a execução de medidas tendentes ao aumento das capacidades e do aperfeiçoamento individual dos trabalhadores, numa perspectiva sempre orientada para a localização. Assim, e no prosseguimento deste objectivo, serão intensificadas as acções de formação a todos os níveis, complementadas com a atribuição de bolsas de estudo especiais destinadas às áreas técnicas prioritárias. É neste âmbito que se consideram particularmente positivos os resultados alcançados, tendo sido preparados para a Administração largas centenas de quadros académica e tecnicamente qualificados, muitos dos quais vão ascendendo já a lugares de direcção e chefia.

Particular atenção continuará a ser dedicada à formação de pessoal bilingue e à especialização e aperfeiçoamento dos intérpretes-tradutores, agora formados nas instituições de ensino superior do Território. O esforço já feito tem permitido a formação de um cada vez maior número destes especialistas e tornou possível a sua colocação na generalidade dos serviços públicos, permitindo-lhes uma melhor ligação com o público e a generalização do uso da língua chinesa na Administração.

No que concerne à organização administrativa, e para além da reestruturação de serviços públicos, continuará a proceder-se à simplificação dos processos de trabalho, à melhoria da qualidade e do tempo de resposta nos serviços prestados e à adopção de novas atitudes de relacionamento com o público, áreas em que, na maioria dos serviços, se reconhecem progressos significativos.

Na área técnico-jurídica, continuará a ser aperfeiçoado o ordenamento jurídico da Administração, por forma a dar resposta às especiais exigências do período de transição.

No domínio das tecnologias de informação será promovida a expansão da rede telemática visando a utilização de sistemas electrónicos de suporte à comunicação interserviços e internacional, bem como o acesso a bases de dados de interesse comum que permitam uma gestão integrada da informação necessária à Administração Pública, especialmente em matéria de recursos humanos e de informação ao público.

Promover-se-á a colaboração dos serviços públicos com as instituições de ensino superior do Território, por forma a melhorar a

qualidade e racionalidade das soluções, nomeadamente no âmbito das tecnologias de informação e no ensino das línguas oficiais do Território.

Os processos de efectiva integração dos funcionários de Macau nos serviços da República Portuguesa e de desvinculação por compensação pecuniária e antecipação de aposentação serão desenvolvidos de forma articulada com o processo de localização, o qual está agora a ser efectivado de acordo com os respectivos planos sectoriais.

Continuarão a ser desenvolvidas acções de inspecção e auditoria técnico-administrativa, de apoio ao funcionamento dos serviços e orientação de procedimentos, com vista ao correcto e completo cumprimento dos normativos vigentes, especialmente tendo em conta o Código do Procedimento Administrativo e as regras de contabilidade e execução orçamental.

A acção dos municípios, de acordo com os respectivos regimes jurídico e financeiro, continuará orientada especialmente para o bem-estar das populações e será devidamente articulada com os demais serviços e organismos públicos, no âmbito das suas responsabilidades.

Será apoiado de forma especial o recenseamento e o processo eleitoral para a Assembleia Legislativa.

### 5.2. No domínio da educação

#### 5.2.1. Ensino superior

Os estabelecimentos de ensino superior público do Território encontram-se, agora, na fase de consolidação das suas estruturas organizativas, dos seus modelos de funcionamento e da própria expansão física das suas instalações, estando prevista a inauguração de novos edifícios académicos e administrativos.

Contudo, importará, ainda, inovar em matéria dos cursos e dos respectivos programas curriculares a ministrar na Universidade de Macau e no Instituto Politécnico de Macau, por forma a responderem, com eficácia, às novas necessidades emergentes, quer do desenvolvimento económico, social e cultural do Território, quer das áreas culturais que podem contribuir para a consolidação da singularidade de Macau como espaço de encontro de culturas.

Particular atenção irá merecer o exercício da actividade docente e a procura de talentos, que passa, necessariamente, tanto pela regulamentação da carreira docente do ensino superior público, como pela escolha e promoção de programas de mestrados e doutoramentos, integrados na estratégia de desenvolvimento do ensino superior em Macau.

A investigação científica e tecnológica é outra área do ensino superior que será fortemente dinamizada, privilegiando-se a que tenha conteúdos e objectivos consentâneos com a política geral definida para o Território.

Ir-se-á também dar continuidade às ligações académicas com o exterior — e, se possível, reforçando-as mesmo — através da cooperação com instituições de ensino superior e de investigação científica de outros países e territórios.

A Fundação Macau, por seu lado, continuará a incentivar a investigação académica e a realização e frequência de pós-gradua-

ções, designadamente mestrados e doutoramentos, através da concessão de bolsas de estudo e outros apoios e, no quadro dos acordos celebrados, prestará o necessário apoio ao Instituto Internacional de Tecnologia de Software da Universidade das Nações Unidas.

### 5.2.2. *Ensino não superior*

A reforma educativa, visando criar um sistema de ensino próprio do Território, que seja ao mesmo tempo socialmente justo e funcionalmente eficiente, continua a ser a principal preocupação do Executivo nesta área de actuação.

Assim, no que respeita à modernização da administração da educação, em coerência com a organização do sistema educativo definida na Lei n.º 11/91/M, de 29 de Agosto, novos normativos serão publicados, designadamente sobre os ordenamentos jurídicos da Inspeção Escolar, do Ensino Secundário Complementar e do Ensino Técnico-Profissional, em cumprimento do disposto no artigo 53.º da Lei do Sistema Educativo.

Com vista à valorização dos recursos humanos, desenvolver-se-á a formação inicial, em exercício e contínua, de docentes para as diferentes modalidades educativas e níveis de ensino, em colaboração com a Universidade de Macau e outras instituições vocacionadas para o efeito. Serão ainda prestados apoios e incentivos à formação de formadores para o ensino especial, área que merecerá uma atenção redobrada dos serviços competentes. No âmbito mais geral da política de localização de quadros, será prosseguida a promoção do bilinguismo, desenvolvendo-se o ensino e a difusão das línguas portuguesa e chinesa junto da comunidade.

Ainda, para maior perfeição do sistema educativo com vista à sua adequação às necessidades do desenvolvimento social e ao incremento das potencialidades dos estudantes, será dada importância, quer à educação técnico-profissional que confira aos jovens os necessários conhecimentos e a capacidade para exercerem uma determinada actividade, quer à formação de quadros intermédios, incentivando-se, em particular, o envolvimento das instituições privadas. Serão, ainda, desenvolvidas acções de educação técnica e profissional, em termos de educação permanente, com vista à reconversão e adaptação da formação escolar ao mundo do trabalho.

No que se refere à escolaridade universal e tendencialmente gratuita, que é um projecto de grande dimensão e significado, consolidar-se-á a sua generalização, dando-se cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 29/95/M, e preparando-se o seu alargamento. Neste domínio, e tendo em vista otimizar as condições de sucesso educativo das crianças e jovens, prosseguir-se-á com o apoio económico a alunos carenciados, nomeadamente através da atribuição de auxílios económicos directos, bolsas e outros apoios e subsídios complementares. Serão também concedidos apoios financeiros às entidades promotoras de acções educativas destinadas a adultos e a alunos com necessidades educativas especiais e procurar-se-á expandir os serviços de apoio psicopedagógico nas escolas. Prevê-se, complementarmente, um acréscimo do apoio às instituições privadas que propiciem a educação integrada de deficientes e às que promovam a formação profissional.

No âmbito do desenvolvimento curricular em língua veicular chinesa, far-se-á o acompanhamento da reforma educativa em curso, dando continuidade à elaboração de programas para a edu-

cação pré-escolar, o ensino primário e o ensino secundário geral, na sequência da aplicação dos novos planos curriculares para o ensino em língua veicular chinesa. O início da experiência pedagógica dos novos programas da reforma curricular em curso será, ainda, acompanhado pelo desenvolvimento de acções de formação dos docentes nela implicados e de uma avaliação da sua efectiva adequabilidade aos objectivos que se propõe atingir.

Quanto à educação permanente e extensão educativa, pretende-se assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade, promovendo o determinado no Decreto-Lei n.º 32/95/M. Assim, desenvolver-se-á a educação permanente de adultos, nomeadamente nas suas vertentes do ensino recorrente e de educação contínua e social de jovens e de adultos, dando continuidade às acções que visam eliminar o analfabetismo e promovendo a ocupação criativa e formativa dos tempos livres através do aprofundamento cultural, da criação artística e da educação cívica. Em reforço destes objectivos, pretende-se desenvolver a educação ambiental, assegurando-se a colaboração dos Serviços de Educação e Juventude com outras entidades.

Na vertente da melhoria dos recursos físicos, nomeadamente dos equipamentos educativos, prosseguir-se-á o programa de expansão da rede escolar, visando baixar a lotação média das turmas, devendo ser criadas novas infra-estruturas adequadas ao desenvolvimento do ensino técnico-profissional. Por outro lado, e no sentido de favorecer a modernização e inovação da acção educativa, promover-se-á a generalização dos meios informáticos e a instalação de mediatecas escolares nos estabelecimentos de ensino.

Nas acções de educação cívica, serão incluídas matérias referentes ao sistema político do Território e seu regime eleitoral, designadamente os direitos e deveres dos eleitores.

### 5.3. *No domínio da juventude*

No que respeita à política de juventude, tem-se vindo a privilegiar nos últimos anos o desenvolvimento integral dos jovens, nas áreas da formação cultural e cívica, no alargamento das oportunidades de acesso à educação e no desenvolvimento do espírito associativo, orientação esta que será mantida e reforçada, tendo em conta uma participação dinâmica dos jovens, como elementos essenciais da mudança e do progresso, no processo de desenvolvimento social e económico do Território e na preservação da sua identidade.

Neste contexto, dinamizar-se-ão as actividades levadas a cabo pelas associações juvenis, que podem contribuir eficazmente para o desenvolvimento individual do jovem e da sua capacidade de interagir com a sociedade, intensificando-se também o intercâmbio e a cooperação com associações congéneres de outros países e territórios.

No âmbito da formação, realizar-se-ão acções com o objectivo de facilitar a adaptabilidade dos jovens ao mundo do trabalho e a desenvolver neles aptidões para as quais demonstrem maior vocação e que melhor exprimam o seu potencial criativo. Nas escolas e nos centros de juventude serão, assim, promovidas acções orientadas para uma melhor qualidade de vida, designadamente em aspectos relativos ao ambiente, à saúde, à prevenção da toxicodependência e ao combate à delinquência, para o que muito contribuirá a presença indispensável de assistentes sociais e técnicos de actividades juvenis.

Especial atenção continuará a ser dada às diversas formas úteis de ocupação dos tempos livres, em permanente articulação com as instituições de ensino, fomentando nos jovens a prática desportiva de base e o seu envolvimento em actividades ao ar livre e todas as outras que contribuam para o seu desenvolvimento físico, intelectual e social.

No que respeita à delinquência, articular-se-ão as medidas no âmbito de diversas entidades públicas e privadas para a sua prevenção e eficaz combate e para a recuperação dos jovens com desvios comportamentais e sua reinserção na comunidade.

Em resposta aos problemas de adaptação psicológica e desvios comportamentais dos jovens, fenómeno cada vez mais patente, devido às transformações sociais e à falta de vagas escolares registada nos recentes anos, promover-se-á a criação de serviços de apoio psicológico aos jovens, apoio aos jovens sem acesso à escola e aos jovens com problemas de integração social.

Criar-se-ão novos centros de juventude, bem como complexos recreativos, por forma a proporcionar aos jovens mais espaços de convívio e de desenvolvimento das suas actividades, alargando-se também as oportunidades de formação profissional e correcta preparação para a vida activa.

#### 5.4. *No domínio do desporto*

A participação dos cidadãos na actividade desportiva, quer assegurando formas de lazer e ocupação de tempos livres, quer contribuindo para a manutenção de níveis de saúde e bem-estar indispensáveis às novas vivências sociais, ou ainda como factor de afirmação individual e colectiva inerente ao desporto de rendimento na vertente competitiva de representação, são objectivos que têm sido prosseguidos no Território.

Enquadradas nestes princípios consolidar-se-ão as formas de dinamização da actividade desportiva através das organizações representativas dos diversos sectores, com actividade diferenciada no âmbito do desporto associativo, desporto escolar, desporto para trabalhadores, desporto para deficientes e desporto universitário (lançado com sucesso no último ano lectivo), abrangendo os diversos níveis da sua prática — recreação, formação e rendimento — e coordenando esforços tendentes a alcançar os objectivos gerais inerentes a cada um daqueles níveis do respectivo sistema.

Merecerão especial apoio, através de meios próprios consagrados ao Fundo de Desenvolvimento Desportivo, as acções de fomento e formação de agentes desportivos, nomeadamente através da consolidação da Escola de Educação Física e Desporto, dotada agora de novas instalações próprias, bem como a construção de novas instalações desportivas, de importância decisiva como forma de sustentação e melhoria geral da actividade desportiva. Em 1996 passará o Território a dispor de algumas dezenas de técnicos do desporto, aqui formados, enquanto se reforçam as associações desportivas com treinadores altamente qualificados do exterior.

Promover-se-á, ainda, a participação do Território em eventos desportivos de carácter internacional, proporcionando aos desportistas locais contactos com melhores níveis de competição desportiva e, aos dirigentes, novas vivências no tocante aos mais elevados padrões de organização técnica, objectivos a que será

dado o maior apoio em continuidade de idênticas acções promovidas, com reconhecido êxito, nos últimos anos.

Os municípios, no âmbito das atribuições definidas no respectivo regime jurídico, irão também, em 1996, assumir as suas responsabilidades no que concerne ao desporto de recreação, generalizando a sua prática junto de toda a comunidade.

### 6. *Política de segurança*

A Política de Segurança prosseguida nos últimos anos, com a finalidade última de assegurar as condições de vida no Território, por forma a que o desenvolvimento económico alcançado tenha expressão no bem-estar individual e colectivo, tem tido como limites o quadro legal em vigor e o respeito pelos direitos e garantias dos cidadãos e teve expressão no uso das liberdades fundamentais e no não condicionamento excessivo da sua actividade normal.

Com base na continuidade dos esforços desenvolvidos no campo conceptual e através de medidas de natureza estrutural, a política prosseguida procurou criar as condições de ultrapassar a última fase do processo de transição, sem soluções de continuidade na acção das FSM. Neste campo, tiveram particular importância, nos últimos anos, por um lado, as tarefas de reestruturação das Corporações e Organismos, de estruturação das carreiras dos militarizados e de localização dos quadros superiores, e, por outro, as da arquitectura do sistema de comando, controlo e comunicações e de preparação dos diversos planos de actuação das FSM para fazer face às situações previsíveis de ameaças à segurança do Território. Os recursos humanos e materiais disponíveis, a organização estabelecida e as sólidas bases de preparação autónoma dos quadros locais das FSM permitem encarar com optimismo, serenidade e confiança os desafios à segurança do Território no período de transição e a inserção da actual estrutura das FSM na futura Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).

Os factores de natureza geográfica, física, humana, económica, social e cultural que emprestam a Macau, e à região em que o Território se insere, características tão peculiares e que condicionaram a política de segurança prosseguida nos anos anteriores, permanecem como principais modeladores das dificuldades encontradas na acção das FSM no controlo das fronteiras, no combate à delinquência e ao crime e nas tarefas de protecção civil. Todavia, a rápida mutação na região em que o Território se insere e a entrada em funcionamento do AIM, trazendo a nova situação de ligação directa a muitas partes do mundo, implicam uma indispensável convergência de esforços por forma a atenuar os efeitos adversos e manter as condições de estabilidade política e social e de desenvolvimento do Território, constituindo-se como condicionamentos à segurança com reflexos evidentes na política imediata a prosseguir.

A situação regional caracteriza-se por um significativo aumento da criminalidade, com expressão maior no crime organizado e no tráfico de armas e estupefacientes, o que acarreta preocupações de segurança acrescidas para Macau, pela possibilidade da sua escolha como local de refúgio ou de acção criminosa.

A entrada em funcionamento do AIM é uma situação nova, que além de trazer preocupações, até aqui quase desconhecidas, na área da segurança, como a do terrorismo internacional, potencializa possibilidades de o Território ser palco de activida-

des de tráfico de droga e armamento e, em geral, do crime organizado internacional.

Deste modo, as linhas de acção da Política de Segurança para 1996 abrangem, a par de orientações específicas para cada área de responsabilidade da segurança interna, orientações de natureza estrutural ou operacional, de carácter geral, contínuo e permanente, como sejam:

- Ajustar a organização dos recursos humanos e materiais, adaptando-a à evolução da conjuntura interna e regional;
- Prosseguir o processo de localização e o desenvolvimento de acções de formação no reforço do bilinguismo;
- Prosseguir o esforço de formação do pessoal;
- Aperfeiçoar a formação geral dos agentes, em especial, na área de formação cívica, de modo a melhorar a eficácia dos serviços e, ainda, o relacionamento com o público, melhorar a imagem e confiança junto dos cidadãos e aumentar o grau de participação e colaboração destes;
- Consolidar a instalação e promover o adequado funcionamento do Centro Coordenador de Operações;
- Melhorar a operacionalidade dos meios através do estabelecimento de programas de manutenção e modernização adequados;
- Renovar e melhorar as infra-estruturas existentes, por forma a dar-lhes maior funcionalidade e, conseqüentemente, conseguir maior capacidade de resposta e eficiência por parte das corporações e organismos que as utilizam;
- Desenvolver processos de cooperação estreita e permanente entre organismos e departamentos nas diferentes áreas de tutela e respectivos órgãos da Administração;
- Prosseguir as acções de informação e sensibilização dos cidadãos, por forma a obter-se a participação activa na prevenção e combate à infracção e delinquência, na dissuasão e combate à imigração ilegal, na prevenção dos riscos de acidente grave ou catástrofe e no estabelecimento das medidas destinadas a fazer-lhes face;
- Colaborar com as entidades competentes no ajustamento do quadro sancionatório dos diplomas em vigor no Território, particularmente na actualização das penalidades das infracções mais graves e frequentes, tendo em vista a dissuasão dos eventuais prevaricadores;
- Incrementar e aprofundar as relações com as autoridades externas vizinhas, particularmente as da região contígua da RPC, no domínio da prevenção e combate à delinquência e do controlo de circulação de pessoas e bens nas fronteiras.

Especificamente, no domínio da prevenção e combate à infracção e delinquência, tendo como objectivo prevenir e dissuadir a ocorrência de infracções e crimes e reprimi-los, pelos meios legais, caso ocorram, por forma a assegurar aos cidadãos mínimos riscos e condicionamentos à sua actividade normal, derivados da actividade delituosa, e, adicionalmente, criar condições para atrair pessoas e investimentos necessários ao desenvolvimento económico e social do Território, constituem, ainda, linhas de acção:

- Incrementar o esforço de obtenção de informações, a nível interno e externo, tendo em atenção as possibilidades de actuação do crime organizado e terrorismo internacional;
- Difundir recomendações de segurança a empresas e estabelecimentos, de modo a evitar ou limitar os efeitos de acção criminosa de que possam vir a ser alvo;
- Aperfeiçoar os processos de actuação das forças policiais, mediante o treino, teste e ajustamento dos planos operacionais decorrentes do Plano Geral de Segurança Interna e Plano de Segurança do Aeroporto, para situações de maior probabilidade de ocorrência;
- Aperfeiçoar e testar as formas de cooperação entre as forças e serviços policiais, nomeadamente a PJ;
- Melhorar a capacidade de resposta em situações de elevada violência, no controlo de acções de alteração da ordem pública e na actuação perante outras ameaças especiais, garantindo às Forças de Segurança destinadas a essas missões, a instrução, enquadramento e equipamento adequados;
- Intensificar a prevenção da imigração ilegal, nomeadamente fiscalizando a situação dos indivíduos que, detentores de visto de turista, se encontram a trabalhar ilegalmente no Território.

No domínio do controlo de fronteiras, tendo como objectivo dissuadir e reprimir a entrada e permanência no Território das pessoas cuja estadia não se enquadra nas medidas reguladoras da imigração impostas pela lei, bem como das mercadorias cuja entrada no Território, por razões de ordem económica, sanitária ou de segurança, não obedecem ao ordenamento legal vigente, constituem, ainda, linhas de acção:

- Garantir elevada operacionalidade dos postos fronteiriços, com relevo especial para o do AIM, intensificando o esforço de fiscalização com a finalidade de um controlo mais eficaz da entrada e saída de mercadorias do Território, particularmente as tentativas de passagem de droga e armas;
- Intensificar o esforço de patrulhamento nas áreas de jurisdição marítima, tendo em vista o controlo de embarcações e tripulantes e dissuadir e detectar a imigração ilegal;
- Intensificar as operações de identificação e de fiscalização, por forma a complementar aquelas acções e reprimir a imigração ilegal;
- Desenvolver a ligação com a «World Customs Organization».

No domínio da Protecção Civil, tendo como objectivo socorrer e assistir as pessoas em perigo; prevenir a ocorrência, diminuir a probabilidade de eclosão, limitar os riscos colectivos e atenuar os efeitos, para pessoas, bens e ambiente, de acidente grave, catástrofe ou calamidade, por forma a garantir condições de satisfação das necessidades fundamentais das pessoas e de vida colectiva, constituem linhas de acção:

- Actualizar o Plano de Protecção Civil «Tai Fong», em resultado das experiências colhidas na resposta às situações de risco já vividas, e alargamento do seu âmbito, por extensão, a outras situações de risco;
- Testar e ajustar os Planos de Contingência, relativos à possibilidade de ocorrência de acidente grave em pontos sensíveis, com especial atenção para o Aeroporto e Terminal de Combustíveis;

- Promover acções de informação e sensibilização visando a participação activa e a cooperação de entidades colectivas na tomada de medidas que contribuam para minimizar danos e aumentar a eficácia dos socorros;

- Assegurar a obtenção, através da celebração de protocolos de cooperação com entidades públicas e privadas, de meios susceptíveis de serem utilizados em situações de emergência, em reforço da capacidade de actuação da estrutura de Protecção Civil;

- Desenvolver esforços de colaboração com os organismos internacionais regionais orientados para a Protecção Civil e, particularmente, estreitar os laços de cooperação com a RPC e Hong Kong;

- Assegurar a informação oportuna em caso de ocorrência de situação de emergência na Estação Nuclear de Daya Bay e prosseguir na preparação das medidas a adoptar no Território.

## 7. Políticas de comunicação, turismo e cultura

A cultura de um povo, as suas vivências culturais e a base cultural das suas relações são elementos fundamentais da sua identidade, autonomia e sucesso. Esses elementos têm sido uma constante histórica e uma permanente realidade na existência de Macau ao longo de mais de quatro séculos.

Macau, exemplo único no mundo através das suas interinfluências civilizacionais, tem constituído no passado e constitui hoje uma experiência singular de coexistência entre pessoas e instituições de diversas tradições culturais, de que resulta uma identidade e singularidade próprias.

A vivência secular e o seu posicionamento geográfico de excelência no Delta do Rio das Pérolas, afirmam Macau como ponte no tempo e no espaço e como um verdadeiro pólo de desenvolvimento face ao futuro, em que uma política de continuidade se considera importante.

Optimizar esta vivência e potencializar Macau como local de informação, comunicação, entendimento e conhecimento; recuperar e preservar o património cultural humano e arquitectónico; criar e consolidar estruturas que assegurem a continuidade de Macau como centro irradiador de cultura; defender e desenvolver a identidade e singularidade próprias de Macau como seu elemento básico; e promover a actividade turística, enquanto sector económico da maior importância para o Território, como elemento da sua afirmação regional e internacional, são objectivos prioritários das políticas de Comunicação, Turismo e Cultura.

### 7.1. No domínio da comunicação

Nesta fase do período de transição o tempo é de consolidação dos objectivos definidos, pelo que se considera essencial reforçar os canais de informação, quer no plano interno quer em termos de difusão externa, tomando em especial consideração os eixos Macau-Portugal, Macau-República Popular da China e Macau-Região Ásia-Pacífico.

Assim, a nível interno, há que manter e aprofundar o princípio do entendimento e diálogo entre a Administração e todos os sectores da sociedade local, de forma a desenvolver um sentimento de pertença e fortalecer a identidade própria do Território. No plano externo, importa alargar e consolidar a imagem positiva de

modernidade e autonomia de Macau que tem vindo a ser alcançada nos últimos anos. Este é um objectivo tanto mais importante quanto maiores são os desafios globais que se colocam ao Território nos anos vindouros, com a utilização de um conjunto de novas infra-estruturas de projecção regional e mundial, com realce especial, naturalmente, para o AIM.

Por outro lado, é importante que, no quadro de defesa da autonomia do Território e da manutenção do actual sistema económico, social, político, jurídico e cultural, sejam consolidados os alicerces da liberdade de expressão consagrada na Lei de Imprensa e na própria Lei Básica da futura RAEM.

A salvaguarda dessa autonomia passa também pela plena assunção dos legados da História, em que releva a afirmação de Macau como espaço de interpenetração cultural e de diálogo de civilizações, sendo necessário criar as condições que permitam perpetuar os meios para a difusão escrita e audiovisual em língua portuguesa.

Acresce que a emergência de uma nova era, revolucionadora de conceitos e formas de comunicação, vencendo barreiras geográficas e abrindo caminho a um diálogo interactivo a muitas vozes, em todos os idiomas, num mundo virtual e sem distâncias, torna indispensável estimular a abertura de Macau à modernização das tecnologias de informação.

No contexto destas transformações e na prossecução daqueles objectivos, serão desenvolvidas diversas medidas e acções que permitam a sua realização, designadamente:

- Alargar os canais, internos e externos, de informação e comunicação, nomeadamente através de contactos periódicos com a comunicação social;

- Desenvolver um programa de visitas de familiarização e conhecimento para órgãos da comunicação social do exterior e assegurar o acompanhamento e o apoio informativos aos profissionais que se desloquem ao Território em missão de reportagem;

- Promover a edição de publicações, de âmbito geral e específico, que sirvam de referência a trabalhos jornalísticos sobre o Território. Neste particular, prosseguir-se-á a publicação e distribuição da revista «Macau», em edições mensais em língua portuguesa e anuais em língua inglesa, e criar-se-ão condições para a sua publicação regular em língua chinesa;

- Prosseguir o programa de formação com vista ao aperfeiçoamento dos profissionais da comunicação social, em áreas diversas da actividade jornalística, alargando o leque de matérias e formadores especializados;

- Conceber e concretizar planos de formação em colaboração com as escolas de ensino superior e empresas jornalísticas, por forma a descobrir novos valores para a comunicação social do Território, capazes de integrarem equipas profissionais bilíngues, tendencialmente localizáveis, essenciais para assegurar a presença de meios de difusão escrita e audiovisual nas línguas oficiais;

- Reforçar a capacidade de análise e síntese do conteúdo da comunicação social interna e externa, para constituir uma base documental que transmita à Administração uma imagem real e objectiva da opinião pública;



- Continuar a desenvolver contactos com os órgãos de comunicação social e os seus profissionais, visando a criação de um instrumento legal essencial para o enquadramento do acesso e exercício dessa importante actividade profissional;
- Criar, estimular e regulamentar a exploração da rede de televisão por subscrição em Macau;
- Regulamentar o exercício da actividade de produção e transmissão de televisão via satélite, a partir de Macau;
- Recuperar e reunir edições que constituam espólio da imprensa e do audiovisual em Macau, e iniciar estudos para a edição de uma colectânea em CD-ROM, que permita o acesso público a um valioso acervo que é parte da memória multicultural do Território;
- Produzir uma publicação electrónica, apta a constituir bases de dados e a introduzir com regularidade na rede INTERNET, permitindo o acesso rápido dos seus utilizadores a um conjunto de textos, fotografias e vídeos sobre Macau;
- Consolidar os serviços do Gabinete de Comunicação Social, intensificando a promoção da sua componente bilingue, dotando-os de um quadro de pessoal profissionalmente qualificado e de meios técnicos modernos; e
- Estreitar o relacionamento com entidades, meios e agentes de comunicação social da região; procurar dinamizar a organização de um Congresso regional sobre o futuro da informação no Delta do Rio das Pérolas, reunindo órgãos e profissionais da comunicação e contribuir para uma maior afirmação e projecção do Território na região.

## 7.2. No domínio do turismo

A diminuição de certos constrangimentos e o aumento da flexibilidade nas deslocações a Macau — enquanto destino turístico final — são realidades a materializar e consolidar após o início da exploração comercial do Aeroporto Internacional de Macau, facto que para as entidades públicas e privadas do sector turístico significa também tempo de mudança, cooperação, coordenação e desafio.

Tendo como elementos e preocupações fundamentais a base cultural e a diversificação do seu produto turístico, a sua localização privilegiada no Delta do Rio das Pérolas, uma promoção objectiva e competitiva face à concorrência variada e activa da região onde se insere e o seu conceito de excelência como base na qualidade do serviço, o Turismo é para Macau não só uma actividade económica essencial como também um dos veículos principais da sua afirmação regional e internacional.

Para o horizonte de 1996, para além dos objectivos gerais e sempre constantes de aumento do número de visitantes e de pernoitas e despesas *per capita*, de desenvolvimento do produto turístico e do investimento na promoção e na captação do segmento do mercado de «reuniões de incentivos», consideram-se como objectivos prioritários neste domínio:

- Reforçar a imagem de Macau como destino turístico autónomo e final através do uso e consolidação do conceito «Macau Cidade de Cultura, Porta Aberta para a China», salientando-se a sua identidade e singularidade, face à concorrência sempre crescente dos destinos circundantes;

- Melhorar a qualidade do serviço ao cliente através do reforço da formação, não só a dirigida à preparação de trabalhadores e quadros das empresas do sector, como também a destinada ao aperfeiçoamento dos agentes da administração pública da área do turismo;
- Reformular a estratégia de acção promocional, que deverá ser orientada de modo gradual e selectivo tendo em atenção mercados mais elegíveis, não só em função do seu potencial gerador, como disponibilidade de acesso aéreo directo a Macau;
- Reestruturar o aparelho de representação externa do turismo de Macau («Macau Tourism Information Bureau» e escritórios), tendo em vista os mercados prioritários e uma intervenção mais activa na definição da imagem do turismo de Macau e na comercialização do respectivo produto turístico;
- Apoiar, pelos meios adequados e compatíveis, a diversificação do produto turístico de Macau e a introdução de novas estruturas e eventos de animação, que permitam uma melhor atracção e uma maior permanência do turista;
- Aprofundar e dinamizar a participação de Macau em organismos internacionais da área do turismo, incluindo estruturas associativas de cooperação técnico-profissional e promocional.

Estes objectivos pressupõem o lançamento e a concretização de certos projectos, a tomada de determinadas medidas e a realização de acções diversas. Assim, são projectos a lançar e concretizar em colaboração com outros serviços e entidades privadas:

- Os parques urbanos de Mong-Há e da Barra;
- As infra-estruturas de apoio à Fonte Cibernética do Reservatório de Cacilhas, que permitam a sua utilização para efeitos de animação turística e usufruto da população;
- A conclusão dos Museus do Vinho e do Grande Prémio;
- O equipamento total e global do Centro de Actividades Turísticas;
- O desenvolvimento do plano de animação turística da zona do Porto Interior, fundamentalmente entre o monumento «Porta do Entendimento» e a Ponte-Cais n.º 16 (Avenida de Almeida Ribeiro);
- A continuação do embelezamento, preservação e iluminação dos pontos turísticos e históricos;
- O prosseguimento da realização de eventos promocionais de nível regional e mundial, como sejam o Grande Prémio, o Festival Internacional de Fogo-de-Artifício, a corrida de Barcos-Dragão, e a criação de outros que contribuam para a divulgação do produto turístico;
- O parque temático da ilha da Taipa (Baía do Hotel Hyatt);
- A marina na ilha da Taipa;
- A dinamização turístico-cultural do complexo da Avenida da Praia na ilha da Taipa; e
- O posto de informação turística da vila de Coloane.

Constituem acções a desenvolver:



- O desenvolvimento da nova estrutura orgânica da Direcção dos Serviços de Turismo no plano da operacionalidade ajustada às grandes áreas de intervenção aí previstas, com conveniente selecção e afectação de quadros técnicos, não só na perspectiva técnico-profissional como também no propósito da sua gradual localização;
- A criação das novas estruturas de formação, decorrentes da entrada em funcionamento do Instituto de Formação Turística (I.F.T.) e das novas instalações escolares;
- A exploração das vias de assistência técnica e de cooperação do I.F.T. com instituições similares portuguesas e estrangeiras, designadamente recorrendo aos apoios resultantes do acordo Macau-União Europeia, da «International Air Transport Association» ou outros elegíveis;
- A intensificação dos contactos e o diálogo com os operadores locais, visando não só o seu envolvimento nas acções promocionais externas, como também a sua participação activa na definição dos programas de formação, na perspectiva do efeito útil sobre a produtividade das empresas e do valor acrescentado na qualidade do serviço a prestar;
- A ampliação e o reforço dos meios técnico-pedagógicos de apoio à selecção, reciclagem e formação contínua de trabalhadores das empresas hoteleiras e de turismo;
- A colaboração na reciclagem e formação de trabalhadores de outros sectores da economia do Território para a indústria do turismo e da hotelaria;
- A incrementação do apoio à realização de eventos no âmbito do segmento de mercado de reuniões e incentivos;
- O desenvolvimento de um programa de promoção conjunta com as companhias aéreas que operem em Macau, em particular a Air Macau, e estreitar relações com os operadores turísticos internacionais vocacionados para a área do Pacífico, mercados tradicionais de Macau e mercados emergentes em consequência das ligações aéreas a serem estabelecidas;
- A promoção de mecanismos de cooperação, bem como de estratégias concertadas dentro dos pressupostos e contextos atrás referidos, que permitam o lançamento no mercado internacional do produto turístico «Macau», atractivo e ajustado aos diferentes tipos de procura;
- O aprofundamento da cooperação turística com os organismos congéneres no âmbito do projecto de promoção conjunta do Delta do Rio das Pérolas;
- A criação e a dinamização do Conselho de Turismo, órgão consultivo que visará a adequação das actividades turísticas aos interesses do Território, bem como o apoio à definição da política do turismo de Macau;
- O desenvolvimento e a aplicação de um plano estratégico para o turismo de Macau, em cooperação com outras entidades da Administração, operadores locais e entidades internacionais do turismo;
- O desenvolvimento de acções de sensibilização da população de Macau para a importância do turismo, através da sua participação na criação de um bom ambiente de recepção e simpatia para os visitantes;

- O estímulo da iniciativa privada, do tipo associativo, ou empresarial e, bem assim, dos municípios, para a criação de novos atractivos, especialmente de animação, e de estruturas (como parques temáticos, zona de desportos náuticos, ou outras), sem prejuízo do desenvolvimento das acções de apoio aos eventos e recursos de atracção tradicionais e à progressiva implantação do segmento de mercado de reuniões e incentivos; e

- Pôr em execução o novo Regulamento de Actividades Hoteleiras e Similares e adaptar os procedimentos internos face a essa nova legislação.

### 7.3. No domínio da cultura

Macau encontra na sua identidade própria o elemento fundamental e a base do futuro com autonomia, segurança e progresso.

Assim, defender e desenvolver essa identidade, através da preservação da herança humanística e do património cultural colectivo, são tarefas a realizar em conjunto com a população do Território.

Nesta perspectiva, a política de cultura a desenvolver em 1996 visa consolidar um sentimento colectivo de identificação da população com o Território e os valores que o diferenciam, bem como desencadear acções e criar ou reformular instituições que permitam a manutenção da raiz cultural do Território e a sua divulgação no espaço geográfico em que se insere. De importância relevante se considera também a construção e desenvolvimento de estruturas físicas que, servindo o presente, se projectarão no futuro, como sejam o Museu e o Centro Cultural de Macau.

Para cumprimento dos princípios enunciados e dos programas estabelecidos, serão desenvolvidas as seguintes medidas e acções:

- Incentivar as acções destinadas a promover a cultura local e a animar a vida cultural do Território;
- Defender, preservar e enriquecer o património cultural de Macau, estabelecendo directrizes que garantam a sua sobrevivência, fruição e divulgação. De grande importância se consideram as acções a desenvolver tendo como alvo principal o património humano e as manifestações de criatividade e autenticidade dos hábitos, usos e costumes locais;
- Continuar a aprofundar as relações culturais de Macau com Portugal e a República Popular da China, bem como com outros países e ainda com comunidades lusófonas do Oriente;
- Incentivar, promover e apoiar as diversas formas de criação e de formação artística;
- Promover e incentivar, de acordo com um planeamento global e integrado, a investigação e recolha de testemunhos sobre Macau e as suas comunidades, nos contextos histórico, geográfico e demográfico que lhe são específicos;
- Intensificar esforços que visem perpetuar os valores culturais de Macau e a presença portuguesa no Oriente e dinamizar o conceito do português como língua de cultura;
- Prosseguir a concretização do projecto «Museu de Macau», em que de forma temática, ampla e multifacetada se procurará retratar o perfil sociocultural de Macau e da sua população, desde o passado até aos nossos dias, perspectivando o futuro;

- Acompanhar a construção e equipamento do Centro Cultural de Macau e criar estruturas para a sua dinamização e funcionamento;
- Fomentar a cooperação entre as instituições com vocação cultural públicas e privadas, tendo em vista a optimização dos meios e esforços envolvidos na promoção cultural e efectiva troca de experiências;
- Continuar a enriquecer o património cultural e paisagístico de Macau, através de obras de arte de artistas locais, da região e de Portugal;
- Incentivar a dinâmica das associações culturais do Território, através da concessão de subsídios para a concretização de acções várias, com destaque para a formação e aperfeiçoamento artístico;
- Realizar e produzir diversos eventos, que constituam elementos de animação cultural local e de incentivo à vida artística do Território e possam promover Macau, regional e internacionalmente como Cidade de Cultura, atraindo visitantes, nomeadamente: o VII Festival de Artes de Macau, em co-organização com o Leal Senado; o XIV Concurso para Jovens Músicos; o X Festival Internacional de Música; oficinas de teatro e de ópera cantonense, assim como a participação de um grupo de teatro local no Festival Internacional de Expressão Ibérica; um programa anual de exposições, fundamentalmente com a participação dos artistas plásticos locais, da República Popular da China e de Portugal; programa de concertos com a Orquestra de Câmara e com a Orquestra Chinesa de Macau; a organização de ciclos de cinema em colaboração com outras entidades culturais da região;
- Materializar a vocação de Macau como local de encontro, promovendo e apoiando seminários, colóquios e congressos sobre assuntos de índole cultural, artística, literária e outros de importância relevante, quer a nível local quer no exterior;
- Desenvolver a Orquestra Chinesa de Macau e reestruturar a Orquestra de Câmara de Macau, constituindo a título permanente e profissional o núcleo de uma orquestra sinfónica, que possa prestigiar e projectar Macau e ainda consubstanciar um elemento básico da formação a ministrar no Conservatório e da animação musical das escolas do Território;
- Aprovar, apoiar e acompanhar a acção dos centros culturais existentes junto das Embaixadas de Portugal na região Ásia-Pacífico, de cujo programa devem constar acções a desenvolver no âmbito da política cultural do Território;
- Promover a realização em Macau do II Encontro das Comunidades de Macau espalhadas pelo mundo;
- Completar a inventariação do património arquitectónico, em particular, e do património cultural, em geral, promovendo, ao mesmo tempo, a investigação inerente ao processo de inventariação;
- Continuar a acção de restauro, recuperação e rentabilização do património de Macau e Ilhas, tendo em vista a compreensão histórica do Território e, sempre que possível, visando uma utilização futura, de índole cultural ou outra;
- Concluir a cripta e o Museu das Ruínas de São Paulo;
- Organizar acções de formação nas áreas do restauro e recuperação de obras literárias, de arquivo e das artes plásticas;
- Completar a ampliação do Conservatório de Macau e do seu equipamento, e continuar as acções de formação aí realizadas nas áreas da música, da dança e do teatro;
- Desenvolver acções que visem atribuir à Biblioteca Central o estatuto de depósito legal da Comunidade Europeia;
- Fomentar a utilização de novas tecnologias de tratamento da informação na Biblioteca Central e no Arquivo Histórico, nomeadamente com recurso à telemática, com o objectivo de melhorar o funcionamento da Rede de Leitura Pública, possibilitando ao público o acesso aos bancos e redes de dados internacionais e o alargamento do seu campo de pesquisa;
- Preservar, tratar e divulgar informação especializada sobre o património bibliográfico da Biblioteca Central;
- Promover e divulgar valores socioculturais portugueses e chineses, através da tradução e edição de obras literárias, e promover a edição de obras que se refiram a Macau;
- Fomentar hábitos de leitura na população, dinamizando a realização de uma Feira do Livro de Macau e a participação noutras congéneres;
- Continuar o programa de edição em língua chinesa da «Biblioteca Básica de Autores Portugueses»;
- Prosseguir a publicação da «Revista de Cultura» em português, chinês e inglês;
- Continuar a desenvolver um programa editorial, tendo especialmente em vista a publicação, em língua chinesa, de obras importantes sobre os Descobrimientos Portugueses;
- Actuar junto das comunidades existentes em antigos locais de presença portuguesa, no sentido de lhes prestar apoio cultural e de lhes avivar as suas raízes e influências;
- Recolher, tratar, preservar e divulgar a documentação existente nas instituições públicas e privadas de Macau e do estrangeiro, relevante para a História de Macau e da presença portuguesa no Oriente;
- Constituir o «Arquivo de Segurança», tendo em vista a salvaguarda do espólio documental do Território e a promoção da investigação sobre Macau;
- Dar tratamento informatizado e microfilmado, de forma sistematizada, toda a documentação arquivística e bibliográfica; e
- Desenvolver esforços, coordenados com as acções de recuperação do património arquitectónico, no sentido de criar em Macau «zonas culturais» que, para além de pontos de atracção turística, possam constituir verdadeiros pólos da cultura do Território.

ANEXO II

PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO PARA 1996

A proposta global do Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração, para 1996, ascende a 1 600,0 milhões de patacas, representando 16,7% do total das despesas previstas no orçamento geral do Território desse ano. Comparati-

vamente com a situação inicial do exercício de 1995, verifica-se um decréscimo nominal de 8,6%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA — 1996, 154,2 milhões de patacas destinam-se à constituição de uma dotação provisional, 19,0 milhões visam cobrir concorrencialmente um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes e os restantes 1 426,8 milhões estão ligados às 246 acções de investimento.

Quadro I

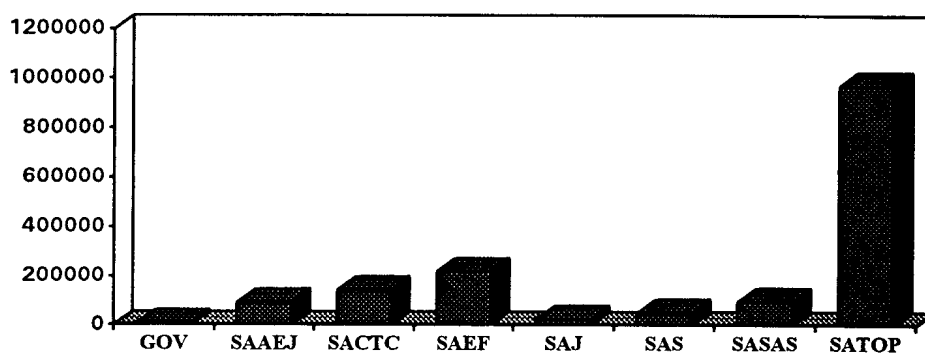
Proposta orçamental do PIDDA - 1996  
(Segundo a natureza, por tutela)

(Milhares de patacas)

NATUREZA	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
Obras	3 600,0	86 100,0	130 478,1	1 300,0	11 680,0	18 549,0	49 210,0	764 826,0	1 065 743,1
Aquisições	0,0	0,0	0,0	45 000,0	0,0	0,0	0,0	3 000,0	48 000,0
Equipamento	2 200,0	5 300,0	9 300,0	8 300,0	11 491,0	31 451,00	46 807,6	34 454,7	149 304,3
Estudos, planos e projectos	200,0	0,0	2 000,0	9 500,0	1 299,0	0,0	700,0	150 115,8	163 814,8
<i>Subtotal</i>	6 000,0	91 400,0	141 778,1	64 100,0	24 470,0	50 000,0	96 717,6	952 396,5	1 426 862,2
Dotação provisional	0,0	0,0	0,0	154 162,7	0,0	0,0	0,0	0,0	154 162,7
Dotação concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18 975,1	18 975,1
<i>Total</i>	6 000,0	91 400,0	141 778,1	218 262,7	24 470,0	50 000,0	96 717,6	971 371,6	1 600 000,0

Distribuição das despesas de investimento orçamentadas, por tutelas

Milhares de patacas



Repartindo a dotação global por áreas de responsabilidade, constata-se que os serviços na dependência do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorvem cerca de 60,7% dos projectos inscritos no PIDDA-1996.

No que se refere às restantes tutelas e excluindo a dotação provisional, que embora se encontre sob a responsabilidade do Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças está afecta à globalidade do Plano, salienta-se o peso relativo das áreas de responsabilidade dos Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura, Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais e Secretário-Adjunto para a Administração, Educação e

Juventude, com 8,9%, 6,0% e 5,7%, respectivamente.

Dentro da área de responsabilidade do Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas merece realce a fatia atribuída à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes que mobiliza 645,5 milhões de patacas (36,9% do total das verbas do PIDDA) para um total de 49 acções de investimento, e ao próprio Gabinete, 280,9 milhões de patacas, affectos a 9 projectos.

Analisando os investimentos de acordo com a natureza, verifica-se que cerca de dois terços do total das verbas atribuídas ao PIDDA-96 (1 065,7 milhões de patacas) se destinam a «Obras» (quadro I).

Quadro II

**Proposta orçamental do PIDDA - 1996**  
(Segundo as áreas de intervenção, por tutela)

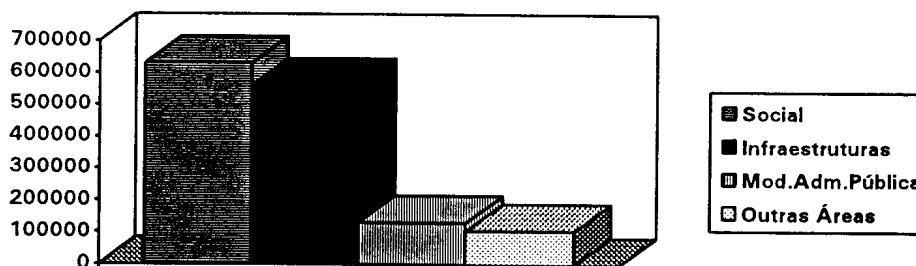
(Milhares de patacas)

Área de intervenção	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
Social	0,0	86 300,0	38 500,0	0,0	1 600,0	45 220,0	94 676,6	364 699,5	630 996,1
Infra-estruturas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	560 596,9	560 596,9
Mod. Adm. Pública	6 000,0	5 100,0	8 400,0	64 100,0	22 870,0	4 780,0	2 041,0	17 800,0	131 091,0
Outras áreas	0,0	0,0	94 878,1	0,0	0,0	0,0	0,0	9 300,0	104 178,1
<i>Subtotal</i>	6 000,0	91 400,0	141 778,1	64 100,0	24 470,0	50 000,0	96 717,6	952 396,5	1 426 862,2
Dotação provisional	0,0	0,0	0,0	154 162,7	0,0	0,0	0,0	0,0	154 162,7
Dotação concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18 975,1	18 975,1
<i>Total</i>	6 000,0	91 400,0	141 778,1	218 262,7	24 470,0	50 000,0	96 717,6	971 371,6	1 600 000,0

Por áreas de intervenção, destaca-se a área «Social» que conta com 631,0 milhões de patacas, ou sejam 39,4% do total das despesas de investimento, dos quais 32,6% destinam-se ao Centro Cultural de Macau. A área das «Infra-estruturas» conta, por sua vez, com 560,6 milhões de patacas, absorvendo as Estações de

Tratamento de Águas Residuais de Macau e da Taipa, em conjunto, 17,6%, ou sejam 98,9 milhões de patacas, e o projecto de Remoção, Recolha e Limpeza de Resíduos Sólidos, 17,2% do total dos investimentos em infra-estruturas traduzidos por 96,3 milhões de patacas.

Distribuição dos investimentos orçamentados, por áreas de intervenção



Quadro III

**Proposta orçamental do PIDDA - 1996**  
(Segundo a classificação económica, por tutela)

(Milhares de patacas)

Classificação económica	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
Terrenos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Habitação	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19 025,0	19 025,0
Edifícios	3 600,0	66 200,0	119 978,1	46 300,0	11 680,0	18 548,9	49 237,5	293 731,4	609 275,9
Estradas e pontes	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	55 373,9	55 373,9
Portos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,1	32,1
Construções diversas	0,0	19 900,0	12 700,0	0,0	0,0	0,0	0,0	397 863,6	430 463,6

Classificação económica	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
Melhor. fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Maquinaria e equipamento	2 200,0	5 300,0	7 100,0	8 300,0	11 491,0	31 451,1	46 780,1	34 454,7	147 076,9
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos	200,0	0,0	2 000,0	9 500,0	1 299,0	0,0	700,0	151 915,8	165 614,8
<i>Subtotal</i>	6 000,0	91 400,0	141 778,1	64 100,0	24 470,0	50 000,0	96 717,6	952 396,5	1 426 862,2
Dotação provisional	0,0	0,0	0,0	154 162,7	0,0	0,0	0,0	0,0	154 162,7
Dotação concorrencial	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18 975,1	18 975,1
<i>Total</i>	6 000,0	91 400,0	141 778,1	218 262,7	24 470,0	50 000,0	96 717,6	971 371,6	1 600 000,0

Distribuindo os investimentos por classificação económica, constata-se que os «Edifícios» detêm um peso relativo de cerca de 38,1% no total dos investimentos, correspondente a 609,3 milhões de patacas. Nesta rubrica destacam-se os edifícios para o Centro Cultural de Macau e para o Museu de Macau que absorvem, respectivamente, 205,4 e 68,8 milhões de patacas.

Por ordem de importância segue-se a rubrica «Construções diversas», com 430,5 milhões de patacas, representando 29,9% do PIDDA-96. Do conjunto de acções agrupadas nesta designação merecem realce a ETAR da Taipa e o Complexo Desportivo da Taipa, cujas dotações orçamentadas ascendem a 72,6 milhões de patacas e 54,5 milhões de patacas, respectivamente.

## Quadro IV

**Proposta orçamental do PIDDA - 1996**  
(Segundo a classificação funcional)

(Milhares de patacas)

Classificação funcional	Proposta para 1996	
	Dotação	%
1 — Serviços Gerais da Administração	128 941,0	8,06
010 — Administração geral	92 011,0	5,75
020 — Justiça, ordem e segurança	36 930,0	2,31
2 — Segurança Pública	72 695,0	4,54
010 — Comando	15 459,0	0,97
020 — Polícia	45 001,7	2,81
030 — Bombeiros	11 849,3	0,74
040 — Protecção civil	385,0	0,02
3 — Educação	101 950,0	6,37
010 — Administração, regulamentação e investigação	0,0	0,00
020 — Ensino	90 000,0	5,63
030 — Formação profissional	11 950,0	0,75
4 — Saúde	56 976,6	3,56
010 — Administração, regulamentação e investigação	1 527,5	0,10
020 — Medicina	42 540,0	2,66
030 — Higiene e saúde pública	12 909,1	0,81
5 — Previdência Social	26 000,0	1,63
010 — Administração e regulamentação	0,0	0,00
020 — Acção social	26 000,0	1,63
030 — Pensões e reformas	0,0	0,00
6 — Habitação	20 000,0	1,25
010 — Administração e regulamentação	3 000,0	0,19
020 — Habitação social	17 000,0	1,06

Classificação funcional	Proposta para 1996	
	Dotação	%
7 — Outros serviços colectivos e sociais	444 662,7	27,79
010 — Cultura	329 709,5	20,61
020 — Desporto e recreio	106 443,2	6,65
030 — Cultos	0,0	0,00
040 — Meteorologia e geofísica	5 400,0	0,34
050 — Cartografia	1 810,0	0,11
060 — Comunicação social	600,0	0,04
070 — Assuntos de trabalho	700,0	0,04
8 — Serviços económicos	575 636,9	35,98
010 — Administração, regulamentação e investigação	500,0	0,03
020 — Agricultura, silvicultura, pecuária e pescas	0,0	0,00
030 — Indústrias	1 000,0	0,06
040 — Infra-estruturas	177 110,5	11,07
050 — Transportes	143 988,1	9,00
060 — Comunicações	0,0	0,00
070 — Comércio	0,0	0,00
080 — Turismo	20 750,0	1,30
090 — Ordenamento físico e ambiente	232 288,3	14,52
<i>Subtotal</i>	<i>1 426 862,2</i>	<i>89,18</i>
Dotação provisional	154 162,7	9,64
Dotação concorrencial	18 975,1	1,19
<i>Total</i>	<i>1 600 000,0</i>	<i>100,00</i>

## Quadro V

**Proposta orçamental do PIDDA –1996**  
**(Segundo a classificação orgânica)**

(Milhares de patacas)

Classificação orgânica	Proposta para 1996	
	Dotação	%
40.03 — Serviços de Administração e Função Pública	4 500,0	0,26
40.05 — Direcção dos Serviços de Educação e Juventude	60 000,0	3,43
40.07 — Direcção dos Serviços de Estatística e Censos	8 500,0	0,49
40.09 — Direcção dos Serviços de Finanças	50 600,0	2,89
40.22 — Serviços Meteorológicos e Geofísicos	5 000,0	0,29
40.23 — Direcção dos Serviços de Turismo	12 550,0	0,72
40.24 — Gabinete de Comunicação Social	1 200,0	0,07
40.27 — Capitania dos Portos de Macau	15 000,0	0,86
40.28 — Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau	50 000,0	2,86
40.29 — Direcção de Serviços de Trabalho e Emprego	12 900,0	0,74
40.31 — Direcção dos Serviços de Cartografia e Cadastro	1 810,0	0,10
40.32 — Directoria da Polícia Judiciária	5 400,0	0,31
40.34 — Direcção dos Serviços de Justiça	9 700,0	0,55
40.34 — Gabinete para os Assuntos Legislativos	2 500,0	0,14
40.35 — Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	645 500,0	36,89
40.36 — Gabinete para a Tradução Jurídica	2 500,0	0,14
40.37 — Instituto dos Desportos de Macau	26 900,0	1,54
40.38 — Instituto Cultural de Macau	39 400,0	2,25
40.57 — Instituto de Acção Social de Macau	25 470,0	1,46
40.64 — Oficinas Navais	2 150,0	0,12

Classificação orgânica	Proposta para 1996	
	Dotação	%
40.67 – Imprensa Oficial de Macau	4 370,0	0,25
40.73 – Instituto de Habitação de Macau	21 000,0	1,20
40.76 – Instituto de Promoção do Comércio e do Investimento de Macau	2 500,0	0,14
40.78 – Serviços de Saúde de Macau	56 987,6	3,26
40.79 – Comissão Instaladora da Escola Superior de Turismo	3 200,0	0,18
40.82 – Gabinete do Governador	6 000,0	0,34
40.83 – Secretário-Adjunto para a Comunicação, Turismo e Cultura	85 428,1	4,88
40.85 – Secretário-Adjunto para a Saúde e Assuntos Sociais	1 360,0	0,08
40.86 – Secretário-Adjunto para a Economia e Finanças	2 500,0	0,14
40.89 – Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas	280 911,6	16,05
<i>Subtotal</i>	<i>1 445 837,3</i>	<i>82,62</i>
Dotação provisional	154 162,7	8,81
<i>Total</i>	<i>1 600 000,0</i>	<i>100,0</i>

### III — ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICO-FINANCEIRA DE MACAU

#### ÍNDICE

#### I — EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

1. As economias da OCDE
2. As dinâmicas economias da Ásia e a R.P. China
3. Outras economias

#### II — CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA CONJUNTURA ECONÓMICA DE MACAU

- Consumo privado
- Consumo público
- Formação bruta do capital fixo
- Transacções de bens e serviços com o exterior

#### III — COMÉRCIO EXTERNO

1. Evolução global
2. Comportamento sectorial das exportações
3. Orientação geográfica das exportações
4. Comportamento sectorial das importações
5. Importações por mercados

#### IV — EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO MONETÁRIA E CAMBIAL

1. Evolução global
2. Evolução das taxas de juro e de câmbio
3. Comportamento da massa monetária
4. Crédito interno
5. Relações financeiras com o exterior
6. Actuação da Autoridade Monetária e Cambial de Macau
7. Actividade da OIM's
  - a) Evolução da actividade do sector bancário
  - b) Mercado interbancário

## V — FINANÇAS PÚBLICAS

1. Evolução das contas públicas do Território
2. Orçamento para 1996

## VI — PLANO DE INVESTIMENTO E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

1. Evolução dos investimentos públicos
2. Execução financeira do PIDDA - 1995

## I — EVOLUÇÃO DA ECONOMIA INTERNACIONAL

## 1.1. — As economias da OCDE

Em 1994 as economias da OCDE, e apesar de algum atraso na retoma económica por parte do Japão, iniciaram finalmente um novo período de expansão, com os sinais de relançamento já manifestados em 1993 pelos países industrializados de expressão inglesa (EUA, Canadá, Reino Unido, Austrália e Nova Zelândia) e por alguns países da Europa do Norte a consolidarem-se e alargarem-se às restantes economias, a um ritmo que ultrapassou as previsões iniciais. O PIB agregado acelerou para uma taxa real de 2,9 por cento após os modestos 1,3 por cento em 1993.

Os EUA registaram uma aceleração do crescimento real do PIB de 3,1 por cento em 1993 para 4,1 por cento em 1994, e nas restantes economias de expressão inglesa o crescimento real do produto situou-se entre vigorosas taxas de 3,8 no Reino Unido e 6 por cento na Irlanda.

Pelo contrário, a Europa Continental e o Japão, tendo iniciado a recessão mais tardiamente, só em 1994 dela emergiram. A União Europeia registou um crescimento do produto de 2,4 por cento em 1994, depois da quebra de 0,4 por cento de 1993. No Japão, ainda mais desfasado no ciclo económico, o crescimento do PIB real em 1994 atingiu apenas 0,6 por cento.

Embora as projecções para 1995 e 1996 apontem para um crescimento sustentado do produto, ocorreram no 1.º semestre deste

ano alguns acontecimentos com efeitos adversos no crescimento a curto prazo. O acontecimento mais importante foi a crise financeira do México, seguido da desvalorização do dólar americano e de muitas outras moedas europeias contra o iene japonês, o marco alemão e moedas a ele indexadas e o franco suíço.

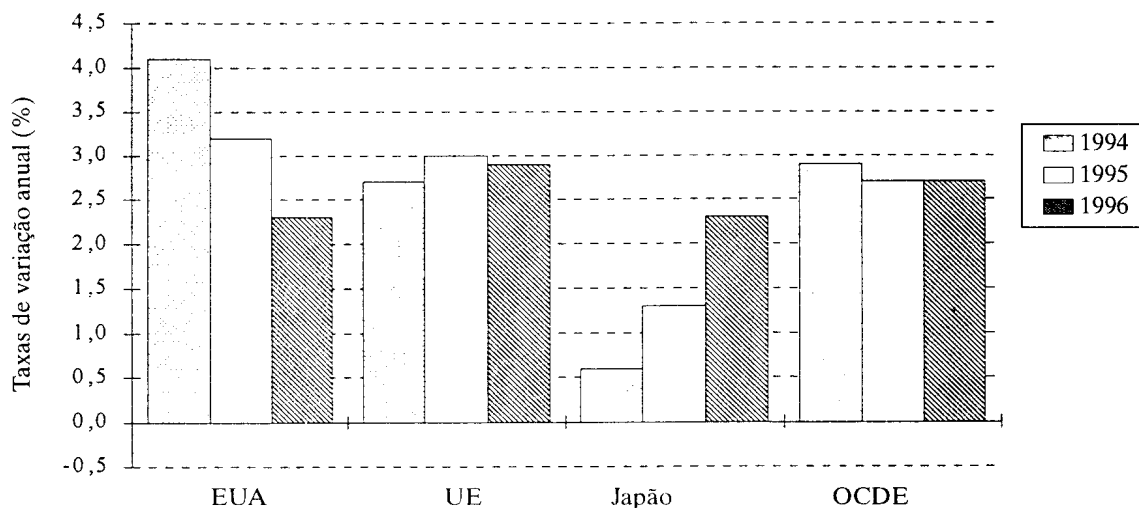
Na Europa, as pressões nos mercados cambiais obrigaram alguns países a aumentar as taxas de juro e a maior parte dos países que viram as suas moedas enfraquecidas são caracterizados por elevados défices orçamentais.

Consequentemente, as previsões iniciais foram revistas para baixo, esperando-se que, em 1995 e em 1996, o crescimento anual do produto agregado dos países da OCDE se situe nos 2,7 por cento e no pressuposto de ter sido atingida a desejável estabilidade cambial.

No entanto, a turbulência verificada nas taxas de câmbio vai alterar significativamente a posição competitiva relativa entre os países da OCDE nos próximos dois anos, com importantes repercussões na actividade económica e «performance» exportadora.

Nos EUA, as políticas destinadas a evitar os perigos de sobreaquecimento da economia tiveram como efeito a queda do crescimento do produto para 3 por cento no 1.º semestre deste ano. As projecções apontam para um crescimento médio do produto de 3,2 por cento em 1995, declinando ainda em 1996 para 2,3 por cento.

Previsões de crescimento económico  
nos países da OCDE  
— PIB real —



FONTE: OCDE: «Economic Outlook», Junho de 1995.

A subida das taxas de juro e a desvalorização do dólar têm afectado negativamente, no corrente ano, o consumo privado nos

EUA, quer de bens duradouros quer de bens não duradouros, prevendo-se a continuação desta tendência. Em 1995, o consumo



privado deverá crescer, em termos reais, 2,7 por cento (contra 3,5 por cento em 1994) e apenas 1,9 por cento em 1996.

Ao contrário, na Europa o crescimento do produto deverá acelerar para 3 por cento em 1995 e 1996, crescimento suportado pelo bom comportamento das exportações mas cujo papel será gradualmente substituído pelo investimento que se prevê crescer a 6 por cento tanto em 1995 como em 1996.

No Japão, a retoma económica, liderada pela procura interna, será lenta, com o produto a crescer apenas 1,3 por cento em 1995, podendo elevar-se para 2,3 por cento em 1996, desde que o iene se mantenha estável.

A retoma do crescimento económico terá efeitos positivos nos indicadores relativos ao emprego, embora as diferenças entre países sejam substanciais.

Prevê-se que a taxa de desemprego nos países da OCDE baixe de 8,1 por cento em 1994 para 7,6 por cento até final de 1996, mas na Europa a taxa de desemprego não deverá descer abaixo de 10,6 por cento no mesmo período. Trata-se de um desemprego estrutural que afecta cerca de 20 milhões de pessoas, requerendo reformas de fundo no mercado de trabalho e de política social.

No Japão, a lenta retoma não trará impacto significativo na taxa de desemprego que em 1995 se situou em 2,9 por cento. Nos EUA, a taxa de desemprego deverá baixar de 6,1 por cento em 1994 para 5,6 em 1995, mas a desaceleração do crescimento económico levará à sua estabilização para 1996 em cerca de 5,7 por cento.

A redução da taxa de inflação para 2,1 por cento em 1994, foi o resultado mais notável conseguido pelos países da OCDE. A moderação do crescimento nos países de crescimento mais elevado, particularmente os EUA, permite esperar a estabilização da taxa de inflação em 2 por cento em 1995 com alguma pressão altista em 1996 (2,7 por cento). Para os países cujas moedas têm desvalorizado serão de prever taxas de inflação superiores àquela média, acentuando-se a divergência entre países.

A retoma económica tem também efeito positivo sobre os défices fiscais estruturais desde 1994, mas continuarão ainda a níveis muito elevados especialmente na Europa.

Em relação ao comportamento individual nos (tradicionais) três principais mercados comunitários de consumo final das exportações de Macau, espera-se um maior crescimento do produto no Reino Unido (crescimento médio de 3,4 por cento em 1995), embora em desaceleração, seguido pela França e pela Alemanha (3 por cento e 2,9 por cento, respectivamente, e para 1995).

Na Alemanha, a consolidação fiscal afectou o rendimento real disponível das famílias, e o consumo privado deverá cair de 1,3 por cento em 1994 para 1 por cento em 1995. No entanto, em 1996 prevê-se o crescimento do consumo privado a uma taxa de 3 por cento, motivado pela robusta retoma económica, pelos acréscimos salariais e pelo decréscimo da carga fiscal, assim como pelo impacto da valorização do marco na quebra dos preços dos bens importados.

Em França, o crescimento do consumo privado acelera em 1995 e 1996 para 2,2 por cento e 3,4 por cento, respectivamente (contra 1,5 por cento em 1994), motivado pela aceleração do crescimento do produto, melhoria na situação do emprego e aumento dos rendimentos.

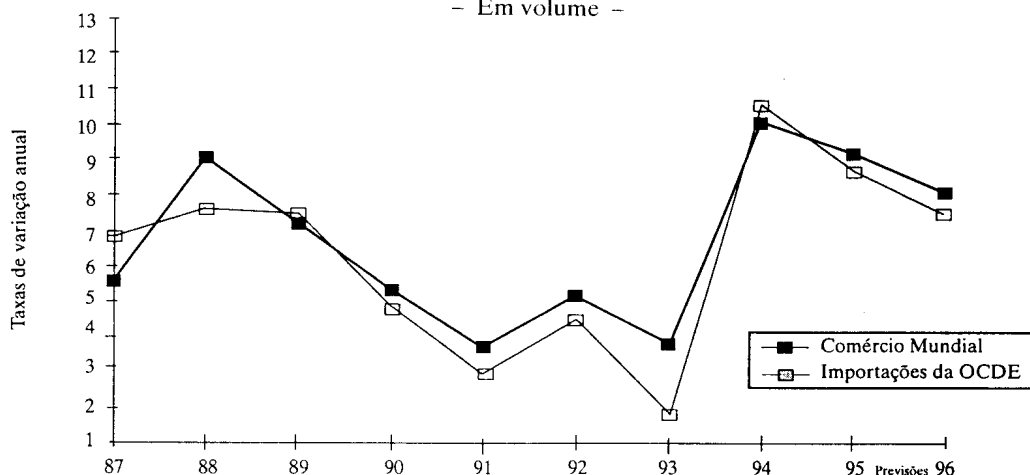
No Reino Unido, um dos primeiros países a sair da recessão, já em 1994 o consumo privado cresceu à taxa de 2,6 por cento, apesar do aumento da carga fiscal nesse mesmo ano. Embora previsto abrandamento do ritmo de crescimento do produto para 1995 e 1996, o consumo privado manter-se-á estável no período em análise por uma situação favorável no mercado de trabalho e nos salários.

O comércio mundial cresceu em 1994 à taxa de 10 por cento, em volume, nível de crescimento que não era atingido há quase 20 anos. O substancial diferencial de crescimento entre o comércio e o produto mundiais em 1994 reflecte, em geral, a crescente integração das economias nacionais através do comércio e, em particular, o efeito da retoma económica na Europa Ocidental cujo comércio externo aumentou a um ritmo três vezes superior ao do produto.

A dinâmica de crescimento do comércio mundial deverá continuar, atingindo 9 por cento em 1995 e baixando ligeiramente em 1996, devido à desaceleração do crescimento nos EUA e consequente quebra da procura interna.

**Previsões de crescimento do comércio mundial\*  
e das importações da OCDE**

— Em volume —



\* Média aritmética das taxas de crescimento das exportações e importações mundiais.

FONTE: OCDE: «Economic Outlook», Junho de 1995 e outros.

Apesar do florescente comércio mundial, largas diferenças marcam a balança de transacções correntes dos vários países (em % do PIB): acentuação do défice nos EUA, em 1994 e 1995, com ligeira recuperação em 1996, quebra significativa no elevado excedente do Japão e acréscimo do excedente na Europa em 1995, excedente este em grande parte responsável pela deterioração do défice nos EUA.

Em particular, por efeito da desaceleração do crescimento do produto e da procura interna, será de esperar moderação da procura de bens manufacturados importados nos EUA até final do período em análise (acrécimo em volume de 11,4 por cento em 1995 e apenas de 6,0 em 1996 contra 17,7 por cento em 1994). Ao invés, o reavivar da actividade económica e da procura interna na Europa permitirá um forte andamento por parte das importações de bens manufacturados (acrécimo médio em volume de 8,7 por cento em 1995 e de 7,6 por cento em 1996 contra 9,1 por cento em 1994).

Importa sublinhar o impacto da implementação dos Acordos do Uruguay Round no comércio mundial e em particular do desmantelamento do Acordo Multifibras (AMF) sobre as exportações de Macau. Os Acordos regidos e implementados pela Organização Mundial do Comércio significam essencialmente acesso mais facilitado aos mercados internacionais, quer pela redução das tarifas aduaneiras, quer pelo desmantelamento em 10 anos do sistema de quotas de importação de têxteis e vestuário.

No entanto, o impacto para Macau da 1.ª fase de integração do AMF nas regras do comércio mundial, a concretizar no período 1995-97, é quase nulo. Apenas uma categoria com quota foi liberalizada (cat. 44 do Canadá) e as listas de integração da União Europeia, Noruega e EUA não afectam nenhuma restrição AMF. É de esperar que as quotas das categorias mais sensíveis, e que são as mais exportadas por Macau, só venham a ser eliminadas no fim dos 10 anos.

O aspecto mais relevante daquele período de transição para a economia de Macau não parece ser, pois, tanto a liberalização,

mas o acréscimo de concorrência entre exportadores causado pelo aumento dos contingentes também previsto no Acordo sobre Têxteis e Vestuário.

No entanto, as reduções tarifárias verificadas em todos os países permitem prever crescimento do nível de comércio de têxteis e vestuário a médio prazo, e os efeitos de uma concorrência mais aguerrida poderão ser compensados caso o Território aproveite oportunidades de diversificação de mercados.

Por outro lado, as novas tarifas aduaneiras consolidadas no âmbito do Uruguay Round, aliadas à introdução de novo esquema do Sistema de Preferências Generalizadas pela União Europeia, também no início de 1995, e ao facto da aplicação pelos EUA do Estatuto de Nação-Mais-Favorecida à R. P. da China, terão profundo impacto negativo nas exportações de determinados produtos do Território, ao permitir à R. P. da China penetrar naqueles mercados em condições concorrenciais mais favoráveis.

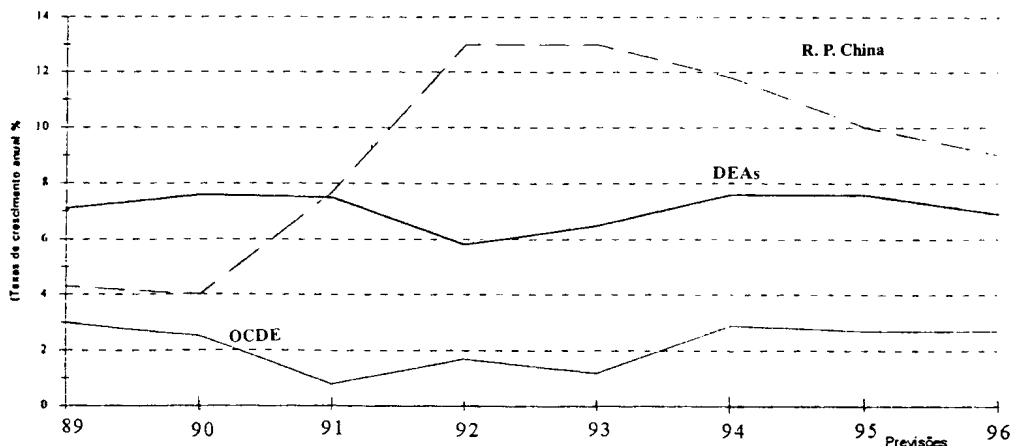
Uma primeira consequência – já observada com os dados do 1.º semestre deste ano – será o decréscimo das exportações de brinquedos de Macau em 1995 para o mercado norte-americano.

Ainda assim, as exportações de Macau relativas a certos produtos, nomeadamente calçado e brinquedos, beneficiam de um quadro mais favorável junto da União Europeia, uma vez que são aplicados contingentes quantitativos a estes produtos originários da R. P. da China.

## 1.2. — As dinâmicas economias da Ásia e a R. P. China

A região da Ásia-Pacífico continuará a manter as mais altas taxas de crescimento mundiais (com excepção do Japão), com previsões favoráveis quer para as exportações quer para a procura interna. O PIB agregado das dinâmicas economias asiáticas (Hong Kong, Taiwan, Coreia do Sul, Singapura, Tailândia e Malásia) cresceu 7,6 por cento em 1994, deverá situar-se a igual taxa em 1995 e desacelerar ligeiramente para 7 por cento em 1996.

**Crescimento económico nas  
DEAs e R. P. China versus países da OCDE**  
– PNB/PIB real –



FONTE: OCDE.

O notável nível de investimento destas economias será suportado por altas taxas de poupança mas também por investimento directo estrangeiro. Em particular, a apreciação do iene, ao reforçar a competitividade externa das DEAs, tem vindo a atrair fortemente o investimento japonês.

No entanto, a apreciação do iene tem outras consequências menos positivas nas DEAs: deterioração da balança comercial e da BTC, apesar do impacto positivo nas exportações, e fortes pressões inflacionárias.

Mais concretamente em Hong Kong, cuja moeda está indexada ao dólar, não permitindo variações autónomas das taxas de juro, estas são negativas em termos reais, há excessiva liquidez no mercado monetário e as elevadas despesas em investimento público suportadas por importações crescentes contribuíram para uma taxa de inflação de 8,1 por cento em 1994, a qual deverá situar-se em 8,5 por cento no fim do período em análise.

A transferência de soberania de Hong Kong em 1997 adiciona factores de incerteza política na evolução económica, assistindo-se actualmente à retração do investimento e do consumo privados.

É assim que, em contraste com as previsões da OCDE de crescimento do produto de 5,5 por cento em 1995 e de 5 por cento em 1996, as projecções menos optimistas do Economist Intelligence Unit apontam para taxas de crescimento real do PIB de apenas 4,5 por cento e 3,5 por cento em 1995 e 1996, respectivamente.

Em consonância com esta perspectiva, também o Governo de Hong Kong reviu a sua previsão inicial de crescimento do produto de 5,5 por cento em 1995, admitindo que não deverá ultrapassar a taxa de 5 por cento, apresentando o aumento do desemprego, o decréscimo do consumo privado, o abrandamento da actividade no sector privado da construção e a contracção das transacções imobiliárias como principais causas.

A deterioração do défice da balança comercial de Hong Kong em 1994 prolongar-se-á até 1996, deterioração compensada pelo excedente no comércio de serviços, resultando em pequeno excedente da BTC. Para aquela deterioração contribui, para além da desvalorização do dólar dos EUA conjugada com as crescentes importações em bens de investimento, uma tendência de abrandamento das reexportações originárias da R. P. da China, em parte explicada por crescentes exportações directas através dos portos da China de produtos em que Hong Kong se limitava a fazer simples «transshipment» ou que apenas requeriam processamento final, nomeadamente embalagem e documentação de carga.

A R. P. da China apresenta a mais alta taxa de crescimento do produto da região, 11,8 por cento em 1994, esperando-se o seu abrandamento para 10 por cento e 9 por cento em 1995 e 1996, respectivamente, resultante do programa de estabilização económica posto em prática este ano. No entanto, a difícil batalha interna contra a inflação não tem tido igual sucesso, pois, embora alguns pontos abaixo do nível de 1994, se situará ainda em 17 por cento em 1995 e 13,5 por cento em 1996, ou seja, acima do objectivo proposto pelas autoridades de 15 por cento em 1995.

Em 1995-96 as autoridades chinesas conseguirão provavelmente manter o objectivo de equilíbrio da balança comercial, que em 1994 terá registado um excedente de 4,2 mil milhões de dólares após o défice de 11 mil milhões de dólares de 1993 (segundo o Economist Intelligence Unit).

Factores de incerteza económica e política têm vindo a afectar negativamente o fluxo de investimento directo estrangeiro, que, de qualquer forma, deverá permanecer ao nível mais alto de todos os países em desenvolvimento. Factores de incerteza que, aliados à desaceleração do crescimento económico e da procura interna na RPC, poderão igualmente afectar os mercados financeiros de Taiwan e Hong Kong.

### 1.3. — Outras economias

Apesar da quebra do fluxo de capitais e da revisão para baixo das estimativas de crescimento para o México e várias outras economias de mercado emergentes, no seguimento da crise mexicana, as perspectivas são de crescimento sustentado na maior parte dos países da América Central e do Sul.

No entanto, enquanto a região se adapta a menor afluxo de capitais, as taxas de juro permanecerão altas e a quebra da procura interna resultará no abrandamento nas taxas de crescimento do produto e da inflação. A implementação de políticas tendentes a aumentar o nível da poupança interna e a diminuir a dependência dos capitais externos será o principal desafio desta região para os próximos anos.

A moderação do crescimento económico repercutir-se-á favoravelmente no défice comercial destes países a partir de 1996, mas o crescente serviço da dívida pública continuará a afectar negativamente a BTC.

Nas economias em transição da Europa Central e de Leste que têm seguido programas de reforma mais radicais (liderados pela Polónia e República Eslovaca) a recuperação económica tem sido firme, com taxas de crescimento de cerca de 5 por cento em 1994 e 1995. A Hungria, a Roménia e a República Checa, países mais atrasados no processo de reforma, confrontam-se com uma recuperação mais lenta.

Em contraste, a Federação Russa mergulhou em recessão (quebra de 15 por cento do produto em 1994), mas a recuperação já verificada este ano deverá permitir uma evolução positiva do produto de 2,5 por cento em 1996.

As privatizações, a liberalização de preços e a forte «performance» exportadora marcam a evolução destas economias e reflectem a sua crescente integração na economia e comércio mundiais.

Relativamente às implicações para Macau da evolução previsível destas economias, e particularmente no comércio do sector têxtil e do vestuário, saliente-se a crescente concorrência das economias da Europa Central e de Leste junto da União Europeia, com as quais mantém relações preferenciais, e o possível reforço da tendência para o crescente abastecimento do mercado norte-americano pelos países da América Central e pela diversão do comércio a favor dos membros do Acordo NAFTA.

Quadro I – 1

**Previsões de crescimento real do PIB  
nos países da OCDE**

(Variação percentual em relação ao período anterior) a)

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	Previsões		
					1.º Sem. 95	1995	1996
E.U.A.	2,3	3,1	4,1	4,3	3,0	3,2	2,3
Japão	1,1	-0,2	0,6	1,0	0,8	1,3	2,3
Alemanha	2,2	-1,1	2,9	3,8	3,3	2,9	2,7
França	1,3	-1,5	2,7	3,3	2,5	3,0	3,2
Itália	0,7	-1,2	2,2	2,8	2,8	3,0	2,9
Reino Unido	-0,5	2,2	3,8	4,0	3,4	3,4	3,0
Canadá	0,6	2,2	4,5	4,8	3,1	3,9	3,4
Total dos «Sete»	1,6	1,3	3,0	3,4	2,6	2,8	2,6
União Europeia	1,0	-0,6	2,7	3,5	3,1	3,0	2,9
<i>Total da OCDE</i>	1,6	1,2	2,9	3,2	2,5	2,7	2,7

a) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1995.

Quadro I – 2

**Taxas de desemprego <sup>a)</sup>  
nos países da OCDE**

(Em percentagem)

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	Previsões		
					1.º Sem. 95	1995	1996
E.U.A.	7,4	6,8	6,1	6,4	5,6	5,6	5,7
Japão	2,2	2,5	2,9	2,9	3,1	3,1	3,1
Alemanha	7,7	8,9	9,6	9,7	9,3	9,2	8,7
França	10,3	11,7	12,4	12,4	12,2	12,0	11,5
Itália	11,6	10,7	11,3	11,1	11,2	11,1	10,5
Reino Unido	9,9	10,2	9,2	9,6	8,3	8,2	7,6
Canadá	11,3	11,2	10,4	10,8	9,6	9,4	9,1
Total dos «Sete»	7,3	7,3	7,2	7,3	6,9	6,8	6,6
União Europeia	10,0	11,1	11,5	11,6	11,2	11,1	10,6
<i>Total da OCDE</i>	7,6	8,0	8,1	8,2	7,9	7,8	7,6

a) Em percentagem de população activa.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1995.

Quadro I - 3

**Taxas de inflação <sup>a)</sup>  
nos países da OCDE**

(Variação percentual em relação ao período anterior) <sup>b)</sup>

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	Previsões		
					1.º Sem. 95	1995	1996
E.U.A.	3,2	2,5	2,1	2,0	2,5	2,8	3,4
Japão	2,1	1,3	0,3	0,8	-0,2	-0,6	0,0
Alemanha	4,6	3,9	2,7	2,4	2,1	2,3	2,1
França	2,4	2,2	1,8	1,9	1,7	1,6	1,7
Itália	5,4	4,8	4,7	4,6	6,1	5,4	4,7
Reino Unido	4,7	3,5	2,5	2,3	2,9	2,9	3,1
Canadá	1,3	1,7	0,7	0,1	2,4	2,0	2,0
Total dos «Sete»	3,3	2,6	2,0	2,0	2,2	2,2	2,5
União Europeia	4,5	3,9	3,2	3,1	3,2	3,1	2,9
<i>Total da OCDE</i>	4,8	4,1	4,1	4,4	5,1	4,6	4,0

a) Utilizando o deflator do consumo privado;

b) A taxas anualizadas, desazonalizadas.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1995.

Quadro I - 4

**Evolução em volume do consumo privado e das importações de produtos manufacturados  
nos principais países da OCDE**

(Taxas de crescimento anual)

	Consumo privado					Importações em volume				
	1992	1993	1994	Previsões		1992	1993	1994	Previsões	
				1995	1996				1995	1996
E.U.A.	2,8	3,3	3,5	2,7	1,9	11,5	13,1	17,7	11,4	6,0
Japão	1,7	1,0	2,2	2,3	3,1	-2,4	6,8	19,8	18,0	11,6
Alemanha	3,0	0,5	1,3	1,0	3,0	0,2	-11,7	8,9	8,6	8,9
França	1,4	0,2	1,5	2,2	3,4	1,0	-5,0	8,2	10,1	9,0
Itália	1,1	-2,5	1,6	1,7	2,2	5,7	-12,4	14,4	10,6	7,9
Reino Unido	0,0	2,7	2,6	2,4	2,8	7,4	2,0	8,6	6,8	7,4
Canadá	1,3	1,6	3,1	2,7	3,2	7,0	11,3	14,8	12,8	6,8
<i>Média *</i>	2,3	2,3	2,8	2,3	2,4	7,7	5,4	14,2	10,4	7,1

\* Ponderada pelo peso relativo das exportações de Macau para os respectivos mercados em 1994.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1995.

Quadro I – 5

## Previsões económicas de curto prazo para as dinâmicas economias aisáticas e R. P. da China

(Taxas de crescimento anual)

	PIB/PNB real				Inflação (IPC)			
	1993	1994	Previsões		1993	1994	Previsões	
			1995	1996			1995	1996
Coreia do Sul	5,8	8,4	8,5	7,0	4,8	6,2	6,0	7,0
Taiwan	6,0	6,1	6,3	6,4	2,9	4,1	4,5	4,2
Hong Kong	5,8	5,5	5,5	5,0	8,5	8,1	9,0	8,5
Singapura	9,9	10,1	8,5	7,5	2,4	3,6	3,0	2,8
Tailândia	7,8	8,5	8,8	8,5	3,5	5,1	5,0	4,5
Malásia	8,5	8,7	8,5	8,2	3,6	3,7	4,2	4,4
DEAs Total*	6,5	7,6	7,6	6,9	4,3	5,4	5,5	5,7
R. P. China**	13,0	11,8	10,0	9,0	13,0	21,8	17,0	13,5

\* DEAs significa, de acordo com a abreviatura utilizada pela OCDE, Dynamic Asian Economies.

\*\* Crescimento real do PNB e variação anual dos Preços no Consumidor nas cidades.

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1995.

Quadro I – 6

## Balança comercial e balança de transacções correntes nas DEAs e R. P. da China

(US\$ mil milhões)

	Balança comercial				B.T.C.			
	1993	1994	Previsões		1993	1994	Previsões	
			1995	1996			1995	1996
Coreia do Sul	1,8	-3,1	-6,0	-5,0	0,4	-4,8	-8,0	-7,5
Taiwan	11,6	11,9	11,7	11,4	6,7	6,0	5,5	5,0
Hong Kong *	-3,8	-10,9	-11,0	-10,4	7,9	2,4	2,3	3,0
Singapura	-8,1	-1,9	-2,0	-2,0	2,0	7,7	7,4	7,0
Tailândia	-4,1	-4,6	-4,8	-4,6	-6,9	-8,0	-8,5	-8,5
Malásia	3,4	2,7	3,4	3,6	-2,1	-4,5	-4,3	-4,0
DEAs Total	0,8	-5,9	-8,7	-7,0	8,0	-1,2	-5,6	-5,0
R. P. China	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-11,6	-0,5	0,0	-1,0

\* A B.T.C. de Hong Kong inclui apenas as exportações líquidas de bens e serviços (exclui rendimentos de capitais e transferências).

FONTE: OCDE, «Economic Outlook», Junho de 1995.

## II — CARACTERIZAÇÃO GLOBAL DA CONJUNTURA ECONÓMICA DE MACAU

No ano de 1994 a economia de Macau, medida através do Produto Interno Bruto, revelou um crescimento real na ordem dos 4%, caracterizando-se pela continuação do dinamismo da procura interna e processo de retoma da procura externa.

O ritmo de crescimento económico do Território, entre 1989 e 1994, evoluiu a uma taxa média anual na ordem dos 6%. Após a desaceleração de 1991 devido no essencial às restrições ao sector exportador têxtil para os EUA, e depois do «boom» interno de 1992 com o forte investimento em construção impulsionado pelos grandes empreendimentos, em particular o arranque do aeroporto, a economia de Macau assumiu, em 1993 e 1994, um com-

portamento equilibrado nos principais indicadores da actividade económica, medidos na óptica da despesa (quadros II-18 e 19).

A procura interna agregada (incluindo consumo e investimento, públicos e privados), com um peso relativo crescente no PIB, atingindo cerca de 74% na estrutura real do Produto estimado para 1994, apresentou neste ano uma variação em volume de 4,8% (contra os cerca de 6,2% estimados para 1993). Esta desaceleração caracteriza-se por uma forte retracção do investimento público em construção e uma desaceleração do crescimento do consumo das famílias residentes.

A procura externa em 1994, com um peso real no Produto de perto de 84% e um contributo para o crescimento do PIB de 2,3%, apresentou um crescimento real de 2,7% (contra os 2% de 1993), por efeito da significativa recuperação das exportações de mercadorias.

Em termos líquidos, a balança de bens e serviços com o exterior continuou a revelar saldos positivos em 1993 e 1994, com taxas de cobertura reais das importações pelas exportações estimadas, respectivamente, em cerca de 145,8 e 145,3. O saldo da balança de serviços com o exterior representou cerca de 42% do PIB em termos reais e de 40% nominais, em 1994.

Globalmente a procura externa líquida registou um aumento em termos reais em 1994, a um ritmo um pouco inferior ao do ano anterior (1,9% contra 2,1% em 1993).

Para 1995, prevê-se um crescimento do PIB a preços constantes no intervalo de 4,3 a 4,8 por cento. Para esta evolução deverá contribuir decisivamente a procura externa líquida, para a qual se estima um aumento em volume acima de 15%. O comportamento da procura interna, que deverá apresentar um contributo praticamente nulo para o crescimento do produto em 1995, será determinado pela evolução negativa do investimento e pela desaceleração do consumo privado.

Com efeito, baseado na linha de tendência evidenciada pelos indicadores disponíveis no 1.º semestre, projecta-se para 1995 uma evolução das componentes da procura global caracterizada pela recuperação significativa das exportações de bens e serviços e um crescimento negativo do investimento, com repercussões necessariamente nas importações de bens e serviços, para as quais se aponta um crescimento real no intervalo entre -2,2 e -1,8 por cento. Em termos de volume, a procura global deverá crescer a níveis inferiores aos últimos anos, podendo situar-se no intervalo entre 1,9 e 2,4 por cento.

#### *Consumo privado*

Acompanhando a evolução da população e dos rendimentos das famílias, o consumo privado cresceu, entre 1989 e 1994, a uma taxa média anual estimada em 6,3%, com um peso no PIB situado entre 36% e 37%, a preços constantes de 1982.

A população média de Macau evoluiu no mesmo período a uma taxa média anual de 4,4%, para o que tem contribuído o grande peso do fluxo migratório de trabalhadores para o Território. Durante o ano de 1994 cerca de 68,6% do crescimento populacional foi proveniente do saldo migratório. Apesar de, no 1.º semestre de 1995, o peso da balança migratória se ter situado ao nível dos 80% do total do crescimento de população residente estimado (quadro II-1), prevê-se uma significativa desaceleração deste efeito até ao final do ano, pelo que o crescimento da população residente para 1995, em relação ao ano anterior, poderá projectar-se entre 4% e 4,1%.

Com elevadas taxas de actividade (quadro II-2), na repartição da população empregada por actividades económicas (quadro II-3), prevaleceram em 1994 os indícios da tendência de mudança estrutural da economia, a partir deste indicador: uma maior concentração do emprego no sector terciário, sendo neste os «Serviços sociais e pessoais» e o «Comércio, restaurantes e hotéis» as actividades de maior absorção de mão-de-obra. As indústrias transformadoras, que apresentaram em 1994 um crescimento negativo do emprego, reduziram o seu peso estrutural. Paralelamente, as estimativas das medianas das remunerações mensais, com significativa desaceleração iniciada em 1994 (quadro II-4), prevendo-se ainda algum agravamento para 1995, têm repercussões

evidentes na evolução dos níveis de rendimentos nominais dos residentes, afectando as disponibilidades de consumo das famílias.

Em 1994 a inflação manteve a trajectória descendente (quadro II-5), com uma taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor geral, sem rendas de habitação, de 6,3%. No 1.º semestre de 1995, medidos pela variação homóloga do IPC, os preços registaram um movimento inverso, provocando uma subida da taxa de inflação média para 8,6%.

Assim, por efeito das características do crescimento populacional do Território, conjugado com uma desaceleração estimada da evolução dos rendimentos provenientes do trabalho, o consumo privado apresentou em 1994 uma taxa de crescimento real um ponto percentual abaixo do crescimento de 1993, situando-se agora nos 6%.

Para 1995, com os últimos indicadores disponíveis, incluindo a quebra da importação de bens de consumo, a diminuição nas vendas a particulares de veículos ligeiros (quadro II-6) e a manter-se a tendência inflacionista próxima da registada no 1.º semestre, prevê-se um crescimento do consumo privado no intervalo entre 4,1 e 4,6 por cento.

#### *Consumo público*

O consumo público, calculado para 1994, apresentou uma variação nominal próxima da estimada para 1993. No entanto, o crescimento em volume das despesas em consumo do sector público não empresarial situou-se em 1994 em cerca de 5,6%, um pouco acima da taxa de crescimento de 1993, estimativa baseada na desaceleração da variação anual do deflator, conjugado com o maior crescimento em valor, em 1994, das despesas em remunerações, com grande peso na estrutura do consumo colectivo.

O crescimento das despesas com pessoal, como efeito da aplicação das medidas de localização e de valorização dos recursos humanos no Território, deverá evidenciar-se em 1995, prevendo-se, apesar da quebra do volume de aquisição de bens e serviços, um crescimento real do consumo público um pouco acima do ano anterior.

#### *Formação Bruta de Capital Fixo*

Entre 1989 e 1993, a formação bruta de capital fixo apresentou um crescimento real médio de 17,8% ao ano. Se alargarmos este período ao ano de 1994, esta taxa cai para os 14,7% anuais, pelo efeito da forte retracção do investimento público nesse ano. De facto, a construção promovida pelo sector público apresentou uma forte aceleração em 1993, com um esforço significativo de investimento nos grandes empreendimentos. Em 1994 terminadas as obras de construção de grande parte destes projectos, o investimento público em construção revelou uma evolução negativa que se prevê manter em 1995.

A FBCF do sector público representou 4,5% da estrutura real do PIB em 1993 e 2,4% em 1994.

Com maior peso estrutural no PIB (entre 26 e 28 por cento desde 1992) o investimento do sector privado demonstrou um comportamento diferente, com um crescimento em volume estimado bastante superior no último ano: apenas 1,1% em 1993 face a 11,3% em 1994. Entre 1989 e 1994, o investimento relativo às

empresas evoluiu a uma taxa média de 15,5% ao ano, reflectindo o dinamismo deste sector institucional.

O investimento em construção de edifícios e dos grandes empreendimentos privados registou em 1994 um aumento de 25,5% nominais, salientando-se, neste contexto, a evolução do investimento privado nos grandes projectos, essencialmente as obras de construção do Aeroporto Internacional de Macau, as quais pontuaram um crescimento na ordem dos 65% nesse ano, representando 84% dos grandes empreendimentos e 35% do total do investimento privado em construção.

Com base na análise dos dados disponíveis prevê-se, no entanto, para a FBCF das empresas em construção, para 1995, uma inversão da tendência crescente dos anos anteriores, explicada pelo peso da desaceleração muito significativa do investimento nos grandes empreendimentos, com especial destaque das obras do aeroporto, em fase terminal.

A queda da importação de materiais de construção (quadro II-7), responsável em grande parte pela evolução homóloga negativa das importações de matérias-primas durante o 1.º semestre de 1995, bem como os indicadores sobre o consumo aparente de cimento (quadro II-8), indiciam um enquadramento negativo para o sector, não recuperável na 2.ª metade do ano.

De facto, apesar da área bruta dos edifícios concluídos no 1.º semestre de 1995, apresentar uma variação de crescimento homólogo de 5,3%, os indicadores sobre os edifícios iniciados no mesmo período revelam uma queda de mais de 30 por cento no total e acima dos 40 por cento dos destinados à habitação (quadro II-9). As expectativas em relação à totalidade do ano de 1995, prevêem uma quebra em volume na ordem dos -11% para o investimento privado em edifícios e outras construções.

Por outro lado, o número de fracções autónomas transaccionadas parece simular alguma recuperação do sector imobiliário, iniciada no 2.º semestre de 1994 (quadro II-10), reflectindo, no 1.º semestre de 1995, uma retoma do volume de transacções de imóveis, com desaceleração de preços de venda.

Relativamente à FBCF em maquinaria e equipamento, tendo em conta a tendência evidenciada pelo comportamento infra-anual das importações destes bens de capital desde o início de 1994, e na medida em que o grande volume de aquisição de equipamentos, incluindo para o aeroporto, se registou na 2.ª metade desse ano, prevê-se para 1995 uma diminuição significativa no crescimento desta componente. No mesmo sentido, evoluíram as importações de material de transporte, no 1.º semestre de 1995 (cerca de -10%), repercutindo-se também numa quebra na previsão para o investimento neste tipo de bens.

Tendo em conta a globalidade deste cenário, todos os dados relativamente aos sectores público e privado apontam para uma retracção do investimento em 1995, prevendo-se um crescimento nominal da FBCF abaixo de 1% e real no intervalo entre -7,1 e -6,5 por cento.

#### *Transacções de bens e serviços com o exterior*

Macau é uma pequena economia, com um grau de abertura ou taxa de dependência do exterior extremamente elevado.

	Grau de abertura		Grau de abertura	
	Bens (*)		Bens e serviços (**)	
	Preços correntes	Preços constantes	Preços correntes	Preços constantes
1992	78,8	94,7	127,1	147,2
1993	70,1	91,5	117,2	142,9
1994	65,6	91,1	111,5	141,3

(\*) Rácio da soma das exportações e importações de bens relativamente ao PIB.

(\*\*) Rácio da soma das exportações e importações de bens e serviços relativamente ao PIB.

Como se pode verificar pelo quadro acima, o grau de dependência do Território nas relações com o resto do Mundo tem uma influência decisiva nos níveis de evolução económica de Macau, sendo mais evidente quando considerada globalmente a balança de bens e serviços, com uma afectação ainda superior em relação aos valores a preços constantes.

Em 1994 as exportações de bens e serviços apresentaram um crescimento superior ao do ano anterior (2,7% reais), tendo contribuído com 2,3 pontos percentuais para o crescimento do PIB (apenas 1,8 em 1993). Globalmente, o saldo da balança externa estimada apresentou, no entanto, em 1994, em termos reais um comportamento menos dinâmico do que no ano anterior (1,9% contra 2,1% em 1993).

Para o ano de 1995, tendo em conta a informação disponível relativa ao 1.º semestre (quadro II-17), com um crescimento da balança de bens e serviços acima dos 40% nominais, projecta-se uma aceleração enérgica da procura externa líquida, podendo atingir um crescimento em volume acima de 15%, dependendo do contexto de estabilidade cambial, especialmente do dólar norte-americano em relação à pataca, e assumindo-se ainda uma recuperação significativa do contributo das despesas dos não-residentes no Território.

Relativamente ao comportamento da balança comercial, analisado detalhadamente no capítulo III sobre o Comércio Externo, assume-se para o ano de 1995, com base nas tendências evidenciadas no 1.º semestre deste ano, um crescimento em volta dos 27% nominais e na ordem dos 10% reais, se bem que com um saldo, em valor e em volume, negativo. Estas previsões são determinadas pelas expectativas de evolução das exportações de mercadorias em cerca de 7% nominais, já que se prevê uma desaceleração em valor para a 2.ª metade do ano. Adicionalmente, assumiu-se que as importações de bens, na linha do comportamento evidenciado no 1.º semestre de 1995, deverão agravar ligeiramente o crescimento negativo na 2.ª metade do ano, face ao aumento registado no período homólogo de 1994, em consequência do peso nesse último semestre das importações de bens de capital.

Os dados disponíveis sobre o número de visitantes entrados no Território (quadro II-11), no 1.º semestre de 1995 (3,84 milhões), revelam uma desaceleração menor do que a de igual período do ano anterior, salientando-se a recuperação de visitantes entrados pela via marítima, a forma mais utilizada de acesso ao território de Macau (em 1994, 77% do total). Destes, os residentes de Hong



Kong continuaram a diminuir, ao contrário dos provenientes de Taiwan (Formosa) e de outras origens, com excepção do Japão, movimento tendencial que se poderá manter até ao final do ano.

Os indicadores sobre o sector hoteleiro apresentam, para o 1.º semestre de 1995, uma evolução estável em relação a igual período do ano anterior (quadros II-12 e 13), com excepção da variação relativa ao número de residentes de Hong Kong que procuraram hotéis em Macau.

Em consequência do aumento expressivo da capacidade hoteleira instalada no 1.º semestre de 1994, especialmente no que diz respeito à oferta de quartos em hotéis de 4 e 5 estrelas, a variação homóloga de 1995 situa-se a um nível um pouco inferior, não se prevendo um crescimento significativo para este indicador até ao final do ano (quadro II-14), factor com repercussões necessárias na evolução contida do emprego no sector hoteleiro (quadro II-15).

Relativamente às despesas dos visitantes, estimadas através de inquérito, destacam-se as despesas *per capita* dos turistas, com maior expressão e um crescimento significativo em 1994 (quadro II-16), tendência que se prevê acelerar em 1995.

O total das despesas de não-residentes, calculadas como uma das componentes de maior peso estrutural no PIB, revelaram uma desaceleração em 1994 (9,2% de crescimento nominal e 1,7% real); em 1995 deverão revelar um crescimento nominal entre 15 e 17%, repercutindo-se no crescimento esperado das exportações de serviços, em volta dos 6% reais.

Quanto à importação de serviços, prevê-se para 1995 a continuação da tendência de quebra de crescimento iniciada no ano anterior, face ao aumento excessivo registado no ano de 1993, pela aquisição ao exterior de serviços de consultadoria especializados ligados aos grandes empreendimentos. De salientar que os aviões adquiridos pela Air Macau, em sistema de «leasing» operacional, não terão grande impacto nas previsões sobre importação de serviços para 1995, na medida em que os pagamentos acordados incidirão apenas nos dois últimos meses do ano.

Na globalidade, este cenário, construído a partir da informação disponível, fundamenta para 1995 uma expansão real das exportações de bens e serviços, prevista no intervalo entre 3,9 e 4,2 por cento e uma quebra das importações de bens e serviços estimada no intervalo entre -2,2 e -1,8 por cento.

Quadro II - 1

## População residente

		Em 31 de Dezembro			Em 30 de Junho	
		1992	1993	1994	1994	1995
População residente	10 <sup>3</sup>	380,9	395,3	410,5	402,9	420,7
Taxa de crescimento efectivo	%	+4,7	+3,8	+3,9	+3,8	+4,4
Homens	10 <sup>3</sup>	184,9	192,9	200,0	196,4	205,1
Mulheres	10 <sup>3</sup>	195,9	202,4	210,5	206,5	215,6
Estrutura etária						
Com menos de 15 anos	%	25,9	25,7	25,4	25,6	25,6
De 15 a 64 anos	%	67,2	67,3	67,5	67,4	67,4
Com 65 e mais anos	%	6,9	7,0	7,1	7,0	7,0

NOTA: Estrutura relativa a 30 de Junho de 1995 é estimada pela do ano anterior.

FONTE: Estatísticas Demográficas.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 2

## Taxa de actividade, desemprego e subemprego

(%)

Taxas	1992	1993	1994	Mai/94	Mai/95
Taxa de actividade	64,7	65,2	63,9	62,1	67,3
Homens	78,7	79,8	77,7	76,9	78,2
Mulheres	51,8	52,0	51,7	49,6	57,1
Taxa de desemprego	2,2	2,1	2,5	2,5	3,3
Taxa de subemprego	1,6	1,4	1,6	1,1	2,5

FONTE: Inquérito ao Emprego.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 3

## Repartição da população empregada por sector de actividade económica

(%)

Sector	Maio/91	1992	1993	1994
Sector Primário	0,1	0,2	0,2	0,0
Agricultura, silvicultura, caça e pesca	0,1	0,2	0,2	0,0
Sector Secundário	42,2	38,3	35,4	31,0
Indústrias transformadoras	32,6	28,5	25,0	22,9
Electricidade, gás e água	1,0	0,5	0,4	0,6
Construção e obras públicas	8,6	9,3	10,0	7,5
Sector Terciário	57,7	61,2	64,0	68,7
Comércio, restaurantes e hotéis	21,5	24,4	26,0	26,1
Transportes, armazenagem e comunicações	4,8	5,6	6,1	5,9
Bancos, seguros e outras instituições financeiras	3,5	5,3	5,4	6,3
Serviços sociais e pessoais	27,9	25,9	26,5	30,4

FONTE: Inquérito ao Emprego.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 4

## Mediana da remuneração mensal do conjunto da actividade económica

Sector	1994 MOP	Variação homóloga (%)		
		1992*	1993	1994
Mediana global	4 476	15,8	16,2	10,1

\* Estimativas das Contas Territoriais.

FONTE: Inquérito ao Emprego.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II – 5

Índice de preços no consumidor geral  
(Variação homóloga)

(%)

Secções de bens e serviços	Ponderação (a)	1992	1993	1994	1.º Sem. 1994	1.º Sem. 1995
Índice global (b)	82,54	7,7	6,7	6,3	5,6	8,6
Produtos alimentares	38,30	8,2	7,1	7,2	6,1	8,4
Habitação (b)	2,22	4,0	8,7	3,4	3,7	6,1
Combustíveis, electr.	4,03	0,9	3,7	0,4	-1,1	6,8
Bebidas alcoólicas e tabaco	2,00	7,7	5,0	1,0	0,9	0,8
Vestuário e calçado	6,79	1,4	2,2	3,0	1,6	11,6
Bens duradouros	3,71	1,1	1,1	2,1	1,2	6,4
Bens diversos	5,99	5,6	6,3	4,8	4,1	7,7
Transportes e veículos	7,38	8,2	5,7	7,4	7,5	8,6
Serviços	12,12	13,7	10,1	8,8	9,6	10,7

(a) Estrutura do IDF 87/88;

(b) Excluindo rendas.

FONTE: Índice de preços no consumidor. Base 1988/89.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 6

**Automóveis ligeiros de passageiros matriculados para uso particular**

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Número	4 911	5 057	2 142	2 774	1 945
Variação homóloga (%)	46,2	3,0	4,0	8,2	-29,9

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 7

**Importação de materiais de construção**

	1994 1 000 MOP	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Cimentos	192 137	20,1	3,0	8,7	18,5	-28,6
Clinker	191 637	26,9	4,2	9,1	19,4	-28,8
Outros	500	-69,7	-65,2	-53,1	-64,3	29,8
Barras e perfis de ferro macio ou aço	250 907	-25,2	103,7	3,7	35,4	-57,7
Tijolos	1 785	-10,4	-67,2	-33,0	-35,8	23,9
Azulejos e ladrilhos	59 923	-1,4	31,7	27,3	-2,1	109,4
Artigos sanitários	12 665	-3,3	65,6	-2,6	-19,0	13,1

FONTE: Estatísticas da Construção.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 8

**Consumo aparente de cimento**

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Toneladas	261 729	306 299	455 929	209 693	171 935
Variação homóloga (%)	13,0	17,0	48,9	36,7	-18,0

FONTE: Estatísticas da Construção.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 9

## Edifícios concluídos e iniciados segundo a finalidade

	1994	Variação em relação ao período homólogo (%)			
		1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Total de A.B. iniciado por finalidade (M2)	2 231 252	14,3	38,1	113,7	-30,8
Habitação	1 096 771	22,7	3,3	67,4	-45,5
Comércio e serviços	673 722	-7,5	177,5	230,0	-0,4
Indústria e outros fins	460 758	9,0	47,8	186,5	-32,0
Total de F.A. iniciado por finalidade (N.º)	17 136	6,2	19,1	101,8	-30,1
Habitação	12 115	10,1	-4,5	58,6	-41,1
Comércio e serviços	4 935	-14,3	197,1	456,9	-4,1
Indústria e outros fins	86	-54,6	95,5	160,0	-42,3
Total de A.B. concluído por finalidade (M2)	1 140 882	19,1	-20,1	-25,0	5,3
Habitação	578 701	19,5	-37,9	-46,3	9,9
Comércio e serviços	326 895	38,4	26,2	27,4	-4,1
Indústria e outros fins	235 287	2,0	-0,4	-17,2	13,3
Total de F.A. concluído por finalidade (N.º)	9 553	20,7	-39,0	-43,8	8,3
Habitação	7 443	23,9	-45,5	-48,9	-13,2
Comércio e serviços	1 924	-1,3	9,3	-2,8	93,1
Indústria e outros fins	186	45,8	-23,1	-65,2	-46,9

A.B. — Área bruta dos pisos.

F.A. — Fracções autónomas.

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 10

## Fracções autónomas transaccionadas por finalidade segundo o imposto de sisa

	1994 1 000 MOP	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
F. autónomas Total	7 019 301	96,8	-11,7	20,2	-8,3	7,6
Construção moderna (1.ª transacção)	4 073 168	35,6	20,3	49,0	-13,7	16,7
Habitação	2 870 710	43,7	21,2	42,5	-24,8	-0,3
Comércio	1 123 468	17,1	32,1	82,6	28,7	52,4

FONTE: Estatísticas da Construção.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 11

## Entrada de visitantes pela via marítima, via terrestre e via aérea, por nacionalidade

	1994 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Número total de visitantes	7 833 754	2,8	0,0	0,1	-1,5	-0,2
1. Número de visitantes (via marítima)	6 057 998	2,3	-3,8	-0,9 *	-3,9	0,7
1.1 Hong Kong	4 583 777	-0,4	-6,6	-0,8	-3,3	-1,0
1.2 Japão	348 362	0,0	-20,3	3,6	3,7	-5,3
1.3 Taiwan (Formosa)	166 639	49,0	13,3	-10,9	-15,8	15,0
1.4 Outros	959 220	17,4	22,6	-1,3	-7,1	9,1
2. Número de visitantes (via terrestre)	1 757 396	—	15,5	3,6	7,0	-3,5
2.1 Hong Kong	1 492 420	—	17,3	4,0	7,8	-15,6
2.2 Japão	30 047	—	-12,7	10,2	-1,0	8,5
2.3 Taiwan (Formosa)	76 914	—	15,9	-9,1	-9,4	9,8
2.4 Outros	158 015	—	6,3	5,5	10,2	102,5
3. Número de visitantes (via aérea)	18 360	—	52,2	7,1	-2,3	21,5

\* A partir de 1994, o número de visitantes pela via marítima incluindo o Porto Exterior e a ponte n.º 14.

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

QUADRO II - 12

## Indicadores do sector hoteleiro

	(%)				
	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Taxas de ocupação					
Total geral	61,84	57,02	55,57	53,86	54,47
Hotéis — Total	66,81	60,12	58,41	56,53	57,28
- 5 * e 4 *	67,79	57,28	58,36	54,85	59,85
- 3 *	64,49	64,68	63,49	63,36	61,59
Variação do número de hóspedes	6,50	11,27	6,95	11,11	8,34
Residentes de Hong Kong	4,60	-1,29	3,89	3,05	0,91
Duração de estadia (noites)					
Residentes de Hong Kong (noites)	1,33	1,35	1,32	1,31	1,28
	1,23	1,22	1,21	1,20	1,20

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 13

**Rácio hóspedes/visitantes por via marítima**

(%)

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Hong Kong	28,5	30,1	31,5	31,1	31,7
Japão	19,4	19,4	20,7	19,4	21,8
Taiwan	31,9	34,7	40,8	40,1	47,2
Coreia do Sul	9,9	12,6	17,6	16,7	23,5
Sudeste Asiático (1)	26,7	26,9	32,0	32,4	26,9
Europa	13,3	12,7	15,1	14,7	14,3
EUA/Canadá	9,7	12,7	13,3	14,9	14,9
Austrália/Nova Zelândia	11,6	13,2	15,1	17,3	22,4

(1) Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia.

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 14

**Capacidade hoteleira instalada**

- quartos -

	1994 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
TOTAL	8 357	32,7	21,8	7,6	13,3	9,1
Hotéis	7 594	42,3	26,9	8,3	15,6	9,3
Hotéis 5 * e 4 *	4 006	25,8	45,9	0,1	28,1	2,3
Hotéis 3 *	2 433	103,3	8,9	18,2	1,5	18,6

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 15

**Capacidade hoteleira instalada**

- pessoal ao serviço -

	1994 N.º	Variação em relação ao período homólogo (%)				
		1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95
Total	7 385	45,2	20,1	5,3	8,8	5,3
Hotéis	6 890	53,0	22,6	5,8	9,5	8,5
Hotéis 5 * e 4 *	4 209	34,7	34,9	-1,1	14,6	3,7
Hotéis 3 *	2 192	118,7	1,9	21,3	-0,2	21,5

FONTE: Estatísticas do Turismo.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 16

## Despesas per capita dos visitantes pela via marítima

	1994 (MOP)	Variação em relação ao período homólogo (%)		
		1992	1993	1994
1. Total de despesas per capita dos turistas	1 263,9	5,1	-2,9	2,7
1.1 - Despesas (excluindo compras)	1 063,9	-2,9	2,6	3,9
- Alojamento	395,2	-21,6	9,9	-1,9
- Alimentação e bebidas	437,7	3,5	-1,8	14,0
- Transportes, divertimentos e outros	231,1	32,0	-1,5	-2,5
1.2 - Despesas em compras	200,0	51,1	-23,0	-3,2
2. Total de despesas per capita dos excursionistas	432,9	25,7	-8,6	7,3
2.1 - Despesas (excluindo compras)	300,1	27,5	-6,8	3,2
- Alojamento	0,0	—	—	—
- Alimentação e bebidas	124,6	7,6	-10,5	4,8
- Transportes, divertimentos e outros	175,5	47,9	-3,9	2,1
2.2 - Despesas em compras	132,8	21,5	-13,1	17,6

FONTE: Inquérito às despesas dos visitantes.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

Quadro II - 17

## Balança de bens e serviços

(1 000 MOP)

	1992	1993	1994	1.º Sem. 94	1.º Sem. 95 (p)
Exportação de bens, FOB	14 080 157	14 236 218	14 853 890	6 521 258	7 202 714
Importação de bens, CIF	17 639 005	18 116 194	19 131 754	9 147 802	9 126 571
Balança comercial	-3 558 848	-3 879 976	-4 277 864	-2 626 544	-1 923 857
Exportação de serviços	18 039 099	19 899 896	21 763 677	10 445 548	12 650 825
Importação de serviços	1 427 655	1 849 470	2 033 291	1 020 163	1 111 188
Balança de serviços	16 611 444	18 050 426	19 730 386	9 425 385	11 539 637
Balança de bens e serviços	13 052 596	14 170 450	15 452 522	6 798 841	9 615 780

NOTAS: As discrepâncias relativamente aos valores constantes das estatísticas do Comércio Externo correspondem a ajustamentos necessários para suprir o sub-registo dos fluxos de mercadorias.

Estes valores foram estimados através de análise de equilíbrio de recursos e empregos.

(p) Previsões.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto.

Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

## Quadro II – 18

**Produto Interno Bruto**  
**Taxas de crescimento real**

(%)

Principais componentes da despesa	1992	1993	1994	1995 (p)
Consumo privado	8,4	7,1	6,0	4,1 ~ 4,6
Consumo público	-2,4	4,1	5,6	5,2 ~ 6,6
Formação bruta de capital fixo	34,7	5,5	3,2	-7,1 ~ -6,5
Exportação de bens e serviços	6,2	2,0	2,7	3,9 ~ 4,2
Importação de bens e serviços	7,8	2,0	3,0	-2,2 ~ -1,8
P.I.B.	12,1	5,0	4,0	4,3 ~ 4,8
Procura interna	16,0	6,2	4,8	-0,3 ~ 0,3
Procura global	10,5	3,9	3,7	1,9 ~ 2,4

(p) Previsões.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

## QUADRO II – 19

**Produto Interno Bruto**  
**Estrutura da despesa a preços constantes**

(%)

Principais componentes da despesa	1992	1993	1994
Consumo privado	35,9	36,7	37,3
Consumo público	6,6	6,6	6,6
Formação bruta de capital fixo	30,1	30,0	30,0
Exportação de bens e serviços	87,3	85,1	83,7
Importação de bens e serviços	59,9	58,3	57,6
P.I.B.	100,0	100,0	100,0
Procura interna	72,6	73,2	73,9
Procura global	159,9	158,3	157,6

(p) Previsões.

FONTE: Estimativas do Produto Interno Bruto.  
Direcção dos Serviços de Estatística e Censos.

## III — COMÉRCIO EXTERNO

## III.1. — Evolução global

A conjuntura do comércio externo do território de Macau, no 1.º semestre de 1995, reflecte essencialmente uma razoável dinâmica de crescimento da procura externa de mercadorias e uma estagnação na expansão da procura interna, pese embora o significativo acréscimo na procura de importações de bens de capital.

De Janeiro a Junho de 1995, as exportações de mercadorias atingiram o valor de 7,2 mil milhões de patacas, o que traduz uma taxa de crescimento nominal de 10,4 por cento em relação ao se-

mestre homólogo do ano anterior e representa uma aceleração em relação à taxa anual de cerca de 4 por cento apurada em 1994.

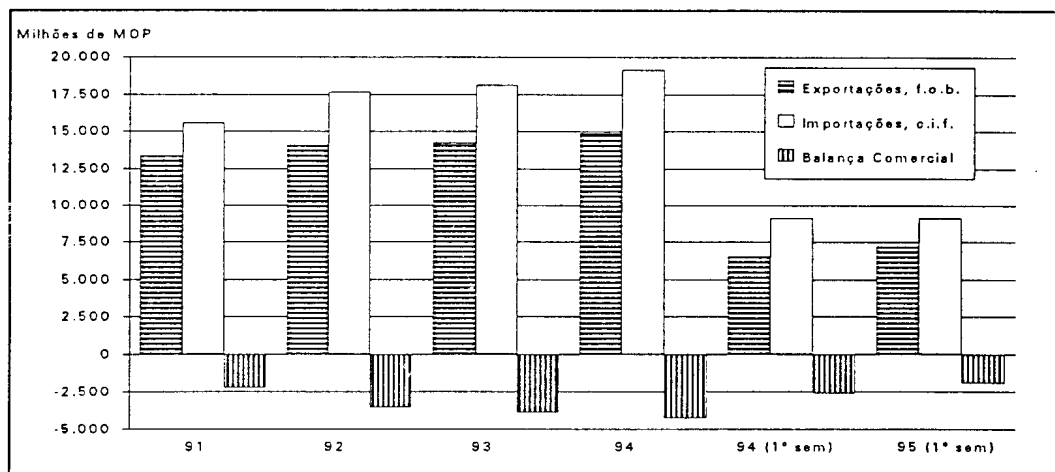
No mesmo período, as importações de mercadorias, ao alcançarem o valor de 9,1 milhões de patacas <sup>1</sup>, registaram um crescimento praticamente nulo (-0,2%), o qual compara com uma expansão nominal da ordem de 6 por cento em 1994.

<sup>1</sup> A análise do Comércio Externo está elaborada de acordo com os dados ajustados das importações para efeito das estimativas do PIB (DSEC), com excepção da parte III.5 que se baseia nas estatísticas do Comércio Externo.



Gráfico 1

Síntese da evolução do comércio externo de Macau



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estimativas do PIB da DSEC.

Da conjugação dos diferentes ritmos de crescimento dos fluxos de exportação e de importação de mercadorias, resultou uma evolução favorável da balança comercial do Território, com o respectivo défice a baixar de 2,6 mil milhões de patacas no 1.º semestre de 1994 para 1,9 mil milhões de patacas no 1.º semestre de 1995. Consequentemente, a taxa de cobertura das importações pelas exportações subiu de 71 para 79 por cento, admitindo-se, também, que, no final do ano de 1995, o défice da balança comercial em relação ao PIB fique significativamente abaixo do nível de 8,3 por cento registado em 1994.

Em termos de andamento em volume do comércio externo, estima-se <sup>2</sup> que as exportações de mercadorias, no 1.º semestre de 1995, tenham crescido ao ritmo anual de 4,5 por cento, o que representa uma ligeira aceleração em relação ao crescimento médio anual de 1994. No mesmo período, as importações apresentam um ligeiro decréscimo em volume, de quase 1 por cento, o que contrasta com uma expansão real de cerca de 4 por cento em 1994.

A conjuntura económica nos principais mercados da OCDE mostrou-se favorável à expansão das exportações do Território no 1.º semestre de 1995, principalmente em relação à América do Norte (vd. I — Evolução da Economia Internacional). Em particular, assistiu-se a uma forte taxa de expansão das exportações de vestuário para os EUA e a uma ampliação considerável das vendas de brinquedos e de calçado na UE. Sublinhe-se que, em qualquer destes casos, para além de outros factores que possam explicar a intensificação da procura externa (designadamente, os efeitos positivos dos incentivos fiscais e financeiros ao redimensionamento e modernização das unidades industriais, as potencialidades acrescidas do novo Acordo Têxtil bilateral com os EUA e a existência de algumas preferências tarifárias na UE), afigura-se que o território de Macau beneficiou de um desvio de encomendas resultante das restrições impostas à expansão das exportações de produtos chineses no mercado dos EUA (têxteis e vestuário com menores taxas de crescimento anual<sup>3</sup>) e na UE (contingentes anuais fixados para vários produtos, entre os quais se incluem os brinquedos e o calçado).

Como aspectos menos favoráveis no evoluir recente das exportações do Território salientam-se a forte redução de exportações de brinquedos para os EUA, a quebra acentuada das vendas de electrónica para a UE e o declínio das exportações (sobretudo de bens de consumo) para a R. P. China, responsável, em grande parte, pelo andamento negativo das exportações não-têxteis.

As perspectivas de desenvolvimento a curto prazo das exportações do Território dependem muito do evoluir da procura externa de vestuário, principal factor explicativo, no passado recente, do comportamento positivo das vendas totais de mercadorias ao exterior. A análise por mercados e os dados administrativos, disponíveis até Agosto de 1995, apontam para uma desaceleração no elevadíssimo ritmo de crescimento das exportações de vestuário para os EUA (+48% até Junho de 1995), conjugada com uma certa recuperação das exportações para a UE, suportada pela significativa depreciação da pataca face às principais divisas europeias.

Nas exportações não-têxteis, antevê-se, a partir da segunda metade do ano de 1995, um comportamento menos negativo das exportações para a R. P. China. As exportações de brinquedos deverão continuar a declinar em relação ao mercado dos EUA, mas o mercado comunitário poderá continuar a evidenciar-se como uma alternativa. Mais problemática se afigura a sustentação do elevado ritmo de crescimento das exportações de calçado para a UE, enquanto as vendas ao exterior de electrónica tenderão provavelmente a diminuir de importância.

Na sua totalidade as exportações de mercadorias em 1995, deverão registar uma taxa de crescimento nominal significativamente

<sup>2</sup> De acordo com os índices de preços utilizados nas estimativas do PIB (DSEC).

<sup>3</sup> No acordo EUA-China de 1994-96, as taxas anuais de crescimento foram reduzidas de 3-4% para 1%.

te positiva (acima dos 4% do ano anterior), mas inferior à apurada na primeira metade do ano (+10%).

De acordo com as opiniões dos empresários do sector industrial-exportador, expressas no Inquérito de Conjuntura de Julho de 1995, as perspectivas de crescimento das exportações nos próximos 6 meses são menos favoráveis do que no trimestre anterior, e, sobretudo, em relação ao período idêntico de 1994. Por sua vez, a carteira média de encomendas do sector industrial-exportador, medida em meses, reduziu-se em cerca de 9 por cento em relação a Julho de 1994 (-13% no sector de vestuário) <sup>4</sup>.

Como factores de incerteza adicionais ao desenvolvimento a médio prazo das exportações do Território citam-se as consequências da reformulação dos critérios de origem das mercadorias (de que são exemplo recente as alterações às regras de origem dos têxteis e vestuário dirigidos ao mercado dos EUA), bem assim como o evoluir do relacionamento comercial entre os EUA-China e a UE-China, na perspectiva de que algumas opções de investimento industrial em Macau, no passado recente, têm reflectido, de algum modo, a maior ou menor acessibilidade na entrada dos produtos chineses naqueles mercados.

Por seu turno, a evolução das importações de mercadorias, no 2.º semestre de 1995, tenderá a continuar a espelhar o enfraquecimento da procura interna, tanto mais quanto os investimentos substanciais para o arranque da exploração do Aeroporto de Macau se afiguram terem sido já realizados nos dois semestres anteriores (a aquisição de aviões deverá ser contabilizada na importação de serviços). Assim, as importações, no final do ano de 1995, deverão decrescer ligeiramente em termos nominais, contribuindo para a atenuação do défice comercial do Território.

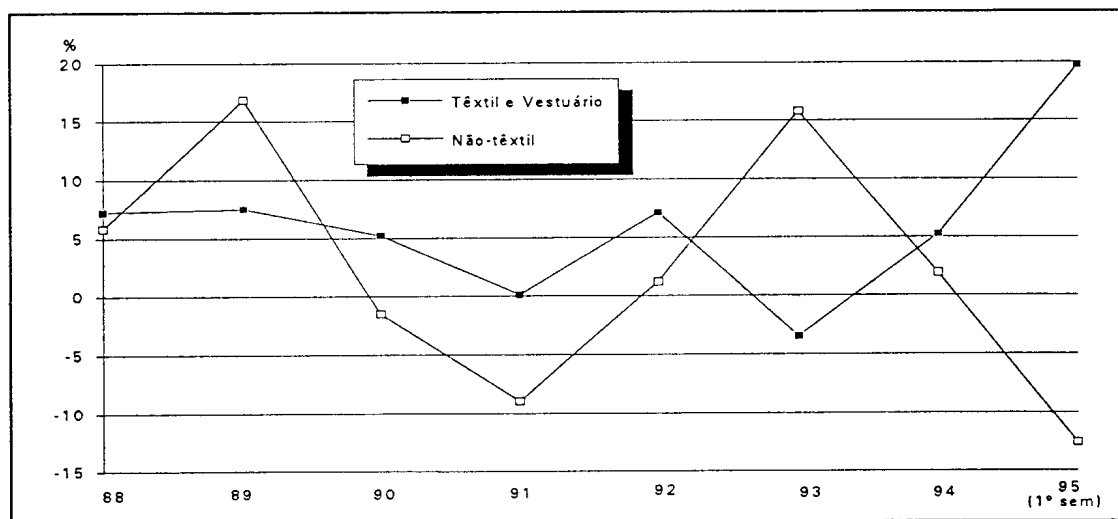
### III.2. — Comportamento sectorial das exportações

O apreciável crescimento nominal das exportações de Macau, nos primeiros seis meses de 1995 (10,4%), reflecte um desempenho sectorial bastante diferenciado. Ao dinâmico crescimento das exportações de têxteis e vestuário (de cerca de 20%), contrapôs-se uma quebra das vendas ao exterior de produtos não-têxteis (-10,5%).

<sup>4</sup> A intensificação da concorrência a nível internacional no comércio mundial de têxteis e vestuário tem vindo a determinar uma maior rapidez no tempo de entrega de encomendas, assim como a reduzir ao mínimo os «stocks» de produtos acabados, assistindo-se, de igual modo, a um ajustamento mais rápido da produção às preferências dos consumidores.

Gráfico 2

#### Evolução sectorial das exportações Taxas de crescimento nominal



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC.

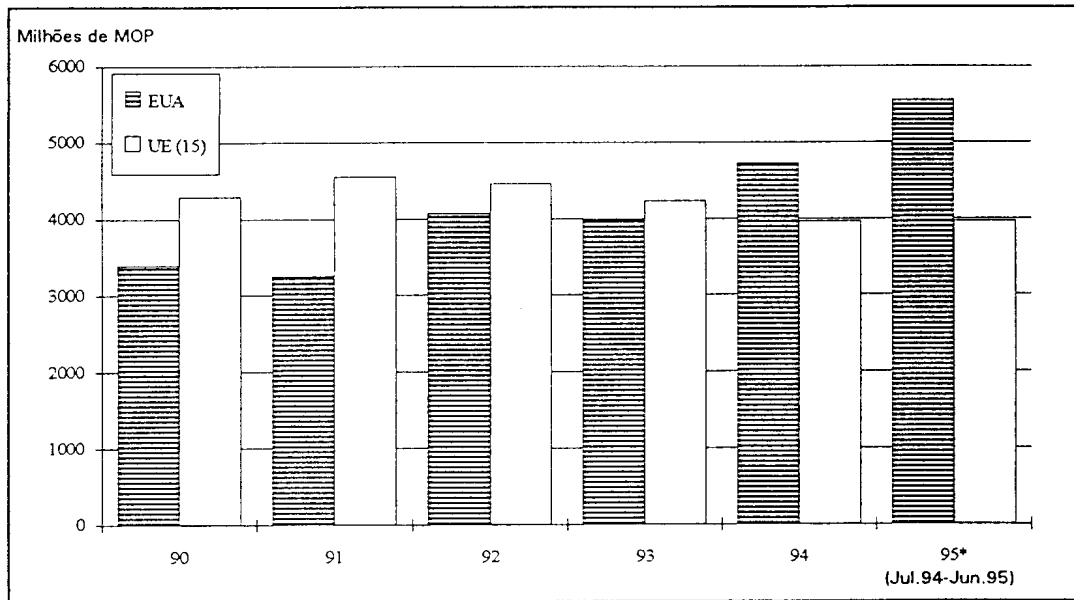
Dentro do sector têxtil e vestuário sobressai o comportamento muito saliente das vendas totais de vestuário (+22% em relação ao 1.º semestre de 1994), fruto sobretudo do «boom» de vendas para o importante mercado dos Estados Unidos (+48%), iniciado na segunda metade do ano de 1994. O acréscimo de vendas de vestuário nos EUA (+835 milhões de MOP, relativamente ao 1.º semestre de 1994), determinou marcadamente o acréscimo total das vendas de vestuário nos mercados externos (+850 milhões de MOP), tendo as vendas destinadas à União Europeia, o segundo mercado mais importante, praticamente estagnado (-4 milhões de MOP).

Tendencialmente, assiste-se a uma maior facilidade de penetração do vestuário de Macau no mercado dos EUA, em relação

ao desenvolvimento das exportações para a UE e outros mercados. A recuperação do consumo privado nos EUA, aliada a uma forte procura de importações de têxteis e vestuário de todo o mundo, explica, em parte, o substancial acréscimo de vendas de vestuário de Macau para aquele mercado. Por outro lado, as alterações ao Acordo Têxtil EUA-Macau, nomeadamente as que resultaram na liberalização de algumas categorias e na abolição dos limites de agregado para os produtos de algodão e outras fibras (excepto lã) e total, reflectiram-se muito positivamente na diversificação de oportunidades de acesso ao mercado norte-americano. Acresce, ainda, que as recentes restrições impostas pelos EUA à expansão das exportações chinesas de têxteis e vestuário afiguram-se constituir, também, um factor explicativo do desvio de encomendas para o território de Macau.

Gráfico 3

**Exportações de vestuário de Macau para os principais mercados**



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio da DSEC.

Pelo contrário, a evolução das exportações de vestuário de Macau para a União Europeia continua a reflectir grandes dificuldades competitivas, designadamente pela forte posição concorrencial dos novos produtores asiáticos de baixos custos (Índia, Bangladesh, Sri Lanka e Vietnam) e pela nova posição comercial dos produtores do ex-bloco do leste, os quais beneficiam de condições preferenciais de acesso aos mercados europeus e de uma crescente utilização do processo produtivo no exterior

(«outward processing») por parte das firmas europeias.

Estes dois grandes mercados restringidos absorvem 92,5% das exportações totais de vestuário de Macau, percentagem esta que sobe para 94% se acrescentarmos os outros dois mercados restringidos (Canadá e Noruega). As exportações de vestuário para os mercados não restringidos (outros mercados que não os EU, UE, Canadá e Noruega) continuam a evidenciar um frouxo dinamismo (+1,5%).

**Desempenho sectorial das exportações (1.º Sem. 94 — 1.º Sem. 95)**

(Valores em milhões de patacas)

Sectores	Valor exportado no 1.º Sem. 95	Peso %	Variação absoluta	Variação relativa
Vestuário	4 662	64,7	+ 852	+ 22%
Têxteis	756	10,5	+ 38	+5%
Brinquedos	318	4,4	+ 21	+ 7%
Electrónica	211	2,9	- 86	- 29%
Calçado	190	2,6	+ 75	+ 65%
Outros	1 066	14,9	- 218	- 17%

Ao invés das exportações do sector têxtil e vestuário, o conjunto das exportações não-têxteis regista, desde meados de 1994, um andamento negativo, imputável essencialmente à quebra da venda de bens de consumo à R. P. China (bebidas, tabaco e outros) e, secundariamente, à evolução negativa das exportações de artigos de electrónica. Esta última variação negativa (-86 milhões de MOP) é uma resultante da suspensão das exportações de fitas magnéticas e da redução das exportações de discos magnéticos, ambas para a União Europeia.

Por sua vez, as exportações de brinquedos acusaram uma acentuada desaceleração de crescimento (de +22% em 1994 para +7%) derivada da forte redução de encomendas proveniente do mercado dos Estados Unidos, compensada, no entanto, pela ampliação das vendas na União Europeia. A abolição dos direitos aduaneiros, a partir de 1 de Janeiro de 1995, na importação de brinquedos no mercado dos Estados Unidos acarretou a perda de uma vantagem comparativa das produções de Macau e, consequentemente, implicou de imediato uma redução de vendas (-64

milhões de MOP em relação ao 1.º semestre de 1994).

Bastante mais dinâmico revelou-se o comportamento das exportações de calçado (+65%), na linha de uma tendência verificada nos últimos 3 anos e que tem implícito o redimensionamento das unidades fabris. Na realidade, o nível de exportações de calçado subiu de 133 milhões de patacas em 1992 para 345 milhões de patacas nos últimos 12 meses findos em Junho de 1995.

Para o incremento das exportações de brinquedos e de calçado registado nos anos mais recentes, contribuíram, designadamente, os seguintes factores: benefício do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG) na Europa comunitária; maiores restrições impostas aos produtos chineses no mercado da UE; maior utilização de mão-de-obra não-residente nas unidades fabris e desvalorização pronunciada da pataca face às principais divisas europeias.

Em consequência do diferente desempenho sectorial, o peso dos têxteis e vestuário na estrutura das exportações de Macau

subiu para cerca de 75% no primeiro semestre de 1995, o que compara com 73,5% em 1994 e 73% em 1993.

### III.3. — Orientação geográfica das exportações

As exportações por mercados, no 1.º semestre de 1995, evidenciam também um comportamento divergente. Enquanto a procura externa proveniente da América do Norte evoluiu de modo muito favorável, sobretudo a originária dos EUA, a procura externa da Europa comunitária cresceu de forma modesta e a procura da região Ásia-Pacífico decresceu em termos globais.

Considerando os quatro principais mercados de destino das exportações do Território (EUA, UE, R. P. China e Hong Kong), os quais absorvem 94 por cento das vendas totais ao exterior, verifica-se que o mercado dos Estados Unidos foi de longe o mercado mais expansivo.

### Desempenho das exportações por mercados (1.º Sem. 94 — 1.º Sem. 95)

(Valores em milhões de patacas)

Mercados	Valor exportado no 1.º Sem. 95	Peso %	Variação absoluta	Variação relativa
EUA	2 879	40,0	+ 831	+ 41 %
UE (15)	2 257	31,3	+ 102	+ 5 %
R. P. China	806	11,2	- 266	- 25 %
Hong Kong	803	11,1	- 68	- 8 %
Outros	459	6,4	+ 82	+ 22 %

O aumento substancial das exportações para os EUA justifica-se pela forte procura de importações de vestuário (+18,5% em metros quadrados nos primeiros 5 meses de 1995), procura essa que determinou um volume de encomendas dirigidas a Macau de intensidade muito superior à verificada em relação ao conjunto dos 4 grandes produtores asiáticos (-0,3% para R. P. China, Taiwan, Coreia do Sul e Hong Kong). Em valor, o acréscimo total de vendas de vestuário aos EUA situou-se na ordem dos 48 por cento, crescimento este que reflecte não só uma intensificação da procura nas categorias tradicionalmente mais exportadas, mas sobretudo uma expansão noutros produtos, restringidos e não restringidos, possível pela menor rigidez do actual Acordo Têxtil. De registar, também, o significativo incremento das exportações de artigos eléctricos e a drástica quebra de vendas de brinquedos (-35%) pelas razões invocadas no ponto III.2.

As vendas totais para o mercado da União Europeia (com 15 membros desde 1 de Janeiro de 1995) cresceram apenas 5 por cento em termos nominais, apesar da forte depreciação da pataca face às principais divisas europeias, no decurso do ano de 1994 e até meados de 1995 (p.e. -21% contra o marco alemão entre o 4.º trimestre de 1993 e o 2.º trimestre de 1995). As exportações de vestuário, que representam mais de 3/4 do total exportado para aquele vasto mercado (sem fronteiras internas), voltaram a apresentar uma «performance» medíocre no 1.º semestre de 1995 (-4%), embora se note uma recuperação no 2.º trimestre. Por sua vez, as exportações de electrónica declinaram (-34%), enquanto

as de brinquedos (+160%) e de calçado (+113%) registavam de novo expansões assinaláveis.

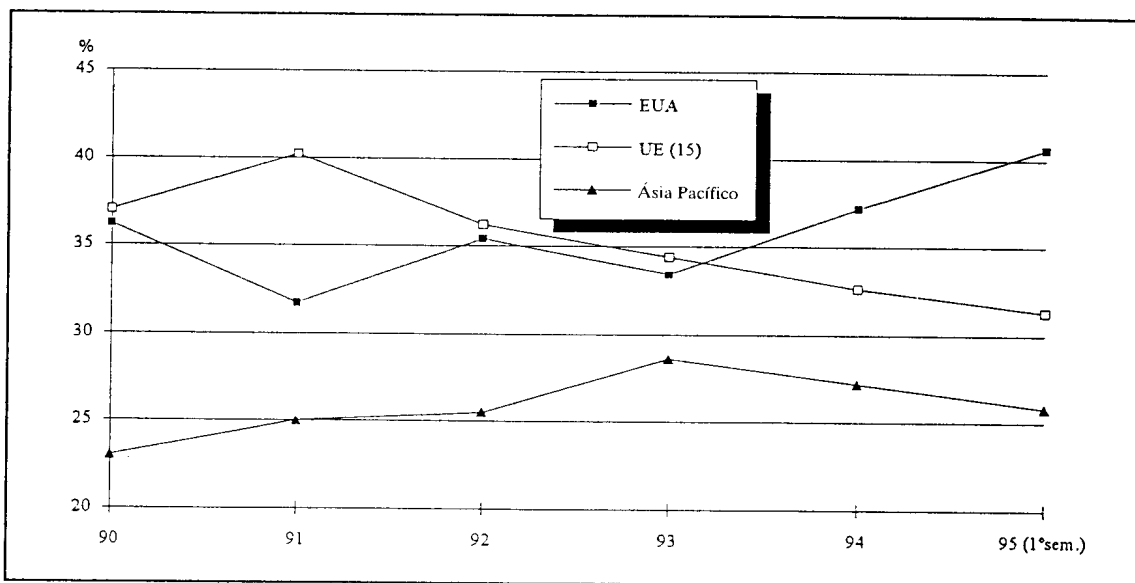
Por sua vez, as exportações para a R. P. China acusaram uma variação muito negativa (-25%) no 1.º semestre de 1995, à semelhança do comportamento já apurado no semestre anterior. Esta trajectória descendente das exportações para a R. P. China justifica-se, essencialmente, pelo menor licenciamento de operações de exportação definitiva de certos tipos de bens de consumo (designadamente de bebidas alcoólicas e tabaco)<sup>5</sup>, os quais num passado recente registaram elevadas taxas de crescimento. Num total de -265 milhões de patacas de exportação definitiva para a R. P. China, cerca de 85% dizem respeito à quebra de exportações de bebidas e tabaco.

Também para Hong Kong registou-se um comportamento negativo das vendas de mercadorias (-8%), à semelhança do verificado no ano anterior. Entre os outros mercados, que representam apenas cerca de 6% das exportações totais de Macau, merecem referências positivas as exportações para o Canadá (+29%), para o Japão (+49%) e para Taiwan (+60%).

<sup>5</sup> Alterações de procedimento administrativo adoptadas pela DSE desde Setembro de 1994, em relação ao regime de exportação com isenção do pagamento de imposto de consumo, estarão na origem da quebra acentuada do número de licenças de exportação concedidas para aquele tipo de bens.

Gráfico 4

**Evolução da estrutura das exportações de Macau para os principais mercados**



FONTE: Gabinete de Estudos da DSE, com base nas estatísticas do Comércio Externo da DSEC.

Em síntese, a tendência mais recentemente observada é para um reforço da posição dos mercados da América do Norte, e sobretudo dos EUA, no total das exportações de Macau. Em contraste, assiste-se a uma quebra relativa de importância das exportações para a União Europeia e para a região da Ásia-Pacífico, sendo o andamento destas últimas particularmente explicado pelas variações da procura proveniente da R. P. China.

*III.4. — Comportamento sectorial das importações*

No primeiro semestre de 1995, as compras do Território ao exterior, ao atingirem o valor de 9,1 mil milhões de patacas, pratica-

mente estabilizaram (-0,2%) em relação aos valores observados no semestre homólogo do ano anterior. Em 1994 as importações haviam registado um incremento nominal de cerca de 6 por cento.

Este andamento das importações reflecte essencialmente uma estagnação da procura de importações de bens de consumo e uma variação negativa na importação de matérias-primas e produtos semitransformados (-4%). O acréscimo substancial de importações de bens de capital (+20%) contrariou a tendência dominante para uma moderação do nível de importações, reflexo provável de uma evolução menos favorável da actividade económica (designadamente na construção e no comércio interno).

**Evolução das importações por categorias económicas**  
**Taxas de crescimento nominal**

	Peso * %	1994	1.º Sem. 1994	1.º Sem. 1995
Importações totais	100	+ 5,6%	+ 3,8%	- 0,2%
das quais:				
Bens de consumo	28	+ 7,2%	+ 11,8%	- 0,5%
Matérias-primas e produtos semitransformados	56	+ 3,9%	+	- 3,8%
Combustíveis e lubrificantes	4	+ 7,3%	+ 1,3%	+ 4,3%
Bens de capital	12	+ 9,9%	-	+ 19,7%

\* Percentagem em relação ao total das importações em 1994.

As importações de bens de consumo, as quais representam cerca de 28 por cento das importações totais do Território, registam desde o ano de 1992 uma evolução em desaceleração continuada, reflexo, porventura, não só de uma moderação na expansão do consumo privado (pese embora o forte crescimento populacional) mas também produto de um afrouxamento na procura de bens de consumo por parte dos não-residentes<sup>6</sup>. Dentro deste

conjunto de bens, os produtos «alimentares, bebidas e tabaco» acusaram uma pronunciada desaceleração no crescimento nominal (de 15% em 1994 para 2% no 1.º semestre de 1995), enquanto

<sup>6</sup> Em Macau, o peso significativo da população flutuante (turistas e visitantes) e as relações específicas com a R. P. China influem no andamento das importações de bens de consumo, para além das variações determinadas pela procura das famílias residentes.

os «outros bens de consumo» evoluíram para uma taxa de crescimento negativa (de 1% em 1994 para -3%). Sobressai, no andamento negativo das importações de «outros bens de consumo», o decréscimo no valor da importação de automóveis ligeiros de passageiros (-26%).

Por sua vez, as importações de matérias-primas e produtos semitransformados (MPPST), que representam 56 por cento das importações do Território, acusaram uma variação homóloga negativa no semestre em observação (-4%), devido ao declínio na aquisição de materiais de construção ao exterior, ultrapassada a fase de maior ritmo na actividade de construção (p.e. as importações de ferro ou aço diminuíram 58% e as de areias e pedras de construção em 83%). A importação de matérias têxteis, as quais representam quase 2/3 do total da importação de MPPST, regista uma variação homóloga positiva no 1.º semestre de 1995 (+5%), embora em desaceleração em relação ao último semestre de 1994.

A aquisição ao exterior de bens de capital (12% das importações totais) apurou um significativo acréscimo nominal de 20 por cento no 1.º semestre de 1995, atribuível no essencial ao apetrechamento técnico do Aeroporto Internacional de Macau e ao desenvolvimento de outros significativos investimentos, designadamente dos efectuados pela CEM — Companhia de Electricidade de Macau. Estima-se que, no 2.º semestre de 1995, possa haver um abrandamento na expansão das importações de bens de capital, tanto mais que a contabilização da aquisição dos aviões por parte da Air Macau não será feita na importação de mercadorias mas sim na importação de serviços (devido ao regime especial de «leasing»).

### III.5. — Importações por mercados

Por mercados fornecedores<sup>7</sup>, assiste-se, na primeira metade do ano de 1995, a um dinamismo apreciável no crescimento das importações dos EUA (+18%) e da UE (+14%), confirmando-se uma tendência observada nos anos mais recentes. De assinalar, também, o crescimento das aquisições de mercadorias a Taiwan (+9%), a Singapura (+108%) e à Malásia (+102%).

Ao dinamismo das compras de mercadorias àqueles mercados por parte do Território, contrapôs-se uma quebra significativa nas aquisições de bens nos mercados de Hong Kong (-7%), Coreia do Sul (-16%) e do Japão (-24%). Esta última variação negativa poderá ser explicada, pelo menos em parte, pela forte apreciação do iene japonês.

Por sua vez, as importações da R. P. China cresceram 7 por cento no 1.º semestre de 1995, recuperando em relação ao ano de 1994 (-7%). A elevação do nível de importações em termos nominais (+103 milhões de MOP) resultou, designadamente, do acréscimo de importações de fios, tecidos e outras matérias têxteis (+154 milhões de MOP), em consonância com o andamento favorável das exportações de vestuário.

Em consequência do maior ritmo de desenvolvimento da procura de bens de consumo e de bens de capital, a estrutura das importações por mercados tem evoluído nos anos mais recentes de modo favorável às posições de mercado dos Estados Unidos e da União Europeia, os quais tradicionalmente não são fornecedores de matérias-primas ou produtos semitransformados ao Território. Assim, enquanto no início da década apenas 5 por cento das compras do Território eram efectuadas aos EUA e 8 por cento na UE, no 1.º semestre de 1995 aquelas posições de mercado passaram a ser de, respectivamente, 7,5 por cento e 16 por cento. Em contrapartida, a posição global da Ásia-Pacífico decresceu ligeiramente de importância, por via, sobretudo, da quebra de posições relativas de Hong Kong e do Japão. De qualquer forma, a região da Ásia-Pacífico subsiste como o grande fornecedor de mercadorias a Macau no 1.º semestre de 1995 (74% do total), sendo de destacar as posições relativas de Hong Kong (28%)<sup>8</sup>, da R. P. China (21%) e do Japão (11%).

<sup>7</sup> A análise efectuada neste ponto é elaborada a partir dos dados das Estatísticas do Comércio Externo do Território, não corrigidos pelas estimativas do PIB.

<sup>8</sup> Dada a função de entreposto comercial desempenhada por Hong Kong, admite-se que parte significativa das importações provenientes daquele Território sejam originárias de outros mercados e que não estejam reclassificadas como tal.

### Quadro III - 1

#### Evolução do comércio externo de Macau Quadro síntese

(Milhões de patacas)

	1992	1993	1994	1994 1.º Sem.	1995 1.º Sem.
Exportações, FOB	14 080,2	14 236,2	14 853,9	6 521,3	7 202,7
Importações, CIF	17 639,0	18 116,1	19 131,7	9 147,8	9 126,6
Balança comercial	-3 558,8	-3 879,9	-4 277,8	-2 626,5	-1 923,9
Balança comercial/PIB (%)	-8,8	-8,4	-8,3	n.d.	n.d.
Coefficiente de cobertura (%)	79,8	78,6	77,6	71,3	78,9
Taxa de variação em volume (%)					
Exportações	-1,7	2,4	3,7	6,4	4,5
Importações	8,0	0,9	3,6	2,3	-0,8

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos, cálculos baseados nas estimativas do PIB da DSEC.

Quadro III - 2

## Evolução das exportações de Macau

	Valor (Milhões de patacas)	Estru- tura (%)	Taxa média de cresci- men- to (em %)	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
	1994	1994	1986-91	1992	1993	1994	1994 1.º sem.	1995 1.º sem.
Exportações totais	14 853,9	100,0	9,1	5,7	1,1	4,3	5,5	10,4
Exportações têxteis	10 918,2	73,5	10,8	7,1	-3,5	5,2	0,7	19,7
Vestuário	9 514,6	64,1	10,9	8,3	-3,6	5,9	1,5	22,4
Outros produtos têxteis	1 403,6	9,4	10,1	-0,1	-2,3	1,3	-3,4	5,3
Exportações não-têxteis	3 935,7	26,5	4,8	1,2	15,8	1,9	18,6	-10,5
Brinquedos	728,3	4,9	-5,3	-10,2	-13,3	21,8	31,1	7,2
Electrónica	565,6	3,8	3,1	2,7	15,8	15,1	71,5	-28,9
Calçado	272,3	1,8	31,4	-23,8	37,9	48,9	45,7	64,6
Outros	2 369,5	16,0	10,0	7,5	23,9	-8,5	6,8	-17,0

NOTA: Taxas de crescimento em valor.

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos — cálculos baseados nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 3

## Evolução das importações de Macau

	Valor (Milhões de patacas)	Estru- tura (%)	Taxa média de cresci- men- to (em %)	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
	1994	1994	1986-91	1992	1993	1994	1994 1.º Sem.	1995 1.º Sem.
Importações totais	19 131,7	100,0	n.d.	13,5	2,7	5,6	3,8	-0,2
Bens de consumo	5 334,8	27,9	n.d.	23,8	9,4	7,2	11,8	-0,5
Alimentares, bebidas e tabaco	2 478,3	13,0	n.d.	20,9	22,4	15,4	19,8	2,3
Outros bens de consumo	2 856,5	14,9	n.d.	25,8	1,3	1,0	5,7	-2,8
Matérias-primas e produtos semi- transformados	10 760,8	56,2	n.d.	14,6	3,5	3,9	4,8	-3,8
Combustíveis e lubrificantes	793,3	4,1	n.d.	1,2	10,9	7,3	1,3	4,3
Bens de capital	2 242,7	11,7	n.d.	-2,6	-15,6	9,9	-17,4	19,7

NOTA: Taxas de crescimento nominais.

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos — cálculos baseados nas estimativas do PIB (DSEC).

## Quadro III — 4

## Nível de utilização de quotas em alguns acordos têxteis celebrados por Macau

(em percentagem dos limites contingentados)

	1992	1993	1994	1994 1.º sem.	1995 1.º sem.
E.U.A.					
Grupo I (algodão e outras fibras, excepto lã) do qual:					
Cat. 333/4/5/833/4/5	118,0	102,2	113,0	35,9	36,2
Cat. 338	105,5	103,7	112,9	53,7	56,2
Cat. 339	109,4	103,2	113,7	60,3	58,3
Cat. 340	108,7	101,1	108,6	38,7	43,1
Cat. 347/8/847	110,6	103,2	113,0	54,4	58,7
Cat. 633/4/5	107,8	106,9	104,0	35,8	29,1
Cat. 638/9/838	96,8	84,9	93,2	34,1	37,2
Cat. 647/648	105,9	104,8	111,8	34,5	48,3
(Peso destas categorias no total conting. p/ os E.U.A.)	75,2%	75,7%	76,9%	82,0%	73,8%
Grupo II (lã) — Agregado	56,4	40,3	62,5	18,0	28,2
U.E. *					
Cat. 4 («T-shirts»)	85,2	90,5	73,6	39,4	29,5
Cat. 5 («Pull-overs»)	100,7	102,6	100,7	36,5	43,0
Cat. 6 (Calças)	90,4	107,3	99,5	58,3	40,1
Cat. 7 (Blusas de tecido p/senhora)	75,1	88,6	99,4	49,4	39,9
Cat. 8 (Camisas de tecido p/homem)	88,1	88,1	69,6	27,9	31,2
Cat. 18 (Roupa interior, pijamas, de tecido)	70,1	66,3	61,4	26,0	23,1
(Peso destas categorias no total conting. p/ a U.E.)	77,6%	81,8%	81,8%	82,5%	80,6%
Designações:					
Cat. 333/4/5/833/4/5 — Casacos de algodão, mistura de seda e outras fibras vegetais.					
Cat. 338 — Camisas e «T-shirts» de malha de algodão, p/homem ou rapaz.					
Cat. 339 — Blusas, camiseiros e «T-shirts» de malha de algodão, p/senhora ou rapariga.					
Cat. 340 — Camisas de tecido de algodão, p/homem ou rapaz.					
Cat. 347/8/847 — Calças e calções de algodão, mistura de seda e outras fibras vegetais.					
Cat. 633/4/5 — Casacos de fibras artificiais.					
Cat. 638/9/838 — Camisas, camiseiros e «T-shirts» de malha de fibras artificiais, mistura de seda e outras fibras vegetais, excepto o algodão.					
Cat. 647/648 — Calças e calções de fibras artificiais.					
* U.E. (15) a partir de Janeiro de 1995.					

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos.



Quadro III - 5

## Exportações de Macau para os principais mercados

	Valor (Milhões de patacas)  1994	Estru- tura (%)  1994	Taxa média de crescimen- to no período (em %)  1986-91	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
				1992	1993	1994	1994 1.º Sem.	1995 1.º Sem.
América do Norte	5 725,8	38,5	8,2	17,2	-4,3	15,3	2,3	40,1
E.U.A.	5 522,2	37,2	8,0	17,9	-4,5	16,1	2,9	40,6
Canadá	203,6	1,4	11,8	2,9	0,7	-2,8	-11,4	29,3
E.U. (15)	4 838,8	32,6	9,8	-4,9	-3,8	-1,2	6,2	4,7
Ásia e Pacífico	4 037,9	27,2	9,8	7,7	13,6	-1,0	7,5	-12,4
da qual:								
Hong Kong	1 660,2	11,2	5,2	1,2	1,2	-7,0	-5,6	-7,8
R.P.C.	1 887,3	12,7	27,7	24,9	34,5	0,1	23,4	-24,8
Japão	140,5	0,9	9,6	-10,7	-12,3	-13,0	-24,3	48,6
Austrália	48,0	0,3	-12,2	-34,1	-33,4	2,6	5,0	-26,5
Outros	251,4	1,7	2,1	-1,9	41,3	-15,3	21,1	-10,7
<i>Total</i>	14 853,9	100,0	9,1	5,7	1,1	4,3	5,5	10,4

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos — cálculos baseados nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 6

## Exportações de alguns produtos para os principais mercados

## A. Vestuário

	Valor (Milhões de patacas)  1994	Estru- tura (%)  1994	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
			1992	1993	1994	1994 1.º sem.	1995 1.º sem.
União Europeia (15)	3 966,0	41,7	-2,0	-5,2	-6,2	-0,5	-0,3
E.U.A.	4 772,1	49,6	24,9	-2,2	18,6	4,4	48,4
Canadá	163,3	1,7	16,8	-0,1	-4,0	-11,6	25,8
Hong Kong	140,9	1,5	-13,3	11,5	-11,5	-10,6	-33,9
Taiwan	134,0	1,4	179,0	48,1	31,7	-22,8	30,3
Outros países	388,3	4,1	-10,8	-15,9	10,9	11,3	11,7
<i>Total</i>	9 514,6	100,0	8,3	-3,6	5,9	1,5	22,4

## B. Outros produtos têxteis

Hong Kong	657,2	46,8	-10,5	-1,0	1,9	-0,9	5,3
R.P.C.	607,8	43,3	17,1	-3,7	-2,4	-6,7	-4,1
Japão	42,1	3,0	-4,9	-5,8	-3,0	-11,4	16,4
Canadá	20,1	1,4	130,0	20,0	46,5	-8,0	47,1
Chile	19,8	1,4	n.d.	363,5	13,0	4,8	14,4
Outros países	56,7	4,0	-31,1	-26,2	28,6	10,5	107,7
<i>Total</i>	1 403,6	100,0	-0,1	-2,3	1,3	-3,4	5,3

**C. Electrónica**

	Valor (Milhões de patacas) 1994	Estru- tura (%) 1994	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
			1992	1993	1994	1994 1.º sem.	1995 1.º sem.
União Europeia (15)	358,4	63,4	3,7	13,3	30,2	140,3	-34,2
Hong Kong	130,0	23,0	76,6	-24,2	32,2	63,2	47,8
R.P.C.	63,2	11,2	-51,1	79,6	-30,1	-47,6	39,0
E.U.A.	4,5	0,8	-54,5	-99,4	n.d.	n.d.	-41,6
Japão	2,4	0,4	176,5	145,8	n.d.	490,2	138,4
Outros países	7,1	1,3	-69,9	n.d.	-73,8	748,8	126,7
<i>Total</i>	565,6	100,0	2,7	15,8	15,1	71,5	-28,9

**D. Brinquedos**

E.U.A.	454,9	62,5	10,3	-20,0	6,3	5,8	-34,8
União Europeia (15)	182,2	25,0	-47,7	-20,5	145,2	107,4	160,4
México	36,9	5,1	-43,2	n.d.	24,0	n.d.	-81,4
Hong Kong	12,0	1,6	-53,0	46,9	-35,4	-21,3	28,4
Canadá	10,5	1,4	-40,3	-10,8	-40,3	-3,9	42,1
Outros países	31,8	4,4	-34,6	8,2	7,6	46,1	22,2
<i>Total</i>	728,3	100,0	-10,2	-13,3	21,8	31,1	7,2

**E. Calçado**

União Europeia (15)	180,9	66,4	-26,8	35,7	50,8	43,6	112,7
E.U.A.	34,1	12,5	-8,8	36,5	-17,7	-17,0	-19,8
R.P.C.	25,5	9,4	7,0	16,7	234,4	383,6	-27,0
Hong Kong	14,4	5,3	-32,1	25,5	92,5	209,8	-19,8
Áustria	3,7	1,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	256,0
Outros países	13,8	5,1	-73,6	371,8	125,2	70,6	149,9
<i>Total</i>	272,3	100,0	-23,8	37,9	48,9	45,7	64,6

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos — cálculos baseados nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 7

**Exportações de Macau no âmbito do Sistema de Preferências Generalizadas (SPG)  
por mercados de destino**

	Valor (Milhões de patacas) 1994	Estrutura		Variação em relação ao período homólogo (em %)			
		% no total de exportações por países 1994	% no total de exportações com SPG 1994	1992	1993	1994	1995 1.º Sem.
		América do Norte	627,5	11,0	52,2	-7,7	-16,4
E.U.A.	614,4	11,1	51,1	-5,6	-16,7	-6,7	-30,5
Canadá	13,1	6,4	1,1	-50,3	-4,6	-33,2	9,5
União Europeia (15)	559,0	11,6	46,5	5,7	-8,4	-15,7	20,0
Outros países dos quais:							
Japão	7,7	5,5	0,6	-12,2	-55,1	-10,7	40,6
Austrália	4,7	9,7	0,4	-6,5	-11,0	-28,1	3,2
<i>Total</i>	1 202,6	8,1	100,0	-7,0	-13,8	-2,0	-5,6

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos — cálculos baseados nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

Quadro III - 8

**Importações por mercados**

	Estrutura (%) 1994	Taxa média de crescimento (em %) 1986-91	Variação em relação ao período homólogo (em %)				
			1992	1993	1994	1994 1.º Sem.	1995 1.º Sem.
			R.P.C.	18,8	17,3	0,4	7,0
Japão	12,8	28,8	-9,7	-9,7	-15,1	-11,1	-24,3
Hong Kong	30,4	9,0	-0,1	-6,6	6,6	2,9	-7,1
E.U.A.	6,8	9,1	17,8	15,6	23,8	7,3	17,9
União Europeia	15,5	19,2	13,1	33,2	32,2	22,0	13,6
Taiwan	6,8	20,0	12,7	4,2	9,1	7,0	9,2
Singapura	0,5	26,2	4,6	-4,8	18,5	-3,8	107,8
Coreia do Sul	2,5	30,4	18,9	6,8	13,5	34,1	-16,3
Outros países	6,0	13,3	20,5	21,3	8,2	5,7	-4,1
<i>Total</i>	100,0	15,2	5,7	2,9	4,9	2,8	-0,7

FONTE: Direcção dos Serviços de Economia — Gabinete de Estudos — cálculos baseados nas estatísticas do Comércio Externo (DSEC).

**IV — EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO MONETÁRIA  
E CAMBIAL**

*IV.1. — Evolução global*

No primeiro semestre de 1995, o sector monetário prolongou as principais linhas de tendência que vinha observando desde sensivelmente o final do primeiro trimestre do ano anterior, ou seja, de consolidação dos padrões de comportamento mais característicos da evolução monetária e cambial do Território.

Com efeito, enquanto o excedente da balança de pagamentos aumentou, o crédito a empresas e particulares continuou em desaceleração e o nível de liquidez na economia cresceu, os bancos, nestas condições, intensificaram a retoma do anterior modelo de estratégia nas suas relações com o exterior.

O indicador representativo do conjunto mais amplo dos activos monetários na posse do sector não-monetário M2, prosseguiu nos primeiros seis meses a tendência de gradual aceleração já observada no período anterior, apresentando em Junho um crescimento acumulado de 15%.

Por seu turno, o agregado mais restrito M1 (circulação e depósitos à ordem e de poupança), apesar do ligeiro aumento dos valores (em termos absolutos) apresentados no decurso do segundo trimestre, averbou um crescimento anual negativo de 6,9%, continuando a tendência de abrandamento que vem verificando desde Junho de 1992.

Mediante estes desenvolvimentos, a expansão do agregado M2, à semelhança de em idêntico período do ano anterior, resultou de uma evolução mais favorável dos depósitos a prazo, que no final do período em apreço registavam uma variação positiva em termos homólogos de 27,2%.

Do mesmo modo, a subida das taxas de remuneração dos depósitos, após o período que decorreu desde Julho de 1992 até ao final do primeiro trimestre do ano anterior e durante o qual se mantiveram a níveis historicamente baixos, explica o melhor desempenho relativo do M2. Por sua vez, o crédito a empresas e particulares, que, durante os cerca de vinte meses concluídos em finais de 1993, se tinha mostrado particularmente dinâmico, por efeito do relativo abrandamento da actividade económica e da subida generalizada das taxas de juro no período subsequente, continuou em desaceleração, terminando a primeira metade do ano com um crescimento de 8%, que se contrapõe aos 23,6% que registava no período homólogo do ano transacto.

Condicionada pelo enquadramento monetário-cambial prevalente, a pataca, durante o primeiro semestre do ano, seguiu de perto os movimentos de descida do dólar americano face às principais moedas, movimento esse que apenas beneficiou de uma muito ligeira depreciação (-0,1%) do dólar de Hong Kong contra o USD.

O sector bancário, a avaliar pela evolução de indicadores como a margem de juros, manifestou um comportamento globalmente positivo no decorrer da primeira metade de 1995, pese embora os indicadores de desempenho como o volume de actividade e as aplicações bancárias apontarem para uma relativa estagnação.

#### IV.2. — Evolução das taxas de juro e de câmbio

Mediante o enquadramento monetário e cambial vigente em Macau, a pataca encontra-se ligada ao dólar de Hong Kong à taxa fixa de 1,03 patacas por HKD, o qual, por sua vez, se encontra referenciado ao dólar americano à taxa central de 7,8 HKD por USD, não havendo, desse modo, lugar à adopção no Território de uma política monetária autónoma, ficando as taxas de juro da pataca, em última análise, sujeitas à condução da política monetária norte-americana.

Desde Fevereiro de 1994, até ao princípio de Julho do corrente ano, a Reserva Federal Norte-Americana aumentou por sete vezes as suas taxas directoras («overnight banking rate» e «discount rate»), por forma a proporcionar um nível de crescimento económico compatível com baixas taxas de inflação.

Alterações que naturalmente se repercutiram em Hong Kong e Macau, tendo a Associação de Bancos de Macau começado a rever para cima as suas taxas indicativas a partir de Março de 1994, pondo termo a um período de estabilidade (as mais baixas taxas de juro de sempre) que vinha vigorando desde Julho de 1992.

No final de Junho do presente ano, essas taxas situavam-se em 4% para os depósitos de poupança e 7% para os depósitos a prazo de um ano, quando até Março de 1994 tinham sido, respectivamente, de 1,25 e 3,75%. De igual modo, registaram-se várias subidas nas taxas de juro activas, atingindo a «prime rate» um valor de cerca de 10%.

Em todo o caso, esse movimento ascendente revelou-se algo excessivo, pelo que o FED se viu obrigado a baixar a taxa «overnight» pela primeira vez em três anos (de 6 para 5,75%) em 5 de Julho.

No respeitante às variações cambiais da pataca verificou-se que o ocorrido em 1995 se pode dividir em duas fases distintas. A primeira, que se prolongou até ao final de Julho, ficou marcada por dar sequência à tendência registada em 1994, e que se caracterizou por uma depreciação da moeda local contra todas as principais moedas, variações que, nalguns casos, como por exemplo relativamente ao franco suíço (-13,9%), ao franco francês (-11,5%) e ao iene japonês (-12,8%), foram mesmo de maior amplitude que as registadas durante todo o ano anterior.

Contudo, a partir de princípios de Agosto, a moeda do Território iniciou um processo de apreciação contra a generalidade das outras moedas, tendo até ao dia 24 desse mês ganho 6,2% ao franco suíço, 6,6% ao marco alemão e 8,2% ao iene japonês.

Sendo esta evolução já fruto dos acordos firmados com vista à redução do desequilíbrio comercial entre os EUA e o Japão, e de intervenções dos principais bancos centrais (principalmente o japonês), julga-se, no entanto, ainda prematuro considerar a recente tendência de subida do dólar (e da pataca) como suficientemente consistente de modo a contrariar a vincada variação decrescente que se prolongou por mais de um ano e meio.

Contra as moedas de outros países da região, destacam-se as depreciações de 2,6%, relativamente ao dólar de Singapura, 3% face ao ringgit da Malásia, 2% contra o won coreano e 1,7% em relação ao renminbi. Assim, em termos de competitividade, o eixo Hong Kong-Macau parece ter sido beneficiado inclusivamente no próprio seio da região Ásia-Pacífico.

Deste modo, o índice da taxa de câmbio efectiva da pataca após a subida de 7,2% em Janeiro de 1994, essencialmente pela desvalorização do renminbi (33%), viria depois até Junho do corrente a perder 7,4%, apresentando assim um valor próximo do registado em Outubro de 1993.

#### IV.3. — Comportamento da massa monetária

O comportamento da massa monetária, no primeiro semestre de 1995, veio dar maior expressão ao movimento de retorno à tradicional tendência ascendente desse indicador, ultrapassado que está o período caracterizado pela desaceleração dos principais agregados monetários, que se estendeu desde o final do primeiro semestre de 1992 até ao final do primeiro trimestre de 1994. Com efeito, o agregado de liquidez mais lato (M2) registou, no final de Junho, um crescimento anual de 15,0%, contra os 8,9% registados no mês homólogo de 1994.

Por seu turno, e em nítido contraste com a evolução patenteada pelo M2, o indicador mais restrito de liquidez (M1) tem vindo a registar, desde o último trimestre de 1993, sucessivas taxas de crescimento anuais negativas, apesar do abrandamento do ritmo

de redução verificado no semestre que terminou em Junho de 1995 (-6,9% contra -11,6% em Junho de 1994).

O crescimento do agregado M2 foi maioritariamente sustentado pela sua contrapartida — disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) — que cresceu 21,4% entre o final do primeiro semestre de 1994 e igual período de 1995, tendo a outra contrapartida, crédito interno, aumentado 10,5%. Esta situação foi contrária à ocorrida no mesmo período do ano passado, no qual foi o crédito interno, e não as DLX, a contrapartida que mais contribuiu para a variação positiva do M2.

A recuperação das DLX, iniciada no primeiro semestre de 1994 e que se prolongou pelo primeiro semestre de 1995, terá sido possível devido ao melhoramento das contas externas e simultaneamente à atenuação dos factores que, entre meados de 1992 e princípios de 1994, concorreram para a sua desaceleração, a saber: política de austeridade financeira da República Popular da China, rearranjo das carteiras de activos dos agentes económicos, baixo nível das taxas de juro passivas, etc.

O agregado monetário M1 (M1 = circulação monetária + depósitos à ordem + depósitos de poupança) manteve-se praticamente inalterado em redor dos 18 biliões de patacas durante o primeiro semestre do corrente ano, valores a que correspondem taxas de crescimento anuais negativas. Tal evolução foi claramente marcada pela redução em termos anuais (-7,7%) do montante aplicado em depósitos à vista (depósitos à vista = depósitos à ordem + depósitos de poupança), já que a circulação (com um reduzido peso de cerca de 6% no M1), apesar de ter diminuído ligeiramente entre Janeiro e Junho deste ano, registou variações anuais positivas durante todos os meses do primeiro semestre.

No primeiro semestre de 1995, o agregado mais lato de liquidez (M2), constituído pelo M1 e pelas responsabilidades quase-monetárias (RQM), ascendeu a 66,5 biliões de patacas, averbando uma taxa de crescimento anual de 15,0%, fundamentalmente à custa da significativa expansão das RQM (RQM = depósitos a prazo + depósitos com pré-aviso), que em Junho apresentaram uma variação homóloga anual de 26,6%. Os depósitos a prazo, que representam 71,7% dos depósitos totais, foram, à semelhança do primeiro semestre do ano anterior, a única categoria de depósitos a exhibir uma taxa de crescimento anual positiva (27,2%), tendo os depósitos com pré-aviso, à ordem e de poupança, decrescido 22,6%, 4,2% e 8,7%, respectivamente.

Contudo, importa acrescentar que o resultado apurado para o M2 no final do semestre foi algo empolado em virtude do afluxo extraordinário ao sistema monetário de 2,1 biliões de patacas, resultante da participação da Administração do Território no empreendimento do aeroporto.

Da evolução destes indicadores, conclui-se que os depósitos a prazo, componente que mais contribuiu para a expansão da massa monetária no presente ano, têm vindo a crescer em boa parte em detrimento dos depósitos à vista, o que conduziu a alterações nos pesos relativos das referidas categorias de depósitos no M2, sendo tal essencialmente consequência da conjuntura vivida de subida das taxas de juro. Desta forma, o fenómeno de ajustamento conjuntural da composição da massa monetária, entre as suas diversas componentes, foi o factor responsável pela evolução de sentido inverso dos agregados M1 e M2.

Quanto à composição da massa monetária por moedas, verificou-se que em Junho a parte denominada em patacas aumentou a sua representação em 4,2 p.p. para 29,6%. Por outro lado, o peso das «outras» moedas diminuiu 3,7 p.p. para 15,5%, tendo a quota do dólar de Hong Kong no M2, nos primeiros seis meses de 1995, oscilado à volta de 55%.

#### IV.4. — Crédito interno

No período que decorreu entre Junho de 1994 e o mês homólogo de 1995, o crédito interno (CI) cresceu 10,5%, ascendendo a 38,4 biliões de patacas. Com esta evolução, o CI acentuou a tendência de desaceleração do seu ritmo, que em 1992/93 tinha sido de 40,0% e em 1993/94 passou para 22,8%.

Apesar do crédito líquido ao sector público (CLSP) ter registado uma evolução positiva em 14,0%, o que contrasta com o decréscimo em base anual de 31,0% verificado no final do primeiro semestre de 1994, a evolução do CI foi fundamentalmente determinada pela sua principal componente — crédito a empresas e particulares (CEP) — que apenas cresceu 8,0% contra os 23,6% registados em igual período do ano anterior.

A evolução pouco habitual patenteada pelo CLSP, obtido como diferença entre o crédito (CSP) e os depósitos do sector público (DSP), ficou a dever-se à forte quebra do valor dos DSP em Junho, motivada por uma operação relacionada com o projecto do aeroporto do Território.

O fenómeno de desaceleração do CEP poderá ter tido como causa principal o eventual abrandamento da actividade económica no primeiro semestre do corrente ano. Em particular, o enfraquecimento da procura interna, indiciado pela quebra do valor das importações em 0,2% nos primeiros seis meses de 1995 em relação a igual período de 1994, parece ter contribuído para o menor crescimento do CI. Por sua vez, a subida generalizada das taxas de juro no período em análise terá induzido um efeito de retracção junto dos agentes económicos.

Também nesse sentido aponta o comportamento da distribuição sectorial do crédito, em que os principais sectores da actividade económica de Macau exibiram taxas de variação anual inferiores à do CEP total. De facto, entre o final do primeiro semestre de 1994 e de 1995, as variações anuais do crédito concedido, tanto à indústria transformadora (6,5%), como ao comércio (0,4%), como aos restaurantes, hotéis e similares (-3,9%), como ainda à habitação (7,0%), foram inequivocamente inferiores aos 8,0% exibidos pelo CEP no seu todo. A única excepção aos principais sectores da economia do Território coube ao sector de construção e obras públicas, que apesar do menor dinamismo que o tem caracterizado, evidenciou uma evolução positiva do crédito contraído em 14,0%, o que poderá ser justificado pela necessidade de financiamento da fase terminal dos projectos imobiliários iniciados na fase de maior expansão (1992/93).

Desse modo, em contraste com o ano anterior, a evolução sectorial do CEP parece também apontar para o já referido abrandamento da procura interna.

A estrutura do CEP por tipo de operações não sofreu qualquer alteração, com a rubrica de empréstimos e adiantamentos a manter a quota de 92,0% do CEP total, apesar da estrutura por prazos desta rubrica se ter alterado no sentido do crescimento de importância dos prazos inferiores a dois anos em detrimento dos

créditos com maturidades superiores a dois anos, cujo peso diminuiu de 55,6% para 51,0%.

Na estrutura do CEP por moedas, o facto de maior relevo, à semelhança do ocorrido no ano passado, prendeu-se com o aumento do peso da pataca no total do CEP de 19,8% para 22,5%, correspondendo a um crescimento anual de 22,7%. Por outro lado, o dólar de Hong Kong e as «outras» moedas viram o seu peso decrescer para 65,4% e 12,1%, ou seja -1,4 e -1,2 pontos percentuais, respectivamente.

#### IV.5. — *Relações financeiras com o exterior*

Após a interrupção na tendência ascendente verificada entre meados de 1992 e princípios de 1994, as disponibilidades líquidas sobre o exterior (DLX) no primeiro semestre de 1995, voltaram a exibir uma evolução positiva, totalizando 34,5 biliões de patacas.

A balança de operações não-monetárias (BONM), contabilisticamente equivalente à variação das DLX, apresentou, entre Janeiro e Junho de 1995, um excedente acumulado de 1,9 biliões de patacas. Tendo em conta que no mesmo período de 1993 e 1994, esse valor foi, respectivamente, de -2,5 milhões e 157 milhões de patacas, pode-se considerar que houve uma clara melhoria do saldo global da balança de pagamentos.

A evolução muito positiva da BONM, composta pela balança de bens e serviços (BBS) e balança de rendimentos, transferências e capitais (BRTC), terá resultado exclusivamente do expressivo crescimento do «superavit» da BBS (41,1%), já que o défice da BRTC sofreu um agravamento em termos anuais de 15,9%.

Na sequência do ocorrido nos últimos anos, a balança comercial (BC) no primeiro semestre do corrente ano, registou um saldo negativo de -1,9 biliões de patacas. No entanto, em virtude do acréscimo de exportações em 10,5% face a igual período do ano anterior e do decréscimo nominal das importações (-0,2%), o défice comercial reduziu-se 26,8% em relação ao primeiro semestre de 1994 e a taxa de cobertura subiu de 71,3% para 78,9%.

O dinamismo evidenciado pelas exportações de serviços nestes primeiros seis meses de 1995 (com um crescimento de 21,1% face a Junho do ano transacto), em boa parte motivado pelo comportamento bastante favorável das receitas do jogo, contribuiu de forma decisiva para o crescimento em termos anuais de 22,4% da balança de serviços (BS), ainda que o valor das importações de serviços tenha apresentado para o mesmo período uma taxa de variação homóloga anual de 8,9%.

Desse modo, e atendendo ao facto de que novamente o saldo positivo da BS mais do que compensou o défice comercial, a BBS ( $BBS = BC + BS$ ) terá registado um excedente de 9,6 biliões de patacas, o que se traduziu numa taxa de crescimento anual de 41,4%.

As estimativas da balança de rendimentos, transferências e capitais (BRTC), apuradas pela diferença entre o saldo da BONM e o saldo da BBS, apontam para a formação de um défice de 7,7 biliões de patacas, superior em 15,9% em relação ao verificado no período homólogo de 1994 (-6,6 biliões de patacas).

Como é natural numa economia com as características de Macau, a significativa expansão das DLX provocou, inevitavelmente,

te, um correspondente acréscimo nos meios totais de pagamento no Território.

#### IV.6. — *Actuação da Autoridade Monetária e Cambial de Macau*

No âmbito das suas funções estatutárias, a AMCM tem prosseguido em 1995, as adequadas acções que visam a supervisão do sistema financeiro, a gestão da reserva cambial, a promoção do uso da pataca e a manutenção da política monetária e cambial.

Quanto às Linhas de Acção Governativa para 1995 e em relação ao sector bancário, já se concluíram os processos inerentes à revisão da legislação para o enquadramento da emissão de cartões de crédito denominados em patacas e da actividade das sociedades de capital de risco.

Concluiu-se, também o projecto de legislação e regulamentação da actividade das sociedades «forex».

Embora não integradas nas L.A.G. para 1995, mas de significativa importância, destaca-se a conclusão das acções relacionadas com a preparação e a entrada em vigor do diploma que regula os actos de fusão e cisão de instituições financeiras e seguradoras, bem como o diploma que define o sistema de emissão monetária no território de Macau.

No tocante ao sector segurador, desenvolveram-se acções do âmbito específico da AMCM, relacionadas com a revisão do seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais e do seguro de responsabilidade civil profissional das agências de viagem e turismo. Até ao fim do ano de 1995, concluir-se-á o projecto de revisão do enquadramento legal e regulamentar da actividade seguradora e dos fundos privados de pensões.

#### IV.7. — *Actividade das OIM's*

##### a) *Evolução da actividade do sector bancário*

Os indicadores que caracterizam a «performance» do conjunto das instituições de crédito a operar no Território, revelaram, na primeira metade do ano, comportamentos relativamente diferenciados.

O indicador relativo ao volume de actividade, reportado ao período anual terminado no final do primeiro semestre do corrente, apenas registou um aumento de 0,4%, valor que representa uma relativa estagnação do conjunto das aplicações bancárias.

Contudo, importa ter em consideração que esta variação se verifica na sequência de um fortíssimo aumento de 33% — o maior de sempre —, registado no período homólogo do ano anterior, embora se deva ter ainda em consideração o contributo dado por outros factores, como as alterações na estrutura das aplicações e da margem de juros.

Assim, no que se refere à estrutura das aplicações bancárias, verificou-se que no período anual terminado em Junho, as disponibilidades dos bancos sobre o exterior decresceram em mais de 9 biliões de patacas, tendo o crédito ao exterior diminuído 18% e as aplicações financeiras no exterior 41%. Em consequência, o aumento de 8% do crédito a empresas e particulares revelou-se claramente insuficiente para proporcionar um significativo aumento do volume de actividade, não obstante as aplicações em bilhetes monetários terem crescido 88%.

Por outro lado, a desaceleração do crescimento do crédito não obsteu a que se verificasse um vigoroso aumento da margem de juros, medida que regista a diferença entre os proveitos das operações de crédito e os encargos financeiros respeitantes à remuneração dos recursos alheios, que terá crescido cerca de 85%. Deste modo, no contexto de subida das taxas de juro como a verificada, as taxas activas terão subido de forma manifestamente superior relativamente às passivas, apesar do crescente aumento do peso dos depósitos a prazo na estrutura dos depósitos.

A evolução dos recursos alheios, naturalmente próxima da verificada pelo activo, revelou-se ainda menos dinâmica (-0,4%), pese embora os depósitos totais se terem expandido 16,2% (em particular os depósitos a prazo em 27%), revelando com este comportamento importantes alterações na sua estrutura, especialmente no que respeita às responsabilidades para com o exterior. Com efeito, verificou-se que estas responsabilidades diminuíram 22%, principalmente as responsabilidades a curto prazo para com bancos (-18 biliões de patacas), apesar dos depósitos de não-residentes (incluindo certificados de depósito) se terem expandido 328%, ou seja, em cerca de 9 biliões de patacas.

Assim, quer no que se refere às aplicações, quer à obtenção de recursos, o sistema bancário do Território tornou-se mais autónomo relativamente ao exterior. No final de Junho, as disponibilidades sobre o exterior representavam 41,5% do activo, parcela já bastante mais baixa do que as verificadas em anos anteriores: 54,5% em 1992; 47,1% em 1993 e 49,6% em 1994. O peso das responsabilidades para com o exterior no activo, foi na mesma data de 27,9%, pelo que, embora substancialmente inferior ao registado em 1994 (36,4%), foi no entanto superior aos registados em 1992 (24,6%) e 1993 (27,2%).

Ainda no respeitante à rendibilidade, é de salientar que, não obstante a margem de juros tenha aumentado acentuadamente relativamente aos valores de Junho de 94, a margem bruta de intermediação, pelo contrário, apenas cresceu 8%, ou seja, a uma taxa que é das mais baixas de sempre. Este resultado ficou essencialmente a dever-se à redução dos proveitos das aplicações em títulos e participações financeiras (-44%) e ainda, embora em menor grau, à diminuição dos proveitos obtidos com operações cambiais (-27%).

Relativamente à evolução da produtividade, o sector verificou em 1994 um aumento significativo, uma vez que o valor acrescentado bruto (VAB) teve um crescimento nitidamente superior ao

do emprego (18 e 4%, respectivamente). Na primeira metade do corrente ano, face à desaceleração do VAB (a taxa de crescimento homóloga anual em Junho foi de 8%) e pressupondo que a evolução do emprego não se afastará muito da observada no ano anterior, espera-se um aumento da produtividade relativamente inferior.

*b) Mercado interbancário*

O mercado interbancário de Macau, reservado exclusivamente aos bancos comerciais e à Autoridade Monetária e Cambial de Macau (AMCM), acolhe dois grandes tipos de operações. Aqueles que envolvem a transacção de fundos entre as OIM's e as que se desenvolvem entre a AMCM e os bancos, sob a forma de transacção de bilhetes monetários (BM's) e de contratos «Swap».

O enquadramento monetário e cambial de Macau não permite a utilização dos instrumentos típicos de política monetária, e nesse contexto a AMCM tem um papel passivo no controlo da liquidez, estando a sua actividade no mercado interbancário circunscrita à absorção dos tradicionais excedentes de patacas dos bancos (que de outra forma seriam convertidos em moeda estrangeira) como forma de defender as reservas cambiais oficiais e estimular o uso da pataca.

As operações entre os bancos comerciais, apesar do seu reduzido significado no conjunto das operações interbancárias, têm vindo a aumentar nos últimos anos, registando, entre o final do primeiro semestre de 1994 e de 1995, uma taxa de crescimento de 14,3%.

Na primeira metade do ano, os depósitos totais cresceram a um ritmo superior ao do crédito concedido pelos bancos comerciais, o que teve como corolário o aumento dos níveis de liquidez do sistema bancário. Em conformidade, os BM's, instrumentos concebidos para absorver a liquidez excedentária dos bancos em patacas, registaram um forte crescimento entre Junho de 1994 e Junho de 1995, quer em termos de montante emitido (145,6%), quer em termos de saldo bruto médio mensal (57,3%).

Do mesmo modo, o aumento de liquidez em patacas do sistema provocou a diminuição da necessidade de recurso aos «Swaps» que, em termos de saldo final, registaram uma variação em base anual de -33,4%.

Quadro IV — 1

**Taxas de juro**

**1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores em fim de período)

(% ao ano)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
«Prime rate» para empréstimos em HKD	6,5	6,5	8,5	7,3	9,0
Taxa de depósitos à 3 meses da pataca (*)	2,8	2,8	5,5	4,3	6,0

NOTA: \* Taxas indicativas aprovadas pela Associação de Bancos de Macau.

FONTES: «Datastream».

Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 2

## Taxas de câmbio da pataca

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Câmbios em fim de período)

(Patacas por 100 unidades de moeda externa)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Escudos portugueses	5,5	4,5	5,0	4,9	5,5
Dólares dos EUA	797,2	795,6	797,0	796,1	797,0
Marcos alemães	493,5	458,6	514,4	501,6	576,3
Ienes japoneses	6,4	7,1	8,0	8,1	9,4
Libras esterlinas	1 204,5	1 176,5	1 248,5	1 230,4	1 268,4
Franco franceses	144,7	135,0	149,3	146,5	164,2
Dólares de Singapura	485,6	494,8	546,7	522,5	570,5
Dólares de Taiwan (a)	31,4	29,8	30,3	29,6	30,9
Yuans da RPC (a)	138,6	137,2	94,4	92,0	96,0
Wons da Coreia do Sul (a)	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1

NOTA: (a) Moedas não cotadas oficialmente.

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 3

## Índices de taxa de câmbio efectiva da pataca e do dólar de Hong Kong

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores médios mensais do último mês do período)

(Índices base = 100 em 24-28 Outubro 1983)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Pataca					
Índice global (imp. + exp.)	103,1	104,0	107,3	108,9	103,2
Índice — importações	113,5	112,0	120,7	122,9	115,0
Índice — exportações	95,3	97,9	97,3	98,6	94,4
Dólar de Hong Kong					
Índice global	114,0	113,8	121,8	124,2	118,5

NOTA: Diminuição do valor dos índices significa depreciação da moeda.

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.



## Quadro IV — 4

## Síntese da situação monetária

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Disponibilidades líquidas sobre o exterior	32 105,6	28 262,8	32 583,3	28 419,3	34 498,5
Tx. de variação homóloga anual (%)	22,4	-12,0	15,3	-4,0	21,4
Disponibilidades sobre o exterior	51 802,2	65 049,7	64 117,1	72 439,5	68 686,1
Responsabilidades perante o exterior	19 696,6	36 786,9	31 533,8	44 020,2	34 187,6
Crédito interno	22 752,6	31 382,9	34 520,1	34 766,9	38 421,5
Tx. de variação homóloga anual (%)	19,2	37,9	10,0	22,8	10,5
Crédito líquido ao sector público	-3 129,6	-4 614,1	-5 187,1	-4 241,0	-3 718,6
Crédito a empresas e particulares	25 882,2	35 997,0	39 707,2	39 007,8	42 140,0
Tx. de variação homóloga anual (%)	29,3	39,1	10,3	23,6	8,0
Massa monetária M2	50 375,3	53 956,1	61 018,8	57 815,6	66 476,9
Tx. de variação homóloga anual (%)	20,2	7,1	13,1	8,9	15,0
Massa monetária M1	20 987,9	20 602,8	18 809,5	20 058,0	18 679,9
Tx. de variação homóloga anual (%)	29,3	-1,8	-8,7	-11,6	-6,9
Circulação	968,8	1 080,8	1 197,8	1 103,6	1 184,4
Depósitos à vista	20 019,4	19 521,9	17 611,7	18 954,4	17 495,6
Responsabilidades quase monetárias	29 387,4	33 353,3	42 209,3	37 757,6	47 797,0
Diversos líquidos	4 483	5 689,6	6 084,6	5 370,6	6 443,0

NOTAS: Valores absolutos em final de período.

Taxas de variação face ao período homólogo do ano anterior (em %).

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 5

## Massa monetária

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Agregado monetário M1	29,3	-1,8	-8,7	-11,6	-6,9
Circulação monetária	17,7	11,6	10,8	12,9	7,3
Depósitos à ordem	53,4	-14,0	-11,1	-23,4	-4,2
Depósitos de poupança	23,6	1,4	-9,4	-9,0	-8,7
Responsabilidades quase monetárias	14,5	13,5	26,6	24,3	26,6
Depósitos a prazo	14,9	12,7	27,4	24,1	27,2
Depósitos c/pré-aviso	-23,6	114,4	-30,5	40,8	-22,6
Agregado monetário M2	20,2	7,1	13,1	8,9	15,0

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 6

**Estrutura da massa monetária por moedas de denominação****1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores no final de cada período)

(%)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Agregado monetário M1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	28,8	31,5	35,8	32,7	35,9
Dólares de Hong Kong (HKD)	57,3	53,2	53,0	55,7	52,7
Outras moedas externas (OME)	13,9	15,3	11,1	11,6	11,3
Agregado monetário M2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Patacas (MOP)	23,9	26,2	27,1	25,4	29,6
Dólares de Hong Kong (HKD)	50,8	50,9	55,5	55,4	54,9
Outras moedas externas (OME)	25,3	22,9	17,4	19,2	15,5

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 7

**Estrutura dos depósitos de residentes por tipos de depósito****1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores no final de cada período)

(%)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Depósitos totais	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Depósitos à ordem	11,0	8,8	6,7	7,9	7,5
Depósitos de poupança	30,1	28,6	22,9	25,8	20,3
Depósitos com pré-aviso	0,5	0,9	0,6	0,8	0,5
Depósito a prazo	58,5	61,7	69,8	65,5	71,7

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 8

**Empréstimos e adiantamentos a empresas e particulares concedidos pelo sistema bancário****1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Empréstimos e adiantamentos	30,6	36,9	11,3	24,2	8,1
«Overdrafts»	45,8	35,3	7,9	15,7	6,3
Outros empréstimos e adiantamentos	28,5	37,1	11,8	25,6	8,3
Até 3 meses	43,8	40,5	20,0	24,3	10,9
De 3 a 6 meses	-25,9	6,1	48,7	21,7	41,0
De 6 a 12 meses	-10	47,6	31,9	29,2	28,7
De 1 a 2 anos	13,5	46,0	15,1	12,5	38,6
A mais de 2 anos	42,2	36,5	4,6	27,4	0,9

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 9

## Crédito a empresas e particulares por moedas de denominação

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Crédito a empresas e particulares	29,3	39,1	10,3	23,6	8,0
Patacas (MOP)	13,8	60,1	28,8	66,8	22,7
Dólares de Hong Kong (HKD)	37,8	34,4	7,6	17,8	5,7
Outras moedas externas (OME)	10,6	39,7	-0,4	8,9	-2,4
Empréstimos e adiantamentos	30,6	36,9	11,3	24,2	8,1
Patacas (MOP)	13,9	61,3	27,1	64,5	23,5
Dólares de Hong Kong (HKD)	38,9	33,6	8,2	17,7	5,4
Outras moedas externas (OME)	11,5	23,3	2,9	9,6	-5,8
Letras descontadas e outros efeitos	12,5	76,1	-6,6	16,9	3,7
Patacas (MOP)	31,9	-91,8	-6,7	5 296,0	-98,4
Dólares de Hong Kong (HKD)	16,9	52,7	-4,6	19,0	13,7
Outras moedas externas (OME)	6,9	109,8	-8,4	7,4	4,6
Aplicações financeiras	13,8	12,8	170,1	18,0	169,7
Patacas (MOP)	4,4	24,5	179,6	20,1	176,9
Dólares de Hong Kong (HKD)	190,1	-65,1	-56,7	-23,3	-43,5
Outras moedas externas (OME)	—	—	—	—	—

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 10

## Estrutura da distribuição sectorial do crédito

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(% )

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Agricultura e pescas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias extractivas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias transformadoras	15,0	10,7	11,1	11,5	11,4
Alimentação e bebidas	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1
Vestuário e confecções	3,5	3,7	3,8	3,9	4,1
Outros produtos têxteis	2,2	1,0	0,9	1,1	1,1
Obras de couro	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Madeira e mobiliário	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1
Cerâmica	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1
Papel, artes gráficas e editoriais	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Brinquedos	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Máquinas, material eléctrico e electrónico	0,9	0,7	0,8	0,8	0,7
Flores artificiais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Indústrias diversas não especificadas	6,9	4,0	4,6	4,4	4,5

(%)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Electricidade, gás e água	3,2	2,3	3,2	3,0	3,3
Construção e obras públicas	14,6	16,2	17,4	16,3	17,3
Comércio	13,3	15,9	15,4	15,4	14,3
Restaurantes, hotéis e similares	3,7	3,8	3,8	4,0	3,6
Transportes, armazenagem e comunicações	2,8	2,1	1,7	2,1	2,3
Instituições financeiras não monetárias	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
Outros créditos	47,2	49,0	47,3	47,7	45,4
A particulares, para habitação	28,5	25,6	24,5	24,3	24,1
A particulares, para outros fins	7,7	9,1	9,5	9,9	8,8
Outros	11,0	14,2	13,2	13,5	12,6
Crédito total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Crédito total (em milhões de patacas)	25 816,1	35 922,4	39 505,0	38 936,2	41 946,9

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

Quadro IV — 11

Estimativa da balança de operações não monetárias

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
1. Exportação de mercadorias (FOB)	14 080	14 236	14 854	6 518	7 203
2. Importação de mercadorias (CIF)	17 639	18 155	19 132	9 229	9 127
3. Balança comercial [1-2] <sup>(1)</sup>	-3 559	-3 918	-4 278	-2 711	-1 924
4. Exportações de serviços	18 039	20 298	21 764	10 767	12 651
5. Importações de serviços	1 428	1 855	2 033	1 009	1 111
6. Balança de serviços [4-5] <sup>(1)</sup>	16 611	18 443	19 730	9 758	11 540
7. Balança de bens e serviços [3+6]	13 053	14 525	15 453	7 047	9 616
8. Balança de transf., rendim. e capitais <sup>(2)</sup>	-7 166	-18 368	-11 132	-6 891	-7 701
9. Balança de operaç. não monetárias [7+8]	5 886	-3 843	4 321	157	1 915
10. Variação das disponibilidades líquidas sobre o exterior durante o período	5 886	-3 843	4 321	157	1 915

NOTAS: <sup>(1)</sup> De acordo com as estimativas do Produto Interno Bruto (DSEC).

<sup>(2)</sup> Inclui erros, omissões e operações em desencontro.

FONTE: Direcção dos Serviços de Estatística e Censos; Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 12

**Novos instrumentos monetários**  
**Bilhetes monetários e «Swaps»**

**1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
<b>Bilhetes monetários</b>					
Confirmações de vendas – número	4 133	4 336	4 261	1 986	2 288
Montante emitido («turnover»)	123 689,0	168 605,0	136 464,5	59 949,5	92 652,5
Saldo em fim de período	5 701,0	5 880,0	8 686,0	6 369,5	11 953,0
<b>«Swaps»</b>					
Número de operações	40	62	120	71	54
«Turnover»	873,1	1 682,4	3 240,6	1 886,0	1 266,1
Saldo em fim de período	260,7	358,0	361,7	335,8	282,3

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 13

**Indicadores do sistema bancário**

**1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores no final de cada período)

(Taxas de variação homólogas anuais %)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Volume de actividade	7,8	27,3	4,5	33,0	0,4
Margem de juros	22,2	-9,6	33,6	20,4	85,1
Aplicações bancárias	1,9	12,3	9,8	34,7	-0,2
Recursos alheios	6,9	28,1	3,8	34,4	-0,4
Margem bruta de intermediação	30,5	31,9	17,6	21,3	8,0
Valor acrescentado bruto	30,1	34,7	18,0	23,0	9,2

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 14

**Mercado interbancário — Bancos comerciais**

**1992 — 1.º Semestre de 1995**

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
<b>Responsabilidade para com outras instituições monetárias</b>	1 182,6	1 071,4	1 899,2	1 412,7	1 614,2
Em patacas	124,7	270,4	331,2	309,1	615,3
Em dólares de Hong Kong	431,0	391,1	783,5	594,5	531,3
Noutras moedas externas	626,9	409,9	784,5	509,1	467,6
<b>Responsabilidades para com outras instituições monetárias</b>	1 182,6	1 071,4	1 899,2	1 412,7	1 614,2
Até 7 dias	310,0	337,8	536,7	606,9	424,0
De 8 dias a 1 mês	405,3	258,4	428,9	144,4	263,6
De 1 a 3 meses	226,2	168,6	527,4	202,4	488,9
Mais de 3 meses	241,0	306,5	406,2	459,0	437,7

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## Quadro IV — 15

## Actividade bancária em Macau — Peso do «Off-shore»

1992 — 1.º Semestre de 1995

(Valores no final de cada período)

(Valores em milhões de patacas)

	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95
Actividade «off-shore» <sup>(a)</sup>	19 287,0	35 731,3	30 491,4	42 437,9	32 906,5
Recursos totais	77 720,1	96 360,5	112 279,6	107 019,7	110 339,8
Peso do «off-shore» (%) <sup>(b)</sup>	24,8	37,1	27,2	39,7	29,8

NOTAS: <sup>(a)</sup> Actividade «off-shore» =  $\sum_i \text{MIN}(Dx_i, Rx_i)$

Dx = Disponibilidades sobre o exterior

Rx = Responsabilidades perante o exterior

<sup>(b)</sup> Peso (%) = Actividade «off-shore»/ recursos totais

FONTE: Autoridade Monetária e Cambial de Macau.

## V — FINANÇAS PÚBLICAS

## V.1. — Evolução das Contas Públicas do Território

Procedendo à análise dos valores relativos à evolução das contas da Administração Central, no período compreendido entre 1992 e o 1.º semestre de 1995, conforme constante do quadro V-1, verifica-se que as mesmas têm vindo a registar resultados positivos, entre os quais merece destaque o saldo de execução orçamental apurado em 1992, o qual atingiu um valor na ordem de 1 805 840 milhares de patacas, cuja origem se deveu, sobretudo, ao elevado montante arrecadado pela concessão de terrenos que, só por si, contribuiu com 38% para a totalidade das «receitas públicas» (sem as «contas de ordem») do ano de 1992.

Em relação ao saldo de exercício gerado em 1993, na ordem de 1 782 377 milhares de patacas, este, embora fosse superior ao apurado em 1994, que se situou na ordem de 1 559 897 milhares de patacas, foi influenciado pela mobilização de «disponibilidades de anos findos» num total de 396 736 milhares de patacas.

Quanto ao 1.º semestre do ano em curso, o saldo de execução orçamental foi da ordem de \$ 1 143 706 milhares de patacas, inferior em 10,6% ao saldo apurado no período homólogo do ano anterior, situação esta devida ao decréscimo verificado nas «re-

ceitas correntes», especialmente originada pela quebra das receitas provenientes dos prémios de concessões de terrenos.

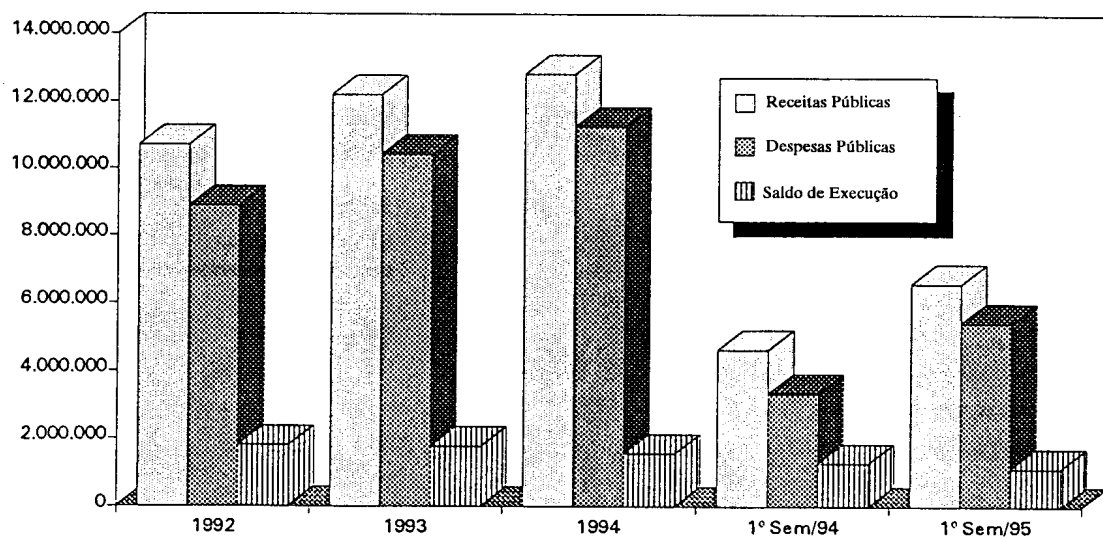
Acresce referir que, em consequência da nova organização do OGT para 1995, todas as receitas e despesas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser contabilizadas nas «contas de ordem». Devido ao facto de não se ter concretizado a transferência de todas as «receitas consignadas» arrecadadas até ao final dos primeiros seis meses do ano corrente, o saldo apurado no 1.º semestre do ano em curso foi superior em 33 215 milhares de patacas, valor este equivalente ao montante das «receitas consignadas» por transferir.

Por sua vez, analisados os saldos correntes obtidos no triénio 1992/1994, verifica-se que estes representaram, em média, 34,7% do total das receitas arrecadadas anualmente (sem considerar os «saldos dos anos económicos anteriores» e as «contas de ordem»).

Quanto ao «saldo corrente» apurado no 1.º semestre de 1995, com base nos valores provisórios, este foi inferior em 8,7% ao obtido no mesmo semestre do ano antecedente, o que se deveu não só à quebra verificada nas «receitas correntes» mas também ao facto de as receitas consignadas terem passado a ser incluídas nas «contas de ordem», a partir deste ano.

**Execução orçamental**

Milhares de patacas



FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

As «receitas públicas» atingiram, no final de Junho de 1995, um montante total de 6 568 835 milhares de patacas, ou seja 57,1% do valor inscrito no OGT/95 corrigido, tendo revelado um acréscimo significativo de 41,9% em relação ao mesmo semestre do ano antecedente, essencialmente devido à influência das receitas derivadas do recurso a «disponibilidades de anos findos», as quais contribuíram em 31,7% para a totalidade das receitas cobradas no período. Do total das «receitas públicas» registado no período considerado, 65,5% foram provenientes das «receitas correntes», sendo as restantes da responsabilidade das «receitas de capital» (32,8%) e das «receitas consignadas» das «contas de ordem» (1,7%) (quadro V-2).

Relativamente ao nível de execução orçamental, as «receitas correntes», as «receitas de capital» e as «receitas consignadas» atingiram taxas de realização, respectivamente, de 47,7%, 95,6% e 48,8%.

Em termos estruturais, por principais componentes, as receitas derivadas da «concessão de exclusivos» foram as que mais contribuíram para a totalidade das receitas públicas, representando, no 1.º semestre de 1995, um peso relativo de 43,6%, superior em 27,5% ao verificado no mesmo semestre de 1994, fundamentalmente devido ao aumento proveniente do «rendimento exclusivo dos jogos de fortuna ou azar» onde assumiu especial destaque a rubrica «renda», a qual registou no semestre considerado um acréscimo de 29% contra o decréscimo de 7% verificado no mesmo período de 1994.

Quanto às receitas derivadas dos «rendimentos de propriedade e outros activos», responsáveis por 9% do total das receitas registadas no 1.º semestre de 1995 (ou seja 13,2% do total das receitas públicas, sem ter em conta o valor dos «saldos dos anos anteriores»), sofreram um decréscimo significativo, na ordem dos 58%, comparativamente aos valores cobrados no período homólogo do ano antecedente, justificado, exclusivamente, pela quebra verificada na cobrança dos «prémios provenientes de concessões de terrenos», em consequência da redução da actividade de concessão de terrenos, motivada por uma retracção do mercado imobiliário. No entanto, a diminuição relativa de importância desta componente da receita foi compensada, em parte, pelo volume de cobranças provenientes da «concessão de exclusivos».

Por referência aos valores orçamentados, em 1995, a percentagem de execução de cobrança dos «rendimentos de propriedade e outros activos» nos primeiros seis meses do ano em curso situou-se nos 27,9%, sendo a taxa atingida consideravelmente inferior ao nível de execução orçamental alcançado no mesmo semestre do ano anterior (68,1%).

Em relação aos «impostos directos» (responsáveis por 6,2% do total das «receitas públicas»), estes revelaram um crescimento de 4,5% face aos primeiros seis meses de 1994, com particular relevo para o «imposto de sisa» e para o «imposto profissional», responsáveis por 41,8% e 30,2%, respectivamente, do total destes impostos.

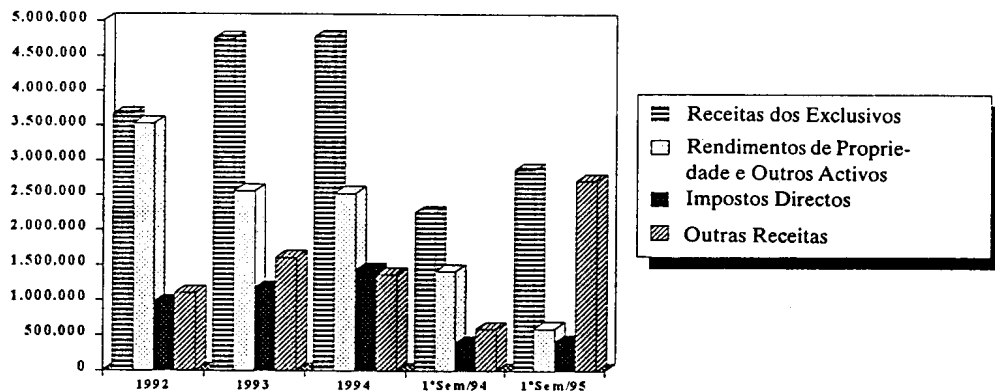
A «contribuição predial urbana» foi a única componente que registou decréscimo (3%) relativamente ao mesmo semestre de 1994, enquanto o «imposto complementar» alcançou a taxa de execução orçamental mais baixa (10,4%), dado que a cobrança deste imposto só se iniciará a partir de Setembro de cada ano, conforme estipulado.

No que diz respeito às principais componentes provenientes de «outras receitas», nas quais se incluem também partes das receitas consignadas das «contas de ordem», estas alcançaram um acréscimo global muito elevado, na ordem de 361,1%, relativamente aos valores contabilizados no 1.º semestre do ano anterior, com especial destaque para o valor derivado dos «saldos acumulados dos anos anteriores», para o produto de «taxas, multas e outras penalidades», e para o «imposto de consumo», os quais foram responsáveis por 76,8%, 6,8% e 5,6%, respectivamente, do total destas receitas.

De referir que a parcela de «reposições não abatidas nos pagamentos» que, embora sendo um dos agregados que menor peso tem no conjunto das «outras receitas», registou uma taxa de crescimento (382,2%) muito elevada face ao mesmo semestre do ano anterior, situação que foi devida às restituições efectuadas, sobretudo, em Fevereiro do corrente ano, por diversas entidades autónomas que, no ano anterior, haviam recebido transferências em excesso.

## Estrutura das receitas públicas

Milhares de patacas



FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

No que se refere à evolução das «despesas públicas» no 1.º semestre de 1995, estas situam-se na ordem de 5 425 129 milhares de patacas, equivalente a uma taxa de realização orçamental de 47,2% (relativamente aos valores do OGT/95 corrigido), registando ainda um acréscimo significativo de 62%, em relação ao 1.º semestre de 1994, fundamentalmente, em resultado do elevado montante despendido em «imobilizações financeiras», que, só por si, assumiram 40,9% do total das despesas realizadas até ao final de Junho de 1995, o que contrasta com a situação verificada no período homólogo do ano anterior, em que a mesma rubrica teve execução nula.

Quanto às despesas públicas na sua vertente orgânica, 38,7% do total estão afectos, no 1.º semestre de 1995, às «despesas por áreas administrativas», sendo os restantes 61,2% da responsabilidade das «despesas comuns a toda a administração» e das despesas consignadas epigrafadas de «contas de ordem».

No âmbito das «despesas por áreas administrativas», salienta-se a parcela de «encargos gerais» que, só por si, representou 37,7% do seu total, seguindo-se as parcelas de «Forças de Segurança de Macau» e de «Serviços de Educação e Juventude» que representaram, respectivamente, 19,6% e 16,9% desse mesmo total.

Face aos valores do 1.º semestre de 1994, as «despesas por áreas administrativas» revelaram um crescimento global de 90,8%, sendo o acréscimo mais acentuado verificado nos «encargos gerais», atendendo a que, com a nova organização do OGT para 95, grande número de despesas que até então figuravam na rubrica «despesas comuns» passaram a ser incluídas nas respectivas subcontas do agregado «encargos gerais».

No que respeita às «despesas comuns a toda a Administração», o respectivo crescimento (44,5%) continua a ser influenciado pelos valores das «despesas comuns», onde se incluem as participações de capital em sociedades privadas e as transferências para o Fundo do Governo da Região Administrativa de Macau, cuja variação positiva em relação ao período homólogo de 1994 foi de 54,6%, mantendo, no período considerado, um acentuado peso estrutural (93,4%).

Os «Investimentos do PIDDA», por sua vez, apresentaram, até ao final de Junho do corrente ano, um total apenas de 168 467 milhares de patacas, contra 205 488 milhares de patacas verifica-

das no período homólogo do ano anterior, registando uma quebra de 18% e uma baixa taxa de execução orçamental, que não chegou a atingir os 10% do montante anual previsto no OGT/95 (calculado com base nos valores do OGT/95 corrigido).

Passando à análise das «despesas públicas» em termos de natureza económica, verifica-se que, no 1.º semestre de 1995, as despesas realizadas em «operações financeiras» ultrapassaram o valor das «transferências correntes» efectuadas, ocupando, deste modo, a maior percentagem (41%) do total das «despesas públicas», o que se justifica pela operação a que já se fez referência no início deste texto.

Em terceiro lugar, por valor despendido, surgem as «despesas com o pessoal», com um peso na estrutura das «despesas públicas» de 20%, o que representa um acréscimo de despesa, face a igual período de 1994, de 13%, superior à actualização de vencimentos ocorrida no ano anterior e que produziu efeitos na execução orçamental do semestre em análise.

O diferencial resultante será imputável à progressão dos trabalhadores nas carreiras e à necessidade de acréscimo de pessoal para apoio aos processos de localização nos serviços.

Relativamente aos primeiros seis meses do ano anterior, as «transferências correntes» sofreram uma quebra de 15,6%, em consequência das diversas transferências a favor das entidades autónomas, que beneficiam de consignação de receitas, terem passado a ser incluídas nas «contas de ordem», a partir do ano corrente, enquanto as despesas com os «bens e serviços» aumentaram em 22,2%.

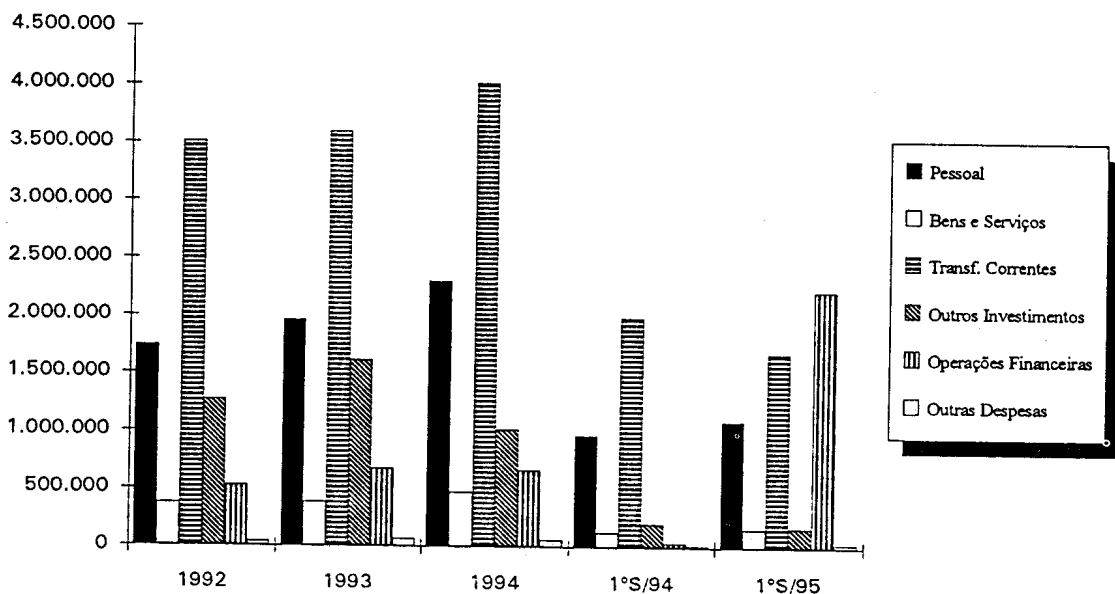
Numa perspectiva funcional de análise das «despesas públicas» destacam-se, como funções que mais recursos têm consumido, as «outras funções» (55,4% do total do 1.º semestre de 1995), os «Serviços Gerais da Administração Pública» (12,1%) e a «Segurança Pública» (7,7%).

Comparando os valores registados até ao final de Junho de 1995 com os do 1.º semestre de 1994, foi no sector denominado de «outras funções» que se verificou o acréscimo mais acentuado, na ordem dos 144,4% contra o decréscimo de 10,1% em igual período do ano anterior, cuja origem se deveu ao grande aumento das «funções diversas não especificadas», enquanto o maior decréscimo, de 18,5%, se registou no sector de «Previdência Social».



**Estrutura das despesas públicas**

Milhares de patacas



FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

Por último, no que se refere ao 2.º semestre de 1995, prevê-se que a evolução das receitas se mantenha aos níveis já apurados para o 1.º semestre, continuando a ser parcela dominante na composição estrutural das «receitas públicas» os rendimentos derivados da «concessão dos exclusivos», enquanto nos rendimentos provenientes de «concessão de terrenos» se prevê uma execução orçamental mais acelerada, que irá aumentar, deste modo, o seu peso estrutural nas receitas totais. As despesas, por sua vez, deverão ter um crescimento mais acentuado, tendo em vista as actualizações salariais, a realização de despesas respeitantes a Investimentos do PIDDA e à realização das despesas relacionadas com o programa de generalização de escolaridade gratuita, o qual terá a sua iniciação no ano lectivo 95/96.

**V.2. — Orçamento para 1996**

O Orçamento Geral do Território para 1996 (OGT/96), não abdicando da política de racionalização dos gastos públicos que, nos últimos anos, vem sendo prosseguida com sucesso, reforça a intenção do Executivo de, em consonância com o estabelecido nas Linhas de Acção Governativa, intervir financeiramente nalguns sectores considerados prioritários neste período de transição, como sejam a educação, a saúde e a assistência social.

Por outro lado, pretende-se manter o esforço de investimento em projectos infra-estruturais, a fim de assegurar o contínuo desenvolvimento económico-social do Território e o bem-estar da sua população.

A proposta orçamental para 1996 consubstancia um acréscimo de 406 milhões de patacas face ao orçamento inicial do corrente ano, traduzindo-se numa variação de 4,3% (quadros V-16 e V-17).

Refira-se que, em Junho de 1995, foi efectuada uma revisão orçamental que teve como objectivo dar a cobertura necessária à aquisição de participações financeiras em seis empresas privadas do Território, que foram criadas para levar a cabo o desenvolvi-

mento dos terrenos concedidos à CAM — Sociedade do Aeroporto Internacional de Macau, SARL. Esta iniciativa teve como contrapartida o recurso a «saldos de anos económicos anteriores».

Quanto aos montantes inscritos na tabela de receitas para 1996, optou-se, uma vez mais, por uma estimativa prudente a fim de assegurar uma cobertura real das despesas previstas.

No caso concreto das despesas públicas, o OGT/96 continuará influenciado pelos montantes a afectar ao funcionamento dos diversos serviços, mantendo-se um elevado programa de investimentos, embora ligeiramente inferior ao orçamentado para o corrente ano.

O denominado «saldo corrente do exercício» será, mais uma vez, suficiente para cobrir integralmente o programa de investimentos, estimando-se a obtenção de um saldo, após investimentos, na ordem dos 549,2 milhões de patacas.

A exemplo da proposta inicial de orçamento para 1995, exclui-se a necessidade de recurso à dívida pública e a disponibilidades de anos findos, assumindo-se que a totalidade das despesas de capital sejam suportadas pelo saldo corrente e pelas receitas de capital, nomeadamente as provenientes da comparticipação da STDM na construção do Centro Cultural de Macau, da venda de bens de investimento, da amortização do reembolso de um empréstimo concedido à Macauport e das reposições não abatidas nos pagamentos.

Analisando, agora, as receitas públicas inscritas no OGT/96, constata-se que o agregado «concessão de exclusivos» mantém o maior peso na estrutura das receitas, estimando-se um crescimento, face à previsão de cobranças no corrente ano, de 5%, conferindo-lhe uma responsabilidade de 59,7% no total das receitas públicas orçamentadas.

Quanto aos «impostos directos», o montante previsto arrecadar foi obtido com uma certa prudência, situando-se 17,4% aci-

ma do inicialmente previsto no OGT/95, mas 10% inferior ao esperado receber no corrente ano.

Os valores orçamentados para os «impostos indirectos» e para as «taxas, multas e outras penalidades» representam acréscimos de 23,6% e 1,2%, respectivamente, enquanto para os «rendimentos da propriedade» se estimou um decréscimo de 39%, face aos montantes previstos inicialmente para 1995, atendendo à quebra de receitas provenientes dos prémios de concessão de terrenos.

As «receitas de capital» incluem a amortização do empréstimo concedido, em 20 de Dezembro de 1988, à Macauport — Sociedade de Administração de Portos, SARL, bem como se espera arrecadar 58 milhões de patacas na «venda de bens de investimento».

Quanto às despesas públicas, o OGT/96, como anteriormente foi referido, contempla a preocupação de reforçar eficazmente um conjunto de áreas consideradas prioritárias, a exemplo do que já se efectuou no corrente ano, bem como manter o esforço de investimento ligado a projectos infra-estruturais.

As «despesas com pessoal» (26,6% do total orçamentado) apresentam um crescimento de 11,7% face ao previsto despendido em 1995, enquanto a «aquisição de bens e serviços» sofre um aumento de 7% em termos absolutos.

Quanto aos «juros da dívida pública», os mesmos apresentam um decréscimo de 62,8% face ao valor orçamentado para o corrente ano, atendendo, por um lado, à não necessidade de recurso a qualquer novo empréstimo e, por outro, à significativa redução dos montantes ainda por liquidar, terminando em Dezembro de 1996 o empréstimo interno, contraído em 1990 junto de um con-

sórcio bancário liderado pelo Banco Nacional Ultramarino de Macau.

As «transferências correntes» assumem o maior peso estrutural nas despesas orçamentadas para 1996 (34,3%), prevendo-se um ligeiro decréscimo de 0,7%, face ao OGT/95, o que deriva, essencialmente, da redução da previsão de entregas a realizar ao Fundo do Governo da Região Administrativa de Macau, pelas razões anteriormente descritas da correspondente quebra de receitas provenientes de concessões de terrenos.

Os «outros investimentos» serão responsáveis por 14,8% das despesas públicas previstas, estimando-se um ligeiro decréscimo face ao inicialmente orçamentado para o corrente ano, justificado pela diminuição, em 8,6%, do valor inscrito no PIDDA/96. De referir que as «outras despesas de capital» consideradas correspondem à dotação provisional do PIDDA, pelo que, agregando o seu valor ao dos «outros investimentos», obtemos o montante global dos investimentos públicos.

As «operações financeiras» englobam as «amortizações da dívida pública», tendo-se previsto um montante igual ao despendido no corrente ano, e as «imobilizações financeiras», isto é, as participações de capital em sociedades privadas (430 milhões de patacas).

Uma referência para as «transferências de capital» que incluem um valor de 33 milhões de patacas para participação em obras a realizar por escolas privadas do Território e um subsídio de exploração à CAM, no montante de 150 milhões de patacas, previsto no contrato de concessão.

#### Quadro V — 1

##### Evolução das contas públicas (Administração Central)

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1. Receitas correntes	9 191 309	9 356 622	10 000 244	4 590 300	4 306 987
2. Despesas correntes	5 646 688	5 984 917	6 826 828	3 100 806	2 947 758
3. Saldo corrente (1-2)	3 544 621	3 371 705	3 173 416	1 489 494	1 359 229
4. Investimentos do PIDDA	1 262 449	1 606 637	1 010 343	205 488	168 467
5. Saldo após investimentos (3-4)	2 282 172	1 765 068	2 163 073	1 284 006	1 190 762
6. Outras origens de recursos:	1 508 516	2 449 002	2 810 992	38 793	180 208
6.1 Activos financeiros	0	0	0	0	0
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0	0
6.3 Venda de bens de investimento	26 748	44 035	77 888	34 336	49 146
6.4 Transferências	0	262 000	0	0	0
6.5 Reposições não abatidas nos pagamentos	40 171	7 386	8 606	4 457	21 491
6.6 Contas de ordem	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 109 571
7. = 5 + 6	3 790 688	4 214 070	4 974 065	1 322 799	1 370 970

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
8. Outras aplicações de recursos:	1 984 848	2 828 429	3 414 168	43 577	2 308 904
8.1 Outros investimentos	6 900	6 848	8 385	1 460	1 189
8.2 Amortização da dívida pública	10 008	77 846	76 865	38 917	39 896
8.3 Imobilizações financeiras	512 844	596 444	585 220	0	2 178 546
8.4 Outras transferências	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
8.5 Contas de ordem	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 76 356
9. = 7 - 8	1 805 840	1 385 641	1 559 897	1 279 222	(937 934)
10. Saldos de anos económicos anteriores	0	396 736	0	0	2 081 640
11. Saldo do exercício (9 + 10)	1 805 840	1 782 377	1 559 897	1 279 222	1 143 706

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) Valores das receitas e despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 2

## Receitas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1. Receitas correntes	9 191 309	9 356 622	10 000 244	4 590 300	4 306 987
1.1 Impostos directos	4 487 033	5 503 808	6 060 462	2 562 309	3 197 164
1.2 Impostos indirectos	668 032	753 278	801 376	341 670	263 377
1.3 Taxas, multas e outras penalidades	319 137	351 896	374 495	176 060	165 553
1.4 Rendimentos da propriedade	3 526 029	2 550 836	2 521 134	1 407 909	590 529
1.5 Transferências	149 477	146 415	185 735	70 395	61 460
1.6 Venda de bens duradouros	553	808	2 685	1 322	306
1.7 Venda de serviços e bens não duradouros	31 435	32 684	40 728	24 381	27 081
1.8 Outras receitas correntes	9 613	16 897	13 629	6 254	1 517
2. Receitas de capital	66 919	710 157	86 494	38 793	2 152 277
2.1 Venda de bens de investimento	26 748	44 035	77 888	34 336	49 146
2.2 Transferências	0	262 000	0	0	0
2.3 Activos financeiros	0	0	0	0	0
2.4 Passivos financeiros	0	0	0	0	0
2.5 Outras receitas de capital	0	396 736	0	0	2 081 640
2.6 Reposições não abatidas nos pagamentos	40 171	7 386	8 606	4 457	21 491
3. Subtotal (1 + 2)	9 258 228	10 066 779	10 086 738	4 629 093	6 459 264
4. Contas de ordem	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 109 571
5. Receitas totais (3 + 4)	10 699 825	12 202 360	12 811 236	4 629 093	6 568 835

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) Receitas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 3

## Despesas públicas

Designação das despesas	(Milhares de patacas)				
	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1. Despesas correntes	5 646 688	5 984 917	6 826 828	3 100 806	2 947 758
1.1 Pessoal	1 741 082	1 958 982	2 297 628	965 041	1 091 218
1.2 Bens e serviços	373 438	379 534	467 308	130 230	159 199
1.3 Juros	1 141	5 817	10 122	4 949	5 762
1.4 Transferências correntes	3 506 546	3 593 422	4 017 081	1 988 829	1 678 340
1.5 Outras despesas correntes	24 481	47 162	34 689	11 757	13 239
2. Despesas de capital	1 805 700	2 299 485	1 700 013	249 065	2 401 015
2.1 Outros investimentos	1 269 349	1 613 485	1 018 728	206 948	169 656
2.2 Transferências de capital **	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
2.3 Operações financeiras ***	522 852	674 290	662 085	38 917	2 218 442
2.4 Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
3. Subtotal (1 + 2)	7 452 388	8 284 402	8 526 841	3 349 871	5 348 773
4. Contas de ordem	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 76 356
5. Despesas totais (3 + 4)	8 893 985	10 419 983	11 251 339	3 349 871	5 425 129

NOTA: \* Valores provisórios.

\*\* Exclui-se neste capítulo a rubrica «comparticipações em sociedades».

\*\*\* Inclui-se neste capítulo a rubrica «comparticipações em sociedades».

(a) Despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 4

## Principais componentes das receitas públicas

Designação das receitas	(Milhares de patacas)				
	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
Total de receitas públicas	10 699 82	12 202 36	12 811 236	4 629 093	6 568 835
Receitas totais (Excluindo contas de ordem)	9 258 228	10 066 77	10 086 738	4 629 093	6 459 264
Receitas dos exclusivos (a)	3 666 693	4 745 301	4 776 791	2 245 817	2 864 037
Rendimentos de propriedade e outros activos	3 526 029	2 550 836	2 521 134	1 407 909	590 529
Impostos directos	968 377	1 168 382	1 429 875	387 898	405 353
Outras receitas (a)	1 097 129	1 602 260	1 358 938	587 469	2 708 916
Contas de ordem	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	0

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) Estão incluídos nos totais das «receitas dos exclusivos» e «outras receitas» os valores das receitas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 5

## Despesas públicas por códigos orgânicos

(Milhares de patacas)

Classificação orgânica	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1 - Por áreas administrativas	1 952 806	2 189 512	2 648 814	1 099 599	2 097 674
01 - Encargos gerais	154 668	178 176	214 112	82 895	791 628
03 - Serviços de Administração e Função Pública	43 063	51 164	57 627	17 352	49 854
04 - Serviços de Assuntos Chineses	43 800	46 106	41 663	21 941	0
05 - Serviços de Educação e Juventude	383 136	438 640	536 603	205 970	355 124
06 - Serviços de Saúde	65 189	0	0	0	0
07 - Serviços de Estatística e Censos	55 732	61 327	67 731	31 091	33 697
09 - Serviços de Finanças	73 682	77 957	86 161	36 819	42 337
18 - Serviços de Identificação de Macau	18 094	21 687	24 135	10 956	11 025
19 - Serviços de Economia	50 002	57 152	66 835	30 486	33 275
22 - Serviços Meteorológicos e Geofísicos	12 502	14 460	17 982	7 499	9 557
23 - Serviços de Turismo	36 021	40 224	49 773	21 795	26 975
24 - Gabinete de Comunicação Social	23 284	25 172	28 939	13 535	14 463
26 - Direcção de Inspeção e Coordenação de Jogos	24 334	28 283	33 180	15 637	17 303
27 - Serviços de Marinha	62 476	76 557	80 959	31 550	38 543
28 - Serviços das Forças de Segurança de Macau	597 568	700 432	796 293	347 574	410 551
29 - Serviços de Trabalho e Emprego	26 531	39 316	42 440	18 212	20 867
31 - Serviços de Cartografia e Cadastro	21 861	23 899	26 716	12 034	13 680
32 - Directoria da Polícia Judiciária	43 534	52 321	61 769	27 446	31 246
33 - Centro de Atendimento e Informação ao Público	3 736	4 336	4 273	2 156	0
34 - Direcção dos Serviços de Justiça	138 730	164 970	178 402	81 533	92 517
35 - Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes	74 863	81 569	91 218	41 010	43 750
36 - Gabinete para a Tradução Jurídica	0	5 764	20 848	9 373	11 330
37 - Instituto dos Desportos de Macau	0	0	38 794	10 271	13 782
38 - Instituto Cultural de Macau	0	0	82 361	22 464	32 155
39 - Gab. p/Prev. e Tratam. da Toxicodependência	0	0	0	0	4 015
2 - Gerais a toda a Administração	5 499 582	6 094 890	5 878 027	2 250 272	3 251 099
10 - Encargos da dívida pública	11 149	83 662	86 986	43 866	45 658
11 - Pensões e reformas	206 101	245 919	277 989	36 683	0
12 - Despesas comuns	4 019 883	4 158 672	4 502 709	1 964 235	3 036 974
40 - Investimentos do plano	1 262 449	1 606 637	1 010 343	205 488	168 467
3 - Subtotal (1 + 2)	7 452 388	8 284 402	8 526 841	3 349 871	5 348 773
4 - Contas de ordem	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a)
5 - Despesas públicas totais (3 + 4)	8 893 985	10 419 983	11 251 339	3 349 871	5 425 129

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) Valores das despesas consignadas às diversas entidades autónomas.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 6

## Receitas da concessão de exclusivos

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
Rend. exclusivo dos jogos de fortuna ou azar	3 554 024	4 612 918	4 635 536	2 168 781	2 779 389
Renda	3 423 218	4 219 482	4 504 413	2 106 631	2 718 039
Compensação	3 300	3 630	3 993	0	0
Prémio	122 700	122 700	121 700	61 350	60 350
Fundo de carácter social e assistencial	0	0	0	0	1 000
Comparticipações correntes	800	800	800	800	0
Comparticipações de capital	0	262 000	0	0	0
Câmara M. Ilhas — Prémio casino da Taipa (a)	2 003	2 153	2 315	0	0
Fundação Macau — Prémio casino da Taipa (a)	2 003	2 153	2 315	0	0
Rend. exclusivo de lotarias C.P.S.	937	2 088	1 997	1 042	1 205
Renda	892	1 988	1 902	992	1 148
Adicional à Fundação Macau (a)	45	100	95	50	57
Rend. exclusivo das corridas de galgos	34 657	39 748	40 336	19 968	19 828
Renda	30 282	35 437	35 954	17 800	17 651
Prémio	2 000	2 000	2 000	1 000	1 000
Cláusula 8.ª	2 160	2 117	2 219	1 086	1 099
Rec. consignadas ao Instituto dos Desportos	215	194	163	82	0
Rec. consignadas ao Fundo de Desenv. Desportivo	0	0	0	0	78
Rend. exclusivo das corridas de cavalos	15 188	14 003	14 385	7 232	7 540
Renda	0	0	0	0	0
Compensação	0	0	0	0	0
Prémio	0	0	0	0	0
Percentagem sobre o montante das apostas	0	0	0	0	0
Percentagem sobre o montante das lotarias	0	0	0	0	0
Produto de bilhetes premiados e não reclamados	1 844	1 553	1 312	758	764
Contribuição para o desenvolvimento das Ilhas	13 005	12 112	12 717	6 280	6 594
Percentagem de bilhetes entrada no recinto p/Fundo	339	338	356	194	182
Rend. exclusivo das lotarias instantâneas	3 515	3 802	2 343	593	1 750
Compensação	0	0	10	10	0
Receita consignada à Fundação Macau (a)	3 515	3 802	2 333	583	1 750
Rend. exclusivos de «Slot-Machines»	0	0	532	532	586
Remunerações aos delegados do Governo	1 195	1 460	1 500	1 011	1 170
Outras receitas consignadas prov. dos exclusivos	375	510	598	298	280
Receita consignada ao Montepio de Macau	203	293	344	178	110
Receita consignada ao IASM (a)	172	217	254	120	170
Rend. excl. de telecomunicações	46 676	58 029	64 823	31 619	33 443
Rend. excl. do serviço de abastecimento de água	1 791	2 815	3 344	3 344	3 206
Rend. excl. da energia eléctrica	7 662	8 563	10 527	10 527	11 105
Rend. excl. concedido à S.T.C.M.	0	0	0	0	0
Rend. excl. concedido à TRANSMAC	0	790	870	870	952
Rend. excl. da actividade de radiodifusão	0	0	0	0	0
Rend. excl. concedido à Cia. Parques Macau	673	575	0	0	3 583
<b>Receitas totais de exclusivos</b>	<b>3 666 693</b>	<b>4 745 301</b>	<b>4 776 791</b>	<b>2 245 817</b>	<b>2 864 037</b>

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) A partir do ano de 1995, as receitas consignadas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 7

## Receitas provenientes de impostos directos

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
Contribuição industrial	23 582	26 357	26 820	25 435	26 214
Imposto profissional	198 078	192 798	242 870	118 890	122 388
Contribuição predial urbana	72 182	97 079	120 376	26 404	25 615
Imposto complementar	339 815	489 323	623 371	42 941	51 950
Imposto sobre sucessões/doações	9 091	22 604	14 300	6 792	9 672
Sisa	325 629	340 221	402 138	167 436	169 514
<i>Total de impostos directos</i>	968 377	1 168 382	1 429 875	387 898	405 353

NOTA: \* Valores provisórios.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 8

## Receitas provenientes de rendimentos de propriedade e outros activos

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
Juros — Outros sectores	770	770	776	388	386
Dividendos — Outros sectores	2 693	24 235	15 035	8 527	9 425
Rendas de terrenos — Foros	116	131	140	133	156
Rendas de concessões de terrenos	29 801	43 876	38 998	36 264	39 434
Prémios de concessões de terrenos	3 491 950	2 481 824	2 466 185	1 362 597	541 128
Outros rendimentos	699	0	0	0	0
<i>Total de rendimentos de propriedade</i>	3 526 029	2 550 836	2 521 134	1 407 909	590 529

NOTA: \* Valores provisórios.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 9

## Principais componentes provenientes de outras receitas

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
Imposto de turismo (a)	86 584	118 964	124 145	61 941	46 024
Imposto de selo	151 659	171 755	190 615	88 051	104 465
Imposto de consumo	340 654	378 053	400 999	153 495	151 877
Taxas, multas e outras penalidades	319 137	351 896	374 495	176 060	184 482
Taxas, multas e outras penalidades	292 348	322 724	336 034	158 739	165 553
Comparticip. do Cofre de Justiça e dos Registos e Notariado nas taxas dos Serviços de Registo e Notariado (a)	23 509	24 377	33 230	15 035	17 045
Taxa a cobrar pela emissão de licença de obras (a)	2 183	3 566	4 220	1 747	1 412
Taxa a cobrar pela realização de vistorias (a)	1 097	1 229	1 011	539	472
Activos financeiros	0	0	0	0	0
Passivos financeiros	0	0	0	0	0
SalDOS de anos económicos anteriores	0	396 736	0	0	2 081 640
Reposições não abatidas nos pagamentos	40 171	7 386	8 606	4 457	21 491

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
Outras receitas diversas	158 924	177 470	260 078	103 465	118 937
Emolumentos pela emissão de certific. de origem	36 815	24 241	24 872	10 930	3 897
Compartic. do F.D.I.C. nos emolum. de certific. de origem (a)	29 963	36 343	37 260	16 380	11 674
Custas das execuções fiscais	1 763	1 716	403	403	1 652
Custas do Tribunal Administrativo	43	7	6	2	0
Emolumentos pela emissão de licenças de trânsito	523	549	656	240	316
Compartic. da F. Macau nos emolum. de certific. origem (a)	12 841	12 114	12 420	5 460	3 891
Compartic. do IPIM nos emolumentos e certificados (a)	5 993	8 076	8 280	3 640	19 457
Custas do Tribunal de Contas	0	0	220	117	0
Encargos da República relativamente ao Território	0	0	41 031	0	0
Receita proveniente das companhias de navegação que explo- ram o transp. de passageiros entre Macau/HK e vice-versa	2 634	0	0	0	0
Venda de bens duradouros	553	808	2 685	1 322	306
Venda de serviços e bens não duradouros	31 435	32 684	40 728	24 381	27 081
Outras receitas correntes	9 613	16 897	13 629	6 254	1 517
Venda de bens de investimento	26 748	44 035	77 888	34 336	49 146
Transferências — Autoridade Monetária e Cambial de Macau	0	0	0	0	0
<i>Total das outras receitas</i>	1 097 129	1 602 260	1 358 938	587 469	2 708 916

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) A partir do ano de 1995, as receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 10

## Principais componentes das despesas correntes

(Milhares de patacas)

Designação	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1 — Despesas com pessoal	1 741 082	1 958 982	2 297 628	965 041	1 091 218
Remunerações certas e permanentes	1 384 380	1 525 861	1 804 880	836 230	983 403
Pessoal dos quadros	675 972	760 408	885 307	415 539	486 997
Pessoal além do quadro	195 780	211 904	302 710	133 269	175 608
Salários do pessoal dos quadros	35 139	34 190	35 584	17 279	18 268
Salários do pessoal eventual	213 597	222 115	231 833	113 442	115 075
Gratificações certas e permanentes	61 779	72 742	86 001	37 247	47 168
Outras despesas	202 113	224 502	263 445	119 454	140 287
Remunerações acessórias	107 875	136 375	160 322	73 252	83 415
Horas extraordinárias	20 519	22 254	27 843	11 424	12 147
Subsídio de residência	51 551	65 940	73 858	35 842	42 065
Outras despesas	35 805	48 181	58 621	25 986	29 203
Abonos em espécie	12 704	11 830	8 949	975	1 857
Classes inactivas	206 102	245 919	277 989	36 683	0
Pensões de aposentação e reforma	142 086	170 117	194 469	29 798	0
Pensões de sobrevivência	27 323	31 365	34 584	5 332	0
Outras despesas	36 693	44 437	48 936	1 553	0
Previdência social	22 545	28 740	32 854	15 003	18 630
Compensação de encargos	7 476	10 257	12 634	2 898	3 913
Deslocações	5 054	7 697	9 354	2 579	3 456
Outras despesas	2 422	2 560	3 280	319	457
2 — Despesas com bens e serviços	373 438	379 534	467 308	130 230	159 199
Bens duradouros	24 099	24 798	30 010	5 306	8 092
Bens não duradouros	46 728	45 433	52 700	12 722	18 097
Aquisição de serviços	302 611	309 303	384 598	112 202	133 010



Designação	(Milhares de patacas)				
	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
3 - Juros	1 141	5 817	10 122	4 949	5 762
4 - Transferências correntes	3 506 546	3 593 422	4 017 081	1 988 829	1 678 340
Sector público	3 270 794	3 332 764	3 634 960	1 864 431	1 442 899
Instituições particulares	124 742	162 491	240 924	77 150	45 101
Particulares	49 109	41 364	41 139	25 755	160 082
Exterior	61 901	56 803	100 058	21 493	30 258
5 - Outras despesas correntes	24 481	47 162	34 689	11 757	13 239
Restituições	10 797	23 178	14 003	5 256	8 286
Outras despesas	13 684	23 984	20 686	6 501	4 953
<i>Total de despesas correntes</i>	5 646 688	5 984 917	6 826 828	3 100 806	2 947 758

NOTA: \* Valores provisórios.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

Quadro V-11

Principais componentes das despesas de capital

Designação	(Milhares de patacas)				
	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1 - Outros investimentos	1 269 349	1 613 485	1 018 728	206 948	169 656
Terrenos	0	0	0	0	0
Habitações	30 205	19 198	14 559	412	1 955
Edifícios	224 352	150 079	152 969	17 288	29 373
Estradas e pontes	267 945	290 786	123 902	43 462	12 930
Portos	234 537	356 290	2 385	553	0
Construções diversas	183 323	451 631	422 706	87 072	65 696
Melhoramentos fundiários	0	0	0	0	0
Material de transporte	2 110	1 579	6 128	580	399
Maquinaria e equipamento	263 723	195 666	175 237	6 818	17 122
Outros investimentos	63 154	148 256	120 842	50 763	42 181
2 - Transferências de capital **	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
Instituições particulares	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
3 - Operações financeiras ***	522 852	674 290	662 085	38 917	2 218 442
Empréstimos a médio e longo prazos	10 008	77 846	76 865	38 917	39 896
Títulos de participação	512 844	596 444	585 220	0	2 178 546
4 - Outras despesas de capital	0	0	0	0	0
<i>Total de despesas de capital</i>	1 805 700	2 299 485	1 700 013	249 065	2 401 015

NOTA: \* Valores provisórios.

\*\* Exclui-se neste capítulo a rubrica «comparticipações em sociedades».

\*\*\* Inclui-se neste capítulo a rubrica «comparticipações em sociedades».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 12

## Despesas públicas por funções

(Milhares de patacas)

Classificação funcional	1992	1993	1994	1.º S/94	1.º S/95*
1 – Serviços Gerais de Administração Pública	1 140 666	1 268 495	1 516 061	609 558	655 428
1-01 Administração geral	964 083	1 067 806	1 286 062	517 195	550 979
1-02 Justiça, ordem, segurança	176 583	200 689	229 999	92 363	104 449
2 – Segurança pública	677 088	796 198	899 038	353 272	416 087
2-01 Comando	612 380	712 844	806 387	347 574	410 551
2-02 Polícia	55 257	66 747	65 245	700	0
2-03 Bombeiros	8 869	14 137	25 759	4 998	5 536
2-04 Protecção civil	582	2 470	1 647	0	0
3 – Educação	390 835	437 093	542 894	203 513	359 149
3-01 Administração, regulamentação, investigação	234 933	256 087	297 085	133 854	155 430
3-02 Ensino	150 749	177 560	243 803	69 521	203 307
3-03 Formação profissional	5 153	3 446	2 006	138	412
4 – Saúde	627 281	598 273	677 542	365 412	380 564
4-01 Administração, regulamentação, investigação	464 485	547 000	658 630	362 326	375 000
4-02 Medicina	158 488	50 124	17 648	3 053	1 439
4-03 Higiene e saúde pública	4 308	1 149	1 264	33	4 125
5 – Previdência social	364 715	498 011	514 766	150 676	122 809
5-01 Administração e regulamentação	3 591	3 591	4 000	2 000	2 750
5-02 Acção social	155 023	248 501	232 777	111 993	120 059
5-03 Pensões e reformas	206 101	245 919	277 989	36 683	0
6 – Habitação	45 801	47 312	49 151	15 629	20 067
6-01 Administração e regulamentação	13 978	12 989	19 306	7 068	12 244
6-02 Habitação social	31 823	34 323	29 845	8 561	7 823
7 – Outros serviços colectivos e sociais	265 809	408 529	376 354	111 624	170 025
7-01 Cultura	126 224	179 259	117 224	26 355	63 569
7-02 Desporto e recreio	29 251	101 104	110 663	22 528	33 564
7-03 Cultos	8 704	8 790	10 508	4 245	4 564
7-04 Meteorologia e geofísica	14 394	15 704	22 027	7 565	10 727
7-05 Cartografia	22 010	25 898	29 409	12 083	13 699
7-06 Comunicação social	37 845	37 758	43 138	20 636	23 035
7-07 Assuntos de trabalho	27 381	40 016	43 385	18 212	20 867
7-08 Ordenamento físico	0	0	0	0	0
7-09 Infra-estruturas básicas	0	0	0	0	0
7-10 Habitação	0	0	0	0	0
8 – Serviços económicos	1 107 461	1 450 556	968 455	310 051	294 500
8-01 Administração, regulamentação e investigação	190 741	207 931	234 063	105 443	126 416
8-02 Agricultura, silvicultura, pecuária e pesca	0	0	0	0	0
8-03 Indústria	2 948	2 501	881	64	0
8-04 Infra-estruturas	202 345	161 971	264 041	49 591	25 726
8-05 Transportes	541 965	714 179	179 204	60 475	49 267
8-06 Comunicações	60	37	30	13	21
8-07 Comércio	0	0	0	0	0
8-08 Turismo	56 823	89 864	87 068	23 594	30 095
8-09 Ordenamento físico/ambiente	112 579	274 073	203 168	70 871	62 975
9 – Outras funções	2 832 732	2 779 935	2 982 580	1 230 136	3 006 500
9-01 Operações da dívida pública	11 149	83 663	86 986	43 866	45 658
9-02 Transferências sector público	483 227	532 556	571 824	242 036	128 038
9-03 Diversas não especificadas	2 338 356	2 163 716	2 323 770	944 234	2 832 804
<b>Despesas públicas totais (a)</b>	<b>7 452 388</b>	<b>8 284 402</b>	<b>8 526 841</b>	<b>3 349 871</b>	<b>5 425 129</b>

NOTA: \* Valores provisórios.

(a) Estão incluídos no total do 1.º semestre de 1995 os valores das despesas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 13

Execução orçamental das receitas públicas  
Janeiro a Junho de 1995

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	OGT/95	OGT/95 (Corrigido)	** Rec. Cobrada	* % de Execução
Concessão de exclusivos (a)	4 963 152	4 963 152	2 864 037	57,7%
Impostos directos	1 150 000	1 150 000	405 353	35,2%
Impostos indirectos	538 600	538 600	262 207	48,7%
Taxas, multas e outras penalidades	299 140	299 140	165 553	55,3%
Rendimentos da propriedade e outros activos	2 114 756	2 114 756	590 529	27,9%
Transferências correntes	5 550	5 550	0	0,0%
Venda de bens duradouros	700	700	306	43,7%
Venda de serviços e bens não duradouros	46 114	46 114	27 081	58,7%
Outras receitas correntes	10 260	10 260	1 517	14,8%
Venda de bens de investimento	47 000	47 000	49 146	104,6%
Transferências	30 000	30 000	0	0,0%
Activos financeiros	4 400	4 400	0	0,0%
Outras receitas de capital		2 081 640	2 081 640	100,0%
Reposições não abatidas nos pagamentos	8 000	8 000	21 491	268,6%
Contas de ordem ***	199 965	199 965	99 975	50,0%
<b>Receitas totais</b>	<b>9 417 637</b>	<b>11 499 277</b>	<b>6 568 835</b>	<b>57,1%</b>

NOTAS: \* A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT corrigido.

\*\* Os valores cobrados são provisórios.

\*\*\* Das «contas de ordem» só foram consideradas as receitas consignadas.

(a) Inclui-se nos «exclusivos» parte das receitas consignadas das «contas de ordem».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 14

Execução orçamental das despesas públicas  
Janeiro a Junho de 1995

(Milhares de patacas)

Designação das despesas	OGT/95	OGT/95 (Corrigido)	** Desp. Realizada	* % de Execução
Pessoal	2 323 024	2 323 074	1 091 218	47,0%
Bens e serviços	471 496	474 027	159 199	33,6%
Juros	11 015	11 015	5 762	52,3%
Transferências correntes	3 395 688	3 396 057	1 678 340	49,4%
Outras despesas correntes	973 143	970 193	13 239	1,4%
Outros investimentos	1 682 466	1 715 031	169 656	9,9%
Transferências de capital	31 000	31 000	12 917	41,7%
Operações financeiras	227 855	2 309 495	2 218 442	96,1%
Outras despesas de capital	77 519	44 954	0	0,0%
Contas de ordem ***	224 431	224 431	76 356	34,0%
<b>Despesas totais</b>	<b>9 417 637</b>	<b>11 499 277</b>	<b>5 425 129</b>	<b>47,2%</b>

NOTAS: \* A percentagem de execução orçamental foi calculada com base nos valores do OGT/95 corrigido.

\*\* Os valores pagos são provisórios.

\*\*\* Das «contas de ordem» só foram consideradas as despesas consignadas.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 15

## Comparação da evolução das contas públicas

(Milhares de patacas)

Designação	1994	OGT/95	Previsão/ 95	OGT/96
1. Receitas correntes	10 000 244	9 023 806	9 193 045	9 432 813
2. Despesas correntes	6 826 828	7 174 366	6 445 129	7 283 638
3. Saldo corrente (1 - 2)	3 173 416	1 849 440	2 747 916	2 149 175
4. Investimentos do PIDDA	1 010 343	1 750 000	1 050 000	1 600 000
5. Saldo após investimentos (3 - 4)	2 163 073	99 440	1 697 916	549 175
6. Outras origens de recursos:	86 494	393 831	338 431	390 870
6.1 Activos financeiros	0	4 400	0	4 400
6.2 Recurso à dívida pública	0	0	0	0
6.3 Venda de bens de investimento	77 888	47 000	82 500	58 000
6.4 Transferências	0	110 000	0	80 000
6.5 Reposições não abatidas nos pagamentos	8 606	8 000	31 500	10 000
6.6 Contas de ordem *	0	224 431	224 431	238 470
7. = 5 + 6	2 249 567	493 271	2 036 347	940 045
8. Outras aplicações de recursos:	689 670	493 271	2 662 796	940 045
8.1 Outros investimentos	8 385	9 985	8 000	10 555
8.2 Amortização da dívida pública	76 865	77 855	78 819	77 850
8.3 Imobilizações financeiras	585 220	150 000	2 181 546	430 000
8.4 Outras transferências	19 200	31 000	170 000	183 170
8.5 Contas de ordem *	0	224 431	224 431	238 470
9. = 7 - 8	1 559 897	0	(626 449)	0
10. Saldos de anos económicos anteriores	0	0	2 081 640	0
11. Saldo do exercício (9 + 10)	1 559 897	0	1 455 191	0

NOTA: A partir de 1995, as receitas consignadas às diversas entidades autónomas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 16

## Comparação da evolução das receitas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1994	OGT/95	Previsão/95	OGT/96
Concessão de exclusivos *	4 776 791	4 963 152	5 585 861	5 864 097
Impostos directos	1 429 875	1 150 000	1 502 500	1 350 000
Impostos indirectos	799 876	538 600	531 500	665 560
Taxas, multas e outras penalidades	374 495	299 140	333 800	302 780
Rendimentos da propriedade	2 521 134	2 114 756	1 200 000	1 287 920
Transferências correntes	41 031	5 550	5 550	5 550
Venda de bens duradouros	2 685	700	1 000	800
Venda de serviços e bens não duradouros	40 728	46 114	54 000	48 196
Outras receitas correntes	13 629	10 260	3 300	10 280
Venda de bens de investimento	77 888	47 000	82 500	58 000
Transferências de capital	0	30 000	0	0

(Milhares de patacas)

Designação das receitas	1994	OGT/95	Previsão/95	OGT/96
Activos financeiros	0	4 400	0	4 400
Passivos financeiros	0	0	0	0
Outras receitas de capital	0	0	2 081 640	0
Reposições não abatidas nos pagamentos	8 606	8 000	31 500	10 000
Contas de ordem **	0	199 965	199 965	216 100
<i>Receitas totais</i>	10 086 738	9 417 637	11 613 116	9 823 683

NOTAS: \* Estão incluídas as receitas consignadas às diversas entidades autónomas provenientes de exclusivos.

\*\* Receitas consignadas às diversas entidades autónomas não provenientes de exclusivos.

FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## Quadro V — 17

## Comparação da evolução das despesas públicas

(Milhares de patacas)

Designação das despesas	1994	OGT/95	Previsão/95	OGT/96
Pessoal	2 297 628	2 323 024	2 340 000	2 614 683
Bens e serviços	467 308	471 496	504 240	539 391
Juros	10 122	11 015	9 589	4 100
Transferências correntes	4 017 081	3 395 688	3 549 200	3 370 881
Outras despesas correntes *	34 689	973 143	42 100	754 583
Outros investimentos	1 018 728	1 682 466	1 058 000	1 456 392
Transferências de capital	19 200	31 000	170 000	183 170
Operações financeiras	662 085	227 855	2 260 365	507 850
Outras despesas de capital **	0	77 519	0	154 163
Contas de ordem ***	0	224 431	224 431	238 470
<i>Despesas totais</i>	8 526 841	9 417 637	10 157 925	9 823 683

NOTAS: \* Os OGT/95 e OGT/96 incluem as dotações provisionais.

\*\* Os OGT/95 e OGT/96 representam as dotações concorrencionais do Plano de Investimentos.

\*\*\* A partir de 1995, as despesas consignadas passaram a ser incluídas nas «contas de ordem».

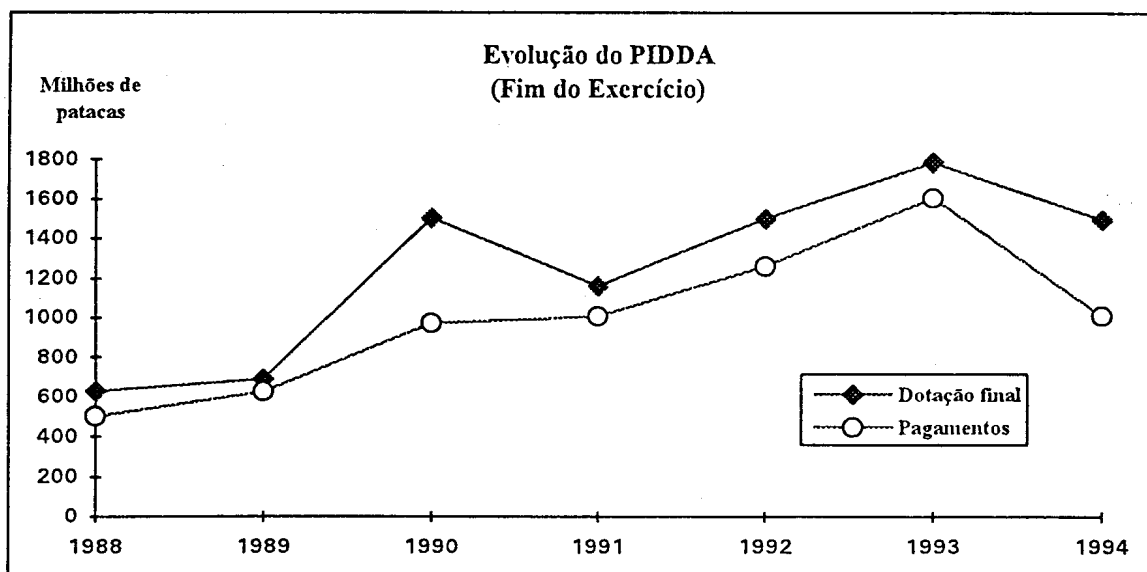
FONTE: Gabinete de Estudos da Direcção dos Serviços de Finanças.

## VI — PLANO DE INVESTIMENTOS E DE DESPESAS DE DESENVOLVIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

### VI.1. — Evolução dos Investimentos Públicos

Conforme se pode constatar no quadro I, o Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1994, foi inicialmente dotado com 1 820,00 milhões de patacas,

representando um crescimento de 12,3% relativamente ao período homólogo do ano anterior, enquanto que o valor das despesas públicas orçamentadas crescia 18,1%. Verificou-se assim uma diminuição do peso relativo do PIDDA no total do orçamento de 17,3% em 1993 para 16,4% em 1994.



Quadro I

## Evolução das despesas orçamentadas no início do exercício

(Milhões de patacas)

Despesas orçamentadas (Início do ano)		1990	1991	1992	1993	1994
Total do OGT	Valor	4 160,1	5 777,7	6 785,3	9 358,0	11 047,6
	Δ %	34,7	38,9	17,4	37,9	18,1
PIDDA	Valor	1 055,0	1 435,7	1 500,0	1 620,0	1 820,0
	Δ %	50,7	36,1	4,5	8,0	12,3
Peso relativo do PIDDA no OGT		25,4%	24,8%	22,1%	17,3%	16,4%

Atendendo a que o PIDDA/93 beneficiou de um reforço orçamental no decurso do seu exercício, terminando dotado com 1 786,2 milhões de patacas, a verba atribuída ao PIDDA/94 traduz um crescimento praticamente nulo. Esta situação pode ser explicada pelo facto de o ano de 1994 ter sido especialmente dedicado à conclusão de parte dos grandes empreendimentos que vinham sendo executados nos anos anteriores e para o estudo e proposta de novos investimentos o que, como é óbvio, não implica, necessariamente, grandes incrementos de encargos financeiros. Esta situação veio a confirmar-se no decurso do exercício de 1994, tendo-se verificado que a dotação inicialmente atribuída

era excessiva e, conseqüentemente, promovida uma desdotação de 320,0 milhões de patacas. Assim, o exercício de 1994 terminou com 1 500,0 milhões de patacas, menos 16,0% do que a situação idêntica do exercício anterior (quadro II).

Ainda durante o exercício de 1994, foram pagas despesas na ordem dos 1 010,9 milhões de patacas (-37,1% do que no ano anterior), ficando, assim, a taxa de realização próxima de 67,4%, o que parece, a não se suscitarem outras explicações, reflectir uma quebra acentuada na capacidade de execução dos projectos planeados relativamente ao exercício anterior.

## Quadro II

## Evolução das despesas orçamentadas e realizadas no final do exercício

(Milhões de patacas)

PIDDA	1990	1991	1992	1993	1994
Dotação final	1 505,7	1 164,6	1 501,7	1 786,3	1 500,0
Δ %	117,7	(22,7)	28,9	19,0	(16,0)
Pagamentos	974,2	1 008,5	1 262,4	1 606,8	1 010,9
Δ %	54,9	3,5	25,2	27,3	(37,1)
Taxa de realização	64,7	86,6	84,1	90,0	67,4

O quadro III, por sua vez, reflecte a estrutura dos investimentos quanto à natureza e revela que o subconjunto «Obras» concentrou, em 1994, 66,7% da dotação global. Esta natureza integrava, nesse ano, 185 acções de investimento de que se destacavam a «ETAR de Macau» (com 207,8 milhões de patacas), os «Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane» (que absorveu 134,8 milhões de patacas) e o «Complexo Desportivo da Taipa» (66,5 milhões de patacas). De referir que da verba afecta ao projecto dos «Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane» apenas foi executado cerca de 51%, enquanto que do «Estádio da Taipa» apenas se concretizavam 17%.

A natureza «Equipamento» recuperou ligeiramente a importância que detinha até 1992. Em 1994, contou com 13,2% do to-

tal dos investimentos, valor que, embora superior ao do exercício imediatamente anterior em 1,6 pontos percentuais, ficou muito aquém do registado em 1992 e 1991, respectivamente 20,4% e 18,6%.

Nesta rubrica, merecem destaque, pelo seu peso relativo, a «Remodelação da Rede Rádio das FSM», o «Apetreçamento do Complexo Hospitalar» e os «Melhoramentos no Trem Naval» que absorveram, respectivamente, 25,6, 10,4 e 10,1 milhões de patacas.

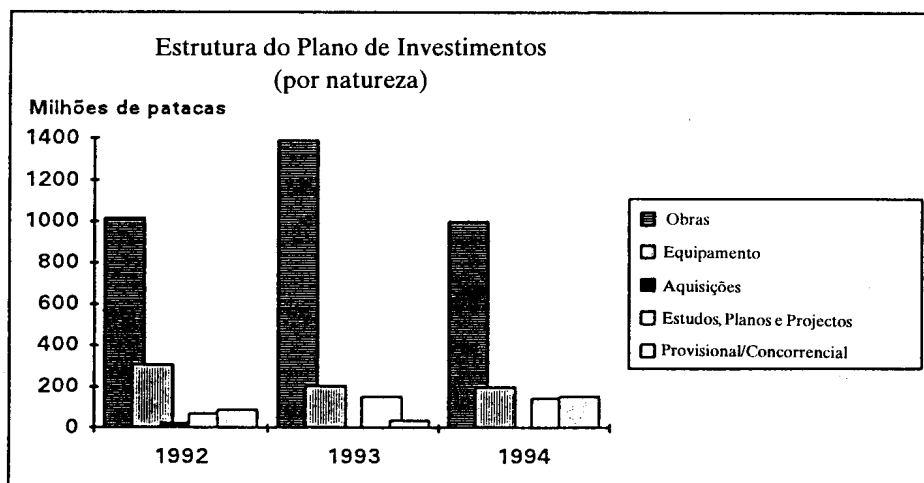
Por outro lado, o agrupamento das «Aquisições» tem pouco significado no total dos investimentos, contando em 1994 com apenas 0,2% do PIDDA. Sob esta epígrafe foram despendidos, em 1994, 2,5 milhões de patacas.

## Quadro III

## Investimentos públicos segundo a natureza das despesas

(Milhões de patacas)

Natureza	1992		1993		1994	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Obras	1 017,1	67,7	1 389,9	77,8	1 000,3	66,7
Δ %	22,1		36,7		(28,0)	
Equipamento	305,6	20,4	206,4	11,6	198,9	13,2
Δ %	15,4		(32,5)		(3,6)	
Aquisições	24,1	1,6	1,9	0,1	2,5	0,2
Δ %	(73,0)		(92,1)		31,6	
Estudos, planos e projectos	68,2	4,5	151,0	8,4	144,3	9,6
Δ %	85,8		121,4		(4,4)	
Provisional/Concorrencial	86,7	5,8	37,1	2,1	154,0	10,3
Total	1 501,7	100,0	1 786,3	100,0	1 500,0	100,0



Finalmente, a natureza «Estudos, planos e projectos» tem vindo a crescer de importância no conjunto dos Investimentos do Plano, contando, em 1994, com 9,6% das verbas atribuídas, embora registe um decréscimo em valor absoluto de cerca de 4,4%, passando a deter 144,3 milhões de patacas em 1994 contra 151,0 milhões de patacas em 1993. Nesta rubrica destacam-se os investimentos efectuados no plano de «Remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos» e da «Exploração da Central de Incineração».

Deslocando a análise para uma perspectiva de «áreas de inter-

venção», verifica-se que foi a rubrica «Infra-estruturas» a que sentiu de forma mais acentuada a quebra de investimento ocorrida durante o ano, ao passar de 1 186,8 milhões de patacas em 1993 para apenas 811,1 milhões de patacas no ano de 1994, correspondentes a 54,1% do total dos investimentos (quadro IV).

Esta rubrica era então constituída por 80 acções, merecendo realce a «Estação de Tratamento de Águas Residuais de Macau» e os «Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane».

Quadro IV

**Investimentos públicos segundo as áreas de intervenção**

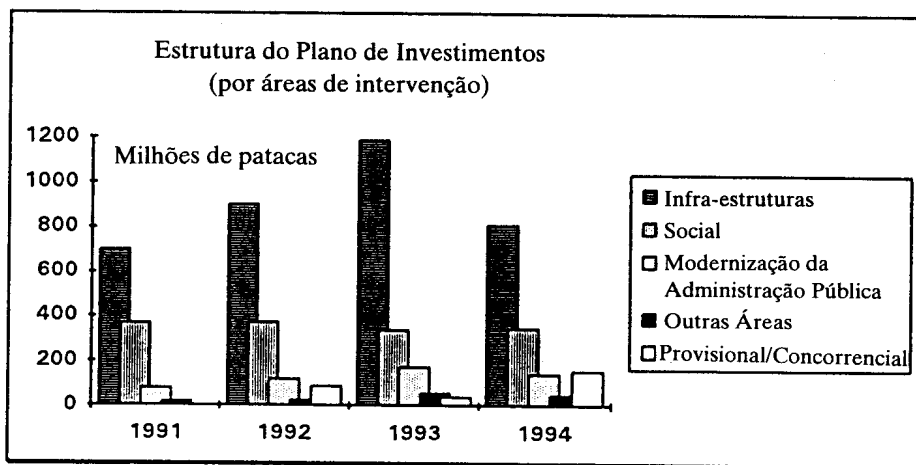
(Milhões de patacas)

Áreas de intervenção	1992		1993		1994	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Infra-estruturas	902,1	60,1	1 186,8	66,4	811,1	54,1
Δ %	28,9		31,6		(31,6)	
Social	371,9	24,8	336,9	18,9	347,2	23,1
Δ %	1,1		(9,4)		3,1	
Modernização da Administração Pública	117,2	7,8	170,7	9,5	141,0	9,4
Δ %	50,1		45,6		(17,3)	
Outras áreas	23,8	1,6	54,8	3,1	46,7	3,1
Δ %	25,9		130,2		(15,0)	
Provisional/Concorrencial	86,8	5,7	37,1	2,1	154,0	10,3
<b>Total</b>	<b>1 501,7</b>	<b>100,0</b>	<b>1 786,3</b>	<b>100,0</b>	<b>1 500,0</b>	<b>100,0</b>

Por ordem de importância vem a seguir a área «Social» com 23,1% do total da dotação corrigida de 1994. De referir que esta rubrica foi a única a registar um reforço nas intenções de investimento quer em valor (+3,1% do que no ano anterior), quer no

seu peso relativo no total dos investimentos (+4,2% pontos percentuais). Nesta rubrica destaca-se pela sua importância o «Complexo Desportivo da Taipa».





O valor dos investimentos atribuídos à área de «Modernização da Administração Pública» acompanhou o decréscimo verificado no PIDDA/94, ao ser reduzido de 170,7 milhões de patacas em 1993 para 141,0 milhões de patacas em 1994, traduzindo assim uma quebra de cerca de 17,3%.

Por fim, a rubrica «Outras áreas», embora mantendo o seu peso relativo no total dos investimentos, registou uma quebra em valor de cerca de 15%. Sob esta designação são congregados os projectos ligados ao turismo, dos quais se destacam os «Melhoramentos na Pousada de Mong-Há».

VI.2. — Execução financeira do PIDDA — 1995

O Plano de Investimentos e de Despesas de Desenvolvimento da Administração para 1995 foi dotado inicialmente com 1 750,0 milhões de patacas, representando 15,4% do total das despesas

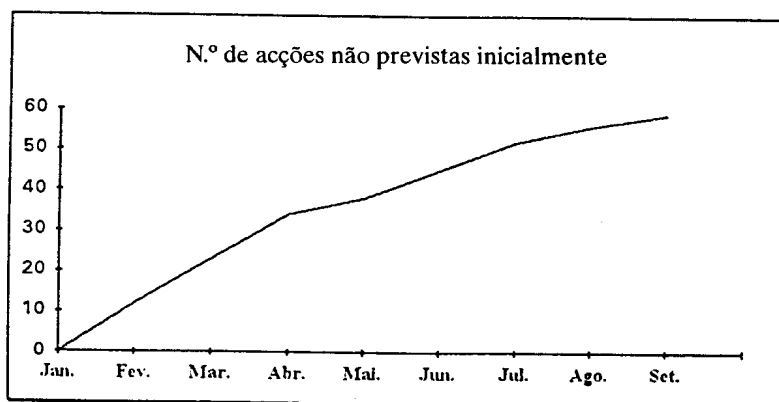
previstas no Orçamento Geral do Território para o corrente ano. Comparativamente com a situação inicial do exercício de 1994, verifica-se um decréscimo nominal de 3,8%.

Do total das verbas orçamentadas no âmbito do PIDDA — 1995, 44,2 milhões de patacas destinaram-se à constituição de uma dotação provisional, 33,3 milhões visavam cobrir concorrencialmente um conjunto de projectos da responsabilidade da Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, e os restantes 1 672,5 milhões foram afectos às 228 acções de investimento previstas inicialmente.

Repartindo a dotação inicial por áreas de responsabilidade, constata-se que as entidades tuteladas pelo Secretário-Adjunto para os Transportes e Obras Públicas absorvem cerca de 66,5% do total, donde merece realce a fatia atribuída ao próprio Gabinete, 589,3 milhões de patacas, e à Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, 525,0 milhões de patacas.

Do conjunto de empreendimentos inscritos no corrente ano, merecem realce, pelo montante de verbas envolvidas, os seguintes:

Designação	Proponente	Dotação inicial	Dotação actual
Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane	S.A.T.O.P.	313 799 487,9	94 702 645,7
Centro Cultural de Macau	D.S.S.O.P.T.	51 716 632,0	14 962 466,3
Museu de Macau	D.S.S.O.P.T.	159 700 000,0	57 497 492,9
ETAR de Macau	S.A.C.T.C.	57 200 000,0	57 200 000,0
Aeroporto Internacional de Macau	S.A.T.O.P.	55 000 512,1	51 233 085,1
Remoção, recolha e limpeza de resíduos sólidos	S.A.T.O.P.	29 300 000,0	67 306 964,3
Complexo Desportivo da Taipa	S.A.T.O.P.	85 700 000,0	91 700 000,0
ETAR da Taipa	I.D.M.	46 000 000,0	76 827 673,0
	S.A.T.O.P.	65 000 000,0	44 075 808,0



De realçar as desdotações de que foram alvo os «Aterros e infra-estruturas Taipa-Coloane» e o «Centro Cultural de Macau», situação sobretudo devida à recalendarização a que foram sujeitos.

Durante os três primeiros trimestres do ano foram inscritas 59 novas acções, representando um acréscimo de 25,9% em relação à situação inicial.

As verbas cativas totalizaram, no mesmo período, 1 032,0 milhões de patacas (59,0% da dotação total do Plano) das quais 450,0 milhões (cerca de 43,6%) se concretizaram em termos de liquidação.

Como já foi referido, as liquidações atingiram, em 30 de Setembro, 450,0 milhões de patacas, o que se traduz numa taxa de execução efectiva de 25,7% (quadro V).

Quadro V

Execução financeira dos investimentos públicos

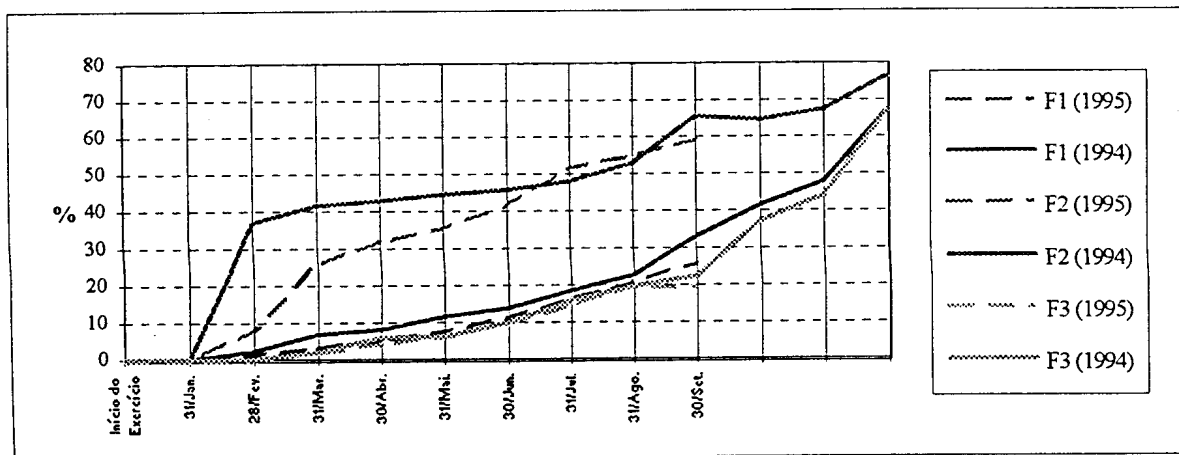
(Milhões de patacas)

Designação	30 de Setembro de 1994		30 de Setembro de 1995	
	Valor	%	Valor	%
Liquidações	494,1	32,9	450,0	25,7
Verbas cativas	487,4	32,5	581,9	33,3
Saldos	518,5	34,6	718,0	41,0
Dotação actual	1 500,0	100,0	1 750,0	100,0

Comparativamente com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um abrandamento da execução efectiva do Plano no corrente ano, que não é compensado pelo valor dos encargos assumidos traduzidos pelas verbas cativas. Se tomarmos em conta a taxa de execução conseguida no final do ano anterior, conjuga-

da com a expectativa de execução dos projetos de maior porte, em curso no corrente ano, poderemos projectar um valor na ordem dos 60% para a execução final efectiva do PIDDA/95 a que corresponderão cerca de 1 050 milhões de patacas.

Evolução da execução do PIDDA, 1994/95



$$F1 = \frac{\text{Liquidações}}{\text{Dotação Actual}}$$

$$F2 = \frac{\text{Liquidações + Cativos}}{\text{Dotação Actual}}$$

$$F3 = \frac{\text{Pagamentos}}{\text{Dotação Actual}}$$

Na estrutura, por natureza, destaca-se a rubrica «Obras» que, apesar de ter sofrido uma redução de 84,0 milhões de patacas, continua a absorver actualmente 71,0% da dotação do Plano. Esta

rubrica regista uma taxa de execução efectiva na ordem dos 24,3% (quadros VI e VII).

Quadro VI

Estrutura do Plano por natureza

(Milhões de patacas)

Natureza	Dotação inicial	Dotação actual	Cativo	Liquidado
Obras	1 326,2	1 242,2	505,9	301,9
Aquisições	45,7	49,2	0,0	3,7
Equipamentos	164,7	164,2	45,9	43,5
Estudos, planos e projectos	135,9	147,7	30,1	100,9
<i>Subtotal</i>	1 672,5	1 603,3	581,9	450,0
Dotação provisional	44,2	42,2	0,0	0,0
Dotação concorrencial	33,3	104,5	0,0	0,0
<i>Total</i>	1 750,00	1 750,0	581,9	450,0

Por ordem de importância segue-se-lhe a rubrica dos «Equipamentos» que, por sua vez, apresenta uma taxa de execução de

26,5%, valor que deixa antever uma boa taxa de execução final, face às características dos projectos que nela se inserem.

Quadro VII

Indicadores de execução por natureza

Natureza	Estrutura	F1	F2
Obras	70,98	0,243	0,650
Aquisições	2,81	0,074	0,074
Equipamentos	9,38	0,265	0,544
Estudos, planos e projectos	8,44	0,683	0,887
<i>Subtotal</i>	91,62	0,281	0,644
Dotação provisional	2,41	0,000	0,000
Dotação concorrencial	5,97	0,000	0,000
<i>Total</i>	100,00	0,257	0,590

A rubrica «Estudos, planos e projectos», que apresenta a taxa de execução mais elevada do Plano (68,3%), viu a sua dotação incrementada em cerca de 11,8 milhões de patacas, desde o início

do ano. Por fim, a rubrica «Aquisições», com um peso relativo muito reduzido no total dos investimentos, regista uma taxa de realização efectiva de apenas 7,4%.

## Quadro VIII

## Estrutura do Plano por áreas de intervenção

(Milhões de patacas)

Áreas de intervenção	Dotação inicial	Dotação actual	Cativo	Liquidado
Social	491,	507,	241,	77,
Infra-estruturas	948,	817,	291,	303,
Modernização da Administração Pública	134,	152,	26,	37,
Outras áreas	98,	125,	22,	31,
<i>Subtotal</i>	1 672,	1 603,	581,	450,
Dotação provisional	44,	42,	0,	0,
Dotação concorrencial	33,	104,	0,	0,
<i>Total</i>	1 750,	1 750,	581,	450,

Por áreas de intervenção, merece realce a rubrica «Infra-estruturas» que concentra 46,7% das disponibilidades de investimento, correspondentes a 817,5 milhões de patacas, menos 131,1 milhões do que inicialmente. Esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 37,1%, cerca de 9,0 pontos percentuais acima da média das quatro rubricas. Segue-se-lhe a área «Social» que detém 29,0% do total das verbas atribuídas ao Plano, ou seja, 507,5 milhões de patacas e que apresenta uma taxa de realização

efectiva de 15,2% (quadros VIII e IX).

A rubrica «Modernização da Administração Pública» conta com 8,7% do PIDDA, a que correspondem, em valor absoluto, 152,4 milhões de patacas, dos quais 18,3 milhões reforçados já no decurso do exercício. A realização financeira desta rubrica, nos três primeiros trimestres do ano, aproxima-se da média do Plano.

## Quadro IX

## Indicadores de execução por áreas de intervenção

Áreas de intervenção	Estrutura	F1	F2
Social	29,00	0,152	0,627
Infra-estruturas	46,72	0,371	0,728
Modernização da Administração Pública	8,71	0,249	0,424
Outras áreas	7,19	0,247	0,429
<i>Subtotal</i>	91,62	0,281	0,644
Dotação provisional	2,41	0,000	0,000
Dotação concorrencial	5,97	0,000	0,000
<i>Total</i>	100,00	0,257	0,590

Finalmente, com uma importância relativa mais reduzida no total do Plano, surge a rubrica «Outras áreas» que, com 125,9 milhões de patacas, apresenta uma taxa de execução de 24,7% no final do período em referência.

Cerca de 46,9% das disponibilidades de investimento estão atri-

buídas à função «Serviços económicos» que inclui os projectos de infra-estruturas ligados aos transportes, saneamento básico e aterros. Esta rubrica detinha, no final de Setembro, uma dotação de 820,2 milhões de patacas e registou uma taxa de realização efectiva de 38,7%, a melhor de entre as diversas funções e bastante acima da média do Plano (quadros X e XI).

Quadro X

## Estrutura do Plano por funções

(Milhões de patacas)

Funções	Dotação inicial	Dotação actual	Cativo	Liquidado
Serviços gerais	131,	149,	26,	35,
Segurança pública	68,	92,	54,	27,
Educação	76,	87,	11,	19,
Saúde	66,	67,	8,	4,
Previdência social	19,	19,	1,	1,
Habitação	13,	14,	8,	3,
Outros serviços	325,	352,	200,	40,
Serviços económicos	970,	820,	270,	317,
<i>Subtotal</i>	1 672,	1 603,	581,	450,
Dotação provisional	44,	42,	0,	0,
Dotação concorrencial	33,	104,	0,	0,
<i>Total</i>	1 750,	1 750,	581,	450,

Quadro XI

## Indicadores de execução por funções

Funções	Estrutura	F1	F2
Serviços gerais	8,57	0,235	0,412
Segurança pública	5,27	0,295	0,882
Educação	5,01	0,225	0,360
Saúde	3,84	0,069	0,188
Previdência social	1,13	0,060	0,140
Habitação	0,81	0,260	0,859
Outros serviços	20,13	0,116	0,686
Serviços económicos	46,87	0,387	0,717
<i>Subtotal</i>	91,62	0,281	0,644
Dotação provisional	2,41	0,000	0,000
Dotação concorrencial	5,97	0,000	0,000
<i>Total</i>	100,00	0,257	0,590

Com o segundo maior peso na estrutura do Plano figura a rubrica «Outros serviços colectivos e sociais» que conta, actualmente, com 352,2 milhões de patacas. Na óptica da execução financeira, esta rubrica regista uma taxa de realização efectiva de 11,6%, enquanto os compromissos assumidos atingem os 200,7 milhões de patacas, correspondentes a 57,0% do total. Os «Serviços gerais» absorvem 149,9 milhões de patacas, o equivalente a 8,6% do total das verbas do PIDDA, sendo que apenas 23,5% foi realizado. As rubricas «Segurança pública», «Saúde», «Habitação», «Previdência social» e «Educação» representam, respectivamente, 5,3%, 3,8%, 0,8%, 1,1% e 5,0% do total dos investimentos.

Nos escalões de dotação, destaque para as acções acima dos 20 milhões de patacas, que absorvem 55,8% das verbas afectas aos investimentos do Plano e equivalem a 976,2 milhões de patacas, embora tenham sofrido, no decurso do exercício, uma desdotação de cerca de 9,8%, relativamente à verba que lhe havia sido atribuída inicialmente. De referir que são os projectos de média dimensão (entre 5 e 10 milhões de patacas) os que revelaram maior dinâmica na execução ao longo dos primeiros três trimestres do ano, a avaliar pela taxa de realização efectiva apresentada (44,4%). É de salientar ainda que este escalão sofreu uma redução de cerca de 17,2 milhões de patacas, relativamente à situação inicial (quadros XII e XIII).

Quadro XII

**Estrutura do Plano por escalões de dotação**

(Milhões de patacas)

Escalões de dotação	Dotação inicial	Dotação actual	Cativo	Liquidado
E < 1 milhão	35,9	52,9	15,9	14,1
1 milhão ≤ E < 5 milhões	189,9	216,7	70,1	60,2
5 milhões ≤ E < 10 milhões	152,6	135,4	38,2	60,1
10 milhões ≤ E < 20 milhões	211,6	222,1	82,1	65,9
20 milhões ≤ E	1 082,5	976,2	375,6	249,7
<i>Subtotal</i>	1 672,5	1 603,3	581,9	450,0
Dotação provisional	44,2	42,2	0,0	0,0
Dotação concorrencial	33,3	104,5	0,0	0,0
<i>Total</i>	1 750,0	1 750,0	581,9	450,0

Quadro XIII

**Indicadores de execução por escalões de dotação**

Escalões de dotação	Estrutura	F1	F2
E < 1 milhão	3,02	0,267	0,567
1 milhão ≤ E < 5 milhões	12,38	0,278	0,601
5 milhões ≤ E < 10 milhões	7,74	0,444	0,726
10 milhões ≤ E < 20 milhões	12,69	0,297	0,666
20 milhões ≤ E	55,78	0,256	0,641
<i>Subtotal</i>	91,62	0,281	0,644
Dotação provisional	2,41	0,000	0,000
Dotação concorrencial	5,97	0,000	0,000
<i>Total</i>	100,00	0,257	0,590

Finalmente, por classificação económica, merece realce a rubrica «Construções diversas», que agrega projectos de investimento, totalizando 614,1 milhões de patacas, correspondentes a 35,1% do total dos investimentos públicos. Esta rubrica, que desde o início do exercício conta com a maior fatia das verbas de investimentos, tem vindo a registar uma quebra no seu peso relativo, traduzida por uma redução de 105,2 milhões de patacas da dotação inicial. Em termos de execução financeira, esta rubrica situa-se abaixo da média do Plano, com uma taxa de execução efectiva de 23,9%. A rubrica «Estradas e pontes» conta agora com 147,1 milhões de patacas (mais 3,4 milhões do que inicialmente previs-

to), correspondendo a 8,4% do total do Plano. Quanto à realização financeira verifica-se que a sua taxa de execução se situa nos 31,3%.

Também a rubrica «Edifícios» beneficiou de um adicional de disponibilidades de cerca de 10,2 milhões de patacas, contando agora com 506,6 milhões de patacas, verba equivalente a 29,0% do total, embora a sua taxa de realização se situe aquém da correspondente à totalidade do PIDDA. A rubrica «Maquinaria e equipamento» detém, por seu lado, 164,7 milhões de patacas, registando uma taxa de realização muito próxima da média das doze rubricas (quadros XIV e XV).

Quadro XIV

## Estrutura do Plano por classificação económica

(Milhões de patacas)

Classificação económica	Dotação inicial	Dotação actual	Cativo	Liquidado
Terrenos	0,0	2,4	0,0	2,4
Habituação	12,8	13,6	8,3	3,7
Edifícios	496,6	506,5	167,1	101,9
Estradas e pontes	143,7	147,1	92,6	46,1
Portos	0,0	1,2	1,0	0,2
Construções diversas	719,3	614,1	234,3	147,0
Melhoramentos fundiários	0,0	0,0	0,0	0,0
Plantações	0,0	0,0	0,0	0,0
Material de transporte	0,0	0,0	0,0	0,0
Maquinaria e equipamento	164,7	168,0	46,2	47,0
Animais	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros investimentos	135,4	150,4	32,4	101,7
<i>Subtotal</i>	1 672,5	1 603,3	581,9	450,0
Dotação provisional	44,2	42,2	0,0	0,0
Dotação concorrencial	33,3	104,5	0,0	0,0
<i>Total</i>	1 750,0	1 750,0	581,9	450,0

Quadro XV

## Indicadores de execução por classificação económica

Classificação económica	Estrutura	F1	F2
Terrenos	0,14	1,000	1,000
Habituação	0,78	0,270	0,883
Edifícios	28,95	0,201	0,531
Estradas e pontes	8,41	0,313	0,943
Portos	0,07	0,196	1,000
Construções diversas	35,09	0,239	0,621
Material de transporte	0,00	0,000	0,000
Maquinaria e equipamento	9,60	0,280	0,555
Outros investimentos	8,58	0,677	0,892
<i>Subtotal</i>	91,62	0,281	0,644
Dotação provisional	2,41	0,000	0,000
Dotação concorrencial	5,97	0,000	0,000
<i>Total</i>	100,00	0,257	0,590

## 附件一

## 一九九六年度施政方針

## 一、經濟及財政政策

一九九六年度經濟及財政政策的措施基於三個主要方面，即是：經濟的增長由活躍和興旺的服務業及穩固和有競爭力的工業來支持；匯兌的穩定性與金融體制逐步國際化；嚴格管理公共財務，但不影響對本地區群體有利之項目及促進發展與繁榮所需之投資。

一九九四年澳門經濟的實質增長為百分之四，相對近三年的年均增長有所放緩。這種趨勢可見於一九九三年。這是因基建計劃的完成使公共投資減少，以及因私人消費增長放緩而引致。

儘管如此，外部需求卻清楚顯示貨物出口的復甦，一九九四年的實質增長為百分之二點七。但是對貿易差額的結餘稍弱，這是由於入口數字高企所致。

預計一九九五年本地生產總值約有百分之四點五的實質增長，比去年為高，因此經濟周期呈正面轉向。

一九九四年公布的本地生產總值主要成分的表現，其趨勢在一九九五年持續強勁，使到支撐整體增長的主要組別調換位置。

因此，作為數年來本地區經濟的活躍組成部分的內部需求，由外部淨需求代替，而一九九五年將以一個極高的，約百分之十七（相對最近數年只有百分之二的平均增幅）的增幅作終結。

一九九四年消費物價指數出現負增長，這可從最近數年錄得最低的百分之六點三的平均通脹率反映出來。然而，在一九九五年上半年，生活指數的走勢有了明顯的改變，在六月份為百分之七點八。

最近數年的失業率一直保持低水平，一九九四年平均數為百分之二點五，在一九九五年已有上升的趨勢，該年第二季度的失業率為百分之三點三，這導致須採取措施穩定就業市場。

在這方面，輸入勞工政策必須顧及經濟增長及社會穩定兩方面的要求，透過工作職位的保留及維持或逐步改善工作實際收入，在滿足企業和勞工利益的實際需要上保持各方的平衡。

在財政方面，預算管理一向受收支平衡原則約束。然而，鑑於公共收入有良好的表現及在支出上按預算嚴格執行，以便能夠以極顯著的盈餘來結束經濟年度。因此，從管理公庫角度而言，應展開研究設立財產儲備體系之法律制度。

金融體制方面，現擁有一個現代化的法律框架，同時，監管工作亦在符合國際建議的模式下展開。這體制一向符合由本地經濟運作及增長帶來的要求，然而，有待其在國際及區域市場上有更大的參與。

以下列舉一九九六年度這方面施政的主要指導方針，以及相關的措施和工作。

## 一、經濟活動方面

在本地區經濟活動的現代化的進程方面，將推行外貿活動的新法規（十二月三十日第50/80/M號法令的修訂）及有關補充法例。同時將減收簽發來源證的手續費，這意味著行政當局加強對工業界的扶助，並希望此舉會成為刺激出口活動的因素。

為同一目的，亦將檢討關於工業場所及有關設施的登記的現行法例（十一月九日第95/85/M號法令）。而在未來關於公共衛生及保障消費者的法律方面，約束經營貿易和經銷業務的經濟參與人活動的措施將予以合理化。

在工業產權法例方面，將逐步使其獨立化，預計有關商標的本地法例將於一九九六年生效。因此，亦為有效地執行這法例，將為有關人士舉辦一項適當的技術及行政培訓計劃。

為使支持澳門工業結構現代化的政策延續，將繼續鼓勵紡織業及成衣業的企業的重組，並繼續對促進本地區貿易及投資的協助工作予以加強。

在澳門參與國際組織方面，將著重實現及跟進無論是對世界貿易組織所作出的，或經由多邊協議，尤指有關歐洲聯盟和亞洲及太平洋經濟及社會委員會的協議所產生的承諾。

在協助當地企業方面，強調的是鼓勵本地區企業與本地區以外的企業之間的“合營”，因本地區以外的企業可提供更先進的技術及有助於擠身特別而較新穎的合適“市場項目”。

本地區參與創立一間風險資本公司，協助設立和開展“企業巢”，贊助籌辦澳門國際博覽會等將是延續的工作，希望本地企業家能適當利用。

至於吸納投資方面，一九九六年的政策大綱係使澳門產業結構多元化，主要旨在吸引無污染及有較高增值、並以技術勞工為基礎且能對職位作大量投資的產業。

為此，澳門經濟活動鼓勵制度評估工作現正進行，在一九九六年將繼續，預期在第二階段會有所完善，希望能改善對新投資的吸引力。

亦設法鞏固已於一九九五年對作為澳門有力投資者的亞洲太平洋地區中較發達國家所實行的政策。亦須在歐洲聯盟



努力促進吸納投資，其中包括工業發達國家的技術及資金轉移。

海外華僑也是鼓勵投資澳門政策中的對象，應盡量利用他們的影響力，以更易於吸引他們所聚居國家的其他有潛力投資者。

關於推廣澳門作為國際貿易中心方面，籌劃的方針有下列主要目的：保持出口實際增長趨勢；透過產品、服務及市場的多元化來擴大出口經濟基礎；幫助企業家發展適當的貿易策略。

為此，雖然本地產品是優先對象，然而，要落實的工作亦將延伸至其他來源的產品，惟須由本地經營者銷售。

在傳統市場範圍內實行的貿易政策，是維持配額市場內既有的聯繫及探索更主動的穿透方法，同時，認清歐美市場內的“合適的特定項目”。

由本地企業本身所建議的，在澳門以外的推廣活動（參加商品展覽會，製作宣傳錄影帶、商品目錄及其他推廣宣傳品）亦按個別情況得到支持。

按照所針對的區域採取不同的措施，以達到開拓新市場的目標。因此，必須對澳洲及台灣兩個有極大進口潛力的市場——展開推廣工作，以及調整推廣策略使澳門產品具競爭優勢，以迎合亞洲市場。而非洲南部市場則建議維持以往一貫的計劃。

資訊，作為推廣的工具，是其中一項最有效的途徑，惟須常備及常新，能即時提供予外地及本地的使用者。基於這理由，將繼續出版《商業消息通訊》月刊及《澳門形象》半年刊，並加以改進，還要不斷更新《通訊錄》，以便向主要組別對象擴大資訊的宣傳。

在架構方面，將會重組經濟司，並將“工業發展輔助中心”（CADI）納入“澳門生產力暨技術轉移中心”（CPTTM）。

加強澳門貿易投資促進局（IPIM）與本地區參與的企業，即世界貿易中心及聯生工業村之間的功能聯繫。

促進社會常設協調委員會就輸入勞工政策方面發出意見書，以及維持打擊失業的短期措施。

## 一、二、稅務、預算及財產方面

近年所作的努力，在一九九六年將會繼續，其目的是在稅務、預算及財產範疇使行政及規範現代化。

因此，關於稅務方面，行政當局將繼續關注在不加重稅務負擔下完善法例，以及致力保障納稅人，使稅務行政運作現代化。

為此，新的《物業轉移稅法典》和《繼承及贈與稅法典》，正處立法階段，通過後將開展一系列活動，目的是使納稅人關注和瞭解該法典。

另一方面，涉及機動車輛及其行駛的旅遊新稅制將在適當時機提交審議，並應在一九九六年生效。

鑑於一九九四年關貿總協定的實施而澳門在訂定關稅規則方面所作出的承諾，將對消費稅法進行檢討，以便更好地配合本地區的經濟實況。

對收益的新賦稅方式，尤其是採取單一稅代替現行分類稅，繼續進行研究。

繼續研究檢討印花稅制及有關稅表，預計一九九六年間完成。

稅捐、稅項及稅務執程序法典的檢討研究工作也在進行。

繼續推行預防漏稅及逃稅的政策，如有需要，加重有關罰則。

關於預算方面，跟進與常設基金開支的結構及使用有關的新規定的執行，並完成行政自治實體的財政活動框架。

基於存在新的法律環境而引致資金的出入，因而必須設立公共會計新框架，因此，收支預算分類的檢討工作現已進入研究階段，一九九六年期間亦將繼續進行。

為堵塞這方面的法律漏洞，須進行廣泛工作，其中計有檢討收納制度及檢討司庫工作和出納運作方面的調控及會計。

與公務員本地化總政策配合下，實行分配房屋予本地編制公務員之新法律制度。

繼續有系統地編制及更新本地區政府的耐用財貨清單，以作為補充工作，因此，開展了有關法律制度的重訂工作，尤其關於該等財貨之取得、管理及轉讓方面規則的制定。

有關本地區政府的住宅，會採取各項措施，特別是透過檢討住宅的管理、保養及清潔制度來確保“樓宇共用部分管理”形式得到有效運作。

最後，鑑於“購買”作用一直以來在現代化管理中的重要性以及消費的合理性，亦鑑於有需要改善本地區政府所取得財貨及服務的質素以及減低公共供應的成本，因此，將會檢討沿用至今的該方面法規。

## 一、三、金融制度方面及貨幣暨匯兌政策方面

面對世界經濟漸趨整體化的趨勢，金融制度亦不斷朝國際化發展。

在澳門，上述發展趨勢對本地制度的架構和運作關係產生了重大的改變，並促使創造出嶄新且越趨複雜的金融產品。這個發展表明了有真正需要令其規範性法律框架不斷更新，並有需要使監管活動作出相應的配合。

面對這個實際情況，行政當局在維持本地區經濟自由這一前提下所作出的參與是檢討和推行新的法例，目的不但在於使制度框架現代化，亦在於為新營運者的設立和不同金融產品的發行創造條件。

這項在最近三年不斷加強的活動在一九九六年將會維持，因此，在鞏固最近的工作的同時，在銀行業方面，將會完成對“離岸”銀行業務法例和規章的檢討，並予以執行。

“外匯”公司活動的規範性法例，預料亦將獲得通過，其草案已告完成。

保險業方面，保險活動新的規範性法律框架將會執行，同時亦會檢討保險合同和私人退休基金的法律制度。而強制性保險的統計制度亦將開始實行。

在貨幣暨匯兌政策方面，將維持一向採取的策略，使澳門幣和港幣直接聯繫，以便確保本地貨幣匯兌的穩定性。在這範疇內將對有關法例進行檢討，並使匯兌制度現代化。

最後，已作檢討的澳門貨幣暨匯兌監理署（AMCM）通則將會執行，務求確定其作為公務法人的性質，其職責包括對本地區的貨幣、金融、匯兌和保險市場進行調節。

#### 一·四、統計製作方面

本地區的經濟及社會發展，致使提供可信和及時的統計資料成為越趨強烈的需要。

這些資料能使人加深認識本地區的實際情況和需要，所以無論對行政當局或對私人經濟參與人和其他的資料使用者來說，這些資料是作決策時所不可或缺的。

在這情況下，一九九六年在經濟統計方面將對貿易和服務界之不同行業的統計範圍進行調整，主要是透過對批發和零售貿易的銷量進行新的季度調查，以及透過運輸及倉儲業調查進行空運活動統計記錄。此外，為回應對本地區經濟日漸重要領域的統計資料的需求，有關方面已展開對旅遊物價指數的研究，並對建築和公共工程的薪金指數以及建築材料價格指數等的基年進行更新，並提供一嶄新的、已加入私人住屋租金資料的消費物價指數數列。

關於對外貿易統計方面，要強調的是新法例的生效規定制訂新的統計計算方法，因而令所提供資料的質素得到改善。在同一方面，一九九五年所實行的工作確保了根據協調制度的澳門對外貿易貨物分類表的第二修訂本（NCEM/SH-Rev. 2）獲得通過，以該等工作為基礎，有關方面將就正確使用該分類表向公共及私人實體提供協助。

以已完成的試驗調查結果為參考的“九六年中期人口普查”，是對居澳人口資料基數進行更新的重要工作，該基數由“九一年人口普查”的結果構成，而目前，其特徵出現了變化。

加強利用管理記錄，以便制訂統計指數，尤其在出現較大轉變的領域為然，這將有利於提供關於教育、衛生、社會治安、環境及司法等方面的較新資料。

為著對就業市場維持適當的瞭解，透過修改就業、勞工需求評估及薪金和福利等的調查方法，以及透過籌備新的統計工作，改善關於該市場的統計指數。

為切實了解本地區人力資源的職業和專長的特點，有關方面將提供澳門職業分類（COPM），由一九九六年一月開始供公共及私人實體使用。

在統計的協調和整合工作方面及隨著地區帳目方面，旨在配合一九九三年聯合國新帳目制度的工作的展開，有關方面將提供一嶄新的、從支出方面來看的本地生產總值的數列，該數列是透過調整及充實一九八二年以來的有關數據而確定，並以一九八九年的數列作參考。

從生產方面來看的本地生產總值，其初步評估結果的研究和分析將會延續；此外，亦會開始研究和編制按機構部門方面的收支帳目和按產品方面的平衡表。

為加強統計的整合工作而延續的政策，有關方面將根據澳門地區帳目制度的特點編制統計資料來源和方法的清單；發展經濟分類的完整制度，包括修改澳門行業分類（CAM）、澳門對外貿易貨物分類表／協調制度、產品分類以及最終消費物品及服務分類。

統計的協調工作，即資料之提供者、統計製作者及統計使用者之間必要聯繫的基礎，將會加強，辦法是透過統計諮詢委員會（CCE）、已設立的小組及特定計劃研究工作組等的推動，以及透過開展專為統計暨普查司及公共與私人實體的人員而設的統計及資料管理培訓工作來進行。

澳門資料統計體系（SIEM）新的規範性法律框架的執行，配合統計活動規章的實施和統計暨普查司（DSEC）新組織法的生效，將在技術、運作以及規範等方面改善本地區官方統計資料製作和傳送的條件。

透過這些工作，貫徹澳門資料統計體系的主要目標，即透過提供適時的、方便取得的和具素質的統計資料，並透過使用嶄新的傳送支援，確保能達到取得澳門社會經濟發展所需的統計資料的目標。

## 二、運輸及工務政策

一九九六年運輸及工務領域的施政方針是以一種連貫的方式及在一個延續的邏輯概念下，加強過去五年為本地區制定

的基礎設施的建造及現代化的策略，並開展有需要過渡期完結前實施的一連串計劃。因此，便進入一個更為關注環境問題，尤其是都市問題的工作階段，這將為本地區居民及旅客提供新的發展指標及更佳的生活和交通條件。

事實上，隨著澳門國際機場開始營運及目前仍在進行的若干計劃的完成，本地區在主要基建方面有健全的組織。因此，現在必須推行各項計劃，俾能善用基建的運作所產生的協同作用。事實上，僅作為在一九九六年開展的工作目錄及框架，我們擁有一個運作中的國際機場，其徹底消除本地區與外隔絕的情況；收集及清除都市廢料的新概念使我們擁有一個在整體清潔素質上有所不同的城市；我們擁有更多及更優良的道路交通條件，以連貫澳門半島及離島，使人及貨物之運輸更方便；我們擁有一個先進及實用的國際級客運碼頭；我們將在短期內擁有一套完整的排水設施及網絡，俾能全面處理污水以改善本地區的環境衛生。此外，為提升本地區的生活素質，正進行一項道路交通重整計劃，藉著自動化的交通管制及調節設備，以及多建公共停車場，以改善市內的交通流量。

本施政範圍之目標係繼續貫徹公務員本地化政策。該問題現時較容易處理，因政府已知悉有關人員對納編程序之抉擇，故將推行一系列措施，以改組各部門、培訓公務員以及普及雙語政策。

同樣，關注公共工程承批合同條款履行之嚴格監管。

在鞏固居民安全保障方面，設立有危險性的樓宇及斜坡的登記、檢查及維修的機制，以及清除處於同一狀況下的非法建築物。

上述各項目標或既定指引所訂立的目標均以一直不斷開展的計劃為基礎；在一九九六年，透過上述各項措施及活動，該等計劃將會在各個領域予以延續：

## 二·一、大型基建項目領域

### 二·一·一、澳門國際機場

機場在一九九五年十一月開始商業營運，在十二月八日正式開幕，符合了一九九二年施政方針定出的時間表，當時預計機場會在一九九五年下半年開幕。

現在要開展的工作是使機場在運作上發揮最大的作用，在營運上獲取最大的效益，然而，無可否認的是，本地區已解除了其中一個經濟增長及社會發展的主要障礙，這障礙是由於未能迅速與重要的國際樞紐聯繫所致。

承批者澳門國際機場管理公司（CAM），透過對各個次承批項目的監察及關注，負責確保機場的運作及營運，而這些次承批項目是為各種主要、附帶及補充業務而批出。最為重要的是將機場的總體管理以一份勞務給付合同批予機場管理有限公司（ADA）。

澳門民用航空局（AACM）是負責處理澳門民航活動的政府機關，主要負責：與有意使用機場的國家進行空運協定談判；為航空基礎設施的檢定作出準備及檢核基礎設施的保養是否符合檢定條件；監察對國際安全及航空規則、程序和規範等的遵守；關注發出牌照的活動及飛行操作；為國際機場操作所必需的民航法例作出準備。

最後，澳門航空公司（AIR MACAU, SARL）作為載運乘客、行李、貨物、郵件及郵包等進出澳門的公共服務承批者，負責澳門與外地的航空聯繫，從而為機場效益作出積極的貢獻。

## 二·一·二、九澳港

一九九五年，九澳港貨櫃碼頭由有關承批者澳門港口管理有限公司（MACAUPORT）負責經營，在發展方面，雖然以貨櫃裝載運輸的貨物量有接近百分之三十五的增長，但僅佔目前碼頭設備的最大吞吐量的百分之七十五。

上述的運輸是由兩間從事澳門與香港之間貨櫃運輸業務的航運公司在貨櫃碼頭定期經營的，亦有澳門／台灣之間的運輸。這不但滿足本地區的需要，亦能將貨物運輸拓展至與澳門毗連的中華人民共和國的其他區域。由於貨櫃碼頭的吞吐量尚未飽和，所以第二期建築工程仍未展開，然而，正審議有關指導計劃的事前研究。

在一九九六年，不論對第二期工程的開展是否作出決定，將計劃添置設備，並研究增設碼頭的可能性，充分利用機場人工島所提供的優良庇護條件。這些措施不僅有利於目前貨櫃碼頭的使用者，亦有利於其他有興趣使用九澳港的公司。

## 二·一·三、污水處理廠

一如所料，澳門污水處理廠（ETAR）已在一九九五年八月竣工，目前正透過試用性運作進行設備測試，俾能待澳門污水處理廠與大部分污水下水道網絡的接駁工程完成後，開始正常運作。該項工程能確保污水處理廠的長期運作。目前，蘇亞雷斯博士大馬路與澳門污水處理廠之間的網絡的工程進度順利，而最後部份則視乎南灣整治工程E區的工作情況而定。

同時，氹仔污水處理廠的建築工程正按計劃如常進行，而路環污水處理廠則處於制訂計劃的階段，預計將於一九九六年開始建造。

## 二·一·四、氹仔與路環之間的堆填區

由於在土地小組內仍未達成最終協議，這項大型建設在一九九五年期間並無任何突出進展。雖然該計劃的理據及合理性仍然是有力的，因能促進都市化、經濟及連接中華人民共和國的道路及鐵路網等方面的開拓和發展，但要在短期內展開工程仍須作出審慎考慮。

路氹連貫公路的擴建工程局部處於計劃階段，這工程將納入該區的指導計劃內。

## 二·二、其他工務

初期困難獲得解決後，氹仔綜合體育場及黑沙環消防行動站的工程如常進行。而於一九九五年計劃設計或開始執行的其他工程，將於一九九六年繼續進行，其中較重要者，計有：

- 澳門文化中心；
- 主題公園，興建於將在凱悅酒店前進行堆填的區域；
- 將在路氹連貫公路側的舊衛生堆填區興建石排灣公園，期望於一九九六年小型賽車跑道建造完成並可使用；
- 地球物理暨氣象台新址；
- 特警隊（UTIP）新大樓；
- 水警稽查隊海上巡邏處（DM）的擴建大樓；
- 水警稽查隊指揮部的新設施；
- 氹仔消防行動站；
- 出入境事務局的新設施；
- 魯彌士主教學校（Escola D. José da Costa Nunes）的修建及擴建；
- 位於台山坊可容納一千名學生的小學及幼稚園；
- 位於台山坊的職業技術學校；
- 法院大樓的修建工程；
- 高等法院的新設施；
- 氹仔益隆公園（炮竹廠舊址）的修葺工程；
- 大炮台改建為澳門博物館。

此外，為開闢新的遊客市場而創造條件，預計會為興建一座位於路氹之間堆填區西堤側的游艇碼頭舉行公開招標。

## 二·三、本地區整治領域

為改善本地區生活質素，政府必須經常制定及執行能保持良好環境及城市現代化這兩種需要的平衡的都市規劃。藉採取的措施及推行的工作，下列的都市規劃已完成且獲通過，並已開始執行。

- 氹仔北區都市建設計劃；
- 氹仔厚望聖母灣整治區的都市建設計劃；
- 林茂塘、沙梨頭南部都市及道路重整計劃；
- 筷子基半島的都市及道路整治研究。

一九九六年繼續進行本地區其他都市區域擴展、更新及恢復等的都市化研究，其中值得一提的研究計有：

- 路環島都市化計劃；
- 內港商業及服務區域的詳細計劃，該計劃正處於公開競投階段；
- 澳門西北區都市及道路重整的研究；
- 澳門中區都市及道路重整的檢討；
- 在離島選擇一地點用以建造一所醫院及一所火葬場。

## 二·四、環境衛生及有關基礎設施領域

許多在過去數年展開的計劃，均要分多年進行，因此將與其他即將展開的計劃同時在一九九六年進行。有鑑於此，將會展開落實下列各項目所必需的工作：

- 改善高士德大馬路雨水及污水的排放；
- 重鋪祐漢區的排水網；
- 馬場區街道排水網（第二階段工程）；
- 擴建路環排水網；
- 改善氹仔村的排水渠及過濾系統；
- 進行整治筷子基半島的防波堤及填海工程；
- 南灣海灣整治，包括多項有關半邊燈與澳門污水處理廠之間的污水渠的排水工程，將於一九九六年上半年完成；
- 路環聯生工業村填海區的排水網及道路網；
- 完成沙梨頭南的堆填及基礎設施；
- 外港新堆填區第二階段的基礎設施，包括羅理基博士大馬路與松山之間的區域；
- 進行北區西北部基建工程。

## 二·五、土地批給領域

因地產市場需求繼續下降，故以租賃方式進行的土地批給亦相繼減少，然而，在一九九三年、一九九四年及一九九五年核准的批給計劃中所載的土地，仍有待批出。

因此，雖然政府已許可拆除舊建築物，以便重新利用有關土地的數目不少，但本年度因批出土地而獲取的收益較預計為少。

對批出用以興建學校、經濟房屋及社會房屋，以及用以設置社會及運動設施的土地給予特別關注。

## 二·六、道路整治及公共運輸領域

以中央交通燈系統進行交通管理是一項重要措施，希望藉此使市內交通更為暢順，以及增加本澳市民在道路上的安全，預計可於一九九六年開始運作。

為縮短消防員抵達災場時間而設立預先定出的緊急通道所需引入的適當措施是這系統的其中一部分，現正對有關引入進行研究。這系統的首階段安裝工程包括南灣大馬路、水坑尾街、荷蘭園大馬路、美副將大馬路及士多紐拜斯大馬路等區域，第二階段則計劃在黑沙灣區進行。根據計劃，期望將整個系統於一九九九年之前擴至全市。

為改善本市交通及加強居民以及貨物流通的安全條件，於一九九六年將繼續或開展下列計劃：

### 二·六·一、道路基礎設施方面

- 連接松山隧道北面出入口處與高士德大馬路的行車天橋；

- 連接外港新堆填區與外港堆填區的行車天橋；
- 氹仔亞利雅架前地行車天橋；
- 在高勵雅馬路十字路口處架設氹仔北行車天橋，連接史伯泰海軍將軍馬路；
- 在外港新堆填區東面外港碼頭附近架設行車天橋，連接外港堆填區與外港新堆填區，並可經友誼大馬路抵達北區；
- 在西北馬路架設行車天橋，該天橋橫跨青洲大馬路，並連接沙梨頭新街；
- 在高士德大馬路（西北）與罈些喇提督大馬路連接處，紅街市附近架設行車天橋；
- 在南灣大馬路架設行人天橋；
- 在何賢紳士大馬路架設行人天橋；
- 在友誼大馬路建造行人隧道，以連接外港堆填區與外港新堆填區；
- 連接機場的道路；
- 路環的另一條馬路；
- 擴闊美副將馬路／嘉樂庇總督馬路；
- 連接內港的外環道路；
- 重整俾利喇街及雅廉訪大馬路。

## 二·六·二、公共停車場方面

爲了舒緩本地區車輛流通及泊車的問題，除了前述的措施外，更計劃在內港、林茂塘及俾利喇街興建新公共停車場，並由該項公共服務的承批者負責。

由行政當局負責興建的計有：將在未來外港新堆填區公園興建一個有730個車位的地下停車場，以及另一個興建在澳門污水處理廠附近，有760個車位供輕重型車輛停泊的停車場。

## 二·六·三、公共汽車的公共運輸方面

現正對該項公共服務的兩位承批者的車輛路線修訂進行研究，以回應機場投入運作的需要及切合本地區的發展。如有需要，將另定新路線，並調整時間表，以配合將有更多乘客的情況及鼓勵公眾使用更多公共運輸。

另一方面，已委托一專門機構，繼續研究使澳門公共運輸系統更佳配合本地區的發展可採用的辦法。

## 二·七、法例及規章領域

爲了提高本地區建築工程的素質以及保護市民的利益，於一九九六年將繼續更新、重訂及制訂關於建築工程的規定，重要措施計有：

- 更新及修正《都市建築總章程》—— RGCU；
- 執行《澳門供水及污水排放規章》—— RADARM；
- 修正公共工程承攬及材料供應總制度；
- 水凝水泥混凝土規章；
- 樓宇結構安全及工作規章；

- 地基規章；
- 鋼筋混凝土及預應力結構規章；
- 水泥的規定；
- 樓宇鋼筋的規定。

亦將於一九九六年研究及制訂下列新規範：

- 環境衛生規定；
- 鋼筋混凝土手冊；
- 地基規模指南；
- 土地支承結構規章。

## 二·八、地圖繪製及地籍領域

在地圖繪製暨地籍司的權限及職責範圍內，除向公共及私人實體提供所有有關本地區地圖繪製的協助外，繼續在一九九六年進行以下計劃的工作：

- 本地區的基礎地圖繪製及主題地圖繪製；
- 有系統地進行本地區地籍測量工作；
- 地籍的公布，其中包括聖安多尼堂及大堂區；
- 澳門地理系統發展（SIGM）。

## 二·九、氣象及地球物理領域

本領域大致上維持上年度的施政方針，但應強調機場投入服務所帶來的新任務，其中較重要者計有：

- 籌備機場氣象中心的運作；
- 氣象雷達的裝置及操作；
- 新氣象衛星接收站的裝置及操作。

## 二·十、供電供水與電訊的公共服務領域

雖然行政當局在這領域主要負責監察及跟進各承批者的業務，以便有關的承批合同與供大眾使用的公共服務相協調，但基於這些企業對本地區發展的重要性及對大眾生活的影響，有需要指出若干訂定在有關業務計劃內的主要工作。

該等工作爲：

### 發電及配電領域

正如所料，功率爲53MW的第七部柴油機組已在路環發電廠投入運作，而第八部即最後一部的柴油機組亦隨之在一九九六年上半年內投入運作，因此，該發電廠已爲應付一九九九年之前本地區的電力需求作了準備。

承批者現正研究將發電能力增高，爲此，有可能裝置屬其他技術的發電機組。因此，行政當局已提供一幅與目前發電廠相鄰的將予堆填的土地，面積爲11.5公頃。預期可在一九九六年展開堆填的籌備工作（堆填及基礎設施）。現正分別在新氹仔、黑沙灣及主教山興建三座66／11千瓦的變壓站，並預期在一九九七年完成。

## 水的供應及處理領域

曾在適當的時候宣布的計劃均於一九九五年內完成，但漁翁街新的水處理站（第一階段）則除外，其興建工程預期在一九九七年內完成，因為有需要將資金的投入與為本地區居民供水的實際需要相配合。

除上述的計劃外，承批者亦為一九九六年撥出為數達澳門幣五千萬元的投資預算，以便在上述的處理站、氹仔島的一萬五千立方米新水塘、擴建及改善供水網、資訊設備更新以及管理控制系統自動化等方面進行有關工作。

## 電訊領域

承批者在提供公共電訊服務方面，主要有以下工作：

- 善用現有網絡、對本地網絡及國際網絡予以重新布局、擴大及現代化；
- 在外港新堆填區裝置第六號數碼中心；
- 擴建本地電話服務、國際電話服務、傳真及影像傳遞等的固定網絡；
- 發展GSM數碼流動電話網絡，並實質改善其技術素質；
- 發展國際聯網及相關國際接駁；
- 安裝澳門與香港之間的海底管纜。

## 二·十一、郵務及電訊領域

關於由郵電司負責的郵遞公共服務及執行電訊當局職務方面，將繼續貫徹既定的方針，在一九九六年主要的工作計有：

### 在郵遞服務方面

- 擴大出售網絡以配合本地區的都市及人口增長，開設新的郵站，亦安裝新的郵務亭及郵務機器，以供市民使用；
- 修訂郵務法例，使之適應本地區的新需要及開放若干服務，配合市場需要；
- 繼續推行以推廣澳門形象為基礎的集郵政策，發行高質量郵票及擴大代理網。

### 在執行電訊當局職務方面：

- 鑑於將若干服務開放，發展及貫徹該範圍的法律框架；
- 為不屬專營制度而予公開競爭的公共服務，制定一項批給及發出准照的政策；
- 管理無線電頻譜，為監察站裝置新設備及分散監察的工作；
- 籌備公佈關於本領域的法律。

## 二·十二、海事活動領域

為了延續過去數年所推展的施政方針，海事活動的一般指引，將由海事署執行，計有：

- 確保船艇交通及人命在海上的安全；
- 部署搜索及拯救行動，尤其與澳門國際機場轄下水域的航空器意外有關者；
- 監督水文繪製工作，以便使航道及操作區域處於良好狀態；
- 展開將國際航海公約延伸至澳門的工作；
- 改善本地區的颱風庇護條件，擴建沙梨頭避風塘可供停泊的碼頭；
- 透過澳門航海學校，推動海事人員培訓及海上練習；
- 研究、保存、展示及推廣與澳門有關的海事文物，從而輔助澳門海事博物館的發展及活動的更新。

將在政府船塢開展的活動方面，一九九六年頗為突出的工作計有：

- 在造船方面，可能為澳門旅遊娛樂有限公司（STDM）建造一艘拖船，為澳門國際機場建造一艘拯救搜索船，以及為水警稽查隊建造最後一艘“澳門號”級的稽查汽船；
- 在船隻維修方面，為港務局及水警稽查隊的船隊進行不同的工作。

## 二·十三、社會房屋及經濟房屋領域

關於透過澳門房屋司（I.H.M.）推展的社會房屋政策，將繼續貫徹以改善貧困家庭的居住條件為前提的計劃，以及致力於九十年代結束前達到清拆木屋的目標。

因此，將在一九九六年採取的措施及開展的活動為：

- 列舉清拆木屋、改善傳統屋村的過度擠逼情況、殘舊屋村的修葺工作及人口的正常增長所帶來的需求等情況所引起的需要；
- 研究新方法，推廣房屋及提供資金方式，旨在解決中等收入家庭的問題；
- 研究推廣房屋及資助方式的新措施，以便解決中等收入家庭的問題；
- 完成規範推廣房屋發展合同制度（C.D.H.）房屋的法例修訂工作；
- 調整及重訂規範租賃社會房屋的法例；
- 研究及公布一項法規，使根據房屋發展合同制度興建的社會房屋的承租人能夠購置其租賃單位；
- 完成修正四月十二日第13/93/M號法令，該法令係規範批出土地，用作房屋發展合同制度規定的用途；
- 修正一月四日第3/86/M號法令，調整關於經濟房屋購買人給予津貼的程序，並鑑於通脹變化而調整取得津貼的最高收入限額表；
- 繼續進行工作以便展開涉及740個單位的筷子基平民坊、馬場區HR/HS地段的880個社會房屋單位和學校設施以及青洲平民坊等的興建工程；
- 繼續搬遷工作，以便在騰空的土地上興建都市化基礎設施，以及重新安置原來佔用該處的家庭；
- 完成甄選及排列申請經濟房屋家庭的程序；

- 開始甄選及排列申請租賃社會房屋家庭的程序；
- 著手維修、保養及美化房屋司的屋村；
- 宣傳社會房屋租賃制度；
- 透過公開競投方式，將社會房屋出租。

### 三、司法政策

如其他領域一樣，政府在司法領域內一直以來均有作出努力，貫徹中葡聯合聲明所載的指導原則，這特別是為了能創造條件使澳門的法律體系得以延續，以及建立一具有終審權且享有自治權的司法組織。

為實現上述目標，最近幾年在下列涉及法律過渡的不同領域上採取了多種措施，即：司法組織；法例的編列及系統化；法例的本地化；將各大法典配合實況；法律翻譯；專門的法律培訓；國際協約的延續；司法協助；以及澳門法律的推廣等方面。

#### 三·一、司法體系領域

在採取立法及組織上的措施以鞏固本地區司法自治方面，一九九五年出現了躍進，尤其是從本地人材中聘任未來的雙語法官這一敏感問題上。

為此，成立了由一月二十四日第6/94/M號法令規定的澳門法官培訓中心，該中心主任已於一九九五年五月三十一日就職。

為填補澳門法院及檢察院法官團的十二個職位，已開展實習培訓，初期接受了二十四人報考。

另一方面，三月二十九日第12/GM/95號批示規定了一九九五年應任用的司法參事名額為十名。

最後，有關成立小額錢債法院的法規已進入立法程序，建立這一新司法機關，旨在以快速方法解決一些細微紛爭，尤其是涉及消費、租賃及分層所有制建築物共同部分的管理等方面的問題。該法院應根據一特定程序運作，其特徵為快捷、簡化及符合經濟原則，設法調解雙方爭端，以及使司法能更接近普通市民。

在司法部門方面，已完成司法文員職程的重整，有關修改已載於法院辦事處新組織法內，該法規草案已完成並將送交立法會審議。

值得提及的尚有，於一九九五年內開展了司法部門的各項入職試及晉升試，尤應強調的是，進入法院及檢察院辦事處職位的二十一實習員的錄取試，以及為填補本地區各法院空缺的十一次晉升試。

為實現司法組織及司法部門等領域的總體目標，將於一九九六年採取下列措施及實行下列工作：

- 採取必要的措施以及進行必要的磋商及研究，以便能為八月二十九日第112/91號法律所通過的澳門司法組織的本地化立法；
- 修正關於訴訟費用的法例；
- 由澳門法官培訓中心繼續錄取新的司法參事及實習員，以進入法院及檢察院法官團；
- 為司法文員開辦及推動一系列有計劃的語言及職業上的學習、培訓及進修活動，以在法院普及使用雙語，並充分發揮本地人材的作用；
- 為充分利用人力資源，經衡量實際及長期需要後，修正及重整人員編制，為此，主要透過執行本地化的指導方針及措施為之；
- 調整司法體系的電腦化計劃，使有關計劃配合實況，並維持及改善現有的電腦應用程序；
- 促進與本區域的公共及私人機構及團體，以及與屬司法機制的各職業團體在技術及學術上的交流及合作。

#### 三·二、司法部門領域

在延續以往實行的政策下，繼續改善各方面運作，以滿足在司法、登記、公證、監獄及社會重返各體系方面日益增加的需求，並保證有關服務質素能符合過渡期所要求的標準，尤其是使人員得到合理利用及適當培訓，以回應實際需要。

在登記及公證體系方面，將繼續實行法律本地化的工作，以及使程序現代化，配合實況及簡化的工作，旨在擴大雙語的使用及更佳配合受法律保護的交易的實際要求。

《澳門物業登記法典》及《澳門公證法典》草案已完成且已進入立法程序，並準備在一九九六年實行下列計劃及措施：

- 修正《民事登記法典》；
- 跟進在登記局長及公共公證員指導下的助理的工作表現，以及為九月十八日第49/95/M號法令設立的助理新職位開辦職業及語言培訓課程；
- 重整登記及公證文員職程，使有關人員能更快晉升第一助理職級；根據已完成的登記及公證新組織法的規定，開展培訓活動或加強培訓，使之成為就有關職級入職或晉升的條件；
- 為在登記局、公證署普及使用雙語，以及使本地人材發揮作用，將為登記及公證文員開辦及鼓勵有計劃的語言及職業上的學習、培訓及進修項目；
- 經評估實際及長期需要後，從善用人力資源角度出發，修正及重整公證署及登記局人員編制，為此，主要以執行本地化的指導方針為之；
- 繼續實行部門的電腦化計劃，將之改善及調整，以配合新的登記及公證法規的規定；
- 繼續跟進及監察私人公證員的業務；
- 促進與登記及公證活動有關的公共實體、私人實體的技術及學術交流與合作，尤其是本區域的公共實體及私人實體；



在監獄及社會重返方面，隨着新的《剝奪自由處分之執行制度》為七月十五日第40/94/M號法令所核准，澳門獄警紀律制度為十二月五日第60/94/M號法令所核准，以及保護未成年人新制度在不久將推出——此法規已進入立法程序，現時已具備條件有效回應在治安及居民對安全感方面日益增加的要求，預防犯罪，尤其是青少年犯罪，並同時改善重返社會及改過自新的計劃。

在這方面採取下列措施及實行下列活動：

- 加強路環監獄的安全條件，主要藉成立一“行動隊”，以及調整並擴大電子看守系統為之；
- 修正獄警職程，並規定或加強培訓作為入職及升職條件；此外，經根據八月十五日第42/94/M號法令開展的考試，已有九十八名獄警進入路環監獄的編制；
- 對少數群體（癮君子及傳染病患者）執行治療計劃；
- 將職業進修計劃擴展至其他行業，並加強與教育、文化及體育機構的合作；
- 為跟進及看管未成年人之職務開辦一些培訓活動，並改善執行拘禁處分的條件，為此，正在青少年感化院進行啓用一專供女性使用的設施的工作，且完成錄取新輔導員的程序；
- 加強與監獄及社會重返有關的本區域的公共以及私人實體的技術及學術交流與合作。

### 三·三、民事及刑事認別領域

最近幾年，本領域的首要目標為，利用處理資料及保護檔案的最先進科技，建立一可信、安全的民事及刑事認別綜合系統，自一九九四年，特別重視與過渡期進程有關的各項工作，包括重組有關部門，加強與葡國有關部門的合作，以及為工作人員推行職業及語言培訓計劃。

為實現上述目標，執行了下列工作：

在處理資料方面；

- 將居民，持有葡國護照者，外國人護照者，刑事紀錄及社團資料的檔案輸入電腦，有關資料追溯到一九〇〇年；
- 發出居民身分證；
- 自一九九二年九月發出新式樣的葡籍認別證；
- 利用電腦發出葡國護照及外國人護照。

檔案安全方面：

- 為輔助刑事紀錄工作及查明偽造身分資料情況，建立一儲存及核對指紋系統；
- 安裝一以光碟載錄文件的設備，使工作人員不需接觸原檔案即可查閱資料；
- 以微型縮影處理450,000份身分證的檔案，有關工作已完成，以及處理新的葡籍認別證的檔案，這項工作正每月按所接受的申請為之；

在準備過渡進程方面：

- 公布身分證明司新組織法；
  - 公布發出居民身分證的規章；
  - 制定刑事紀錄的法規，該法規將與《澳門刑法典》同時開始生效；
- 亦公布了給予、發出護照的規章，以及調整了發出葡籍認別證的規章。

在一九九五年完成的工作主要有：

- 隨着身份證明司架構的重組，執行了人員培訓計劃，以及任命本地人員擔任領導職位；
- 修正居民身分證規章；
- 研究及取得居民身分證新式樣，且將於一九九六年一月發出該證件，該證件無有效期，並附有一光學閱讀帶。

政府已決定為身份證明司安排更適合及實用的設施。

一九九六年將繼續一九九五年所開展的活動，尤其是下列者：

- 開始發出新式樣的居民身分證；
- 設立刑事紀錄；
- 將通行證的有關資料輸入電腦檔案；
- 繼續執行書寫中文及葡語的語言培訓計劃。

### 三·四、預防、偵查及打擊犯罪領域

本領域的主要目標為：

- 加強司法警察的應變能力，以應付預計將增長的犯罪；
- 加強與市民溝通，作為預防犯罪的策略；
- 貫徹本地化政策，為人員提供適當培訓，尤其是對負責統籌刑事偵查的人員。

為實現上述目標，將採取下列措施及進行下列工作：

- 加強本地區各機關與澳門保安部隊，尤其是警察廳及水警稽查隊之間的合作，以便共同計劃及執行防止罪行的活動；
- 為提高打擊犯罪的效率，將重組偵查行動隊，並將人力及物力資源合理分配；
- 繼續收集及處理犯罪情報；
- 擴大與外地相同性質機構的合作，尤其是在打擊麻醉品販賣方面的合作；
- 在各學校及街坊會開辦培訓及宣傳活動，旨在打擊有組織的罪行，尤其是有關青少年犯罪的罪行；
- 從具備條件在過渡期後仍可繼續負責統籌刑事偵查工作的人士中，招聘及培訓具法律學士文憑者擔任督察；
- 在司法警察學校內繼續開辦培訓刑事偵查中層主管的課程；
- 取得輔助設備以應付因澳門國際機場啓用帶來的新工作範圍，尤其是化驗室、通訊及電腦方面的設備；



——將有關司法警察的法律、規章配合部門內本地化的需要。

### 三·五、法律本地化領域

將法例編列及系統化，使國際協約繼續生效，以及司法協助等方面的各項首要工作已完成，故現在要面對的優先任務為，將各大法典本地化並配合實況，這項工作需立法會與政府同心協力完成，並須各自分擔責任，以執行一澳門法律體系結構性法規現代化的務實計劃。

為使對各項立法工作的計劃達成共識，政府已向立法會提交有關《民法典》及《民事訴訟法典》的研究報告、預備性文件及草案，並承諾向立法會提供合作，務使該機關具備條件提出立法提案。

在法律本地化已完成及正在進行的各項工作中值得一提的計有：

- 完成一八三八年至今在《澳門政府公報》所刊登的法例的編列工作，並將該等法例作系統分門別類；有關成果將陸續公布，並存入資料庫供法律從業員及其他人士查閱；
- 由政府各部門在立法事務辦公室協助下，開展對一臨時名單（源於葡國的二百五十五份法規）所載的法例進行本地化工作；
- 挑選出在一九九九年十二月十九日後仍應繼續在澳門生效的國際法文書，並將下列領域應伸延至澳門適用的有關國際公約的資料送交中葡聯合聯絡小組：郵政及電訊服務；國際勞工組織；打擊毒品販賣；工業產權；著作權；
- 《澳門刑法典》的核准及特別刑事法例的協調；
- 《澳門刑事訴訟法典》草案的有關工作即將完成，現正處於磋商階段，隨後將提出立法許可的請求；
- 向立法會提交關於妨害經濟及公共衛生的行為的法律制度的修正案；
- 《澳門行政程序法典》的核准；
- 澳門政府完成了關於《經濟、社會、文化權利國際公約》及《公民權利和政治權利國際公約》在澳門適用情況的報告，並將之送交聯合國有關機關。

在法律資訊方面應突出下列措施：

- 出版《澳門居民法律手冊》；
- 重新出版《澳門法律雜誌》；
- 在立法事務辦公室及公眾服務暨諮詢中心緊密合作下，支持法律諮詢室的運作。

在進行的工作及措施中，一九九六年仍繼續受到重視者計有：

- 對在葡國頒布的且列入本地化計劃的法規進行準備工作，並將該等法規的相當一部分予以核准；
- 在中葡聯合聯絡小組磋商後，完成關於移交逃犯的協定範本及轉移被判刑者的協定範本；

——整理屬不同系列的約五十份國際協約，期望該等協約在一九九九年後仍繼續生效，中葡聯合聯絡小組對該等協約現正在進行磋商；

——制定八月二十九日第112/91號法律第十七條規定的保護上訴的施行細則。

### 三·六、法律翻譯領域

法律翻譯在過渡期各大問題中，被視為係貫徹司法政策的重要工具，本領域的策略目標為，藉擴大中文在立法及司法上使用的範圍、深化本地區官方語言的地位，以及向大眾宣傳澳門現行法律，以鞏固一能跨越一九九九年的雙語法律體系之基礎。

為達至上述策略目標，法律翻譯辦公室最近幾年進行了一系列工作，其中較重要的計有：

- 將所有由總督制定的規範性文件譯成中文；
- 將澳門現行的各大法典譯成中文，包括澳門新法典的草案；
- 向法院提供翻譯服務，尤其是向普通管轄法院提供即時傳譯及將訴訟文件翻譯；
- 以中文提供法律資訊及推廣法律，尤其是利用不同的社會傳媒進行；
- 向外地介紹澳門的法制及司法體系，尤其是向中華人民共和國的學術機構介紹；
- 經常增訂《葡中法律詞彙》；
- 將關於法律的文章譯成中文，並以中文出版關於澳門法律的著作；
- 支持特定培訓，尤其是向屬編制的人員提供法律及語言培訓。

在一九九五年內除將總督的全部法律草案及提案譯成中文外，亦在下列領域中完成了各項工作：

在法律翻譯方面：

- 翻譯澳門《刑法典》、《澳門刑事訴訟法典》及《物業登記法典》草案；
- 翻譯《民法典》總則、債法及物權法；
- 調查統計由本地區本身管理機關制定且尚無中文譯本的現行法例，以及制定一自《澳門組織章程》生效後核准的本地法令的翻譯計劃；
- 藉增訂《葡中法律詞彙》及制訂不同領域的葡中技術詞彙，使法規中使用的法律及技術用詞得以統一。

向法院提供翻譯服務方面：

- 開辦第二屆即時傳譯培訓課程，以及翻譯員的職業進修項目；
- 將高等法院及審計法院合議庭裁判書摘要譯成中文；
- 將各法院及檢察院通用的表格及文件格式，以及控訴批示的標準格式譯成中文；

——加強與司法官及律師的溝通，以消除審判聽證中即時傳譯服務的不足之處，以及提高即時傳譯的質素。

在法律資訊及推廣方面：

- 每周在各大報章及電台、電視以中文介紹關於澳門法律的不同專題；
- 出版一本關於澳門政制及憲制，以及澳門司法組織的文章匯編；
- 完成《澳門法律詞典》第一冊；
- 與香港及中華人民共和國大學及學術機構合作，推廣澳門法律；
- 與澳門教育電視合作，宣傳本地區法律及法制。

為實現這一策略目標，在一九九六年將採取下列措施及實行下列工作：

- 執行由總督制定而尚無中文譯本的現行法律的翻譯計劃；
- 統一在法規中所使用的法律及技術詞彙，旨在逐步實現雙語立法；
- 採用機制以保證在立法及司法上兩種官方語言得到真正平等，以及解決不同官方文本在解釋上出現的衝突；
- 加強及改善輔助翻譯工作的電腦系統；
- 開辦第三屆即時傳譯技術員培訓課程；
- 改善即時傳譯的工作方法，擴大訴訟文件及法院以及檢察院文件的翻譯範圍；
- 繼續利用不同的中文社會傳播媒介每周刊登文章及製作節目，介紹關於本地區政制及法制的新專題；
- 作出研究以建立一關於澳門法律的雙語法律資料庫；
- 與香港及中華人民共和國的大學合作，舉辦及參與關於澳門法律及過渡期的研討會。

#### 四、衛生及社會事務政策

衛生及社會事務方面的施政方針將繼續貫徹鞏固既定系統此一整體目標，並將加強能確保各部門運作的資源的培訓，此乃保持該等系統向居民提供服務的質素不可或缺的條件。

##### 四·一、衛生領域

推廣衛生和預防疾病繼續是衛生領域的優先工作，因為市民的衛生和健康標準的提高，在很大程度上是依賴這些工作的。

繼續設法使負責預防疾病和控制危害健康因素的不同部門互相配合，以構思及執行該等工作，務求透過協調的跨部門的參與，收到最佳效果。

為此，根據上述指導方針，將繼續加強初級衛生護理服務，並切實跟進近年來在婦女保健、兒童保健、成人保健、

學生保健、口腔衛生、肺病治療、健康教育、飲食衛生與教育、疫苗接種等方面推行的計劃。

在婦女保健計劃方面，將推動各衛生中心的婦產科門診服務與醫院婦產科服務之間的配合，以提高婦產護理的服務質素。

此外，亦將全科衛生護理系統與專科衛生護理系統的肺病、糖尿病、風濕病、傳染病等科予以配合並加強協調，因這種配合是為實現向市民提供更佳衛生服務這一目標必不可少的條件。

為在初級衛生護理方面增強回應能力，將在外港新填海區增設一個衛生中心，為該新住宅區居民提供服務，並將擴建筷子基及巴波沙坊（台山）的衛生中心。

在公共衛生方面，亦將加強旨在消除危害因素的措施，並完善衛生當局和監察機構在環境、工場、酒店及同類場所、學校以及出售食物地點的參與機制。

反危害健康因素的工作，包括將於本年底開始及一九九六年全年進行的反吸煙運動，及正在進行並預料在明年完成的滅鼠計劃。

為了堵塞長久以來存在於衛生系統的漏洞，將向立法會建議通過一項關於精神病護理的法律，目的是訂定關於精神病人住院及治療的應遵規則以及關於認真尊重受助病人權利的應遵原則。該項法律草案的起草工作由為此目的而設之工作小組在多名醫生、社工、社會學家以及檢察官公署一名司法官的合作下進行。

在推廣衛生和預防疾病方面，透過推行血液製品質控計劃，加強血液收集和處理的安全措施。血液製品今天已普遍視為藥用製品，故其質量同樣應受到嚴格和有效控制。

另一方面，為了更善用衛生工作上不可缺少的血液製品，醫院將設立血庫，使捐血中心提供的血液製品可以得到最合理的使用，盡量避免浪費。

儘管血液製品的使用量不斷增加，我們仍盡量維持本地區的自給自足。為此，我們將為捐血中心創造條件，以擴充設施及增加人力及物力資源。

作為公共衛生方面一個重要機構的公共衛生化驗所，將進行重組，一方面是為加強能力，回應實際需求，而另一方面是賦予條件，使之成為一所在本地區及外地均享有聲譽的化驗所。

加強關於藥物入口、生產、宣傳和使用的控制措施，是預防疾病方面的另一項將要展開的工作。而主要辦法是檢討關於市面可售藥物的註冊法律，使之配合本地區的現實和需要，並通過若干規則，以便更有效監管受國際管制之藥物。

隨著關於規範中藥買賣的法律生效及為保障公眾健康，將繼續改善向市民提供的中醫藥服務的質素。

除更有效地管制中藥及其銷售場所外，當局將通過有關清單，列明屬於有毒性而需處方的藥物以及為保障安全和質素而只能在中藥店出售的藥物。

同樣，為了保障健康，專為中藥店僱員而設的中藥方面的培訓工作，將繼續得到支持。

政府在與本地區之自願機構、地域性及國際性組織緊密合作下，加強反吸毒工作，為此，將推行一連串計劃，目的是在學校及容易受毒害的群體中進行預防工作，鼓勵社會參與，以及使吸毒者得到治療和康復。

醫院衛生護理指數呈上升趨勢，使仁伯爵醫院各部門的運作接近飽和水平。因此，改善向市民提供服務的質素，係衛生系統這一領域的優先目標。

為此目標而須展開的工作在於使衛生護理人道化、服務現代化及非官僚化，尤其透過擴大利用新技術和人才培訓，並以後者為優先。

為了醫院提高能力回應護理需求日增的若干情況，三個新的醫院部門將投入服務：其一是慢性病治療部門，目的是使慢性病人，尤其是腫瘤和風濕病患者更感舒適和安樂；另一是輔助恢復生育基本技術應用部門，以解決在本地區存在的一些不育問題；最後一個是血液透析部門，鑑於慢性腎臟衰竭症的數字的增加，該部門遂成為醫院不可缺少的部門。

在此領域，亦將設立磁性共振、數碼血管造影、放射治療物料及第三代電腦斷層掃描等設備。

隨著冠心病深切治療的設立，深切治療服務部門的回應能力也將得到改善。

亦將設法滿足晚期病人家屬的期望，透過衛生部門和社會工作部門之間的合作創造條件，使病人能夠在家中或在適當的場所均得到所需的照顧，以維持與健康狀況相符的生活質素。

培訓方面，除對衛生技術員，尤其醫生和護士的慣常在職培訓外，將向大約二十五名診療技術員職位的投考人發放助學金，使他們往外地就讀該事業內的不同課程，並為具有八年或以上專業經驗的全科醫生開辦特定的培訓課程。

同時，透過有關實習，將繼續實行醫生專業化及專科化的計劃，並在全科實習方面將開始與鏡湖醫院合作。

關於這方面，亦需一提的是醫生實習制度修正草案，目的是根據以往所積累的經驗向該制度引入修改。

基於人口增長，尤其在離島方面的增長，醫院現有床位當然不足，故進行可行性的研究，以便在離島設立一所醫院。

執行公共醫院所提供服務的新收費制度，但對本地區居民傾向性免費的制度保持不變，並且對其他使用者制定一收費較高的制度。

#### 四·二、社會福利領域

在此方面，行政當局將一再致力提高社會福利水平，尤其關注較窮困或無援的不同群體。

為此，將向擁有或管理社會設施的非牟利私立福利機構增加財政援助，以及向貧困之人發放金錢。

此外，將繼續加強社會工作，針對由於本地區社會結構中出現的新形勢和改變而對個人或群體帶來新的社會問題。

對這些新問題中的個案予以關注、研究、跟進及輔導將繼續成為推行社會政策中的重要一環。

這項工作其中一個重要部分是著重於家庭方面的社會工作，這不但使《家庭政策綱要法》所訂定的原則能付諸執行，而且使澳門能回應國際在家庭方面的呼籲。為此目的，澳門社會工作司將藉著重組來設立一個專責而有能力去處理和解決家庭問題的從屬單位，而家庭問題是指作為社會結構重心的家庭所遇到的個案。

為了繼續使本地區具有足夠的社會設施供兒童及老年人使用，社會工作司將在澳門及氹仔島增設六間托兒所，同時增設多間老人宿舍，以便一方面改善他們的生活條件，另一方面對難以適當照料家中長者的家庭提供社會援助。

為了繼續多年來一直開展的社會工作，將繼續培訓社工，尤其是社會設施的負責人，目的在於改善向該等設施使用者所提供服務的質素。

災民與難民的收容和援助工作將繼續備受重視，謀求減低上述任一情況可能引致的個人和社會危險。

在僱員的社會保障方面，將一如既往，繼續致力確保所有勞動人口受到社會保障制度所覆蓋。同時，以有效而合理的管理，鞏固社會保障基金，務求將來能向有關受益人兌現所作出的承諾。

社會保障在緩解不時出現的社會問題方面所應作出的回應是不容漠視的。預計將透過增加養老金、殘廢金及救濟金來設法改善社會保障基金受領人的境況。

在明年開展的社會保障工作中，較突出的是創造條件，使社會保障基金在未來特別行政區的行政架構內更為穩固。例如：購置用作社會保障基金總址的設施，編制中葡文本的

手續手冊，以及為得到更佳和更穩健的財政收益，落實兩份管理社會保障資源運用的合同。

為減輕失業者及其家屬的臨時經濟狀況，增加失業津貼的金額及擴大有關發放的期限。

將藉推行文娛性質計劃、社會工作補充計劃以及個人、職業之培訓及進修計劃，加強對經濟能力較弱之公共行政現職工作人員及退休金、撫恤金受領人的援助。

最後，將採取措施，以鼓勵承批企業及其他私人機構向殘疾人士提供更多就業機會。

#### 四·三、勞工、就業及專業培訓方面

在這方面，本地區的經濟及企業方面的結構由於投資收縮和外部市場競爭加劇而在形勢上出現明顯改變。在這情況下，維持社會安定和就業水平成為政府政策的首要目標。

對此，將優先採取以下措施：

- 促進社會夥伴之間的關係，目的在於使符合澳門特殊現實的社會勞動規範得以實行，以社會對話作為訂定社會經濟發展模式的最佳工具；
- 在勞動市場方面加強工作，以加深了解其面對經濟全球化現象的發展趨勢；
- 創造條件，提高工人的專業技能，為此，將開辦職業培訓的新項目。
- 動員僱主和僱員在專業培訓方面扮演一個新的角色，無論在勾勒發展前景方面，抑或在專業技能及訂定適當的培訓計劃方面亦然；
- 透過再培訓和專業進修的活動，使可利用的勞工的技能與企業的需求相配合；
- 設立由初學起的長期培訓模式——學徒制——是一個在職培訓的構思，不但確保結合理論與實踐的、獲確認的專業資格，而且確保提高青年人整體培訓水平，使他們受過專業培訓而投身勞動市場，以及回應部分青年因種種原因遭學校開除或者學業失敗而面對的困難。

為了加強專業培訓這個目標，擴大勞工暨就業司職業培訓中心成為不可缺少的工作，因此給予該司三個新的培訓場地。

另一方面，為使盡快獲得就業，與經濟利益團體合作，致力設立一就業介紹所。

旨在改善工作條件及保障工人健康的工作將會延續，尤以抱有下列目的者為然：

- 確保現行勞工法例得以實施，並向僱主和僱員加強該方面權利和義務的教育和信息，以改善勞資關係；
- 藉教育社會夥伴及開展稽查和技術援助工作包括教育與宣傳，尤其是在工作地點宣傳關於建

築業噪音、衛生和安全，工業場所衛生和安全，工作意外和職業病損害賠償法律制度等規章，以加強預防職業危險；

——透過鑑定和評估由於工作或工作環境所引致的疾病，逐步改善工作地點之衛生和清潔條件，以便預防和避免職業病的發生；

——為鞏固建築工人的安全條件，嚴格稽查七月十九日第44/91/M號法令（《澳門建築安全與衛生章程》）的執行，尤其是有關派駐具有資格的安全督察在涉及一百名或以上勞工的工程的執行。

#### 四·四、保護環境和維護消費者領域

改善市民生活質素理所當然是主導整個施政方針的宗旨，因此，這個宗旨在行政當局各個範疇將要開展的工作中受到重視。

保護自然環境和人類健康以及維護消費者是生活質素的重要成分。因此，按照消費者權益保護法和環境綱要法所訂定的一般原則，兩者皆是各個公共活動範圍將要開展的工作的前提和先決條件，而該等原則促使產生一項源自上述基本宗旨的一致和協調的跨部門政策。

作為各公共活動範圍所展開工作的補充，將繼續進行該兩方面的特定工作，該工作主要集中於就環境保護和消費者安全保障的現有重大問題提供信息及培養清晰的公民意識。

為此，將在未來一年連同多個公共及私人實體在環境保護方面實行教育及信息等工作計劃，並著手處理環境保護方面的主要事項，此計劃將輔以其他文娛活動，目的在於培養環保意識。

同樣，監管及消除環境噪音的工作將會繼續，並在有關法例生效後開始對破壞臭氧層的物品的使用進行管制。

繼續列舉及研究環境污染的主要成因，並向有關機構建議進行有助消除或減少污染成因的工作。

鑑於行政當局對保護環境的重視，故必須繼續有關研究，以制定一長期環境保護計劃，而該計劃係在防止及控制污染上的強制性標準。

至於另一方面——維護消費者方面——消費者委員會將獲得新的資源，以便能適當地回應其重組法律所賦予的職責。

除了在社會上開展旨在令消費者明瞭其權益的教育工作和提供信息的工作外，在未來一年，將開始實行一項廣泛的研究計劃，研究市場現有各種產品的質素與安全。目的在於：一方面使消費者有所認識並作出預防，另一方面建議採取措施，包括立法措施，以便訂定公眾所能出售或使用的產品應具備的安全條件。

該項研究工作的首階段包括升降機、電器、滅火系統、玩具以及食品用色素和防腐劑等的質素和安全。

在維護消費者方面，也將設法加強對消費者提供接待和技術援助的能力，同時發展中介和仲裁機制，以便解決製造商或銷售商與消費者之間的糾紛。

## 五、行政、教育、青年及體育政策

在過渡期，除了要求人力資源素質提升及本地化外，更要求公共行政架構不斷革新和步向現代化。

在這個前提下，亦由於澳門公務員的選擇程序已經結束，現在，當務之急是要加強對本地人材的運用、貫徹行政現代化和雙語普及化，而培訓人材是首要任務，同時在各方面的教育和不同的就讀水平層面上向一般市民，特別是向青年提供更多接受教育的機會，因為他們積極為將來作好準備的熱忱是需要鼓勵的。

### 五·一、行政及公職領域

提升行政當局人力資源素質是過渡期中一項要務。有鑑於此，行政當局為了貫徹一向堅持的本地化政策，不斷加緊執行旨在加強公務員才能和自我完善的措施。為此，並為貫徹這個目標，將加緊各方面的培訓工作，並配合以頒發助學金，尤其是頒發屬優先技術範圍的特別助學金，而在這方面，人們認為已取得了非常積極的成效。我們已為行政當局培訓了數以百計獲得學位和在技術上達到資格的人員，而他們之中很多人將會陸續晉升到領導和主管人員的職位。

將繼續特別關注的是致力培訓雙語人材及翻譯員的專業化和進修，而這些翻譯員正在本地區高等教育機關接受培訓。已付出的努力使上述專業人員的數目日益增加，而且使他們可以被派到各個公共部門，俾能令每個部門與公眾有更好的聯繫和在行政當局內普及使用中文。

在行政組織方面，除重組各公共部門外，將繼續簡化工作程序，在提供服務方面改善質素及縮短回應時間，以及在公共關係上採取新的態度。人們都認為大部分部門在以上各方面已有了長足的進步。

在法律技術方面，將繼續完善行政當局的法律體系，以便能回應過渡期的特別需要。

在資訊科技方面，將致力擴大電訊息通信網絡，目的是利用電子系統促進部門間和國際間的溝通，以及取得有關公共利益的資料庫，而這些資料可完善管理公共行政所需的資訊，尤其關於人力資源和公共資訊方面。

將促進公共部門與本地區高等教育機關的合作，藉此提高各項方案的質量和合理性，尤其在本地區資訊科技和官方語言的教育方面。

公務員正式納入葡萄牙共和國部門及以現金補償和提早退休的方式解除聯繫的程序將以配合本地化程序的方式進行，而後者正按照有關各組別的計劃實行。

將繼續展開的工作是行政技術上的檢查和審計、輔助各部門的運作和指引各項程序，其目的是正確和徹底執行現行法規，特別是行政程序法典、會計和執行預算的規則。

市政工作按照有關法律和財政制度，將特別繼續以市民的福祉為目標，並在其責任範圍內與其他公共部門和機關恰當地配合。

將加強輔助選民登記和立法會選舉程序之工作。

### 五·二、教育領域

#### 五·二·一、高等教育

本地區公共高等教育場所的組織結構、運作方式和各種設施的增加正處於鞏固階段，預期將啓用新的教學和行政大樓。

然而，重要的是要革新澳門大學和澳門理工學院所舉辦的課程和有關的課程計劃，藉此有效地回應出現的新需要。這些需要除源自本地區經濟、社會和文化發展外，也有源自有助於鞏固澳門作為文化交匯空間的特徵的各種文化範疇。

特別注重的是教師職務的執行和網羅人材。為了這些工作，必須透過制定公共高等教育教師職程的規章以及透過選擇和倡議設立碩士和博士課程，而這些課程已納入澳門高等教育的發展策略中。

學術和科技的研究是高等教育的另一個將要大力推動的領域，凡內容和目標適合為本地區訂定的整體政策，都屬優先項目。

同時，將透過與其他國家及地區的高等教育及科研機關的合作，在可能範圍內繼續甚至加強與外地的學術聯繫。

在澳門基金會方面，將透過發放助學金和給予其他支助，繼續鼓勵學術研究以及舉辦和鼓勵就讀研究生課程，即碩士和博士課程。至於在簽訂協議方面，將向聯合國大學之國際電腦軟件技術研究所提供所需支助。

#### 五·二·二、非高等教育

為建立一個適合本地區的、在社會上是公平的、在運作上是有效的教育制度，教育改革繼續成為執行權在這方面優先關注的工作。

因此，關於教育行政現代化，將公布新的法規，該等法規與八月二十九日第11/91/M號法律所定的教育系統相銜

接，特別是關於履行教育制度法第五十三條所規定的高中教育、技術職業教育及督學之法律制度。

爲了提高人力資源的價值，將與澳門大學及其他機構合作，對不同教育方式及程度的教師進行職前培訓和在職及延續培訓。此外，亦會向將受有關部門高度關注的特殊教育的輔導員培訓提供協助及鼓勵。在人員本地化政策普及上，將會繼續推廣雙語化、發展中葡語教育及向市民推廣中葡語言。

此外，爲使教育制度更完善，以便與社會發展的需求及更佳發揮學生潛能相配合，須重視職業技術教育及中層人員的培訓，尤其鼓勵私人機構的參與，而職業技術教育，旨在使青少年具備擔任某類工作的知識及能力。而在成年人教育方面，將推廣技術及職業培訓，旨在使學校提供的教育內容能配合勞動市場的需要。

逐步普及免費教育是一項廣泛及有意義的計劃，必須使普及化更爲鞏固，以履行第29/95/M號法令的規定，並準備將之擴大。爲了使兒童及青年獲得最好的教育條件，該計劃還會對有經濟困難的學生提供經濟援助，特別是發放直接經濟援助、助學金、其他援助及補充津貼等。同時也將對開辦成人教育及特殊教育的機構給予經濟援助，並且著重在學校擴展心理輔導服務。補充一點，對爲傷殘人士提供教育及職業培訓的自願機構的援助將會增加。

在發展以中文爲教學語言的教育方面，將跟進現行的教育改革，在執行以中文爲教學語言的教育新課程計劃之後，繼續對學前教育、小學及初中教育制定計劃。推行課程改革之新計劃將連同爲所涉及之教師開辦培訓活動，以及評估所採取之措施是否適合擬達致之目標一起進行。

在成人教育及延續教育方面，提倡第32/95/M號法令所規定的要確保有第二次就學機會，爲此，將開展成人教育，特別是在年青人及成人的回歸教育和社會及延續教育等方面，繼續開展消除文盲的工作，並透過對文化的加深認識、藝術創作及公民教育以推廣有創造性及教育性地使用餘暇。爲了達至這些目標，教育暨青年司將會和其他機構合作開展環境教育。

在改善物質資源，特別是教育工具等方面，將進行擴大學校網絡的計劃，降低班級的平均人數，而在發展職業技術教育方面亦應設立一些新的基本建設。另一方面，在有利於教育工作的現代化和革新的前提下，將在學校內推廣普及資訊器材及設置教學媒體中心。

在公民教育活動方面，將列入有關本地區政治體系及其選舉制度，尤其是選民的權利與義務等事宜的列入。

### 五·三、青年領域

關於青年政策方面，近幾年來，在文化及公民教育、增加就學機會以及發展社群合作精神等青年整體發展方面都得

到優先處理，這個方針將會繼續貫徹並加強。要關注年青人的參與動力，因爲在保持本地區的特性及社會經濟發展過程中，他們是轉變及進步的基本元素。

在這一方面，將鼓勵青年團體舉辦各項活動，這些活動對於青年個人及他們在社會上所發揮的能力的發展都有顯著的貢獻。同時亦會加強與其他國家及地區同類團體的合作及交流。

將會有一些培訓工作付諸實行，其目的是使年青人更能適應實際工作需要，並發展他們的才能，發揮他們的志向及顯示他們的創造能力。在學校及青年中心同樣推廣一些用以改善生活質素的活動，尤其是關於環境、衛生、預防吸毒及打擊犯罪等方面。而現時迫切需要社會工作者及青年活動的技術人員，他們在這方面將作出很大貢獻。

將繼續關注各種有益的使用餘暇的方式，並與各教育機構合作，鼓勵青年人參與體育運動、戶外活動以及其他對他們的生理、智力及社會發展均有益的活動。

關於犯罪方面，將與公共及私人實體有關防止及打擊犯罪，幫助誤入歧途的青年人改過自新、重返社會等各種措施相配合。

由於近年社會的變遷及學額的缺乏，導致青少年心理的不平衡及行爲的編離等問題，該等問題愈來愈明顯，故有需要促使設立向青少年提供心理輔導的服務，並向無機會入學的青少年以及遇有融入社會問題的青少年提供輔助服務。

將開設更多青年中心及消閒場所，使年青人有更多交際及發展活動的空間，同時增加職業培訓的機會，爲實際工作做好準備。

### 五·四、體育領域

無論是爲了消閒及使用餘暇，或是爲了保持身心健康以適應新的社會生活，甚或作爲由競賽運動中的表現所引發的個人及團體肯定的因素，市民參與體育活動都是本地區一直希望達至的目標。

基於這些原則，將透過各方面的機構代表，以社團、學界、工人、傷殘人士、大學（上學年已取得成功）等不同性質的體育活動，包括不同層次的活動——娛樂、培訓和競賽——以及協調各方面爲達到有關制度的整體目標而作出的努力，來鞏固各種積極參與體育活動的方式。

運動員的發展及培訓將會在體育發展基金的支援下得到特別支持，尤其是透過體育暨運動學校的鞏固，現在已擁有了本身的校舍，以及建造一些新的體育設施，這些都是支持及改善體育活動方式的決定性因素。一九九六年本地區將擁有數十名由本地培訓出來的運動技術人員，而現時各體育協會以外聘的高質素教練來加強實力。



此外，還將推動本地區參與國際性的體育活動，使本地運動員能接觸更佳的運動比賽水平，並使管理階層在交換組織技術的更高標準上取得新的經驗，這些目標將會以繼續推動同類型活動而得到很大支持，最近幾年在該方面已取得了成功。

在有關法律制度所訂定的職權下，各市政機關將會在一九九六年負起他們在消閒體育活動方面的責任，向全體市民普及這些運動。

## 六、安全政策

近年來實施的安全政策，其最終目標是：“向居民保證一能提供在本地區更佳之生活條件之安全環境，以便所取得之經濟發展體現在個人及群體之幸福上”，這一政策是以現行法律架構和尊重居民的權利及其受保障的一切為限度，且體現於基本自由的行使，而不是過分限制其正常的活動。

基於在計劃構思方面，已不斷作出努力，又藉調整結構之措施，使實施的政策能創造超越後過渡期的條件，而不影響澳門保安部隊繼續發揮作用的能力。因此，在這範圍內，近年來的工作是特別重要的，一方面是重整各部隊及機構的架構，設立軍事化人員職程及進行高層人員本地化等工作；另一方面是在面對本地區安全受到威脅的預知情況下，建立指揮、控制及通訊系統，作好澳門保安部隊各項行動計劃的準備工作。可利用的人力資源和物力資源、已設立的組織及由澳門保安部隊培訓之人材之能力，這些穩固的基礎均使居民具安全感及能樂觀地、有信心地面對過渡期對本地區安全的挑戰和使澳門保安部隊現時的架構能納入未來澳門特別行政區。

澳門及其所處地區之地理、環境以及有關人口、經濟、社會及文化因素是如此特殊，因而限制了以往實施的安全政策，此等因素仍是澳門保安部隊在邊境控制、打擊犯罪和違法的政策上及民防工作上遇到困難的主要成因。但是，由於本地區周圍的急速變化、中華人民共和國犯罪率的加劇、香港政權的移交，將帶來負面影響，而澳門國際機場的投入運作，將產生與世界多個地區有直接聯繫的新形勢，這一切都意味著必須齊心協力，以減少負面的影響，從而保持本地區的政治、社會穩定及其發展的狀況，因該等負面影響將構成對安全的消極因素，故該等因素在即將實行的政策上備受關注。

明顯的罪案率上升為澳門周邊地區的現況，在有組織罪案及偷運槍械和毒品方面尤為突出，從而增添澳門安全的憂慮，且因澳門刑罰較輕，故可令犯罪者選擇澳門作為避難或作案的地方。

澳門國際機場的投入運作將產生新形勢，除在保安方面會帶來幾乎從未遇過的憂慮外，例如國際恐怖主義活動，這種新形勢還引致本地區可能成為販毒和偷運武器的活動地方，而且一般將會是國際犯罪組織犯罪的地方。

因此，一九九六年的安全政策，除包括內部安全之具體指引外，亦包括整體性持續及長期之調整結構或行動之指導方針。該等方針為：

- 調整人力資源和物力資源的調配，使之適應內部和地區形勢的發展；
- 繼續本地化進程及繼續加強雙語培訓；
- 致力人員培訓；
- 完善人員的一般培訓，特別在公民教育方面，以提高服務效率；此外，增進與公眾的關係，以改善形象及博取居民的信任，並且提高居民的參與及合作程度；
- 強化裝備及促進行動協調中心的適當運作；
- 透過適當的保養及現代化計劃的制定，以提高設備的運用；
- 更新及改進現有的基礎設施，使其能更好運作，從而令使用該等設施的部隊及機構能具有更大的回應能力及效率；
- 加強各管轄範圍內的機構及部門與行政當局各機關之間的緊密及長期合作；
- 繼續向居民提供資訊及展開宣傳活動，使其主動參與預防及打擊違法和犯罪活動；阻嚇及打擊非法移民，預防能引發嚴重事故或災難發生的危險，並制訂在發生此類事故時應採取的措施；
- 與有關機構合作，調整本地區現行法規的處罰制度，特別是更新較嚴重及常見的違法行為的處罰，以阻嚇慣性違法者；
- 在預防和打擊犯罪以及控制邊境的人和財產的流動方面，加強並深化與鄰近當局的聯繫，尤其是與中華人民共和國境內鄰近地區的聯繫。

特別在預防及打擊違法及犯罪領域上，利用法律容許的措施來預防、阻嚇及遏制違法、犯罪的發生，以確保其對居民的正常活動所造成的危險及限制減至最低程度，並且創造條件以吸引本地區經濟、社會發展所需的人及投資；此外，組成施政方針計有：

- 鑑於可能有國際性有組織犯罪及恐怖主義活動的發生，增加獲取內外情報；
- 向企業及機構宣傳安全措施，以避免或減低犯罪所產生的後果；
- 為著較有可能發生的情況，藉訓練、驗證及調整一般內部安全計劃及機場安全計劃中現有的行動計劃，以完善警察部隊的行動；
- 完善及驗證警察部隊與部門之間的合作方式，尤其是與司法警察司的合作方式；
- 提高應變能力，以打擊嚴重暴力、制止破壞公共秩序、消除其他特別威脅，並保證執行該等任務的保安部隊有適當的訓練、指導及設備；
- 加強堵截非法移民，尤其是檢查持有旅遊簽證而在本地區非法工作的人士的狀況。

邊境控制領域上的目標是：阻止及遏止不符合法律就入境方面所規定的措施之人入境及在本地區逗

留，以及阻止及遏止因經濟、衛生及安全理由，不符合現行法律的貨物入境；此外，有關指導方針計有：

- 保證邊境檢查站的有效運作，特別是澳門國際機場的邊境檢查站，並加強監察工作，以便更有效地控制貨物進出本地區，特別是企圖偷運毒品及武器之情況；
- 加緊在海上管轄區的巡邏，以監督船隻及船員，並阻嚇及偵破非法移民；
- 加緊認別身分及監察的工作，以輔助上述兩項行動，並遏制非法移民；
- 發展與世界海關組織的聯繫。

民防領域上的目標是：救援並幫助處於危險中的人，預防危險的發生並減少發生的可能性，限制集體風險及減低嚴重事故、災禍或災難對人、財產及環境的影響，以保障滿足個人及團體生活的基本需求；此外，有關指導方針計有：

- 根據以往應付危險情況的經驗，更新“颱風”民防計劃及擴大其範圍，伸展至其他危險情況；
- 驗證及調整有關在敏感地方應付可能發生嚴重事故的應變計劃，特別是在機場及燃料碼頭發生事故時的應變計劃；
- 推廣提供資訊及宣傳的活動，目的是使團體主動參與，合作採取能減少損失及提高救援效率的措施；
- 透過與公共及私人實體訂立合作協議書，確保在緊急情況下獲得使用所需的物資，以加強民防組織的行動能力；
- 與指導民防計劃的區域性國際機構加強合作，特別是加強與中華人民共和國及香港的合作關係；
- 如大亞灣核電站發生緊急情況時，確保能得到及時通知，並在本地區採取準備措施。

## 七、傳播、旅遊及文化政策

假如一個民族的文化、文化生活與其關係所依賴的文化基礎是其特點的主要因素的話，那麼自主與成就在這超過四個世紀的過程中是澳門存在的一個歷史性與永久性的事實。

澳門透過其文明的交匯在世界上是唯一的表率。澳門在過去和今日建立一種人與人及各種不同文化傳統共存的獨特經驗，而這種經驗引伸出其本身的獨特性與身分。

由於世紀性的存在及處於珠江三角洲卓越的地理位置，澳門已經是一道跨時空的橋樑，成爲一個面對將來發展的名副其實的中心，在此正實施著被人們認爲是非常重要的延續性政策。

加強澳門成爲人與人之間關係的時空橋樑，使之成爲資訊、傳播、了解及彼此認識的地方；修葺及保存人文及建築財富，創造並鞏固、維持澳門繼續成爲文化發揚中心的結構；保障及發展澳門本身的特點及獨特性，視之爲其基礎的

因素；以及促進旅遊活動的發展，令旅遊業成爲本地區最爲重要的經濟部門，也是其在本地域及國際立足的因素。這都是傳播、旅遊及文化政策方面的優先目標。

### 七·一、傳播領域

處於過渡期內，在時間方面需要鞏固既定的目標，因此，需要加強無論是對內還是對外傳播的信息渠道，尤其是要留意的是澳門／葡萄牙、澳門／中華人民共和國及澳門／亞太區的聯繫。

對內方面，需維持及深化政府與社會各界溝通及了解的原則，以發揮居民的歸屬感及加強對本地區本身的認同。對外方面，須擴大及鞏固澳門的自主及現代化的形象，此一形象近年來已獲建立。本地區在未來數年所面對的各項重大挑戰，令這一目標的重要性更彰顯。特別要強調的，由於澳門國際機場將會全面投入服務，本地區將會推行及使用一系列新的地區性、國際性的新基建計劃，以令整體計劃有效地運作。

另一方面，在目前這一個過渡程序決定性階段，在維持本地區自主及現行的經濟、社會、政治、法律及文化機制的原則下，需要鞏固已在出版法內及將來澳門特別行政區基本法內提及的思想及言論自由的重要基礎。

因爲保存這個自主也要透過承擔歷史所託，特別是澳門立足於文明的溝通及文化交匯點之上，並需要創造條件，使葡語在文字及視聽傳媒永存下去。

此外，由於出現一個傳播革新的概念及方式的新時代，需要克服地理上的障礙，在有潛力及沒有距離的世界上，爲利用各種方言的多聲對話鋪路，故此必須鼓勵澳門向資訊技術現代化開放。

因爲應這些變化和繼續貫徹實現上述目標，需要推行多種措施和行動，包括：

- 擴大資訊及通訊的內外渠道，尤其透過與社會傳播媒體之定期接觸；
- 加強傳播及信息渠道，不管對內或對外；
- 推動與外地社會傳播機構的交往，對前來本地區進行採訪任務的專業人士提供資訊協助與方便；
- 繼續一直以來推展的培訓計劃，目的是爲了在不同範圍工作的社會傳播專業人士的進修，並增加科目及專業導師的數量；
- 與高等教育學校及新聞機構合作，設計並實施培訓計劃，目的是爲發掘及提高本地區社會傳播的新人，讓這些可本地化的人材有能力加入雙語專業人員隊伍，主要是爲保障兩種官方語言在文字及視聽廣播傳媒的存在；
- 加強對內外社會傳播媒介所提供的資料，作分析及綜合的能力，以便建立一資料庫，向政府反映社會客觀及真實的輿論；



- 繼續發展與社會傳媒及其專業從業員的接觸，目的是建立一個重要的法律工具，使他們在進入及行使如此重要的專業活動有一依據；
- 設立、鼓勵及規範以認股方式在澳門經營電視網絡；
- 規範由澳門廣播及製作衛星電視的活動；
- 整理及收集能成為澳門視聽及出版的財產，並展開出版一CD-ROM選集的研究工作，令公眾可以廣泛利用有價值的資料，這種資源是本地區多元文化紀錄的一部分；
- 製作一電子出版物，這種出版物能組成一資料庫，以及可以定期輸入INTERNET（國際網絡），讓使用者能迅速得到有關澳門的文字、圖片及錄像；
- 鞏固新聞司的工作，加強其雙語普及，使該司擁有一個具專業質素的人員團體並具現代科技工具；
- 加強與區域內社會傳播機構人員及工具的聯繫，探討珠江三角洲資訊業前景，聚集地域性傳媒專業人士，提高本地區的地位及增強其在地區內的影響力。

## 七·二、旅遊領域

澳門國際機場投入運作，就如開闢一條新路，讓旅客可選擇直接來到澳門，又可舒緩交通。因此，實踐並鞏固這些條件，可使澳門成為旅遊的終點站。這同時亦意味著旅遊業公營與私營企業共同面對轉變、互相合作、回應挑戰時刻的來臨。

澳門位於珠江三角洲，佔盡地理優勢，深厚的文化，加上所提供的多元化旅遊產品，在同時得到特別關注時，使澳門在服務質素、實務上和面對鄰近地區的競爭仍能保持優勢。因此，旅遊業對澳門的意義不但是主導的經濟活動，也給予澳門在鄰近地區以至在國際領域的地位上建立一個獨特的形象。

展望一九九六年，除一般目標外，即提高旅客數目、留宿日數及每人的消費，發展旅遊產品，以及投資在推廣及爭取“會議與獎勵”市場，下列為旅遊領域的優先目標：

- 透過使用及鞏固澳門——「澳門——文化之都、通往中國的大門」的概念，作為單獨及最終旅遊目的地的形象，強調澳門的獨有特色使其能面對日益龐大的同類旅遊城市的競爭；
- 透過加強培訓，改善向顧客所提供的服務質素。該等培訓不僅用以培訓旅遊業企業的員工及人員，且亦用以向旅遊領域的公共行政工作人員提供進修的機會；
- 重整旅遊推廣策略，挑選較具潛質的市場發展，具備來往澳門直航服務可以作為其中一項選擇標準；
- 重組澳門旅遊對外辦事處的架構（“Macau Tourism Information Bureau”及辦事處）。關

注優先發展市場，積極參與確定澳門旅遊業的形象，並積極參與有關旅遊產品的貿易；

- 協助澳門旅遊產品走向多元化，支持建立及開展新的旅遊娛樂設施及活動，吸引更多旅客來澳並作更長時間的逗留；
- 加強及推動澳門在旅遊領域的國際性組織，包括職業技術合作及推廣性的社團結構。

為達至上述目標，意味著須推出及落實某些計劃，採取確定措施及進行各項活動。因此，將推出及落實的計劃，需與政府各機關或私人機構合作的計劃：

- 興建望廈區城市公園及媽閣處的城市公園；
- 安裝水塘電腦噴泉的配套設施，以吸引遊客及居民觀賞；
- 完成大賽車博物館及美酒陳列室；
- 完備旅遊活動中心的整體設備；
- 發展內港成為旅遊娛樂區，重點在“融和門”至十六號碼頭（新馬路）之間地段；
- 推廣美化環境、保存文物，在旅遊點和歷史建築設置照明系統；
- 持續舉辦地區性及國際性的大型旅遊活動，如大賽車、國際煙花匯演、龍舟競賽及其他推廣旅遊的活動；
- 興建氹仔主題公園（凱悅酒店對面海面）；
- 興建氹仔遊艇碼頭；
- 發展氹仔海邊馬路的文化旅遊景點；
- 興建路環旅遊諮詢中心。

### 發展事項：

- 發揮旅遊司新組織架構的潛能並在行動上與該組織架構所定之工作相配合，而在挑選及任用技術員時，須考慮有關人員的專業技術及其留任的意向，以逐步落實人員本地化；
- 在旅遊培訓學院（I.F.T.）及校舍投入運作後，設立新的培訓架構；
- 開展旅遊培訓學院與葡國及外國同類型學院之間的合作和技術支援，如從澳門與歐洲聯盟所簽定的協議、國際航空運輸協會（International Air Transport Association）或其他有關機構而取得的支援；
- 與本地的從業員加強溝通及對話，目的不但是讓他們參與對外的推廣活動，亦是積極鼓勵他們參與訂定培訓計劃，使其公司的服務質素與生產力可進一步完善；
- 擴大和加強技術教學資源以輔助甄選酒店和旅遊業的工作人員，以及為該等人員設立再培訓及持續培訓的課程；
- 協助培訓、再培訓其他行業的工人，使其可投身於旅遊及酒店業；
- 對舉行與“會議與獎勵”市場有關的活動加強支持；

- 與一些航空公司，特別是澳門航空公司共同開展整體的推廣計劃，以及與太平洋區澳門原有市場和將要開展航線的新興市場地區的國際旅遊從業員加強聯繫；
- 在上述的大前提下開展一些合作及策略性的機制，協助富吸引力及因應不同需求的澳門旅遊產品打入國際市場；
- 在珠江三角洲整體旅遊推廣計劃中，加強與同類型機構的合作；
- 設立旅遊委員會並使其有效運作。這個諮詢機構成立的目的是使旅遊活動符合本地區利益，並協助制訂本澳旅遊政策；
- 與國際旅遊機構、本地從業員及政府其他部門合作，發展並推行一個專為旅遊業而制定的策略性計劃；
- 透過居民的參與，為旅客創造一個接待及友善的良好環境，開展推廣活動，令市民認識旅遊業的重要性；
- 鼓勵社團、企業或市政廳提出任何開發本澳新旅遊景點的計劃，其規範可小至一般的表演項目，大至如興建主題公園、水上樂園等。新計劃之提議不影響政府對原有旅遊活動之支援及將澳門逐步發展為舉辦大型會議場所的計劃；
- 實施新修訂的酒店條例，並配合新例進行內部手續調整。

### 七·三、文化領域

澳門具有本身的獨特性，備有基本條件在未來享有自主、安定及發展。

因此，透過保護人文與文化財產以維護及發展該獨特性，並須與本地區居民一起合作進行該等活動。

在這方面，一九九六年的文化發展政策主要集中在加強本澳居民對本地區的歸屬感的集體意識及鞏固本澳與別不同的價值，以及重組有關機構，以建立、貫徹和發展對目前及將來均具深遠影響的設施，如澳門博物館及文化中心，均是十分重要的。

為遵守上列原則及執行既定計劃，將採取下列措施：

- 鼓勵所有促進本澳文化及活躍本地文化生活的活動；
- 保護及豐富澳門的文化財產，訂定方針確保其繼續存在並得以享用及發揚。而那些以宏揚人類文化財產為目的及展示本地區風俗習慣和創作的活動也被視為重要的工作；
- 繼續加深澳門與葡國、中國及其他東方葡語社會之間的文化聯繫；
- 鼓勵、促進及支持各種形式的藝術創作和藝術培訓；

按照總體計劃，促進及鼓勵對本澳和有關團體在歷史、地理及人口方面的特徵的研究和資料搜集的工作；

- 致力使澳門文化價值及葡國特色在東方永存，並推動葡萄牙語為“語言——文化”這一概念；
- 繼續完成澳門博物館工程，此計劃力求通過廣泛的題目和形式表現澳門及澳門人從過去到未來在社會文化方面的面貌；
- 跟進澳門文化中心的建設工程和設備，設立架構使其能全面運作；
- 推動官方及民間文化團體的合作，利用資源促進文化活動和經驗的交流；
- 通過推廣本地、鄰近地區及葡國藝術家的創作，不斷豐富本澳的文化及建築藝術的財產；
- 鼓勵本地文化團體舉辦活動，特別在藝術培養和深造方面的項目，並提供資助；
- 舉辦各類型活動，不僅著眼於活躍本地區文化、藝術生活，還使澳門成為一個地區性以至國際性的文化城市、吸引旅客的大型活動區域；與澳門市政廳合辦第七屆澳門藝術節；第十四屆青年音樂比賽；第十屆國際音樂節；舉辦舞台劇及粵劇演出，並派隊參加伊比利亞國際舞台劇大會；由本澳、葡國及中國造型藝術家參與的一年一度的作品展；澳門室樂團及澳門中樂團演出的音樂會；與鄰近地區的文化團體合辦電影巡迴展；
- 使澳門成為一個文化匯聚的城市，推動、支持及組織各類有關文化、藝術、文學及對本地區或對外均屬重要的研討會、學術會議及討論會；
- 保持並發展澳門中樂團；重組澳門室樂團，使其成為一支永久性的職業管弦樂隊，這不僅提高澳門的聲譽且成為澳門音樂學院的培訓元素，並能推動本地學界的音樂活動；
- 核准、支持並關注駐亞太區葡國大使館文化工作，將之列入本地區文化政策範圍內的活動；
- 舉辦第二屆澳門土生葡人國際研討會；
- 完成本澳建築及文化財產清點工作，同時進行各項相關的研究工作；
- 繼續推行本澳及離島文化財產的修葺，突出其與澳門歷史有關的特色，全面發揮其功能，將之改建成為舉行文化或同類活動的場所；
- 完成大三巴地下墓穴及博物館工程；
- 舉辦有關保存和修葺具有文學、藝術價值作品的培訓課程；
- 完成澳門音樂學院擴建工程及設備安裝，並繼續在該院舉行音樂、舞蹈及舞台劇培訓班；
- 創造條件使中央圖書館成為歐盟的法定刊物庫；
- 使用新的資訊科技，處理中央圖書館及歷史檔案室的工作。通過電視熒幕改善公共閱讀網絡資料，使更多市民可享用服務，並使用國際資料網絡，以擴大其研究範圍；
- 保存、處理中央圖書館藏品並向外介紹；

- 翻譯及出版精選的文學作品，以推廣、介紹葡人及華人的社會文化生活，以及支持出版提及澳門的著作；
- 推廣並加強澳門人的閱讀習慣，為此將舉辦一個澳門圖書展覽會，亦會參加其他地方舉辦的同類活動；
- 繼續以中文出版《葡語作家叢書》；
- 以葡、中、英語出版《文化雜誌》；
- 繼續以中文出版有關葡萄牙大發現事業的重要作品；
- 提起本澳不同社群對本澳具葡國色彩舊城區的興趣，並藉此機會重溫葡人在澳門留下的根基及影響；
- 搜集、處理、保存及宣傳本澳與外地的公共或民間機構儲存的有關本澳歷史及葡萄牙在東方具影響的文獻；
- 設立一個“安全檔案”，目的為保護本地區具歷史價值的文獻，以及推行澳門歷史研究的活動；
- 將所有文化歷史文件及刊物以電腦方式加以處理及有系統地進行微縮處理；

- 在進行建築藝術財產保存時，致力於在澳門建立“文化景區”，使之不僅成為澳門旅遊的重點，還成為本地區真正的文化核心。

## 附件II

## 一九九六年度行政當局

## 投資與發展開支計劃

## II — 一九九六年度行政當局投資與發展開支計劃

1996年之行政當局投資與發展開支計劃（PIDDA）總額達16億元，佔本年地區總預算的預算總開支的16.7%。與1995財政年度初期數字比較有約8.6%的名義跌幅。

在PIDDA—1996的總預算額內，1億5420萬元撥為備用撥款，另外有1900萬元用以支付一系列由土地、工務暨運輸司負責的計劃之同期開支。而其餘14億2680萬元則分配於246項投資項目中。

表 I

1996—行政當局投資與發展開支計劃  
(以性質及管轄範圍分類)

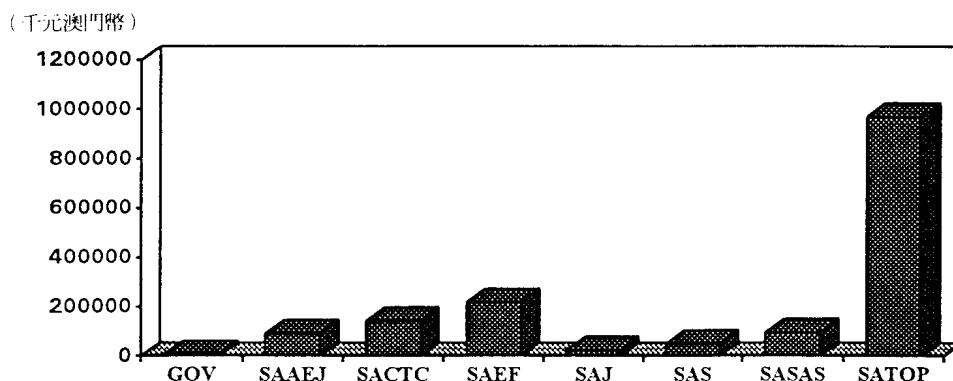
(千元澳門幣)

性質	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
工程	3 600,0	86 100,0	130 478,1	1 300,0	11 680,0	18 549,0	49 210,0	764 826,0	1 065 743,1
購置	0,0	0,0	0,0	45 000,0	0,0	0,0	0,0	3 000,0	48 000,0
設備	2 200,0	5 300,0	9 300,0	8 300,0	11 491,0	31 451,00	46 807,6	34 454,7	149 304,3
研究、策劃及計劃	200,0	0,0	2 000,0	9 500,0	1 299,0	0,0	700,0	150 115,8	163 814,8
小計	6 000,0	91 400,0	141 778,1	64 100,0	24 470,0	50 000,0	96 717,6	952 396,5	1 426 862,2
備用撥款	0,0	0,0	0,0	154 162,7	0,0	0,0	0,0	0,0	154 162,7
同期撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18 975,1	18 975,1
總額	6 000,0	91 400,0	141 778,1	218 262,7	24 470,0	50 000,0	96 717,6	971 371,6	1 600 000,0

註：

GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP
總督	行政、教育暨青年事務 政務司	傳播、旅遊暨文化事務 政務司	經濟暨財政 政務司	司法政務司	保安政務司	衛生暨社會 事務政務司	運輸暨工務 政務司

以管轄範圍分類之預算投資分佈



將總撥款以負責部門分類可察覺由運輸暨工務政務司管轄的工程，比重約佔PIDDA—1996內各項計劃的60.7%。

至於屬其他管轄範圍的項目及不包括備用撥款在內，雖然該項撥款是屬於經濟財政政務司的責任範圍，但影響計劃的整體性，傳播、旅遊暨文化政務司、衛生暨社會事務政務司及行政、教育暨青年事務政務司分別佔8.9%、6.0%及5.7%。

受運輸暨工務政務司管轄範圍內，值得一提的有撥予土地、工務暨運輸司用於49個投資項目的6億4550萬元（PIDDA總撥款的36.9%）。以及撥予該辦公室用於9項計劃的2億8090萬元。

根據性質來分析各項投資，發覺對1996—PIDDA給予的總撥款，有三分之二（1億657萬元）用於“工程”（表I）。

表 II

PIDDA—1996年預算提案  
(以管轄範圍及參與範圍區分)

(千元澳門幣)

參與範圍	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
社會	0,0	86 300,0	38 500,0	0,0	1 600,0	45 220,0	94 676,6	364 699,5	630 996,1
基建	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	560 596,9	560 596,9
公共行政現代化	6 000,0	5 100,0	8 400,0	64 100,0	22 870,0	4 780,0	2 041,0	17 800,0	131 091,0
其他方面	0,0	0,0	94 878,1	0,0	0,0	0,0	0,0	9 300,0	104 178,1
小結	6 000,0	91 400,0	141 778,1	64 100,0	24 470,0	50 000,0	96 717,6	952 396,5	1 426 862,2
備用撥款	0,0	0,0	0,0	154 162,7	0,0	0,0	0,0	0,0	154 162,7
同期撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18 975,1	18 975,1
總額	6 000,0	91 400,0	141 778,1	218 262,7	24 470,0	50 000,0	96 717,6	971 371,6	1 600 000,0

以參與範圍分類，“社會”一項佔6億3100萬元，即總投資的39.4%。其中32.6%用於澳門文化中心。“基建”方面佔5億6060萬元，其中澳門及氹仔污水處理廠，共佔去

17.6%，即9890萬元。而固體廢料的搬遷、收集及清潔計劃佔基建投資總額的17.2%，即9630萬元。

以參與範圍分類之預算投資分佈

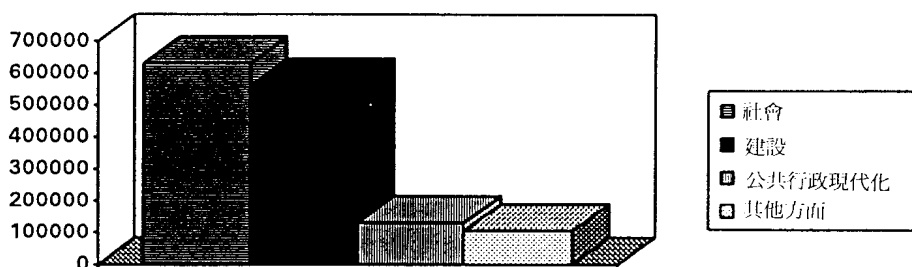


表 III

PIDDA—1996年預算提案  
(以管轄範圍及經濟類別區分)

(千元澳門幣)

經濟類別	GOV	SAAEJ	SACTC	SAEF	SAJ	SAS	SASAS	SATOP	TOTAL
土地	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
房屋	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	19 025,0	19 025,0
樓宇	3 600,0	66 200,0	119 978,1	46 300,0	11 680,0	18 548,9	49 237,5	293 731,4	609 275,9
街道及橋樑	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	55 373,9	55 373,9
港口	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	32,1	32,1
各類建設	0,0	19 900,0	12 700,0	0,0	0,0	0,0	0,0	397 863,6	430 463,6
土地改良	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
種植	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
運輸物品	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
機械及儀器	2 200,0	5 300,0	7 100,0	8 300,0	11 491,0	31 451,1	46 780,1	34 454,7	147 076,9
動物	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
其他	200,0	0,0	2 000,0	9 500,0	1 299,0	0,0	700,0	151 915,8	165 614,8
小結	6 000,0	91 400,0	141 778,1	64 100,0	24 470,0	50 000,0	96 717,6	952 396,5	1 426 862,2
備用撥款	0,0	0,0	0,0	154 162,7	0,0	0,0	0,0	0,0	154 162,7
同期撥款	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	18 975,1	18 975,1
總額	6 000,0	91 400,0	141 778,1	218 262,7	24 470,0	50 000,0	96 717,6	971 371,6	1 600 000,0

以經濟類別分類，“樓宇”佔總投資約38.1%即約6億903萬元。該項目主要包括澳門文化中心及澳門博物館，分別佔去2億540萬及6880萬元。

以比重排列，次為“各類建設”，佔4億3050萬元，佔PIDDA-96的29.9%。一系列的活動中值得強調的是氹仔污水處理廠及氹仔綜合運動場，預算撥款分別超過7260萬及5450萬元。

表 IV

PIDDA—1996預算提案

(以功能類別區分)

(千元澳門幣)

功能類別	1996年度之提案	
	撥款	%
1 — 公共行政—般事務	128 941,0	8,06
010 — 一般行政	92 011,0	5,75
020 — 司法，秩序及治安	36 930,0	2,31
2 — 公共治安	72 695,0	4,54
010 — 總部	15 459,0	0,97
020 — 警察	45 001,7	2,81
030 — 消防	11 849,3	0,74
040 — 民防	385,0	0,02
3 — 教育	101 950,0	6,37
010 — 管理、規範及調查	0,0	0,00
020 — 教育	90 000,0	5,63
030 — 職業培訓	11 950,0	0,75

功能類別	1996年度之提案	
	撥款	%
4 — 衛生	56 976,6	3,56
010 — 管理、規範及調查	1 527,5	0,10
020 — 醫療	42 540,0	2,66
030 — 衛生暨公共健康	12 909,1	0,81
5 — 社會福利	26 000,0	1,63
010 — 管理及規範	0,0	0,00
020 — 社會工作	26 000,0	1,63
030 — 撫卹金及退休金	0,0	0,00
6 — 房屋	20 000,0	1,25
010 — 管理及規範	3 000,0	0,19
020 — 社會房屋	17 000,0	1,06
7 — 其他集體及社會服務	444 662,7	27,79
010 — 文化	329 709,5	20,61
020 — 體育和康樂	106 443,2	6,65
030 — 宗教	0,0	0,00
040 — 天文學和地球物理學	5 400,0	0,34
050 — 製圖學	1 810,0	0,11
060 — 社會傳播	600,0	0,04
070 — 勞工事務	700,0	0,04
8 — 經濟服務	575 636,9	35,98
010 — 管理、規範及調查	500,0	0,03
020 — 農業、林業、畜牧及漁業	0,0	0,00
030 — 工業	1 000,0	0,06
040 — 基建	177 110,5	11,07
050 — 運輸	143 988,1	9,00
060 — 通訊	0,0	0,00
070 — 貿易	0,0	0,00
080 — 旅遊	20 750,0	1,30
090 — 土地整理和環境	232 288,3	14,52
小結	1 426 862,2	89,18
備用撥款	154 162,7	9,64
同期撥款	18 975,1	1,19
總額	1 600 000,0	100,00

表 V

## PIDDA—1996預算提案

(以機構區分)

(千元澳門幣)

機構	1996年度之提案	
	撥款	%
40.03 — 行政暨公職司	4 500,0	0,26
40.05 — 教育暨青年司	60 000,0	3,43
40.07 — 統計暨普查司	8 500,0	0,49
40.09 — 財政司	50 600,0	2,89
40.22 — 地球物理暨氣象台	5 000,0	0,29
40.23 — 旅遊司	12 550,0	0,72
40.24 — 新聞司	1 200,0	0,07
40.27 — 港務局	15 000,0	0,86
40.28 — 澳門保安司	50 000,0	2,86

機構	1996年度之提案	
	撥款	%
40.29 — 勞工暨就業司	12 900,0	0,74
40.31 — 地圖繪製暨地籍司	1 810,0	0,10
40.32 — 司法警察司	5 400,0	0,31
40.34 — 司法事務司	9 700,0	0,55
40.34 — 立法事務辦公室	2 500,0	0,14
40.35 — 土地工務運輸司	645 500,0	36,89
40.36 — 法律翻譯辦公室	2 500,0	0,14
40.37 — 澳門體育總署	26 900,0	1,54
40.38 — 澳門文化司	39 400,0	2,25
40.57 — 澳門社會工作司	25 470,0	1,46
40.64 — 政府船塢	2 150,0	0,12
40.67 — 澳門政府印刷署	4 370,0	0,25
40.73 — 澳門房屋司	21 000,0	1,20
40.76 — 澳門貿易投資促進局	2 500,0	0,14
40.78 — 澳門衛生司	56 987,6	3,26
40.79 — 旅遊高等學校籌設委員會	3 200,0	0,18
40.82 — 總督辦公室	6 000,0	0,34
40.83 — 傳播、旅遊暨文化事務政務司	85 428,1	4,88
40.85 — 衛生暨社會事務政務司	1 360,0	0,08
40.86 — 經濟暨財政政務司	2 500,0	0,14
40.89 — 運輸暨工務政務司	280 911,6	16,05
小結	1 445 837,3	82,62
備用撥款	154 162,7	8,81
總額	1 600 000,0	100,0

## 附件III

## 澳門經濟及金融展望分析

## I. —— 世界經濟發展

1. OCDE 的經濟
2. 亞洲和中國的經濟活力
3. 其他經濟

## II. —— 澳門經濟整體特徵

- 私人消費
- 公共消費
- 固定資本總組合
- 對外服務和商品貿易

## III. —— 外貿

1. 整體變化
2. 出口項目表現
3. 出口貨物的地域分配
4. 入口貨物之走勢
5. 入口貨物的市場

## IV. —— 金融及匯兌之發展狀況

1. 總體發展
2. 利率及匯率走勢
3. 貨幣表現

## 4. 內部信貸

## 5. 對外金融關係

## 6. 澳門金融及匯兌管理署的工作

## 7. 其他金融機構的活動情形

- a) 銀行業的活動情形
- b) 銀行同業市場

## V. —— 公共財政

1. 本地區公共賬目的發展
2. 一九九六年預算案

## VI. —— 一九九六公共投資計劃

1. 公共投資計劃的發展
2. PIDDA 一九九五年之財政執行

## I. 世界經濟發展

## 1.1. —— OCDE 的經濟

在一九九四年，經濟發展及合作組織的經濟（OCDE），雖然受到日本經濟放緩某些程度的影響，但最後仍能展開新的擴展期，其復甦跡象已在一九九三年率先在英語系的工業國（美國、加拿大、英國、澳洲和新西蘭）和一些北歐國家體現出來。這些跡象得到鞏固以超越原先的預計的速度伸延至其他經濟體。內部生產總值（PIB）合計在經過一九九三年百分之一點三的溫和增幅後，在一九九四年上升速度達到百分之二點九的真正增幅。

美國的內部生產總值 (PIB) 的真正增長由九三年的百分之三點一上升至九四年的百分之四點一及其他英語系的經濟體，在英國，內部生產總值 (PIB) 的真正增長率的實際數字為百分之三點八，在愛爾蘭為百分之六。

與此情況相反，在歐洲和日本剛開始遲來的經濟衰退期，在一九九四年才顯露出來。歐洲聯盟的生產總值在一九九三年下跌百分之零點四之後，在一九九四年錄得百分之二點四的增長，在日本，內部生產總值 (PIB) 更追不上經濟循環期，其實際增長率在一九九四年只達到百分之零點六。

雖然一九九五年和一九九六年的計劃指出生產支持增長，但在本年的上半年卻出現些情況帶來短期增長的反效果，其中最重要的原因是墨西哥財政危機，接著是美元貶值和其他歐洲貨幣對日元，德國馬克，和與馬克掛鈎的貨幣以及瑞士法郎的抗拒。

在歐洲，金融市場的壓力迫使某些國家提高利率，同時大部份弱勢貨幣的國家的特點大都體現在高的預算赤字。

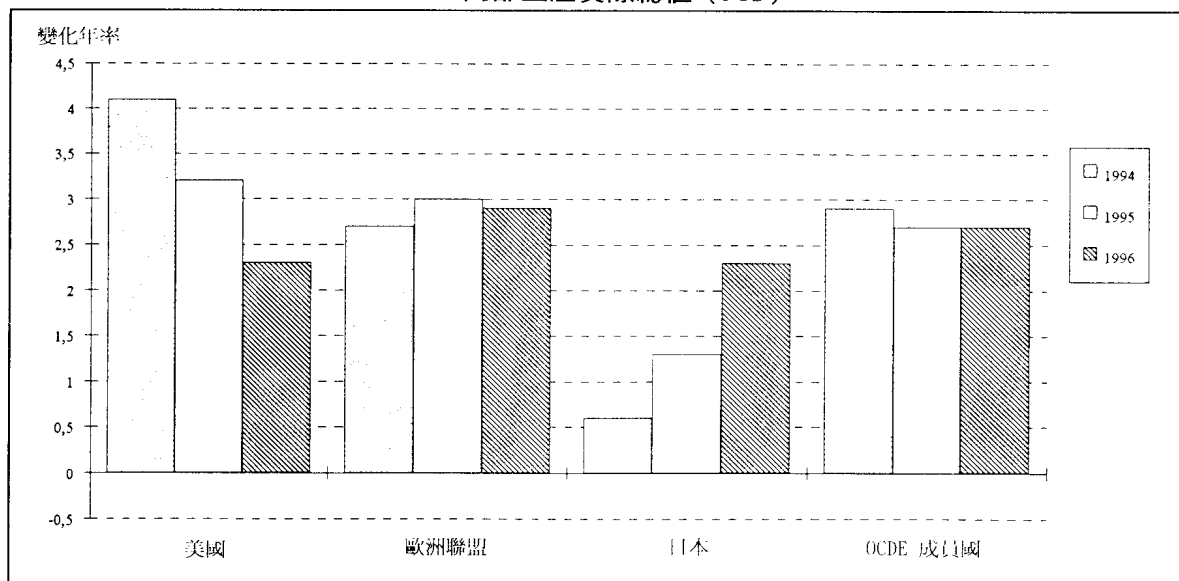
因此，原來的預計被重新修定調低，預期列入 OCDE 國家的一九九五年和一九九六年的整體生產年增長可處於約百分之二點七數字之間和金融穩定可達到冀望的目的。

但匯率動蕩不定的情況對改變 OCDE 國家之間在未來兩年相互競爭的處境有深長的意義，對經濟活動和出口表現也產生重要的影響。

在美國，對避免經濟過熱危險而實施的政策，導致本年上半年經濟增長下跌百分之三。預期在一九九五年物品平均增長百分之三點二，而在九六年的增長數字跌至百分之二點三。

### OCDE 國家經濟增長預測

#### 內部生產實際總值 (PIB)



資料來源：OCDE：一九九五年六月《經濟展望》

在本年，利息的上升和美元貶值對美國私人永久或非永久性物品的消費都有負面影響，預計此趨勢仍然繼續。在一九九五年，私人消費將有增長，實際數字與九四年的百分之三點五比較為百分之二點七，而在九六年增長僅為百分之一點九。

與此相反，在一九九五年和一九九六年由於出口的良好表現，歐洲的生產增長速度應為百分之三，但這表現所扮演的角色將逐漸被投資所代替。預計在一九九五年和一九九六年的投資增長為百分之六。

在日本，由內部需求所帶動的經濟復甦速度將仍緩慢，一九九五年的生產增長僅為百分之一點三，但假如日元保持穩定，生產增長可上升至百分之二點三。

經濟增長復甦將對就業指標產生正面影響，雖然國與國之間仍有實質的分別。

在 OCDE 國家之間，估計一九九四年的失業率降至百分之八點一，一九九六年底更降至百分之七點六，但同期，歐洲的失業率將不低於百分之十點六。這是結構性的失業現象，受影響人數約為二千萬。改變此現象須在勞動市場和社會政策進行深化改革。

在日本，緩慢的經濟復甦亦沒有為失業率帶來重大的衝擊。在一九九五年，日本的失業率是百分之二點九，在美國，一九九四年的失業率將降至百分之六點一，一九九五年的失業率為百分之五點六，但因為經濟增長的速度放緩，一九九六年的失業率將停留在百分之五點七左右。



一九九四年通脹率降低至百分之二點一，是 OCDE 國家所取得的顯著成果。經濟強國例如美國的和緩經濟增長，可令一九九五年的通脹率停留在百分之二，而一九九六年通脹率會受某些高壓的影響上升百分之二點七，貨幣貶值的國家的通脹率估計將高於這平均數，在國家之間差異顯著。

經濟復甦對由一九九四年起出現的稅收結構赤字亦起正面作用，但仍然維持在極高水平，尤以歐洲為然。

至於個人對澳門輸往三個傳統共同體市場貨物的最終消費表現，希望在英國有更大的產品增長（一九九五年的平均增長為百分之三點四），跟著是法國和德國（一九九五年的增長分別是百分之三和二點九），雖然這些國家的經濟尚處於放緩階段。

在德國，統稅制度影響了家庭可得的實際收入，因此一九九四年的個人消費下跌百分之一點三，一九九五年的個人消費將下跌百分之一，但在一九九六年，由於經濟復甦的活力，工資的增長，減稅和入口貨物的價格因馬克升值而下跌等原因，估計個人消費增長率為百分之三。

在法國，一九九五年和一九九六年的個人消費增長速度分別為百分之二點二和三點四（一九九四年為百分之一點五），增長原因和產品加速增長、就業環境改善和收入增加有關。

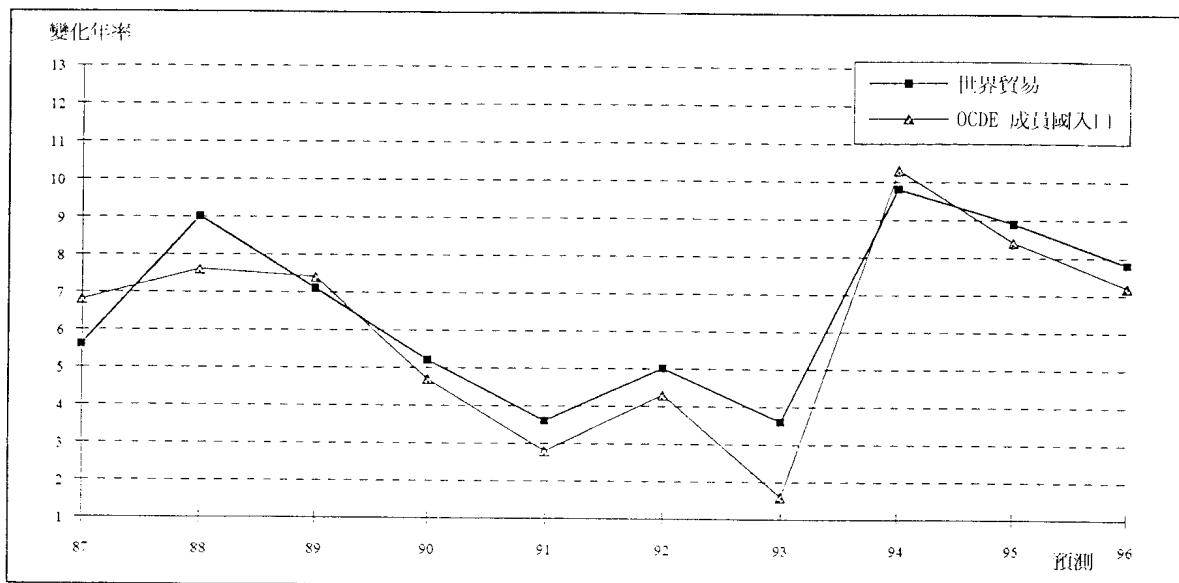
英國是首批脫離經濟衰退困境的國家之一。雖然該國在一九九四年加稅，在同年個人消費仍然增長百分之二點六。一九九五年和一九九六年的產品增長速度雖可能出現放緩現象，但由於勞動市場和薪金的利好因素，預料個人消費在分析期仍維持穩定。

一九九四年國際貿易總體增長百分之十，就國際貿易來說，幾乎有二十年沒有達到這一水平。一九九四年國際產品和國際貿易兩者間實質差異的增長，在總體上反映出透過貿易國家經濟整合的增加，在細則上反映出西歐經濟復甦的成果，其外貿增長速度三倍於產品增加速度。

國際貿易增長活力將仍然持續，一九九五年的增長可達百分之九，一九九六年的增長將輕微下降，這是由於受美國經濟增長放緩和隨之而來內部需求下降的因素影響。

## 國際貿易和 OCDE 出口增長預測

總額



\* 國際出口和入口貿易平均增長

資料來源：一九九五年六月《經濟展望》及其他

雖然國際貿易繁榮昌盛，但有很多國家在現行貿易平衡方面出現極大的差別（按內部生產總值的百分比計算）；在美國，一九九四年和一九九五年赤字增加（在一九九六年，這些赤字稍微獲得彌補），在日本，貿易盈餘數字大跌，在歐洲，一九九五貿易盈餘增加，這些盈餘主要因美國赤字惡化而得以受惠。

從個別情況來看，由於產品增長和內部需求放緩，預期直至分析期末為止，入口美國的製成品的需求亦將放緩（一九九五年總額增長為百分之十一點四，一九九六年與一九九四年的百分之十七點七相比，九六增長僅為百分之六）。與此相反，歐洲經濟活動的再次活躍和內部需求，對入口製成

品需求甚殷（一九九五年總額平均增長為百分之八點七，一九九六和一九九四的百分之九點比較，九六年增長為百分之七點六）。

這裡值得強調是在國際貿易實施，烏拉圭回合協議和多纖維協議（AMF）的撤除都對澳門出口造成衝擊。由國際貿易組織監管執行的協議，實質意味著或透過減低關稅或十年內撤除成衣和紡織物的配額制度，貨物能夠更易進入國際市場。

雖然多纖維協議與國際貿易規則在九五——一九七七年間進行第一期併軌，但對澳門的衝擊幾近於零。雖有一類配額被

解禁（屬加拿大類），以及歐盟，挪威和美國統一名單等情況，都沒有影響 AMF 內任何一項限制，希望高度敏感類別的配額，而且是澳門出口最多的貨物，最好能有十年後才刪除。

在這過渡期，與澳門經濟息息相關的問題，似乎自由化並非主要問題，而是出口商人間彼此競爭的現象才是問題。導致這現象的原因是由予隨機因素的增加，這點在紡織物和成衣協議內亦有提及。

各國減稅的措施將在短期內令到紡織和成衣的貿易數字增加，同時劇烈競爭的不良效應可以得到補償，假如本地區能利用市場多元化的良機。

另外，在烏拉圭回合範疇內所制訂新的統一關稅，連同由歐盟引進新的普及特惠制度，以及美國由一九九五年起實施對中國最惠國規章，令中國產品以最有利的競爭條件進入

美國市場的情況，對澳門地區某些產品出口都有負面的衝擊。

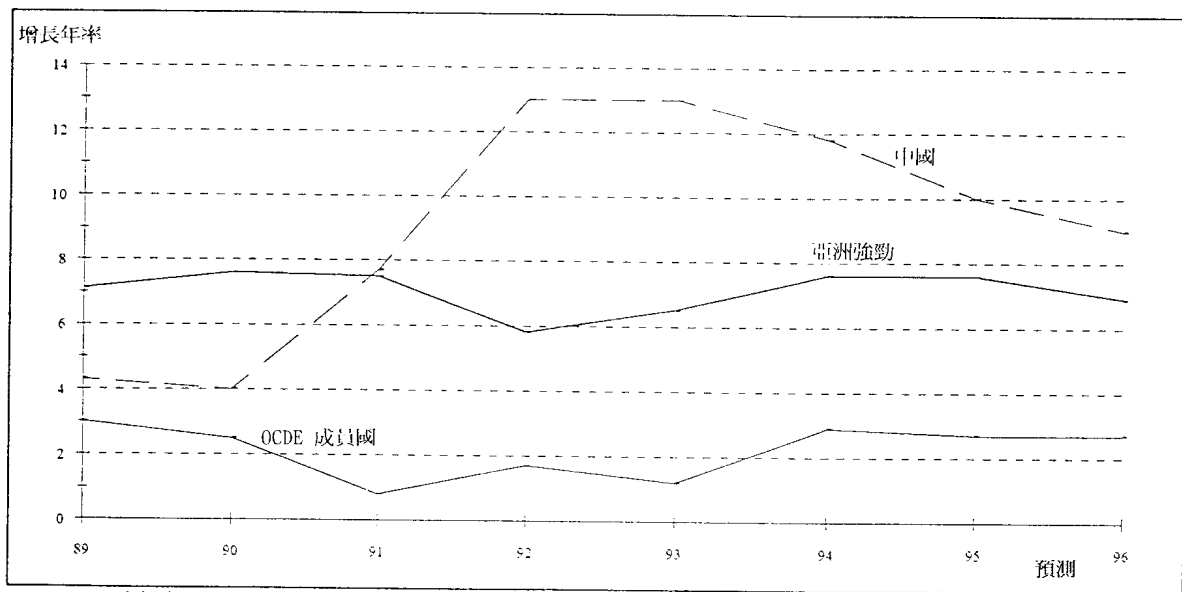
即時的後果——由本年上半年度的資料可以觀察得到一九九五年澳門玩具輸往北美市場出口數字將下降。

雖然如此，澳門某些出口產品例如鞋和玩具，在歐盟仍享有優越地位，設使對來自中國的這類產品採用隨機量計方法。

## 1.2. ——亞洲和中國的經濟活力

亞太區的經濟繼續維持全球最高增長率（日本除外），無論是出口或是內部需求增長預測都被看好，亞洲經濟活力表現在內部生產綜合總值（香港、台灣、南韓、星加坡、泰國和馬來西亞），一九九四年綜合總值增長百分之七點六，一九九五年增長率與九四年相同，一九九六年增長率稍微放緩達百分之七。

### 亞洲強勁（DAEs）和中國的經濟增長相對於 經濟發展合作組織（OCDE）的經濟增長 實際國內生產總／內部生產總值



資料來源：OCDE

這些國家引人注目的投資將由高儲蓄率和外國直接投資支持，更由於日元受歡迎，DAEs 國家在加強對外競爭能力時，一直都注重吸引日本投資。

日元在 DAEs 經濟受歡迎雖對出口帶來正面影響，但卻引起其他不良的後果，例如貿易差額和 BTC 的惡化和高通脹壓力。

香港是最典型的例子。港幣由於和美元掛鈎，不容許利息自動變化，這點從實際角度說是負面因素。在貨幣市場強勁的償還能力和公共投資龐大的開支引致入口增加，使一九九四的通脹率到分析期末將達百分之八點五。

香港主權在一九九七年移交加上政治不明朗所引起的經濟變化等因素，都是導致目前投資收縮和私人消費疲弱的原因。

因此與 OCDE 預測相反，該組織估計一九九五年生產增長率為百分之五點五，一九九六年百分之五，經濟學者資料調查單位所作的預算就比較沒那麼樂觀，該單位估計一九九五年和一九九六年的內部生產總值的實際增長僅為百分之四點五和三點五。

為跟進此形勢，香港政府亦檢討先前提出的一九九五年百分之五點五的生產增長預計，承認基於失業率增加，私人

消費疲弱，私人樓宇建築放緩和不動產交易的壓縮等主要原因，生產增長將不超過百分之五。

一九九四年香港貿易差額赤字的惡化情況將持續至一九九六年，惡化所帶來的損失將從服貿易盈餘方面獲得補償，而因此 BTC 只有少量盈餘。除此以外，美元貶值，投資物件入口增加，中國貨物經香港再出口放緩的趨勢（部份原因是中國貨物直接由中國港口出口，香港只負責簡單的轉口工作或最後處理工序，例如包裝和準備貨物文件等工作）是惡化現象的原因。

一九九四年中國生產增長為百分之十一點八，是全地區中的最高紀錄，由於在今年實施穩定經濟計劃，估計一九九五年和一九九六年生產增長放緩，增長率分別為百分之十和百分之九，但因為國內打擊通脹的苦戰並未取得成功，故此即使某些數字低於九四年的水平。一九九五年和一九九六年生產增長將分別為百分之十七和百分之十三點五，高於中國希望生產增長維持在百分之十五的目的。

在九五——一九九六年，中國當局可以達到維持貿易差額平衡的目的。在九三年中國錄得貿易逆差數字達一百一十億美元之後，九四年的中國貿易順差數字為四十二億美元。（按經濟家資料調查單位文件）

政治和經濟的不明朗因素一直對外國直接投資有不利的影響，雖然如此，外商在中國的投資是在所有發展中國家中仍將保持在最高水平位置。不明朗因素加上中國經濟增長和內部需求放緩亦同時影響香港和台灣的金融市場。

### 1.3. 其他經濟

雖然資金流通短缺和繼墨西哥危機之後，該國和在市場出現的其他經濟的增長被人低估，南、中美洲的大多數國家是增長的展望。

當本地區對資金短匱處於適應期，仍然高企的利息和內部需求下跌，將導致生產增長率和通脹放緩。實施增加內部儲蓄和減輕對外來投資的依賴將是本地區未來的極大挑戰。

由一九九六年起，溫和的經濟增長將有利於這些國家的貿易赤字，但公債的增加仍繼續對 BTC 帶來負面影響。

處於經濟過渡期的中歐和東歐，一直都徹底執行的改革計劃（由波蘭和斯洛伐克共和國領頭），其經濟復甦一向穩定，一九九四年和一九九五年的經濟率約為百分之五。匈牙利、羅馬尼亞和捷克，這些在改革過程中比較落後的國家面對復甦緩慢的處境。

俄羅斯情況剛巧與此相反，正陷於經濟衰退困境（一九九四年生產下跌百分之十五），但在本年，俄羅斯的經濟出現復甦的曙光，一九九六年生產將有百分之二點五的正值增長。

私有化，價錢自由和出口強勁的表現對這些經濟打下演變的烙印，及反映出這些經濟愈來愈多國際經濟和貿易併軌。

來自這些經濟可預測的演變對澳門的影響，特別是對紡織和成衣業的影響，值得留意之處該是中歐和東歐在歐盟的競爭力增加（歐盟與這些國家關係特殊），中美洲國家對北美市場供應的增加和將貿易轉向 NAFTA 協議成員國。

表 I - 1

#### OCDE（經濟合作發展組織） 成員國經濟生產總值（PIB） 之實際增長預測

同期變化\*

	1992	1993	1994	94/上半年	預測		
					95/上半年	1995	1996
美國	2,3	3,1	4,1	4,3	3,0	3,2	2,3
日本	1,1	-0,2	0,6	1,0	0,8	1,3	2,3
德國	2,2	-1,1	2,9	3,8	3,3	2,9	2,7
法國	1,3	-1,5	2,7	3,3	2,5	3,0	3,2
意大利	0,7	-1,2	2,2	2,8	2,8	3,0	2,9
英國	-0,5	2,2	3,8	4,0	3,4	3,4	3,0
加拿大	0,6	2,2	4,5	4,8	3,1	3,9	3,4
七國總和	1,6	1,3	3,0	3,4	2,6	2,8	2,6
歐洲聯盟	1,0	-0,6	2,7	3,5	3,1	3,0	2,9
OCDE 總和	1,6	1,2	2,9	3,2	2,5	2,7	2,7

\*經季節性調整後之年率。

資料來源：“OCDE 經濟展望”，一九九五年六月。

表 I - 2

## OCDE 國家之失業率\*

(百分比)

	1992	1993	1994	94/上半年	預測		
					95/上半年	1995	1996
美國	7,4	6,8	6,1	6,4	5,6	5,6	5,7
日本	2,2	2,5	2,9	2,9	3,1	3,1	3,1
德國	7,7	8,9	9,6	9,7	9,3	9,2	8,7
法國	10,3	11,7	12,4	12,4	12,2	12,0	11,5
意大利	11,6	10,7	11,3	11,1	11,2	11,1	10,5
英國	9,9	10,2	9,2	9,6	8,3	8,2	7,6
加拿大	11,3	11,2	10,4	10,8	9,6	9,4	9,1
七國總和	7,3	7,3	7,2	7,3	6,9	6,8	6,6
歐洲聯盟	10,0	11,1	11,5	11,6	11,2	11,1	10,6
OCDE 總和	7,6	8,0	8,1	8,2	7,9	7,8	7,6

\*佔工作人口比率。

資料來源：“OCDE 經濟展望”，一九九五年六月。

表 I - 3

## OCDE 國家之通脹率\*

同期變化\*\*

	1992	1993	1994	94/上半年	預測		
					95/上半年	1995	1996
美國	3,2	2,5	2,1	2,0	2,5	2,8	3,4
日本	2,1	1,3	0,3	0,8	-0,2	-0,6	0,0
德國	4,6	3,9	2,7	2,4	2,1	2,3	2,1
法國	2,4	2,2	1,8	1,9	1,7	1,6	1,7
意大利	5,4	4,8	4,7	4,6	6,1	5,4	4,7
英國	4,7	3,5	2,5	2,3	2,9	2,9	3,1
加拿大	1,3	1,7	0,7	0,1	2,4	2,0	2,0
七國總和	3,3	2,6	2,0	2,0	2,2	2,2	2,5
歐洲聯盟	4,5	3,9	3,2	3,1	3,2	3,1	2,9
OCDE 總和	4,8	4,1	4,1	4,4	5,1	4,6	4,0

\*根據私人消費消脹指數計算。

\*\*經季節性調整後之年率。

資料來源：“OCDE 經濟展望”，一九九五年六月。

表 I - 4

## OCDE 國家之私人消費及製成品入口數量之發展

(年增長)

	私人消費					入口數量				
	1992	1993	1994	預測		1992	1993	1994	預測	
				1995	1996				1995	1996
美國	2,8	3,3	3,5	2,7	1,9	11,5	13,1	17,7	11,4	6,0
日本	1,7	1,0	2,2	2,3	3,1	-2,4	6,8	19,8	18,0	11,6
德國	3,0	0,5	1,3	1,0	3,0	0,2	-11,7	8,9	8,6	8,9
法國	1,4	0,2	1,5	2,2	3,4	1,0	-5,0	8,2	10,1	9,0
意大利	1,1	-2,5	1,6	1,7	2,2	5,7	-12,4	14,4	10,6	7,9
英國	0,0	2,7	2,6	2,4	2,8	7,4	2,0	8,6	6,8	7,4
加拿大	1,3	1,6	3,1	2,7	3,2	7,0	11,3	14,8	12,8	6,8
平均值*	2,3	2,3	2,8	2,3	2,4	7,7	5,4	14,2	10,4	7,1

\*經澳門在一九九四年出口往主要市場的相對比重調整。

資料來源：“OCDE 經濟展望”，一九九五年六月。

表 I - 5

## 亞洲強勁及中國之短期經濟預測

(年增長)

	實質 GDP/GNP				通脹 (CPI)			
	1993	1994	預測		1993	1994	預測	
			1995	1996			1995	1996
南韓	5,8	8,4	8,5	7,0	4,8	6,2	6,0	7,0
台灣	6,0	6,1	6,3	6,4	2,9	4,1	4,5	4,2
香港	5,8	5,5	5,5	5,0	8,5	8,1	9,0	8,5
新加坡	9,9	10,1	8,5	7,5	2,4	3,6	3,0	2,8
泰國	7,8	8,5	8,8	8,5	3,5	5,1	5,0	4,5
馬來西亞	8,5	8,7	8,5	8,2	3,6	3,7	4,2	4,4
DAEs 總和*	6,5	7,6	7,6	6,9	4,3	5,4	5,5	5,7
中國*	13,0	11,8	10,0	9,0	13,0	21,8	17,0	13,5

\*按 OCDE 採用之縮寫，DAEs 為亞洲強勁。

\*\*國民生產總值 (GNP) 之實質增長及城市消費價格之年變動。

資料來源：“OCDE 經濟展望”，一九九五年六月。

表 I - 6

亞洲強勁及中國之對外貿易增長及貿易平衡  
(B. T. C.)

(單位為百萬美元)

	貿易平衡				經常貿易平衡			
	1993	1994	預測		1993	1994	預測	
			1995	1996			1995	1996
南韓	1,8	-3,1	-6,0	-5,0	0,4	-4,8	-8,0	-7,5
台灣	11,6	11,9	11,7	11,4	6,7	6,0	5,5	5,0
香港*	-3,8	-10,9	-11,0	-10,4	7,9	2,4	2,3	3,0
新加坡	-8,1	-1,9	-2,0	-2,0	2,0	7,7	7,4	7,0
泰國	-4,1	-4,6	-4,8	-4,6	-6,9	-8,0	-8,5	-8,5
馬來西亞	3,4	2,7	3,4	3,6	-2,1	-4,5	-4,3	-4,0
DAEs 總和	0,8	-5,9	-8,7	-7,0	8,0	-1,2	-5,6	-5,0
中國	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	-11,6	-0,5	0,0	-1,0

\*香港之 B.T.C. 只包括貨物及服務之淨出口 (不包括資本性收益及轉移)。

資料來源：“OCDE 經濟展望”，一九九五年六月。

## II. 澳門經濟整體特徵

在一九九四年，以內部生產總值計算的澳門經濟，其實際增長為百分之四，特徵表現在內部需求仍然活躍和外部需求復甦。

在一九八九年至一九九四年間，澳門地區經濟是以每年百分之六的平均速度增長。經過九一年經濟放緩後（其主要原因是美國限制紡織品入口），以及九二年因大型建設特別是機場的動工，帶動內部“一窩蜂”將資金投放在建築業等原因，如在用開支角度（圖表II—18和19）來衡量經濟活動，澳門經濟的主要指標表現平衡。

內部總需求（包括消費及公共和私人投資），在內部生產總值（PIB）中的相對比重增加，其數字在一九九四年的產品的真正結構中約達百分之七十四，顯示百分之四點八量的變化（相對於九三年百分之六點二估計數字），這種放緩現象表現在投放在建築業的公共資金緊縮和澳門居民的家庭消費增長放緩。

一九九四年的外部需求在生產中所佔的真正比重接近百分之八十四，對內部生產總值（PIB）增長的貢獻為百分之二點三。內部需求因貨物出口的顯著復甦，帶來百分之二點七的真正增長（與一九九三年百分之二相比）。

以淨值計算，一九九三年和一九九四年對外服務和商品銷售仍然維持貿易順差，出口入口互相抵銷，兩者的數字分別約為145.8和145.3。對外服務結算差額約為一九九四年內部生產總值實際數值百分之四十二，名義數值百分之四十。

整體上，一九九四年淨外部需求以實際數值計算有所增加，增加速度比往年略低。（百分之一點九與一九九三年百分之二點一相比）

預計一九九五年的內部生產總值（PIB）的常數增長率介乎百分之四點二和四點八之間。對這數字的增長，淨外部需求起著舉足輕重的貢獻，據估計淨外部需求量的增長高於百分之十五。內部需求表現對一九九五年生產增長率全無貢獻，這方面需求表現取決於私人消費放緩和投資往負方演變等因素。

因此，根據上半年度指標趨勢顯示，在一九九五年，整體需求的各成份將有變化，其特徵表現在貨物和服務出口有顯著復甦和投資負增長，此點正好影響貨物和服務入口，其實際增長數字估計介乎負百分之二點二和負百分之一點八之間。從量的角度計算，整體需求增長比以往水平為低，介乎百分之一點九和百分之二點四之間。

### 私人消費

隨著人口和家庭收入的轉變，個人消費在一九八九年至一九九四年間每年平均增長估計為百分之六點三，在內部生產總值（PIB）的比重以一九八二年的常數計算——階G百分之三十六和三十七之間。

在同期，澳門人口數目以每年百分之四點四平均數變化，外來勞工移澳對此數字佔很大比重。在一九九四年，人口增長百分之六十八點六點是移民數目結算的結果。在一九九五年上半年度，移民差額比重雖然佔居住人口增長總數百分之八十的水平（圖表II—1），預測至該年底人口增長會有顯著的放緩，因此一九九五年的居住人口增長和往年比較預計為百分之四和百分四點一之間。

澳門行業名目繁多（圖表II—2），在一九九四年，將居民受僱在各種經濟活動分析（圖表II—3），從以下的指標中看到經濟結構轉變趨勢特點：高度集中於第三產業，例如“社會和個人服務”和“商業、酒樓和酒店”，這

些都是吸納大量勞動力的行業。在一九九四年，就業於加工工業的工人數目出現負增長，從而減低其結構比重。同樣情況亦在報酬方面出現，由一九九四年起（圖表II—4）工作人員每月報酬中位數字有顯著的減少，估計在九五年情況或更嚴重。這種情況對居民名義收入水平的變化有顯然的影響，削減家庭消費的能力。

一九九四的通脹仍處予滑坡（圖表II—5），在一般消費者價格指數（房租不計算在內）的年平均變化為百分之六點三。一九九五年上半年度，以消費者價格指數（CPI）計算，價格趨勢呈反方向活動，導致通脹率平均上升百分之八點六。

鑑予本地區居民增長的特徵和工作收入變化放緩的因素，一九九四年的私人消費的實際增長百分率比九三年低，現時數字為百分之六。

在一九九五年，按最新指標顯示，消費品入口下跌，私人小車售出數目減少（圖表II—6）和通脹趨勢與上半年度情況相接近等原因，估計私人消費增長介乎百分之四點一和四點六之間。

### 公共消費

一九九四年消費的名義變化與九三年接近，非企業性的公共消費開支量的增長約百分之五點六，比九三年的增長為高。這些數字是按通脹年變化放緩和在一九九四年估集體消費結構很大比重的報酬開支的高增長之數據計算出來。

在一九九五年，因實行本地化和提高本地區人力資源價值計劃，使員工開支的增長更覺明顯，故此雖然購買服務和商品量下跌，公共消費的實際增長仍比往年高。

### 固定資本總組合

在一九八九年和一九九三年間，固定資本總組合平均每年實際增長數字為百分之十七點八。如將這段時期延伸至一九九四年，這增長率每年下跌百分三十四點七，原因是在該年公共投資有很大程度的收縮。事實上，在一九九三年公共建設猛增，政府大力投資在大形建設項目。在一九九四年，大型項目計劃的建築工程經已完成，公共建設投資下跌，預料在一九九五年此種情況仍將維持。

在一九九三年，公營部門固定資本總組合（FBCF）佔內部生產總值（PIB）百分之四點五，在一九九四年佔百分之二點四。

私人投資佔內部生產總值（PIB）很大的結構性比重（由一九九二年起介乎百分之二十六和二十八之間），其表現不一，去年錄得的增長量非常高，達百分之十一點三，但九三年卻只得百分之一點一。在一九八九年與一九九四年間，公司企業投資以每年平均百分之十五點五變化，反映出這方面的活力。

樓宇建設投資和私人大型項目投資在一九九四年名義上增長百分之二十五點五，在這方面，特別指出私人投資在大形項目的變化，主要是澳門國際機場的建築工程，私人投資在這方面的增長率達百分之六十五，佔大型項目投資百分之八十四，私人建設總投資百分之三十五。

據所得資料分析，一九九五年，屬建設中企業的固定資本總組合和以往增加趨勢相反，原因機場工程接近尾聲，大型項目投資明顯地放緩。

在一九九五年上半年度，建築材料進口減少（圖表II—7）引致原材料進口亦相應減少，甚至水泥消耗指標亦下降（圖表II—8），表示這方面面對不利環境。估計在本年下半年仍然無法回復舊觀。

事實上，在一九九五年上半年建成樓宇的建築面積與以往比較雖然同樣有百分之五點三的增長，有關指標表示在該段期間興建的樓宇下跌總數超過百分之三十，居住樓宇下跌超過百分之四十（圖表II—9）。展望一九九五年總數，私人樓宇和其他建築投資下跌量為負百分之十。

另外，樓宇分層單位賣買似乎從一九九四年下半年開始（圖表II—10），與於不動產行業的表現相似呈現一些起色，主要表現在一九九五年上半年不動產賣買量復甦，但樓價放緩。

有關機器和設備的固定資本總組合（FBCF），按照這類資產性物品由九四年年初入口表現趨勢和在九四年下半年才逐漸購入設備包括機場設備，估計這方面的增長顯著下降。一九九五年上半年運輸物料入口情況與此相同（約負百分之十），這點表現在投資在這類物品數字的減少上。

縱觀整個情況，公共和私人的數字都顯示一九九五年投資緊縮，估計 FBCF 名義增長高予百分之一，實際增長在負百分之七點一和負六點五之間。

### 對外服務和商品貿易

澳門屬予小型經濟，對外開放或對外間的依賴程度相當高。

	對外開放程度		對外開放程度	
	商品 (*)		商品和服務 (**)	
	時價	常價	時價	常價
1992	78,8	94,7	127,1	147,2
1993	70,1	91,5	117,2	142,9
1994	65,6	91,1	111,5	141,3

\*商品進出口的和與內部生產總值（GDP）的比例。

\*\*商品和服務進出口的和與內部生產總值（GDP）的比例。

從上表可見，澳門地區對世界各地的依賴程度對澳門經濟的變化水平起舉足輕重的作用，這種情況如從服務和商品貿易的差額整體考慮更為明顯，其影響比常價數值更高。

在一九九四年，服務和商品出口增長數字比往年高（實際增長百分之二點七）對內部生產總值（PIB）的貢獻為二點三個百分點（在一九九三年，只得一點八）。整體上，一九九四年對外貿易差額從實際數字來說其表現的活力比上一年不足（百分之一點九相對予一九九三年的二點一）。

根據所得到的一九九五年上半年資料（圖表II—17），一九九五年服務和商品差額增長高於百分之四十名義數值，估計外部需求急升，增長量可達百分之十五以上，如金融環境穩定，特別是美元對澳門元，預料這利好因素對本地區居民開支的復甦有顯著的貢獻。

有關一九九五年貿易差額表現，經在第三章有關外貿部分詳細分析，相信照上半年所表現的趨勢。貿易差額名義增長大約為百分之二十七，實際增長數字百分之十，雖則都是價值和量的逆差數字。這些預測數字是以貨物出口名義數字百分之七表現計算得出，因為在今年的下半年估計價值放緩。另外，按照一九九五年上半年的表現，下半年商品入口因九四年同期數字的增加使負增長有輕微惡化現象，這是在九五年下半年資本商品入口比重所使然。

一九九五年上半年入境旅客數字（三百八十四萬）顯示與上年同期比較（表II—11）稍微放緩。使用水路是進入澳門地區最常用方法，用水路入境旅客數目回復（在一九九四年，佔旅客總數的百分之七十七），與台灣和其他地區（除日本外）旅客相比，香港旅客繼續減少，這種趨勢將持續至年底。

酒店業的指標顯示與上年同期比較，一九九五年上半年變化情況穩定（圖表II—12及13），除了香港居民在澳門入住酒店的數目變化。

由於得到在一九九四年上半年投入服務的酒店的接待能力的加入，特別是四星級和五星級酒店房間供應，一九九五年的同類變化處於稍低水平，預計至年底前這類指標沒有明顯的增長（圖表II—14），這正好反映酒店業工作職位緊縮的原因（圖表II—15）。

透過問卷收集旅客消費資料，調查結果（表II—16）顯示一九九四年遊客消費數字有顯著的增長，這種趨勢預算在一九九四年會加速上升。

作為內部生產總值（PIB）中具有重要結構比重的一部份，非居民總消費數字在一九九四年中放緩（名義增長百分之九點二和實際增長百分之一點七）。在一九九五年消費數字的名義增長介乎百分之十五和十七之間，反映從服務輸出方面所能取得的實際增長值約百分之六。

至於服務輸入方面，由於在一九九三年向外聘請特別顧問公司為大型建設項目提供顧問服務，服務輸入增長大幅提高，在一九九五年，估計上年已開始的增長滑落趨勢仍然持續。須指出，澳門航空決定用租用飛機的形式經營對一九九五年服務輸入不會帶來很大的衝擊，因為議定費用只在本年最後兩個月繳付。

整體上，根據所得的資料繪畫的場景，有資料支持一九九五年商品和服務出口有實際拓展，商品和服務進口下降的說法，預計前者數字介乎百分之三點九和四點二之間，後者介乎負百分之二點二和負百分之一點八。

表 II - 1

## 人口

		直至12月31日			直至6月30日	
		1992	1993	1994	1994	1995
居民人口數字	10 <sup>3</sup>	380,9	395,3	410,5	402,9	420,7
實則增長	%	+4,7	+3,8	+3,9	+3,8	+4,4
男性	10 <sup>3</sup>	184,9	192,9	200,0	196,4	205,1
女性	10 <sup>3</sup>	195,9	202,4	210,5	206,5	215,6
年歲分配結構						
小於15歲	%	25,9	25,7	25,4	25,6	25,6
由15至64歲	%	67,2	67,3	67,5	67,4	67,4
超過65歲	%	6,9	7,0	7,1	7,0	7,0

註：有關1995年6月30日之結構是以去年數值評估出來。

資料來源：就業調查——統計暨普查司。



表 II - 2

## 就業，失業及轉業率

(%)

比率	1992	1993	1994	94年5月	95年5月
就業率	64,7	65,2	63,9	62,1	67,3
男性	78,7	79,8	77,7	76,9	78,2
女性	51,8	52,0	51,7	49,6	57,1
失業率	2,2	2,1	2,5	2,5	3,3
就業不足率	1,6	1,4	1,6	1,1	2,5

資料來源：就業調查——統計暨普查司。

表 II - 3

## 勞動人口以經濟活動行業分類

(%)

行業	91年5月	1992	1993	1994
第一產業	0,1	0,2	0,2	0,0
農業，栽種業，捕獵業及漁業	0,1	0,2	0,2	0,0
第二產業	42,2	38,3	35,4	31,0
加工業	32,6	28,5	25,0	22,9
電力，汽油及自來水	1,0	0,5	0,4	0,6
建造業及公共設施	8,6	9,3	10,0	7,5
第三產業	57,7	61,2	64,0	68,7
商業，餐廳及酒店	21,5	24,4	26,0	26,1
交通，貨庫及通訊	4,8	5,6	6,1	5,9
銀行，保險及其他財務機構	3,5	5,3	5,4	6,3
社會及私人服務業	27,9	25,9	26,5	30,4

資料來源：就業調查——統計暨普查司。

表 II - 4

## 經濟活動月薪中位數

行業	1994澳門幣	同期比較 (%)		
		1992*	1993	1994
總體中位數	4 476	15,8	16,2	10,1

註：\*地區賬目之估值。

資料來源：就業調查——統計暨普查司。

表 II - 5

消費價格指數  
(同期比較)

(%)

貨物及服務	比重 (a)	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
總指數 (b)	82,54	7,7	6,7	6,3	5,6	8,6
食物	38,30	8,2	7,1	7,2	6,1	8,4
住屋 (b)	2,22	4,0	8,7	3,4	3,7	6,1
汽油·電力	4,03	0,9	3,7	0,4	-1,1	6,8
酒精類飲品及煙草	2,00	7,7	5,0	1,0	0,9	0,8
衣著及鞋	6,79	1,4	2,2	3,0	1,6	11,6
耐用品	3,71	1,1	1,1	2,1	1,2	6,4
其他貨物	5,99	5,6	6,3	4,8	4,1	7,7
交通及車輛	7,38	8,2	5,7	7,4	7,5	8,6
服務	12,12	13,7	10,1	8,8	9,6	10,7

註：(a) 以87/88 IDF 為基礎。

(b) 不包括租金。

資料來源：消費價格指數 (IPC)，以1988/89為基礎，統計暨普查司。

表 II - 6

## 已登記之輕型私家車

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
數目	4 911	5 057	2 142	2 774	1 945
同期比較 (%)	46,2	3,0	4,0	8,2	-29,9

資料來源：統計暨普查司。

表 II - 7

## 入口建築材料

	1994 千元澳門幣	同期變化 (%)				
		1992	1993	1994	94年上半年	95年上半年
水泥	192 137	20,1	3,0	8,7	18,5	-28,6
石灰	191 637	26,9	4,2	9,1	19,4	-28,8
其他	500	-69,7	-65,2	-53,1	-64,3	29,8
鋼筋	250 907	-25,2	103,7	3,7	35,4	-57,7
磚	1 785	-10,4	-67,2	-33,0	-35,8	23,9
瓷磚及瓦磚	59 923	-1,4	31,7	27,3	-2,1	109,4
浴室設備	12 665	-3,3	65,6	-2,6	-19,0	13,1

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II - 8  
水泥耗用量

	1992	1993	1994	94年上半年	95年上半年
噸	261 729	306 299	455 929	209 693	171 935
同期變化(%)	13,0	17,0	48,9	36,7	-18,0

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II - 9  
初建及落成新廈 - 以用途分類

	1994	同期比較 (%)			
		1993	1994	1994上半年	1995上半年
初建新廈——以用途分類 (面積 - m <sup>2</sup> )	2 231 252	14,3	38,1	113,7	-30,8
住宅	1 096 771	22,7	3,3	67,4	-45,5
商業及服務	673 722	-7,5	177,5	230,0	-0,4
工業及其他用途	460 758	9,0	47,8	186,5	-32,0
初建新廈——以用途分類 (數量)	17 136	6,2	19,1	101,8	-30,1
住宅	12 115	10,1	-4,5	58,6	-41,1
商業及服務	4 935	-14,3	197,1	456,9	-4,1
工業及其他用途	86	-54,6	95,5	160,0	-42,3
落成新廈——以用途分類 (面積 - m <sup>2</sup> )	1 140 882	19,1	-20,1	-25,0	5,3
住宅	578 701	19,5	-37,9	-46,3	9,9
商業及服務	326 895	38,4	26,2	27,4	-4,1
工業及其他用途	235 287	2,0	-0,4	-17,2	13,3
落成新廈——以用途分類 (數量)	9 553	20,7	-39,0	-43,8	8,3
住宅	7 443	23,9	-45,5	-48,9	-13,2
商業及服務	1 924	-1,3	9,3	-2,8	93,1
工業及其他用途	186	45,8	-23,1	-65,2	-46,9

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II - 10  
按照物業轉移稅之大廈成交 (以用途分類)

	1994 千元澳幣	同期比較 (%)				
		1992	1993	1994	1994上半年	1995上半年
單位 總數	7 019 301	96,8	-11,7	20,2	-8,3	7,6
新型建築 (第一次成交)	4 073 168	35,6	20,3	49,0	-13,7	16,7
住宅	2 870 710	43,7	21,2	42,5	-24,8	-0,3
商業	1 123 468	17,1	32,1	82,6	28,7	52,4

資料來源：建築業統計，統計暨普查司。

表 II - 11

## 經海路，陸路及空運入境之旅客（以國籍分類）

	1994 數目	同期比較 (%)				
		1992	1993	1994	1994上半年	1995上半年
旅客之總人數	7 833 754	2,8	0,0	0,1	-1,5	-0,2
1. 旅客人數（經海路）	6 057 998	2,3	-3,8	-0,9 *	-3,9	0,7
1.1 香港	4 583 777	-0,4	-6,6	-0,8	-3,3	-1,0
1.2 日本	348 362	0,0	-20,3	3,6	3,7	-5,3
1.3 台灣	166 639	49,0	13,3	-10,9	-15,8	15,0
1.4 其他	959 220	17,4	22,6	-1,3	-7,1	9,1
2. 旅客人數（經陸路）	1 757 396	—	15,5	3,6	7,0	-3,5
2.1 香港	1 492 420	—	17,3	4,0	7,8	-15,6
2.2 日本	30 047	—	-12,7	10,2	-1,0	8,5
2.3 台灣	76 914	—	15,9	-9,1	-9,4	9,8
2.4 其他	158 015	—	6,3	5,5	10,2	102,5
3. 旅客人數（經空運）	18 360	—	52,2	7,1	-2,3	21,5

註：\*自1994年起，經海路入境旅客包括由外港及十四號碼頭入境的旅客人數。

資料來源：旅遊業統計—統計暨普查司。

表 II - 12

## 旅遊業指標

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
入住率					
總額	61,84	57,02	55,57	53,86	54,47
酒店—總數	66,81	60,12	58,41	56,53	57,28
——五星級及四星級	67,79	57,28	58,36	54,85	59,85
——三星級	64,49	64,68	63,49	63,36	61,59
旅客數字變化					
香港居民	6,50	11,27	6,95	11,11	8,34
香港居民	4,60	-1,29	3,89	3,05	0,91
逗留期					
香港居民	1,33	1,35	1,32	1,31	1,28
香港居民	1,23	1,22	1,21	1,20	1,20

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II - 13

## 經海路入境之遊客及旅客比率

(%)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
香港	28,5	30,1	31,5	31,1	31,7
日本	19,4	19,4	20,7	19,4	21,8
台灣	31,9	34,7	40,8	40,1	47,2
南韓	9,9	12,6	17,6	16,7	23,5
東南亞(1)	26,7	26,9	32,0	32,4	26,9
西歐	13,3	12,7	15,1	14,7	14,3
美加	9,7	12,7	13,3	14,9	14,9
澳紐	11,6	13,2	15,1	17,3	22,4

註：(1) 菲律賓、印尼、馬來西亞、星加坡及泰國

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II - 14

## 旅業設施

## — 房間 —

	1994 數目	同期比較 (%)				
		1992	1993	1994	94上半年	95上半年
總數	8 357	32,7	21,8	7,6	13,3	9,1
酒店	7 594	42,3	26,9	8,3	15,6	9,3
五星級及四星級	4 006	25,8	45,9	0,1	28,1	2,3
三星級	2 433	103,3	8,9	18,2	1,5	18,6

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II - 15

## 旅業設施

## — 服務員工 —

	1994 數目	同期比較 (%)				
		1992	1993	1994	94上半年	95上半年
總數	7 385	45,2	20,1	5,3	8,8	5,3
酒店	6 890	53,0	22,6	5,8	9,5	8,5
五星級及四星級	4 209	34,7	34,9	-1,1	14,6	3,7
三星級	2 192	118,7	1,9	21,3	-0,2	21,5

資料來源：旅遊業統計，統計暨普查司。

表 II - 16  
經海路入境旅客之人均消費

	1994 (澳門幣)	同期比較 (%)		
		1992	1993	1994
1. 旅客人均消費	1 263,9	5,1	-2,9	2,7
1.1 - 消費 (不包括購物)	1 063,9	-2,9	2,6	3,9
- 住宿	395,2	-21,6	9,9	-1,9
- 飲食	437,7	3,5	-1,8	14,0
- 運輸, 娛樂及其他	231,1	32,0	-1,5	-2,5
1.2 - 購物消費	200,0	51,1	-23,0	-3,2
2. 旅行團旅客人均消費	432,9	25,7	-8,6	7,3
2.1 - 消費 (不包括購物)	300,1	27,5	-6,8	3,2
- 住宿	0,0	—	—	—
- 飲食	124,6	7,6	-10,5	4,8
- 運輸, 娛樂及其他	175,5	47,9	-3,9	2,1
2.2 - 購物消費	132,8	21,5	-13,1	17,6

資料來源：旅客費用統計，統計暨普查司。

表 II - 17  
貨物及勞務結餘

(千元澳幣)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年 (P)
出口, 離岸價	14 080 157	14 236 218	14 853 890	6 521 258	7 202 714
入口, 離岸價	17 639 005	18 116 194	19 131 754	9 147 802	9 126 571
貿易平衡	-3 558 848	-3 879 976	-4 277 864	-2 626 544	-1 923 857
出口勞務	18 039 099	19 899 896	21 763 677	10 445 548	12 650 825
入口勞務	1 427 655	1 849 470	2 033 291	1 020 163	1 111 188
勞務結餘	16 611 444	18 050 426	19 730 386	9 425 385	11 539 637
貨物及勞務結餘	13 052 596	14 170 450	15 452 522	6 798 841	9 615 780

註：與外貿統計數值之差額是因需填補未登記的貨物數量而調整，此等數值是按照資源及使用平衡之分析所計算的。

(p) 預測。

資料來源：PIB 估值；統計暨普查司。

表 II - 18

經濟生產總額 (PIB)  
實質增長率

(%)

開支之主要項目	1992	1993	1994	1995 (p)
私人消費	8,4	7,1	6,0	4,1 ~ 4,6
公共消費	-2,4	4,1	5,6	5,2 ~ 6,6
不動產之購置	34,7	5,5	3,2	-7,1 ~ -6,5
貨物及服務之出口	6,2	2,0	2,7	3,9 ~ 4,2
貨物及服務之入口	7,8	2,0	3,0	-2,2 ~ -1,8
經濟生產總額(GDP)	12,1	5,0	4,0	4,3 ~ 4,8
內部需求	16,0	6,2	4,8	-0,3 ~ 0,3
總體需求	10,5	3,9	3,7	1,9 ~ 2,4

註：(p) 預測

資料來源：PIB 估值，統計暨普查司。

表 II - 19

經濟生產總額 (PIB)  
定價開支之結構

(%)

開支之主要項目	1992	1993	1994
私人消費	35,9	36,7	37,3
公共消費	6,6	6,6	6,6
不動產之購置	30,1	30,0	30,0
貨物及服務之出口	87,3	85,1	83,7
貨物及服務之入口	59,9	58,3	57,6
經濟生產總額(PIB)	100,0	100,0	100,0
內部需求	72,6	73,2	73,9
總體需求	159,9	158,3	157,6

註：(p) 預測

資料來源：PIB 估值——統計暨普查司。

## III. 外貿

## III.1 —— 整體變化

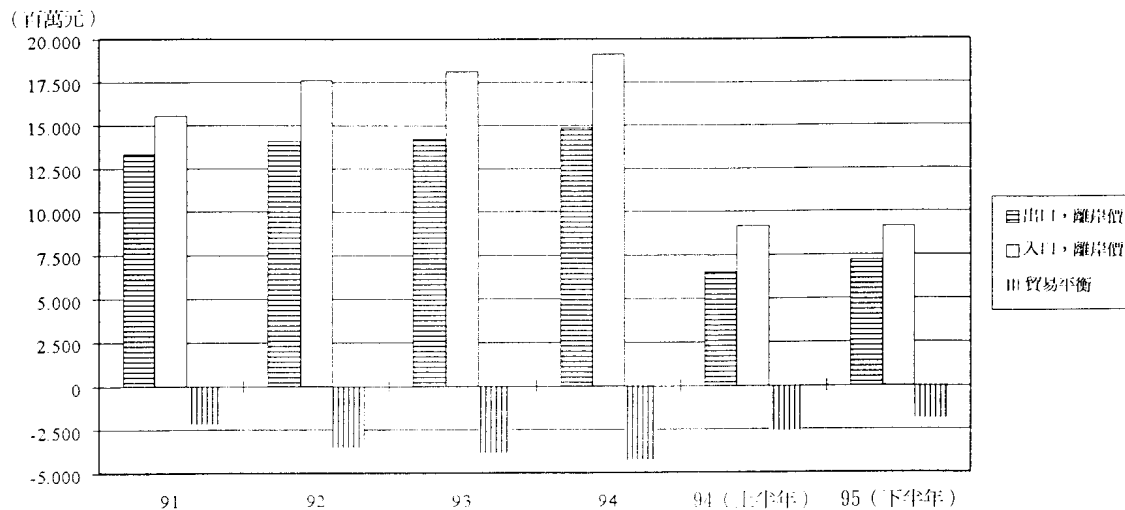
一九九五年上半年澳門外貿狀況主要反映在外部對貨物的需求擴展停頓，雖然對資本性商品入口的比重仍有顯著增加。

一九九五年一月至六月，貨物出口價值達七十二億澳門幣，與上年同期比較，九五年上半年名義增長為百分之十點四，意味著以一九九四年算得約百分之四年速率增長。

在同期，貨物進口在達到九十一億澳門幣之前<sup>(1)</sup>，進口貨物增長近乎零（負百分之零點二），這增長數字與一九九四年約百分之六名義增長可作一比較。

圖一

## 澳門貿易變化綜合圖



資料來源：經濟司研究室根據統計暨普查司對內部生產總值評估數字。

(1) 外貿分析是根據內部生產總值 (PIB) 評估文件的入口修正數據 (統計暨普查司) 但 IIT.5 部分除外, 這部分是根據外貿統計資料。

將貨物出口和進口流量的不同增長速度集合在一起, 計算結果是貿易差額的變化有利於澳門地區, 貿易赤字由九四上半年的二十六億澳門元下跌至九五年上半年的十九億澳門元。因此, 出口抵償進口能力由百分之七十一上升至百分之七十九, 相信至九五年底, 外貿差額赤字與內部生產總值對照下, 外貿赤字將明顯低於九四年錄得百分之八點三水平。

至於外貿量的活動情況, 估計<sup>(2)</sup>一九九五年上半年商品出口以每年百分之四點五的速度增長, 比起九四年的平均增長度稍快。同期, 進口量輕微下跌約百分之一, 這與九四的百分之四實際膨脹量成一對比。

在 OCDE 主要市場的經濟局面, 情況顯示有利一九九五年上半年澳門出口的拓展, 特別是北美市場 (見第 I 章——國際經濟的演變)。在九五年上半年成衣輸往美國的貿易有很大的發展, 鞋類和玩具在歐盟的銷售網的擴大也取得卓越的成績。須要強調, 因美國限制中國增加輸美產品和其他外部需求增加等因素 (例如透過財政和稅制手段鼓勵工業現代化和重新定位, 與美國簽訂紡織品新的雙邊協議和歐盟的優惠關稅), 美國 (紡織品和成衣年增長率略低)<sup>(3)</sup> 和歐盟 (每年定出各類產品的隨機數字, 其中包括鞋類和玩具) 將訂單轉往其他國家和地區, 澳門亦因而受惠。

澳門現時出口變化亦有值得憂慮的地方, 輸往美國玩具大幅減少, 輸往歐盟電子產品逐漸下跌和對中國出口下降 (特別是消費品) 是導致非紡織品出口負增長的原因。

澳門地區出口發展的短期展望與成衣外部需求變化有莫大關係, 這點對近期貨物在外銷售的良好表現是重要因素。按截至一九九五年八月市場和行政數據的分析結果, 顯示成衣輸往美國的增長放緩速度甚高 (至一九九五年六月上升百分之四十八), 輸往歐盟貨物數字復甦, 原因是澳門元對歐洲主要貨幣貶值。

非紡織品出口, 預見由九五年下半年起貨物輸往中國的不良表現減輕, 輸往美國的玩具數字繼續下跌, 但歐洲共同市場繼續有樂觀的表現, 可代替美國市場的損失。怎樣有效地支持鞋類輸往歐盟高速度增長和電子產品在外銷售每況愈下都是值得深思熟慮的問題。

一九九五年貨物出口總數應有顯著的名義增長 (比上年高百分之四), 但低於上半年 (超過百分之十)。

按照出口商——工業家對九五年七月聯合問卷調查各項問題所提供的意見, 在未來六個月出口增長展望比上一季稍差, 特別是和一九九四年同期比較。出口商——工業家按月計算訂單數字與九四年七月比較下跌百分之九 (成衣業負百分之十三)<sup>(4)</sup>。

(2) 根據內部生產總值估計所引用的價錢指標 (統計暨普查司)。

(3) 一九九四年至一九九六年的中美協議, 年增長率由百分之三/四降至百分之一。

(4) 紡織品和成衣在國際貿易市場的激烈競爭, 促使訂單必須在最短時間內完成和將製成品的存貨量減至最少, 同時亦須更快調整生產以迎合消費者的喜愛。



本地區出口發展受短期不明朗因素影響，例如貨物來源準則革新的後果（最近的例子是輸往美國市場紡織品和成衣來源地規則的修改），美國和中國、歐盟和中國之間貿易關係的變化，近期個別外地企業家選擇在澳門投資，在某些程度上，這種現象反映出中國產品進入那些國家的滲入能力的強弱。

另外，一九九五年上半年貨物入口變化繼續反映內部需求疲弱，特別是澳門機場營運所需要的主要投資在上年經已

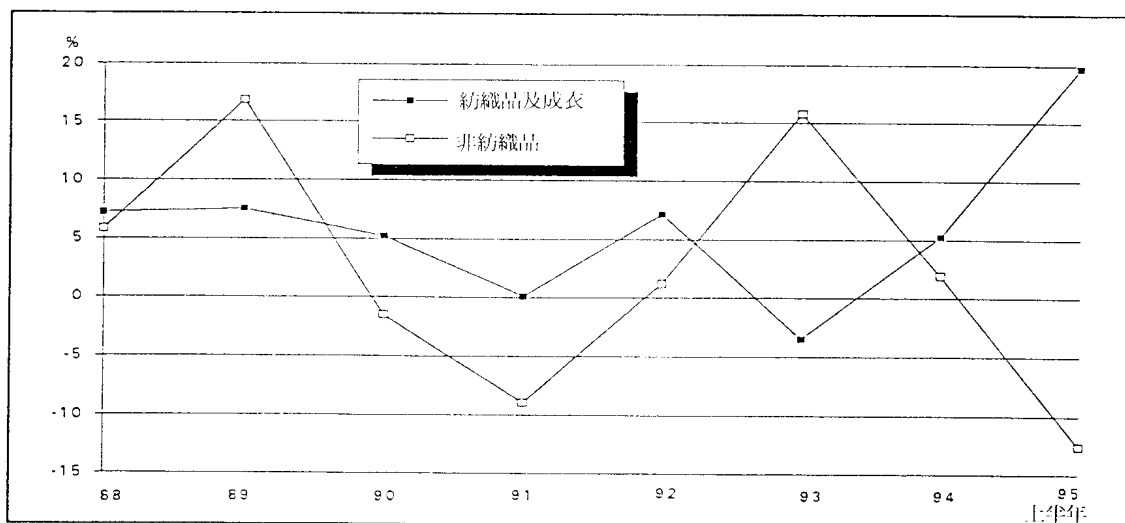
到位（購買飛機應當作進口服務計算），因此，一九九五年年底入口名義數字應輕微下跌，這有助減輕本地區貿易逆差。

### III.2. ——出口項目表現

一九九五年首六個月澳門出口有可喜的名義增長（百分之十點四），反映出各項目之間分別很大。和紡織品與成衣滿有活力的出口增長相比（約百分之二十），非紡織產品對外銷售下跌（負百分之十點五）。

圖二

出口項目變化  
名義增長率



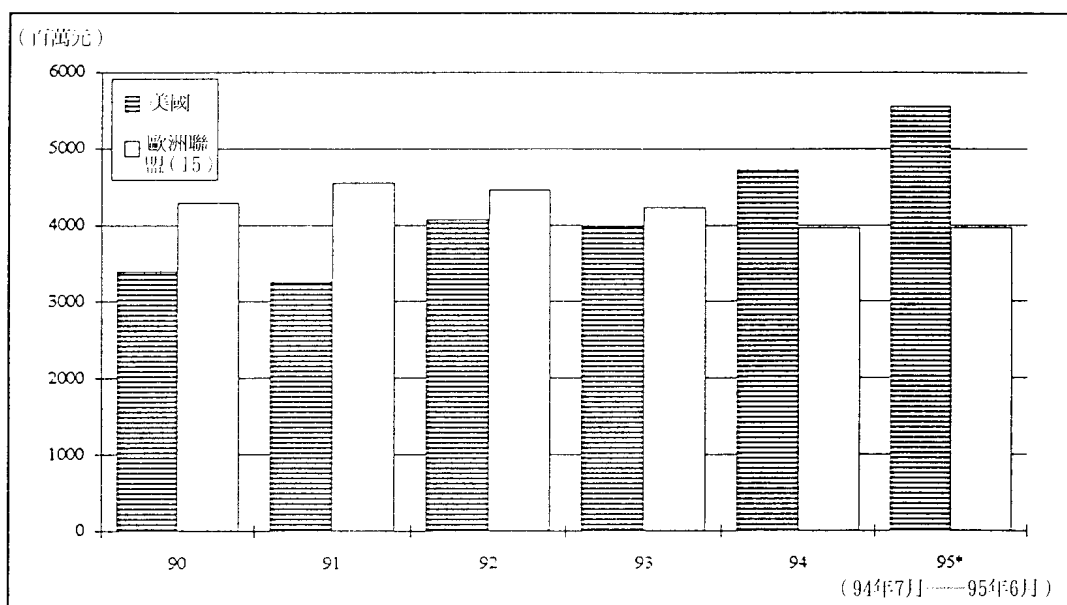
資料來源：經濟司研究室根據統計暨普查司統計資料

在紡織品和成衣的項目中，須要特別指出成衣的驕人總銷售量（和一九九四年上半年比較超過百分之二十二），取得這樣的成績主因是在一九九四年下半年成衣在美國主要市場的銷售量急升（超過百分之四十八）。成衣在美國的銷量增加（一九九四年上半年銷售數字超過八億三千五百萬澳門元）明顯地帶動成衣在外地市場整體銷量的增加（八億五千萬澳門元以上），但在澳門成衣第二主要市場即歐盟的銷售量實際上停滯不前（負四百萬澳門元）。

相對於對歐盟和對其他市場的出口，發覺澳門成衣滲入美國市場呈現有愈發容易的趨勢。在美國，私人消費復甦加上對全球各地紡織品和成衣出口強烈需求，是澳門成衣在美國銷售有實質增長的部份原因。另外，美國——澳門紡織品協議修訂，訂出某類別產品自由化和取消棉產品和其他纖維（毛冷除外）總值限制的協議，積極為澳門進入北美市場製造各種機會。除此以外，美國近期限制中國擴展紡織品和成衣出口，這亦是訂單轉到澳門的一個原因。

圖三

## 澳門成衣輸往主要市場



資料來源：經濟司研究室根據統計暨普查司統計資料

剛好與美國市場相反，澳門成衣輸入歐盟的變化一直面對競爭困難，這方面有來自亞洲新製造商低成本的強列競爭（印度、孟加拉、斯里蘭加和越南），來自前東歐集團製造商新的貿易地位（這些製造商享有貨物進入歐洲市場的優惠條件）和來自歐洲公司漸多使用生產程序外移辦法（Out Ward Processing）。

這兩個對入口設置限制的大市場吸納澳門成衣總出口的百分之九十二點五，如將加拿大和挪威兩個同樣設置限制的市場計算在內，則這百分數字上升至百分之九十四。成衣輸往不設限制的市場（非美國、歐盟、加拿大和挪威市場），出口表現仍然是疲不能振（超過百分之一點五）。

## 出口項目表現（九四年上半年——九五年上半年）

（百萬澳門元）

項目	九五年上半年出口值	比重%	絕對變化	相對變化
成衣	4 662	64,7	+ 852	+ 22%
紡織品	756	10,5	+ 38	+5%
玩具	318	4,4	+ 21	+ 7%
電子	211	2,9	- 86	- 29%
鞋類	190	2,6	+ 75	+ 65%
其他	1 066	14,9	- 218	- 17%

與紡織品和成衣項目的出口表現相反，非紡織品總體出口由一九九四年年中起呈現負增長，主因是向中國銷售的消費品數字下跌（飲品、煙和其他），次因是電子產品出口的負值變化。這負值變化（負八千六百萬澳門元）是因停止磁帶出口往歐盟和輸往這市場磁碟出口的減少所引起。

玩具出口增長放緩的現象上升（由一九九四年超過百分之二十二數字下跌至超過百分之七），原因是來自美國市場的訂單大幅減少，可幸這方面損失因歐盟擴大購買量從中得

到補償。由一九九五年一月起美國取消入口玩具關稅，這項措施令澳門產品失去一個有利機會，致使銷售量立即減少（和一九九四年上半年相比，少六千四百萬澳門元）。

鞋類出口表現相當活躍（超過百分之六十五），有關廠商如要把握近三年來發展的好勢頭，必須將廠房規模擴大。事實上，鞋類出口值由一九九二年的一億三千三百萬澳門元上升至一九九五年六月止的三億四千五百萬澳門元。

下列因素對近年玩具和鞋類出口的增加作出貢獻：歐洲共同體的普及優惠制度（SPG）；對中國產品輸往歐盟施加更多限制；在生產場地僱用更多非本地居民勞動力和澳門元對歐洲主要貨幣貶值。

製造業各項目的不同表現結果，使紡織品和成衣比重在一九九五年上半年出口結構中上升約百分之七十五（九四年百分之七十三點五，九三年百分之七十三）。

### III.3. ——出口貨物的地域分配

九五年上半年澳門貨物對每個市場出口表現不一，北美市場的外部需求的變化對澳門非常有利，特別是來自美國的需求。歐共體的需求增長緩和，亞太區外部需求整體下跌。

美國、歐盟、中國和香港是澳門四個主要出口市場，合共吸納澳門對外總銷售的百分之九十四，而美國早已是澳門最龐大的市場。

### 出口市場的表現（九四年上半年——九五年上半年）

（百萬澳門元）

項目	九五年上半年出口值	比重%	絕對變化	相對變化
美國	2 879	40,0	+ 831	+ 41%
歐盟（15）	2 257	31,3	+ 102	+ 5%
中國	806	11,2	- 266	- 25%
香港	803	11,1	- 68	- 8%
其他	459	6,4	+ 82	+ 22%

出口的主要增長是美國對入口成衣的大量需求所致（九五年首五個月已增加百分之十八點五平方米）。亞洲四大生產國（中國、台灣、南韓及香港）的成衣出口量下降百分之負零點三使澳門的配額大大增加。出口到美國的成衣總值增加百分之四十八，反映出不單是傳統種類的貨物需求，尤其是其他受管制及非管制的貨物需求大增，這可能與現行紡織品協定不太嚴厲有關。據記錄，電器產品的出口有重要的升幅而玩具出口則劇跌百分之三十五，詳見III.2點。

儘管九四至九五年中，澳門元對歐洲主要貨幣大幅貶值（例如：九三年第四季至九五年第二季澳門元對德國馬克下跌百分之二十一），但是出口到歐盟（從九五年一月一日起為共有十五個成員國）的總值只上升百分之五，雖然，佔出口總值四分之三的成衣出口在第二季度回升，但在九五年上半年的表現只是一般。在最新的發展資料中，錄得電子產品的出口下降百分之三十四，而玩具及鞋業則分別上升百分之一百六十及百分之一百一十三。

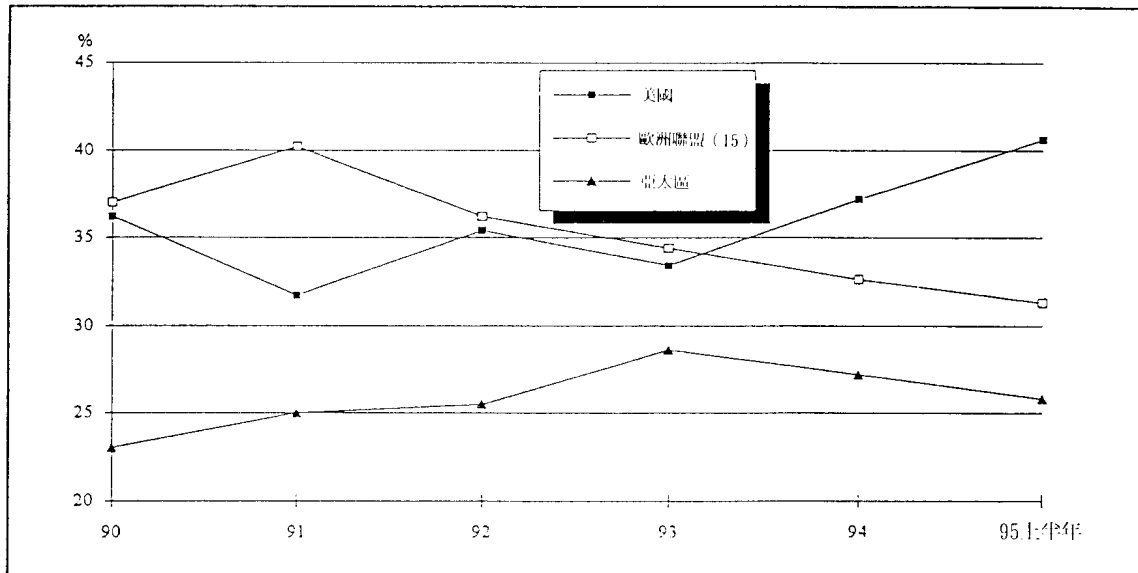
九五年上半年，出口到中國大陸的貨物大幅下降百分之二十五，與去年同期情況類似。出口貨物到中國市場的下跌趨勢與某幾類消費品（特別是酒精飲品及煙草<sup>(5)</sup>）的出口許可手續有關，這幾類消費品的稅率近期大幅提升。出口到中國的貨物總值少了二億六千五百萬澳門元，大概可說飲品及煙草的出口下降百分之八十五。

出口到香港的商品走勢也是負面的，與去年相比有百分之八的下降。其他市場方面，只有約百分之六的澳門出口總值為正面的，即加拿大上升百分之二十九，日本上升百分之四十九，台灣上升百分之六十。

<sup>(5)</sup> 從九四年九月起經濟司改變行政程序，出口貨物免付消費稅，從此，這幾類消費品的許可執照數量亦開始減少。

圖四

## 澳門主要出口市場走勢



資料來源：經濟司研究室，以外貿統計數字為基礎。

總括來說，北美市場近期在本澳的出口總值的增長趨勢中佔重要地位，尤其是美國。相反，出口到歐盟及亞太區的貨物卻相對下降，這情況可解釋為源自中國的需求的改變。

## III.4. 一一入口貨物之走勢

九五年上半年，澳門購買外國貨物的總值達九十一億澳

門圓，比去年同期減少百分之零點二。九四年入口貨物的增長約為百分之六。

這數字反映出對外國消費品的需求呆滯，而原料及半製成品入口更下跌百分之四。資本性貨物的入口則有百分之二十的顯著升幅。入口貨物減少的趨勢，可反映出較大不利於經濟活動的發展（特別是建築業及對內貿易）。

入口概況（以經濟項目分類）  
名義增長率

	比重%*	1994	1994上半年	1995上半年
入口總值：	100	+ 5,6%	+ 3,8%	- 0,2%
消費品	28	+ 7,2%	+ 11,8%	- 0,5%
原料及半製成品	56	+ 3,9%	+	- 3,8%
燃料及潤滑劑	4	+ 7,3%	+ 1,3%	+ 4,3%
資本性貨物	12	+ 9,9%	-	+ 19,7%

\*比重根據九四的入口總值

佔本澳入口貨物百分之二十八的消費品的入口量，從九二年開始持續減少。這並非僅僅反映出個人消費力的減弱方面（儘管人口也大量增加），同時非本地居民<sup>(6)</sup>的消費意欲亦有所下降。在一系列的入口貨物中以“食物、飲品及煙草”的下降最為明顯（從九四年的百分之十五減低至九五年上半年的百分之二）。同時，“其他消費品”亦為負增長（從九四年的百分之一下跌至負百分之三）。另外，輕型客車入口量跌幅更高於“其他消費品”，為負百分之二十六。

此外，佔本澳入口貨物百分之五十六的原料及半製成品（MPPST）比去年同期減少百分之四。這是因為對外國建築材料的需求減低，而建築業的高峰期亦已過去（如：鐵或鋼的入口量減少百分之五十八，以及建築用的砂石也減少百分之八十三）。佔 MPPST 三分之二的紡織材料，儘管在九四

<sup>(6)</sup> 在澳門，消費品的入口量除了受本地居民需求影響外，還受到佔比重相當大之流動人口（遊客及訪客）和與中國的特殊關係所影響。

年下半年有所下降，但是九五年上半年卻有百分之五的增長。

佔入口總值百分之十二的外國資本性物質的入口量，在九五年上半年有百分之二十的顯著增長，這些物質給予澳門國際機場必需的技術裝備，又使其他有代表性的投資項目得以發展，特別是澳門電力公司（CEM）。估計在九五年下半年資本性物質會有溫和的增長。澳門國際機場（AIR MACAU）方面飛機的購置，並非是商品的入口，而是服務的入口（因為飛機是以特別“租賃”的形式進口）。

### III.5. —— 入口貨物的市場

九五年上半年，供貨市場<sup>(7)</sup>的入口貨物出現一值得重視的增長，分別是：美國百分之十八及歐盟百分之十四，這是近幾年來的一明顯趨勢。另外，台灣，新加坡及馬來西亞商品入口量分別上升百分之九、百分之一百零八及百分之一百零二。

本澳對部分商品市場的購買力相對來說明顯減弱：香港減少百分之七，南韓減少百分之十六以及日本減少百分之二十四。近期的負面變化，可部份理解為是日圓強勁的緣故。

同時，中國入口貨物在九五年上半年上升百分之七，與九四年負百分之七相比有所恢復。入口貨物的上升水平為壹億零三佰萬澳門圓，特別是纖維、布及其他紡織材料，依照服裝出口的數據增加了壹億伍仟四百萬澳門圓。

消費品及資本性貨物需求增多的結果，使近年入口貨物的市場結構有利於美國及歐盟，此兩國傳統上並非本澳的原料及半製成之供應國。九十年代初澳門入口美國貨物為百分之五，歐盟為百分之八。但是九五年上半年這種市場地位分別改變為百分之七點五及百分之十六。相對地，亞太區的總體地位則有較微下跌，特別是香港及日本的地位。無論如何，亞洲——太平洋地區仍然是澳門九五年上半年入口貨物之最大供應商（佔入口總值百分之七十四），其中香港（百分之二十八）<sup>(8)</sup>、中國（百分之二十一）以及日本（百分之十一）。

<sup>(7)</sup> 本研究以澳門外貿統計資料為製訂基礎，資料未經內部生產總值（GDP）的估計加以修正。

<sup>(8)</sup> 香港扮演貨物集散地的角色，部份入口貨物來自其他市場，不另作分類。

表 III - 1

### 澳門對外貿易數據

(百萬澳門幣)

	1992	1993	1994	1994 上半年	1995 上半年
出口，離岸價	14 080,2	14 236,2	14 853,9	6 521,3	7 202,7
入口，離岸價	17 639,0	18 116,1	19 131,7	9 147,8	9 126,6
貿易平衡	-3 558,8	-3 879,9	-4 277,8	-2 626,5	-1 923,9
貿易平衡/GDP(%)	-8,8	-8,4	-8,3	n.d.	n.d.
覆蓋系數(%)	79,8	78,6	77,6	71,3	78,9
數量變化率(%)					
出口	-1,7	2,4	3,7	6,4	4,5
入口	8,0	0,9	3,6	2,3	-0,8

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 2  
澳門出口概況

	總額 (百萬元)	分配率	平均增長	同期變化(%)				
	1994	1994	1986-91	1992	1993	1994	1994 上半年	1995 上半年
出口總值	14 853,9	100,0	9,1	5,7	1,1	4,3	5,5	10,4
紡織品出口	10 918,2	73,5	10,8	7,1	-3,5	5,2	0,7	19,7
成衣	9 514,6	64,1	10,9	8,3	-3,6	5,9	1,5	22,4
其他紡織品	1 403,6	9,4	10,1	-0,1	-2,3	1,3	-3,4	5,3
非紡織品出口	3 935,7	26,5	4,8	1,2	15,8	1,9	18,6	-10,5
玩具	728,3	4,9	-5,3	-10,2	-13,3	21,8	31,1	7,2
電子	565,6	3,8	3,1	2,7	15,8	15,1	71,5	-28,9
鞋	272,3	1,8	31,4	-23,8	37,9	48,9	45,7	64,6
其他	2 369,5	16,0	10,0	7,5	23,9	-8,5	6,8	-17,0

註：金額增長率。

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 3  
澳門入口數據

	總額 (百萬元)	分配率	平均增長	同期變化(%)				
	1994	1994	1986-91	1992	1993	1994	1994 上半年	1995 上半年
入口總值	19 131,7	100,0	n.d.	13,5	2,7	5,6	3,8	-0,2
消費品	5 334,8	27,9	n.d.	23,8	9,4	7,2	11,8	-0,5
食物、飲品及煙草	2 478,3	13,0	n.d.	20,9	22,4	15,4	19,8	2,3
其他消費品	2 856,5	14,9	n.d.	25,8	1,3	1,0	5,7	-2,8
原材料及半制成品	10 760,8	56,2	n.d.	14,6	3,5	3,9	4,8	-3,8
燃料及潤滑劑	793,3	4,1	n.d.	1,2	10,9	7,3	1,3	4,3
資本性貨物	2 242,7	11,7	n.d.	-2,6	-15,6	9,9	-17,4	19,7

註：金額增長率。

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 4

## 配額使用率（澳門對外簽訂之協議）

（限額之百分比）

	1992	1993	1994	1994 上半年	1995 上半年
美國					
第一組（棉織及其他纖維，羊毛除外）					
其中：					
第333/4/5/833/4/5組別	118,0	102,2	113,0	35,9	36,2
第338組別	105,5	103,7	112,9	53,7	56,2
第339組別	109,4	103,2	113,7	60,3	58,3
第340組別	108,7	101,1	108,6	38,7	43,1
第347/8/847組別	110,6	103,2	113,0	54,4	58,7
第633/4/5組別	107,8	106,9	104,0	35,8	29,1
第638/9/838組別	96,8	84,9	93,2	34,1	37,2
第647/648組別	105,9	104,8	111,8	34,5	48,3
（此等組別於美國總限額中之比重）	75,2%	75,7%	76,9%	82,0%	73,8%
第二組（羊毛）——總體	56,4	40,3	62,5	18,0	28,2
歐洲聯盟*					
第4類（汗衫）	85,2	90,5	73,6	39,4	29,5
第5類（套頭毛衣）	100,7	102,6	100,7	36,5	43,0
第6類（褲）	90,4	107,3	99,5	58,3	40,1
第7類（女裝紡織品）	75,1	88,6	99,4	49,4	39,9
第8類（男裝紡織品）	88,1	88,1	69,6	27,9	31,2
第18類（內衣及睡衣）	70,1	66,3	61,4	26,0	23,1
（此等組別於歐洲聯盟總限額中之比重）	77,6%	81,8%	81,8%	82,5%	80,6%
組別項目：					
第333/4/5/833/4/5組別——棉織、混合絲織及其他植物纖維外衣。					
第338組別——男裝棉織恤衫及汗衫。					
第339組別——女裝棉織襯衣、鬆身外衣及汗衫。					
第340組別——男裝棉織恤衫。					
第347/8/847組別——棉褲、其他植物纖維及混合絲織褲及短褲。					
第633/4/5組別——人造纖維外衣。					
第638/9/838組別——人造及植物纖維及混合絲織恤衫、鬆身外衣及汗衫，棉織衣物除外。					
第647/648組別——人造纖維褲及短褲。					
*歐洲聯盟（15）自1995年1月起。					

資料來源：經濟司研究處。

表 III - 5

## 澳門主要出口市場

	總額 (百萬元)	分配率	平均增長	同期變化(%)				
				1994	1994	1986-91	1992	1993
北美	5 725,8	38,5	8,2	17,2	-4,3	15,3	2,3	40,1
美國	5 522,2	37,2	8,0	17,9	-4,5	16,1	2,9	40,6
加拿大	203,6	1,4	11,8	2,9	0,7	-2,8	-11,4	29,3
歐洲聯盟 (15)	4 838,8	32,6	9,8	-4,9	-3,8	-1,2	6,2	4,7
亞洲及太平洋區	4 037,9	27,2	9,8	7,7	13,6	-1,0	7,5	-12,4
其中：								
香港	1 660,2	11,2	5,2	1,2	1,2	-7,0	-5,6	-7,8
中國	1 887,3	12,7	27,7	24,9	34,5	0,1	23,4	-24,8
日本	140,5	0,9	9,6	-10,7	-12,3	-13,0	-24,3	48,6
澳洲	48,0	0,3	-12,2	-34,1	-33,4	2,6	5,0	-26,5
其他	251,4	1,7	2,1	-1,9	41,3	-15,3	21,1	-10,7
總數	14 853,9	100,0	9,1	5,7	1,1	4,3	5,5	10,4

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 6

運往主要出口市場之出口製品分類  
A——成衣

	總額 1994 (百萬元)	分配率	同期變化(%)				
			1994	1992	1993	1994	1994 上半年
歐洲聯盟 (15)	3 966,0	41,7	-2,0	-5,2	-6,2	-0,5	-0,3
美國	4 772,1	49,6	24,9	-2,2	18,6	4,4	48,4
加拿大	163,3	1,7	16,8	-0,1	-4,0	-11,6	25,8
香港	140,9	1,5	-13,3	11,5	-11,5	-10,6	-33,9
台灣	134,0	1,4	179,0	48,1	31,7	-22,8	30,3
其他國家	388,3	4,1	-10,8	-15,9	10,9	11,3	11,7
總數	9 514,6	100,0	8,3	-3,6	5,9	1,5	22,4

## B——其他紡織製品

香港	657,2	46,8	-10,5	-1,0	1,9	-0,9	5,3
中國	607,8	43,3	17,1	-3,7	-2,4	-6,7	-4,1
日本	42,1	3,0	-4,9	-5,8	-3,0	-11,4	16,4
加拿大	20,1	1,4	130,0	20,0	46,5	-8,0	47,1
智利	19,8	1,4	n.d.	363,5	13,0	4,8	14,4
其他國家	56,7	4,0	-31,1	-26,2	28,6	10,5	107,7
總數	1 403,6	100,0	-0,1	-2,3	1,3	-3,4	5,3



## C——電子

	總額 1994 (百萬元)	分配率 1994	同期變化(%)				
			1992	1993	1994	1994 上半年	1995 上半年
歐洲聯盟 (15)	358,4	63,4	3,7	13,3	30,2	140,3	-34,2
香港	130,0	23,0	76,6	-24,2	32,2	63,2	47,8
中國	63,2	11,2	-51,1	79,6	-30,1	-47,6	39,0
美國	4,5	0,8	-54,5	-99,4	n.d.	n.d.	-41,6
日本	2,4	0,4	176,5	145,8	n.d.	490,2	138,4
其他國家	7,1	1,3	-69,9	n.d.	-73,8	748,8	126,7
總數	565,6	100,0	2,7	15,8	15,1	71,5	-28,9

## D——玩具

美國	454,9	62,5	10,3	-20,0	6,3	5,8	-34,8
歐洲聯盟 (15)	182,2	25,0	-47,7	-20,5	145,2	107,4	160,4
墨西哥	36,9	5,1	-43,2	n.d.	24,0	n.d.	-81,4
香港	12,0	1,6	-53,0	46,9	-35,4	-21,3	28,4
加拿大	10,5	1,4	-40,3	-10,8	-40,3	-3,9	42,1
其他國家	31,8	4,4	-34,6	8,2	7,6	46,1	22,2
總數	728,3	100,0	-10,2	-13,3	21,8	31,1	7,2

## E——鞋

歐洲聯盟 (15)	180,9	66,4	-26,8	35,7	50,8	43,6	112,7
美國	34,1	12,5	-8,8	36,5	-17,7	-17,0	-19,8
中國	25,5	9,4	7,0	16,7	234,4	383,6	-27,0
香港	14,4	5,3	-32,1	25,5	92,5	209,8	-19,8
澳大利亞	3,7	1,3	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	256,0
其他國家	13,8	5,1	-73,6	371,8	125,2	70,6	149,9
總數	272,3	100,0	-23,8	37,9	48,9	45,7	64,6

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 7

## 普及優惠制下澳門之出口數量——以市量分類

	金額 (百萬元) 1994	結構		同期變化(%)			
		佔對該地區 總出口之 百分比 1994	佔普及優惠 制下總出口之 百分比 1994	1992	1993	1994 上半年	1995 上半年
北美	627,5	11,0	52,2	-7,7	-16,4	-7,5	-29,6
美國	614,4	11,1	51,1	-5,6	-16,7	-6,7	-30,5
加拿大	13,1	6,4	1,1	-50,3	-4,6	-33,2	9,5
歐洲聯盟 (15)	559,0	11,6	46,5	5,7	-8,4	-15,7	20,0
其他國家							
其中：							
日本	7,7	5,5	0,6	-12,2	-55,1	-10,7	40,6
澳洲	4,7	9,7	0,4	-6,5	-11,0	-28,1	3,2
總數	1 202,6	8,1	100,0	-7,0	-13,8	-2,0	-5,6

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

表 III - 8

## 入口來源國

	分配率 1994	平均增長 1986-91	同期變化(%)				
			1992	1993	1994	1994 上半年	1995 上半年
中國	18,8	17,3	0,4	7,0	-7,1	-3,9	6,6
日本	12,8	28,8	-9,7	-9,7	-15,1	-11,1	-24,3
香港	30,4	9,0	-0,1	-6,6	6,6	2,9	-7,1
美國	6,8	9,1	17,8	15,6	23,8	7,3	17,9
歐洲聯盟	15,5	19,2	13,1	33,2	32,2	22,0	13,6
台灣	6,8	20,0	12,7	4,2	9,1	7,0	9,2
新加坡	0,5	26,2	4,6	-4,8	18,5	-3,8	107,8
南韓	2,5	30,4	18,9	6,8	13,5	34,1	-16,3
其他國家	6,0	13,3	20,5	21,3	8,2	5,7	-4,1
總數	100,0	15,2	5,7	2,9	4,9	2,8	-0,7

資料來源：經濟司研究廳，以外貿統計數字為計算基礎。

## IV. 金融及匯兌之發展狀況

## IV.1 —— 總體發展

九五年上半年，金融界繼續以去年首季末的主要方針趨向運作，即將本地金融和貨幣的變化特徵加以鞏固。

事實上，支出增加，企業及個人供款持續減少，經濟流動資金增多。在這情況下，銀行加緊收回以往的對外關係方針。

在非金融部門M2的金融資本指標中，顯出首六個月與去年同期相比有逐步增加的趨勢，在六月已積累了百分之十五的增長。

有限制M1貨幣（流動，活期存款及儲蓄）儘管在價值上輕微的上升，但是從九二年六月起即持續放緩，以至錄得年負增長百分之六點九。

按此發展，M2貨幣與去年同期比較有較有利的發展，在期末上升了百分之二十七點二。

同樣地，從九二年七月至去年首季末為歷史性低潮，存款回報率上升。這可解釋為M2貨幣所擔任的角色所致。至九三年年尾止的約二十個月期間，企業及個人信貸受經濟活動放緩及隨後利率普遍上升的影響而持續下降。並且，相對於去年同期的百分之二十三點六，則今年上半年有百分之八的增長。

澳門圓跟隨美元對其他主要貨幣的跌勢，以致在今年的金融匯兌架構中佔優勢。此上落只造成港元對美元的輕微貶值。

銀行方面，發展指標估計利息將會見底。儘管銀行活動及應用的指標所顯示出的不景氣，但是九五年上半年全球的走勢將是正面的。

#### IV.2. ——利率及匯率走勢

按照澳門現行的金融架構，澳門圓與港元掛鈎，其固定利率為一點零三澳門圓對一港元。而美元對港元的固定利率為七點八港元對一美元。本澳沒有採用有自主權的金融政策，令到澳門圓的利率受美國金融政策的帶動。

從九四年二月到本年七月初，美國聯邦儲備局以調整經濟發展，及減低通貨膨脹的方式先後七次增加銀行隔夜利率（OVERNIGHT BANKING RATE）及折扣率（DISCOUNT RATE）。

這些改變自然影響到香港及澳門。從九四年三月開始澳門銀行公會即著手檢討上述指引利率，將由九二年七月至今的平穩期結束（利率永遠最低）。

本年七月底，儲蓄存款的利率為百分之四，一年定期存款利率為百分之七；而九四年三月則分別為百分之一點二五及百分之三點七五。同樣地，錄得有多種活期利率上升，並達到“優惠利率”（PRIME RATE）的百分之十。

整件事中，這股上移力揭示出有過多的資產，令到 FED 要在七月五日，即三年來首次降低“隔夜”利率（從百分之六降至百分之五點七五）。

澳門圓的匯率變化在九五年可區別為兩個不同的階段。從年初至七月底為第一階段，這階段受九四年的趨勢影響，且本地貨幣對所有主要貨幣皆貶值。例如對瑞士法郎跌百分之十三點九，對法國法郎跌百分之十一點五以及對日圓跌百分之十二點八，都是去年所錄得的最大跌幅。

但是，從八月初開始本地貨幣對其他貨幣普遍升值。到八月二十四日止，對瑞士法郎、德國馬克及日圓分別上升了百分之六點二、百分之六點六及百分之八點二。

鑑於美日貿易不平衡及主要中央銀行（特別是日本）干預的減少，這發展是協議的成果。但是美元（及澳門圓）近期的升勢還不足以抗衡已持續超過一年半的跌勢。

澳門圓對其他國家及地區的貨幣貶值，對新加坡圓貶值百分之二點六，對馬來西亞幣貶值百分之三，對韓國幣貶值百分之二，對人民幣貶值百分之一點七。這樣，在亞太區中，港澳地區看來更有競爭力。

澳門圓的匯兌指數在九四年一月上升了百分之七點二後。（因人民幣貶值百分之三十三），隨後至本年六月底下跌百分之七點四，這樣與九三年十月中所錄得的數值則相近。

#### IV.3. ——貨幣表現

一九九五年上半年貨幣表現對上升趨勢指標運動有重大的意義，渡過了主要貨幣由一九九二年上半年開始至九四第三季末的放緩期。因此，廣義的整體償還能力（M2）在六月底錄得百分之十五年增長對比於九四年同期的百分之八點九。

與M2的變化明顯相反，狹義的償還能力（M1）指標顯示由一九九三年第四季起接連錄得每年的負增長率，雖然在一九九五年上半年數字下降速度放慢（負百分之六點九與九四年六月的負百分之十一點六相對比）。

M2總值增長主要由M2的反方即對外可動用資產淨值（DLX）承托，DLX 在九四年上半年底與九五年上半年底之間增長百分之二十四，至於M2的另一反方——內部信貸——增加百分之十點五。這種情形與去年同期所出現的情形相反，在這期間內對M2正面變化貢獻最多的反方是內部信貸而非 DLX。

在九四年上半年 DLX 開始復甦並且能夠持續到九五年上半年的原因，這和外部帳目得到改善以及導致九二年中至九四年初放緩因素得到緩和有關，這些因素包括中華人民共和國節約政策，經濟中介人重整資本數目，借貸利息處於低水平等。

M1貨幣總值（M1 = 流通貨幣 + 活期存款 + 儲蓄存款）基本沒有改變，在本年的上半年期間維持在一百八十億澳門元左右，這數值相當於每年負增長率。這種現象從每年即付存款（即付存款 = 活期存款 + 儲蓄存款）數目減少清楚展露出來，雖則流通貨幣（在M1中比重輕微約佔百分之六）在本年一月和六月間稍微減少，在上半年的每個月錄得每年正值變化。

廣義的資金貨幣供應（M2）是由M1及「類似貨幣作用的存款」所組成（RQM）。而一九九五年六月份的 R.Q.M.（由定期存款及預先通知存款組成）較去年同期增加了百分之二十六點六，因此直接使到九五年上半年的M2增加至澳門元六百六十五億元，升了百分之十五。定期存款佔總存款額的百分之七十一點七，像去年一樣，是各類存款中唯有增長的（百分之二十七點二）。至於預先通知存款、活期存款及儲蓄存款則分別有百分之二十二點六、四點二及八點七的降幅。

此外，還要特別指出第一季的M2數值是較大的，因為當中還包括了一項額外注入貨幣制度的資金，就是澳門政府所注入的二十一億元澳門元的機場興建費用。

根據上述的數字變動，可以知道定期存款由於受到利率上升的影響，成為支持今年的貨幣有良好走勢的一個主力相比起預先通知存款有著明顯的升幅，同時更使到M2中各種存款的比重有所變化。因此，貨幣中各種成份的比重的好促使M1及M2有兩種截然不同的走勢。

從不同的貨幣單位佔貨幣市場的比重，可以看到澳門幣由百分之四點二升至二十九點六，而其它的貨幣則由百分之三點七降至十五點五。至於港幣在一九九五年上半年的比率都是徘徊在百分之五十五左右。

#### IV.4. —— 內部信貸

一九九四年六月到一九九五年六月期間，內部信貸（C.I.）增加了百分之十點五，達到澳門幣三百八十四億元。從這個升幅看，可以知道內部信貸的增長速度有放緩的跡象，因為一九九二／九三年度的內部信貸增幅達百分之四十，到了一九九三／九四年度則只有百分之二十二點八的增長。

一九九四年第一季的公共部門淨信貸有百分之三十一的負增長，到了一九九五年同期則有百分之十四的增長但是信貸中重要的構成部份——商業及私人信貸——於去年同期還有百分之二十三點六的增長，但九五年則只有百分之八的增長。

公共部門淨貸款是公共部門的存款及信貸的差額。而上述的升幅的出現則是由於本地機場計劃開始運作而使六月份的存款額大幅上升，這不是一種常有的現象。

商業及私人信貸減少可能是造成今年首季的經濟活動減慢的一個重要因素。事實上，一九九五年首六個月的入口比一九九四年同期下跌了百分之零點二，而內部需求的減少亦同時使到內部信貸的升幅放緩。此外整體利率的上升亦會造成經濟中介人的活動減少。

這種變化正好顯示出信貸的內部結構情形，當中澳門經濟活動的主要行業的信貸的比重比「商業及私人信貸」的為低。事實上，一九九四年及一九九五年的首季，不論是加工業、貿易、又或是餐廳、酒店及同類行業，甚至是住宅等的信貸增長（分別是百分之六點五、零點四、負三點九及七）都是較商業及私人信貸的百分之八的增長為低。其中唯一例外的是本地的經濟支柱之一的建築及公共工程。雖然它們不是處於蓬勃時期，但仍然有百分之十四的增長。這可能是由於最興旺時期（一九九二／九三）開始的工程到現在已是到了最後階段而需要大量的資金完成工作。與去年相比，今年商業及私人貸款的內部變化亦顯示了內部需求的減少。

商業及私人信貸中借貸及準時還款的款項佔了百分之九十二，所以從信貸運作的角度分析，商業及私人信貸結構並沒有改變，但是從貸款期看，便會發覺還款期低於兩年的信貸比還款期多過兩年的信貸為多，後者的比重由百分之五十五點六下跌至百分之五十一。

貨幣單位是商業及私人信貸的重要一環。而其中澳門元的比重由百分之十九點八升至二十二點五，升幅達百分之二十二點七。而另一方面，港元及其它貨幣單位的比重則分別是百分之六十五點四及十二點一，跌幅為百分之一點四及一點二。

#### IV.5. —— 對外金融關係

對外淨資產值由一九九二年中期至一九九四年初都是一直不斷增加的，後來停頓了一段時間，而再於一九九五年首季再次上升，總值達到澳門幣三百四十五億元。

「非金融投資的結餘」亦即相等於「對外資產總值的變動」。一九九五年上半年，此項結餘達到澳門元十九億。相比起一九九三年及一九九四年的二十五億元及一億五千七百萬元的虧損，顯示了整體收支會有盈餘。

「非金融運作」的可觀盈餘是由「資產及務服」帳目（BBS）及「收益、轉帳及資金」帳目（BRTC）組合而成。其中「資產及務服帳目」盈餘明顯上升了百分之四十一點一，而「收益、轉帳及資金帳目」則下降了百分之十五點九。

受到近幾年經濟走勢的影響，今年首季「貿易結餘」（BC）是負澳門元十九億。同時由於今年出口較去年同期有百分之十點五的增長再加上入口減少（下跌百分之零點二）使到貿易赤字較一九九四年首季減少了百分之二十六點八，出入口覆蓋率亦由百分之七十一點七升至七十八點九。

雖然一九九五年首六個月的入口有百分之八點九的增長，但同時出口亦有良好的表現（較去年同期升了百分之二十一點一）。這主要是由於博彩收益的增加帶動貿易結餘（BS）亦上升了百分之二十二點四。

服務行業的收支結餘足夠抵償貿易赤字，而資產及服務業的收支平衡（＝貿易行業收支平衡＋服務行業收支平衡）亦有澳門元九十億元的盈餘，達到百分之四十一點四的增長。

由「非金融運作的收支結餘」及「資產及服務行業的收支結餘」相減所得出的「收益、轉帳及資金」帳目顯示出澳門元七十七億元的赤字，較一九九四年同期上升了百分之十五點九（虧損了六十六億澳門元）。

在澳門特有的經濟系統內，「對外淨資產值」的增加會無可避免地使到本地的支出有相應的上升。

#### IV.6. ——澳門金融及匯兌管理署的工作

根據法定的工作範疇，一九九五年澳門金融及匯兌管理署負責監察金融制度、管理外匯儲備，提倡使用澳門元以及制定金融及兌匯政策。

根據一九九五年政府對銀行業的施政方針，有關發行澳門元信用咭和管制風險資金公司活動的法律框架的制定工作經已完成。

同時，管制外幣兌換公司（FOREX）的法律草案製訂工作亦已完成。

另外，亦完成了有關保險及金融機構的合夥及拆夥的法令的籌備及頒佈工作，並且制定了本澳發行鈔票的制度法規。雖然這兩項工作並不列在一九九五年度行政方針內，但卻有著重要的作用。

至於保險業，澳門金融及匯兌管理署根據其專責的工作範圍，重新修定有關職業病、工作意外賠償的法例，以及制定旅遊公司所應負的民事責任。到一九九五年尾，將完成對保險業及私人退休基金的法例修訂工作。

#### IV.7. ——其他金融機構的活動情形

##### a) 銀行業的活動情形

顯示澳門信貸機構的整體活動情況的指標反映出上半年各種不同的信貸活動。

今年首季的業務交易額只升了百分之零點四，顯示出銀行資金運用整體停滯不前。

上述這個現象出現主要原因是去年同期業務交易額有百分之三十三的強勁增長（有史以來最大的增幅）。此外，還需要注意其他因素的影響，如投資及利率差的結構的改變。

銀行資金運用結構方面，去年七月至今年六月一年時間內，銀行對外可動用資產下跌了超過澳門元九十億元，而對外信貸及對外財務運用亦分別下跌了百分之十八及四十一。所以即使商業及私人信貸有百分之八的增長和金融票據的投資雖亦有百分之八十八的增長，仍然不足以支持活動量的明顯的增長。

另外，信貸增幅放緩的現象並不影響邊際利率充滿生機的升幅，這情況顯示信貸活動收益和財務負擔之間的差別，其增長約為百分之八十五。因此，在可見知的利率上升的環境裡貸款利息明顯高於借款利息，雖則在存款結構中定期存款比重不斷增加。

與資金變化接近的非銀行資源變化表現疲弱（負百分之零點四），雖然膨脹數字達百分之十六點二總存款（特別是百分之二十七的定期存款）的表現顯示在其結構中的重要改

變，尤以對外間所承擔的責任的改變。因此，對外承擔責任數字減少百分之二十二，特別是對銀行所承擔的短期責任（負一百八十億澳門元），雖則非本地居民存款（包括存款信用證）數字上升百分之三百二十八或相當九十億澳門元左右。

不論是投資或是在取得資產方面，本澳銀行業制度在對外業務方面變得更有自主權。七月底，對外資產總值有百分之四十一點五的增長，較前年的增長已明顯地減少，一九九二年有百分之五十四點五增長；一九九三年有百分之四十七點一，而一九九四年亦有百分之四十九點六。雖然對外存款額的百分之二十七點九的增長比一九九四年的百分之三十六點四為低，但比一九九二年的百分之二十四點六及一九九三年的百分之二十七點二為高。

收益方面，雖然利率差比一九九四年六月份的利率差有所增加，但由於財務投資和票據收益以及匯兌投資收益分別有負百分之四十四及負二十七的降幅，使到中介純利潤只有百分之八的增長，是歷來最少的增長。

一九九四年生產力的增長明顯，因為增值毛額（VAB）的增長遠較工資高（分別是百分之十八及百分之四）。而今年首季增值毛額的增長放緩（六月份的增幅只有百分之八），再加上工資的預計增幅會跟去年差不多，所以預料生產力的增幅亦會相對地減少。

##### b) 銀行同業市場

澳門銀行同業市場由各商業銀行及澳門金融及匯兌管理署組成。此市場主要執行兩大類的工作：一是「其它金融機構（OIM）」的基金轉帳；二是發展銀行和匯兌管理署之間的金融票據業務活動和執行貨幣掉期（SWAP）。

澳門的貨幣和金融界不容許使用貨幣政策干擾市場運作，因此，在控制流動資金的問題上，澳門金融及匯兌管理署處於一個非主動的位置，只限於吸納銀行活動中多出的澳門元（或者將這些多出澳門元兌換成外幣）以便維護政府的兌換儲備及刺激使用澳門元。

雖然商業銀行投資只是佔整個銀行同業投資很少的比例，但是在過去幾年，例如一九九四年及一九九五年的上半年一直都有百分之十四點三的升幅。

今年上半年，總存款額的升幅較商業銀行的信貸為大，顯示出整個銀行業的資產有強勁的升幅。而金融票據以澳門元為計算單位，用以吸納銀行活動中多出資產。不論是從已流通的貨幣總值抑或從月平均毛額看，一九九四年六月及一九九五年六月的金融票據都分別有百分之一百四十五及百分之五十七點三的急劇升幅。

同樣地，以澳門元計算的銀行業資產總值的上升使到貨幣掉期（SWAP）的使用減少，從總差額看，以每年為計算基礎的變化為負百分之三十三點四。

表 IV - 1  
利率  
1992-1995年上半年  
(期末數字)

(年息)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
港幣貸款優惠利率	6,5	6,5	8,5	7,3	9,0
澳門幣三個月存款利率*	2,8	2,8	5,5	4,3	6,0

\*由澳門銀行公會厘定之利率。

資料來源：Datastream 及澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 2  
澳門幣匯率  
1992-1995年上半年  
(期末之匯率)

(每100元外幣兌澳門幣)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
葡國土姑度	5,5	4,5	5,0	4,9	5,5
美元	797,2	795,6	797,0	796,1	797,0
德國馬克	493,5	458,6	514,4	501,6	576,3
日元	6,4	7,1	8,0	8,1	9,4
英磅	1 204,5	1 176,5	1 248,5	1 230,4	1 268,4
法國法郎	144,7	135,0	149,3	146,5	164,2
新加坡元	485,6	494,8	546,7	522,5	570,5
台幣*	31,4	29,8	30,3	29,6	30,9
人民幣*	138,6	137,2	94,4	92,0	96,0
南韓圓*	1,0	1,0	1,0	1,0	1,1

(\*) 無官方報價之貨幣。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 3  
港幣及澳門幣兌換率指標  
1992-1995年上半年  
(期末月份之每月平均值)

(指數：基數=1983年10月24-28日為100)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
澳門幣					
總體指數(入口+出口)	103,1	104,0	107,3	108,9	103,2
指數-入口	113,5	112,0	120,7	122,9	115,0
指數-出口	95,3	97,9	97,3	98,6	94,4
港幣					
總體指數	114,0	113,8	121,8	124,2	118,5

註：指數下跌表示貨幣貶值。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

## 表 IV - 4

金融綜合概況  
1992-1995年上半年

(期末金額)

(單位為百萬元)

	1992	1993	1994	94年上半年	95年上半年
對外淨資產	32 105,6	28 262,8	32 583,3	28 419,3	34 498,5
同期變化(%)	22,4	-12,0	15,3	-4,0	21,4
對外資產	51 802,2	65 049,7	64 117,1	72 439,5	68 686,1
對外負債	19 696,6	36 786,9	31 533,8	44 020,2	34 187,6
內部信貸	22 752,6	31 382,9	34 520,1	34 766,9	38 421,5
同期變化(%)	19,2	37,9	10,0	22,8	10,5
公共信貸	-3 129,6	-4 614,1	-5 187,1	-4 241,0	-3 718,6
商業及私人信貸	25 882,2	35 997,0	39 707,2	39 007,8	42 140,0
同期變化(%)	29,3	39,1	10,3	23,6	8,0
貨幣供應(M2)	50 375,3	53 956,1	61 018,8	57 815,6	66 476,9
同期變化(%)	20,2	7,1	13,1	8,9	15,0
貨幣供應(M1)	20 987,9	20 602,8	18 809,5	20 058,0	18 679,9
同期變化(%)	29,3	-1,8	-8,7	-11,6	-6,9
流通貨幣	968,8	1 080,8	1 197,8	1 103,6	1 184,4
現金存款	20 019,4	19 521,9	17 611,7	18 954,4	17 495,6
準貨幣	29 387,4	33 353,3	42 209,3	37 757,6	47 797,0
雜項	4 483	5 689,6	6 084,6	5 370,6	6 443,0

註：期末絕對值。

與往年同期比較之變動(%)。

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

## 表 IV - 5

## 貨幣供應

1992-1995年上半年

(期末金額)

(變化年率)

	1992	1993	1994	94年上半年	95年上半年
貨幣供應M1	29,3	-1,8	-8,7	-11,6	-6,9
流通貨幣	17,7	11,6	10,8	12,9	7,3
支票存款	53,4	-14,0	-11,1	-23,4	-4,2
儲蓄存款	23,6	1,4	-9,4	-9,0	-8,7
準貨幣	14,5	13,5	26,6	24,3	26,6
定期存款	14,9	12,7	27,4	24,1	27,2
通知存款	-23,6	114,4	-30,5	40,8	-22,6
貨幣供應M2	20,2	7,1	13,1	8,9	15,0

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 6  
貨幣供應結構-按貨幣分類  
1992-1995年上半年  
(期末數字)

(%)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
貨幣供應M1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
澳門幣	28,8	31,5	35,8	32,7	35,9
港幣	57,3	53,2	53,0	55,7	52,7
外幣	13,9	15,3	11,1	11,6	11,3
貨幣供應M2	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
澳門幣	23,9	26,2	27,1	25,4	29,6
港幣	50,8	50,9	55,5	55,4	54,9
外幣	25,3	22,9	17,4	19,2	15,5

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 7  
居民存款結構-按存款方式分類  
1992-1995年上半年  
(期末數字)

(%)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
總存款	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
支票存款	11,0	8,8	6,7	7,9	7,5
儲蓄存款	30,1	28,6	22,9	25,8	20,3
通知存款	0,5	0,9	0,6	0,8	0,5
定期存款	58,5	61,7	69,8	65,5	71,7

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 8  
銀行系統給予商業機構及私人之貸款及墊支  
1992-1995年上半年  
(期末數字)

(變化年率)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
貸款及墊支	30,6	36,9	11,3	24,2	8,1
透支	45,8	35,3	7,9	15,7	6,3
其他貸款及墊支	28,5	37,1	11,8	25,6	8,3
三個月內	43,8	40,5	20,0	24,3	10,9
三至六個月	-25,9	6,1	48,7	21,7	41,0
六個月至一年	-10	47,6	31,9	29,2	28,7
一至二年	13,5	46,0	15,1	12,5	38,6
二年以上	42,2	36,5	4,6	27,4	0,9

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。



表 IV - 9

## 商業機構及私人貸款-按貨幣分類

1992-1995年上半年  
(期末數字)

(年率變化)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
商業機構及私人貸款	29,3	39,1	10,3	23,6	8,0
澳門幣	13,8	60,1	28,8	66,8	22,7
港幣	37,8	34,4	7,6	17,8	5,7
外幣	10,6	39,7	-0,4	8,9	-2,4
貸款及墊支	30,6	36,9	11,3	24,2	8,1
澳門幣	13,9	61,3	27,1	64,5	23,5
港幣	38,9	33,6	8,2	17,7	5,4
外幣	11,5	23,3	2,9	9,6	-5,8
L/C及類似工具	12,5	76,1	-6,6	16,9	3,7
澳門幣	31,9	-91,8	-6,7	5 296,0	-98,4
港幣	16,9	52,7	-4,6	19,0	13,7
外幣	6,9	109,8	-8,4	7,4	4,6
財務投資	13,8	12,8	170,1	18,0	169,7
澳門幣	4,4	24,5	179,6	20,1	176,9
港幣	190,1	-65,1	-56,7	-23,3	-43,5
外幣	—	—	—	—	—

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 10

向各行業之信貸分類  
1992-1995年上半年  
(期末數字)

(%)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
農業及漁業	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
開採業	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
加工業	15,0	10,7	11,1	11,5	11,4
食品及飲品	0,3	0,2	0,1	0,2	0,1
成衣紡織	3,5	3,7	3,8	3,9	4,1
其他紡織制品	2,2	1,0	0,9	1,1	1,1
皮革用品	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
木製品及傢俱	0,1	0,1	0,1	0,3	0,1
陶瓷	0,3	0,2	0,2	0,2	0,1
紙張、工藝品及刊物	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
玩具	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
電子機械	0,9	0,7	0,8	0,8	0,7
人造花	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
其他無指定工業	6,9	4,0	4,6	4,4	4,5

(%)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
電力、汽油及自來水	3,2	2,3	3,2	3,0	3,3
建造業及公共設施	14,6	16,2	17,4	16,3	17,3
商業	13,3	15,9	15,4	15,4	14,3
餐廳、酒店及類似設施	3,7	3,8	3,8	4,0	3,6
交通、貨庫及通訊	2,8	2,1	1,7	2,1	2,3
非金融系統內之財務機構	0,0	0,0	0,0	0,0	2,5
其他信貸	47,2	49,0	47,3	47,7	45,4
住宅	28,5	25,6	24,5	24,3	24,1
其他用途	7,7	9,1	9,5	9,9	8,8
其他	11,0	14,2	13,2	13,5	12,6
總貸款	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
總貸款 (百萬澳門幣)	25 816,1	35 922,4	39 505,0	38 936,2	41 946,9

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 11

## 非金融性活動之估值

1992-1995年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
1. 貨物出口 (離岸價)	14 080	14 236	14 854	6 518	7 203
2. 貨物入口 (到岸價)	17 639	18 155	19 132	9 229	9 127
3. 貿易差額 (1-2) (1)	-3 559	-3 918	-4 278	-2 711	-1 924
4. 勞務出口	18 039	20 298	21 764	10 767	12 651
5. 勞務入口	1 428	1 855	2 033	1 009	1 111
6. 勞務差額 (4-5) (1)	16 611	18 443	19 730	9 758	11 540
7. 貿易及勞務差額 (3+6)	13 053	14 525	15 453	7 047	9 616
8. 收入, 轉移及資本性差額 (2)	-7 166	-18 368	-11 132	-6 891	-7 701
9. 非金融性活動差額 (7+8)	5 886	-3 843	4 321	157	1 915
10. 對外貯備變化	5 886	-3 843	4 321	157	1 915

(1) 根據 GDP 之估值 (統計暨普查司)。

(2) 包括差誤, 遺漏及押匯活動。

資料來源：統計暨普查司；澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 12

## 金融工具-金融票據及掉期

1992-1995年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
金融票據					
買賣次數	4 133	4 336	4 261	1 986	2 288
交易金額	123 689,0	168 605,0	136 464,5	59 949,5	92 652,5
期末結算額	5 701,0	5 880,0	8 686,0	6 369,5	11 953,0
掉期					
操作次數	40	62	120	71	54
交易	873,1	1 682,4	3 240,6	1 886,0	1 266,1
期末結算額	260,7	358,0	361,7	335,8	282,3

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 13

## 銀行體系指數

1992-1995年上半年

(期末數字)

(年率變化)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
業務量	7,8	27,3	4,5	33,0	0,4
利率差	22,2	-9,6	33,6	20,4	85,1
銀行投資	1,9	12,3	9,8	34,7	-0,2
第三者資源	6,9	28,1	3,8	34,4	-0,4
參予活動毛利	30,5	31,9	17,6	21,3	8,0
增值毛額	30,1	34,7	18,0	23,0	9,2

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 14

## 銀行業市場-商業銀行

1992-1995年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
其他金融機構負債	1 182,6	1 071,4	1 899,2	1 412,7	1 614,2
澳門幣	124,7	270,4	331,2	309,1	615,3
港幣	431,0	391,1	783,5	594,5	531,3
外幣	626,9	409,9	784,5	509,1	467,6
其他金融機構負債	1 182,6	1 071,4	1 899,2	1 412,7	1 614,2
七日內	310,0	337,8	536,7	606,9	424,0
八日至一個月	405,3	258,4	428,9	144,4	263,6
一個月至三個月	226,2	168,6	527,4	202,4	488,9
三個月以上	241,0	306,5	406,2	459,0	437,7

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

表 IV - 15

## 澳門銀行業內之離岸業務比重

1992-1995年上半年

(期末數字)

(單位為百萬元)

	1992	1993	1994	94上半年	95上半年
離岸業務 (a)	19 287,0	35 731,3	30 491,4	42 437,9	32 906,5
總資產	77 720,1	96 360,5	112 279,6	107 019,7	110 339,8
離岸業務比重 (%) (b)	24,8	37,1	27,2	39,7	29,8

資料來源：澳門金融暨匯兌管理局。

(a) 離岸業務 =  $\sum_i \text{MIN}(Dx_i, Rx_i)$ ，取兩者中較小之值。

Dx 對外資產

Rx 對外負債

(b) 比重 (%) = 離岸業務 / 總資產

## V. 公共財政

## V.1 —— 本地區公共賬目的發展

根據對一九九二年至一九九五年上半年的中央行政的公共帳目研究所得，以圖 V-1 可以知道這段時間內公共帳目的支付都有盈餘。其中值得一提的是一九九二年度的預算執行的盈餘，達到十八億五千八百四十四萬元澳門元，那是由於當年單單以批地得來的收益已佔公共財政收入的百分之三十八。

一九九三年的財政盈餘約十七億八千二百三十七萬七千元，雖然比一九九四年的澳門元十五億五千九百八十九萬七千元為高，但那是因為其中還包括了澳門元三億九千六百七十三萬六千元的歷年滾存存內。

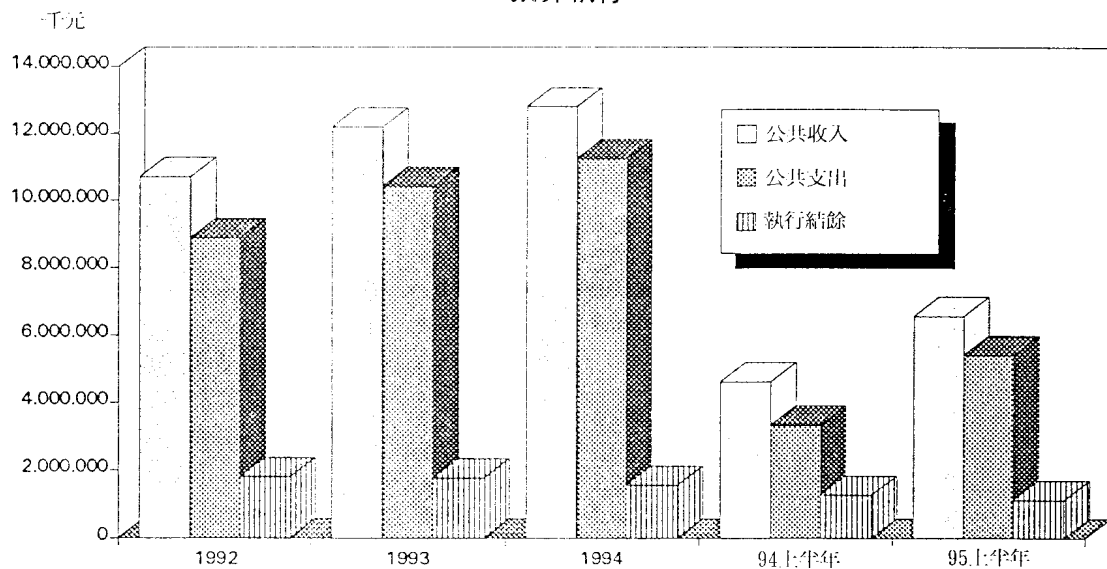
由於「經常性收入」減少，（尤其是批地收益的跌幅最大），使到今年首季的預算執行的盈餘只有十一億四千一百七十萬零六千元澳門元，較去年同期下跌了百分之十點六。

須要指出，由於一九九五《澳門地區政府預算(OGT)》以新的形式組成，指定自治機構的所有收入和開支必須轉入“自治機構及基金”內，但由於截至本年頭六個月內所得“指定收入”的轉賬工作未能實現，今年上半年盈餘超過三千三百二十一萬五千澳門元，這數字等於待轉“指定收入”的數字。

此外，將一九九二—一九九四年三年所得滾存分析，數字顯示滾存平均佔每年所得收入總數的百分之三十四點七（不計“上年經濟年度結存”和“自治機構及基金”）。

以臨時數值為計算基礎，一九九五年上半年的滾存比上年同期低百分之八點七，原因是一方面“經常性收入”下跌，另一方面是和由今年開始將“指定收入”撥入“自治機構及基金”新辦法。

## 預算執行



資料來源：財政司研究室。

一九九五年六月底的“公共收入”總數達六十五億六千八百八十三萬五千澳門元或等於列登在經修正的《九五年政府預算》數字百分之五十七點一，與上年同期比較有百分之四十一點九增加，主要受從“歷年可動用賬目”中取得收入影響，這方面對該段期間所得收入總數的貢獻為百分之三十一點七，在該段期間，“公共收入”的百分之六十五點五來自“經常性收入”，百分之三十二點八來自“資本性收入”和百分之一點七來自自治機構及基金中之“指定收入”（圖表 V-2）。

至於《預算》執行情況，“經常性收入”，“資本性收入”和“指定收入”實施率分別達到百分之四十七點七，九十五點六和四十八點八。

從主要組成部份的結構數字來看，“專營批給”方面的收入對公共收入總值貢獻最大，一九九五年上半年的相對比重為百分之四十三點六，比一九九四年同期數字高出百分之二十七點五，主要是“博彩專營稅”稅收增加，其中以“租金”一項最突出，在九五年上半年增長為百分之二十九對比於九四年同期下降百分之七的數字。

來自“產業權及其他資產收入”的收入佔九五年上半年收入總數百分之九（或佔不計“歷年滾存”數字在內的公共收入的百分之十三點二），與往年同期此項稅收數字比較明顯下降百分之五十八，下降的主要原因和“批地溢金”因土地批給活動減少而減少有關，這現象是因房地產市場收縮而

引起。這方面收入的相對減少數字部份由“專營批給”稅收中得到補償。

一九九五年的預算數字中，“產業權及其他資產收入”稅完稅率在九五年上半年達百分之二十七點九，所收稅款比上年同期達到預算徵稅水平為低（百分之六十八點一）。

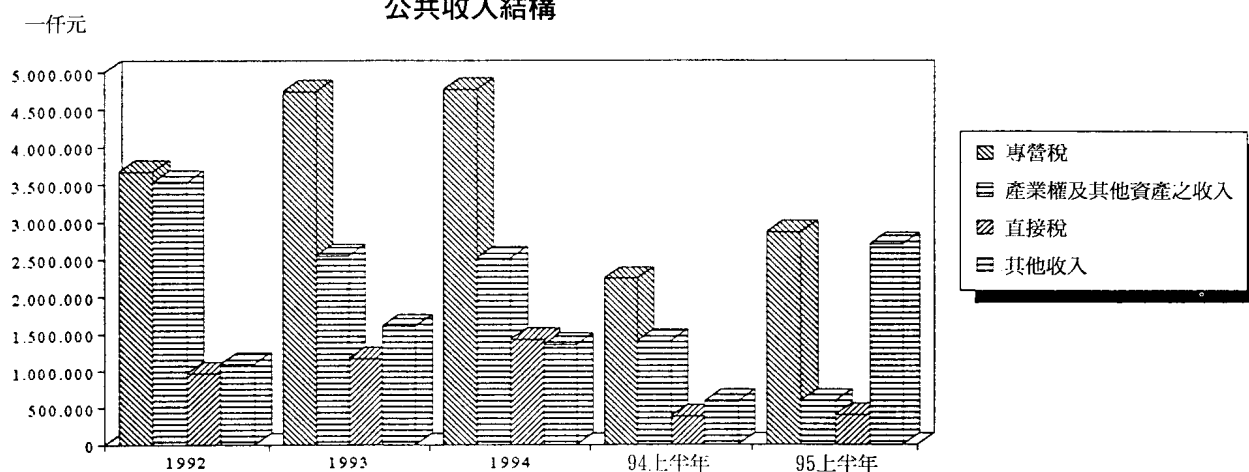
“直接稅”（佔“公共收入”總數百分之六點二），在一九九四年首六個月增長百分之四點五。其中以“物業轉移稅”和“職業稅”最突出，分別佔百分之四十一點八和三十點二。

與一九九四年同期相比“業稅”是稅收中唯一下跌的稅項，同時，“所得補充稅”的預算數字完稅率很低（百分之十點四），因為此項稅收按規定由九月份起才開始徵收。

至於“其他稅收”的主要組成部份，其中包括“自治機構及基金”部份指定收入，稅收增長非常高，數字與往年上半年經已入帳數字比較達百分三百六十一點一。在這項稅收總數中，以“歷年滾存”、“雜稅項及罰款”和“消費稅”收入最為突出，分別為百分之七十六點八，六點八和五點六。

須提及，“在付款中未經扣除的款項歸還”一項，在“其他稅收”的整體數字中所佔比重很少，雖則是其中一組成部份，增長率數字與上年同期比較相當高達百分之三百八十二點二，高增率數字是各自治實體將往年多收撥款退回，此種現象在今年二月最為常見。

公共收入結構



資料來源：財政司研究室。

一九九五年上半年“公共開支”變化數字為五十四億二千五百一十二萬九千澳門元，相當於預算數字完成率百分之四十七點二（相對於經修正的《九五澳門政府預算（OGT）》數值），與一九九四年上半年比較有明顯的增長，數字達百分之六十二，高增長的原因是“不動產財務”項目的開支，只這一項已佔至一九九五年六月底總開支百分之四十點九，這情況與上年同期相反，當時該項開支為零。

公共開支涉及組織的這一部份開支在一九九五年上半年已將總數的百分之三十八點七撥作“行政範圍支出”，其餘

百分之六十一點二撥作“行政共用支出”和“自治機構及基金支出”。

在“公共範圍支出”這一範疇，單是“一般事務”這一項已佔總數百分之三十七點七，接著的是“澳門保安部隊”和“教育司”，所佔份額分別為百分之十九點六和十六點九。

一九九四年上半年數字中，“行政範圍支出”的總體增長為百分之九十點八，增長最高是“一般事務”項目，這是

因為《九五政府預算（OGT）》以新的形式組成，大部份當時以“共用支出”項目名義入數的開支改列在“一般事務”副帳目內。

“行政共用支出”的增長（百分之四十四點五）繼續受“共用開支”數字所支配，其中包括參與私人企業公司的資金和轉入澳門行政特區政府基金內的金額，它的正值變化與九四年同期比較為百分之五十四點六，在分析期內保持百分之九十三點四高結構比重。

“PIDDA 投資發展計劃”在本年六月底的總開支僅為一億六千八百四十六萬七千澳門元相對於上年同期二億五百四十八萬八千澳門元支出，下降百分之十八和低的預算完成率，支出數字只佔《九五年預算》總數百分之十（以《九五年預算》修正數字為計算基礎）。

現按經濟類別來對“公共開支”進行分析，結果顯示在一九九五年上半年“財務運作”的支出已超越“經常性劃撥”數字，佔“公共開支”總數很大百分比份額（百分之四十一），這現象可從本文開始已經提及的業務運作得到解釋。

按已發放的數字，“人員開支”在“公共開支”結構中所佔比重為百分之二十，這比九四年同期的百分之十三開支為高，並且高於上年薪金調整數字，而調整效應在有關分析期間內反映出來。

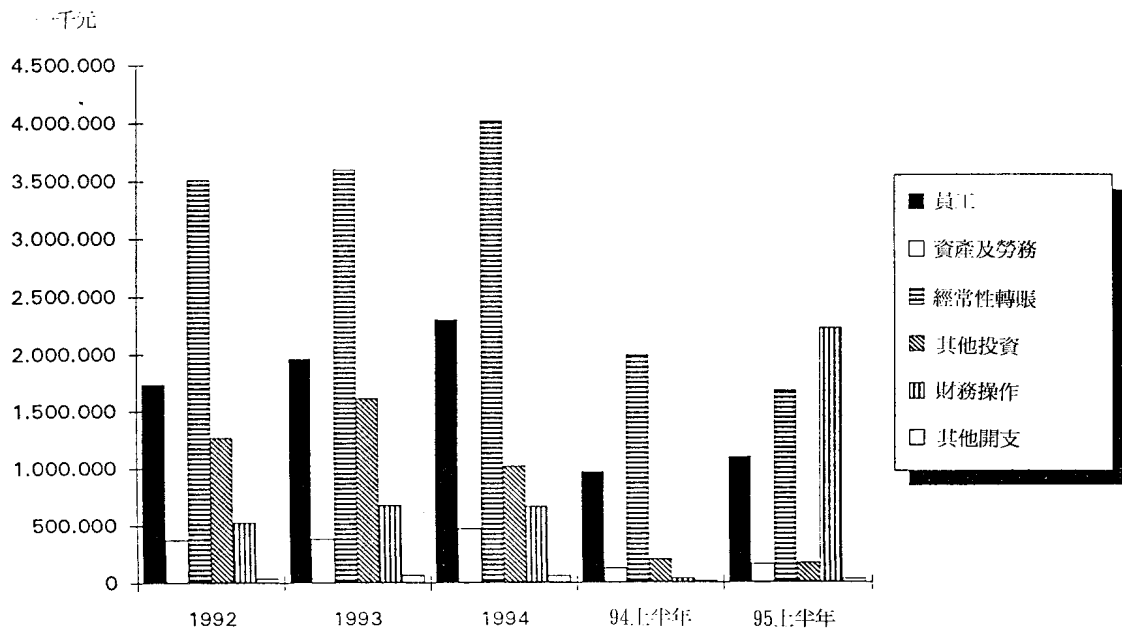
這差別現象可歸究於工作人員在其職程內晉升和增加人員數目以配合本地化的需要。

在上年首六個月內“經常性轉賬”下降百分之十五點六，原因有是享有“指定收入”的自治實體由今年起將各項劃撥轉入“自治機構及基金”。同期，“商品及服務”開支增加百分之二十二點二。

如按功能類別對“公共開支”進行分析，數字顯示“其他功能”（九五年上半年總數百分之五十五點四），“公共行政一般服務”（百分之十二點一）和“公共治安”（百分之七點七）消耗最多資源。

將九五年六月底錄得的數字和九四年上半年數字比較，“其他功能”項目支出數字增長最高達百分之一百四十四點四，與上年同期的百分之十點一跌幅相比對。增長原因和“未指明的其他功能”支出數字大增有關，同期，“社會福利”支出大幅下跌數字達百分之十八點五。

### 公共開支結構



資料來源：財政司研究室。

最後，預測一九九五年下半年的收入變化維持在上半年水平，“專營批給”收入仍然是“公共收入”結構組合中舉足輕重的一環，同時預料“土地批給”收入很快便完成預算目標，從而在總收入中增加本身比重。至於開支分析，估計由於 PIDDA 投資和發展的支出、薪金調整和免費教育推及計劃支出等原因（將在九五／九六學年開始實施），開支項目將大幅度增長。

### V.2 —— 1996年預算案

在不放棄過往數年所採取並獲得滿意成果之公共開支合理化運用的政策的情形下，一九九六年之本地區總預算案（OGT/96）在既定之行政方針內繼續加深行政權在其認為於過渡期內至為重要的工作之財務參與。此類工作包括教育、衛生及社會福利等各方面。

另一方面，為著保證本地區社會及經濟的持久發展與其居民的福利，政府亦將繼續其在各基建項目的投資。

與本年年初預算相比，一九九六年預算提案有約四億零六百萬元的增加，增幅約4.3%（表V-16及V-17）。

需要一提的是九五年之預算案將會作出修訂彼能支付本地區六個為著完成批給澳門國際機場（CAM）的土地發展計劃所設立的私營部門之財務參與。而此等操作亦以“歷年結餘”的金額作抵消。

有關在一九九六年收入表內所列之金額，其估值是再一次以較保守的方式計算出來，以保證能支付有關之估計支出。

有關開支方面，OGT/96將繼續受分配予各公共機關作運作用途的金額多寡所影響，並保持有一頗高，但比本年度之預算較少金額的投資計劃。

“運作之經常性結餘”將再一次足夠應付整個投資計劃。估計在投資後的結餘將達五仟四百九十二萬元。

正如一九九五年年初預算提案一般，下年度將毋需運用公債及歷年滾存。預計資本性開支將可由經常性結餘及資本性收入所支付，特別是各項來自 STDM 在澳門文化中心建造工程上的資助、投資的出讓、貸予澳門港口公司款項的償還及“在付款中未扣除之款項歸還”等各方面之收入。

在分析 OGT/96內所列的公共收入項目可發現各項“專營權之批給”保持其作為收入內最大比重的角色。與本年預計繳納金額比較，估計其將有5%的增長，並佔總預算公共收入的59.7%。

在“直接稅”方面，有關預計收入是以比較穩健的方式計算出來。其比對 OGT/95的最初預測金額增加約17.4%，但卻比本年度的預期收入減少10%。

與九五年年初估計數值比較，“間接稅”及“費用及罰

款”分別有23.6%及1.2%的增幅，而由於來自土地批給溢金的收入減少，“產業收益”因而下降39%。

“資本性收入”則包括於一九八八年十二月二十日貸予澳門港口公司款項的償還與及估計由“投資出讓”中將可獲得的五仟八佰萬元。

在公共開支方面，正如前述，OGT/96將一如本年所採取的政策，嘗試有效率地加強一系列被列為重要項目的工作，並保持各項與基建有關的投資項目之發展。

與 OGT/95比較，“員工開支”（佔總預算的26.6%）將上升約11.7%，而“貨物及勞務之購置”的絕對值則有約7%的升幅。

在“公債利息”方面，與同年之預算金額比較有著62.8%之跌幅，原因一方面毋需運用新增貸款，另一方面一筆於一九九〇年以大西洋為首之銀團所給予之內部貸款將於一九九六年十二月終止，對結算金額有一名義跌幅。

在一九九六年預算開支中佔最大比重的“經常性轉帳”（34.3%）預計比 OGT/95數值輕微下降0.7%。其主要是由於預計給予澳門特別行政區基金之金額減少，原因為較早時提及之買地收入下跌所致。

“其他投資”將佔預算公共開支的14.8%。與年初預算數字比較有輕微減少，其主因是 PIDDA/96金額有約8.6%的跌幅。值得一提的是相等於 PIDDA 之預備撥款的“其他資本性開支”，在其上加入“其他投資”之金額即可獲得公共投資的總金額。

“財務運作”包括“公債償還”，後者預計開支與本年相同。前者同時亦包括“財務不動產”——即投資在各私人企業的金額（四億三仟萬）。

而“資本性轉帳”方面，包括了三千三百萬元資助本地私校建造工程，以及按照批地合約內所訂定的一筆總額達一億五仟萬元予以發展澳門國際機場（CAM）之資助金額。

表 V - 1  
公共賬目之演變（中央行政）

（一仟元）

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1. 公共收入	9 191 309	9 356 622	10 000 244	4 590 300	4 306 987
2. 公共支出	5 646 688	5 984 917	6 826 828	3 100 806	2 947 758
3. 差額 (1-2)	3 544 621	3 371 705	3 173 416	1 489 494	1 359 229
4. 投資	1 262 449	1 606 637	1 010 343	205 488	168 467
5. 投資後差額 (3-4)	2 282 172	1 765 068	2 163 073	1 284 006	1 190 762

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
6. 其他收入來源	1 508 516	2 449 002	2 810 992	38 793	180 208
6.1 貸性收益	0	0	0	0	0
6.2 公債	0	0	0	0	0
6.3 投資出讓	26 748	44 035	77 888	34 336	49 146
6.4 轉賬	0	262 000	0	0	0
6.5 在付款中未扣除之款項歸還	40 171	7 386	8 606	4 457	21 491
6.6 自治機構及基金	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 109 571
7. = 5 + 6	3 790 688	4 214 070	4 974 065	1 322 799	1 370 970
8. 其他用途	1 984 848	2 828 429	3 414 168	43 577	2 308 904
8.1 其他投資	6 900	6 848	8 385	1 460	1 189
8.2 公債償還	10 008	77 846	76 865	38 917	39 896
8.3 金融不動產	512 844	596 444	585 220	0	2 178 546
8.4 其他轉賬	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
8.5 自治機構及基金	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 76 356
9. = 7 - 8	1 805 840	1 385 641	1 559 897	1 279 222	(937 934)
10. 歷年滾存	0	396 736	0	0	2 081 640
11. 盈餘 (9+10)	1 805 840	1 782 377	1 559 897	1 279 222	1 143 706

註：\*臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定收支金額。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 2

公共收入

(一千元)

收入項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1. 經常性收入	9 191 309	9 356 622	10 000 244	4 590 300	4 306 987
1.1 直接稅	4 487 033	5 503 808	6 060 462	2 562 309	3 197 164
1.2 間接稅	668 032	753 278	801 376	341 670	263 377
1.3 雜項稅及罰款	319 137	351 896	374 495	176 060	165 553
1.4 產業收益	3 526 029	2 550 836	2 521 134	1 407 909	590 529
1.5 轉賬	149 477	146 415	185 735	70 395	61 460
1.6 耐用資產出讓	553	808	2 685	1 322	306
1.7 非耐用資產出讓	31 435	32 684	40 728	24 381	27 081
1.8 其他收入	9 613	16 897	13 629	6 254	1 517
2. 資本性收入	66 919	710 157	86 494	38 793	2 152 277
2.1 出讓投資資產	26 748	44 035	77 888	34 336	49 146
2.2 轉賬	0	262 000	0	0	0
2.3 貸性收入	0	0	0	0	0
2.4 償還性收入	0	0	0	0	0
2.5 其他資本性收入	0	396 736	0	0	2 081 640
2.6 在付款中未扣除之款項歸還	40 171	7 386	8 606	4 457	21 491
3. 小結 (1+2)	9 258 228	10 066 779	10 086 738	4 629 093	6 459 264
4. 自治機構及基金	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 109 571
5. 收入總結 (3+4)	10 699 825	12 202 360	12 811 236	4 629 093	6 568 835

註：\*臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定收入。

資料來源：財政司研究廳。



表 V - 3

## 公共開支

(一千元)

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1. 經常性開支	5 646 688	5 984 917	6 826 828	3 100 806	2 947 758
1.1 員工	1 741 082	1 958 982	2 297 628	965 041	1 091 218
1.2 資產及勞務	373 438	379 534	467 308	130 230	159 199
1.3 利息	1 141	5 817	10 122	4 949	5 762
1.4 經常性轉賬	3 506 546	3 593 422	4 017 081	1 988 829	1 678 340
1.5 其他經常性開支	24 481	47 162	34 689	11 757	13 239
2. 資本性開支	1 805 700	2 299 485	1 700 013	249 065	2 401 015
2.1 其他投資	1 269 349	1 613 485	1 018 728	206 948	169 656
2.2 資本性轉賬 **	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
2.3 財務操作 ***	522 852	674 290	662 085	38 917	2 218 442
2.4 其他資本性開支	0	0	0	0	0
3. 小結 (1+2)	7 452 388	8 284 402	8 526 841	3 349 871	5 348 773
4. 自治機構及基金	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a) 76 356
5. 收入總結 (3+4)	8 893 985	10 419 983	11 251 339	3 349 871	5 425 129

註：\*臨時數值。

\*\* “私人公司投資” 不包括在此項內。

\*\*\* “私人公司投資” 包括在此項內。

(a) 給予各自治機構之指定開支。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 4

## 公共收入主要組成部份

(一千元)

收入項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
收入總額	10 699 82	12 202 36	12 811 236	4 629 093	6 568 835
收入總額 (不包括自治機構及基金)	9 258 228	10 066 77	10 086 738	4 629 093	6 459 264
專營稅 (a)	3 666 693	4 745 301	4 776 791	2 245 817	2 864 037
產業權及其他資產之收入	3 526 029	2 550 836	2 521 134	1 407 909	590 529
直接稅	968 377	1 168 382	1 429 875	387 898	405 353
其他收入 (a)	1 097 129	1 602 260	1 358 938	587 469	2 708 916
自治機構及基金	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	0

註：\*臨時數值。

(a) “專營稅” 及 “其他收入” 的總數亦包括給予自治機構及基金之指定收入金額。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 5  
公共開支以機構分類

(一仟元)

帳號及項目以組織類別分	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1 - 行政範圍	1 952 806	2 189 512	2 648 814	1 099 599	2 097 674
01 - 一般事務	154 668	178 176	214 112	82 895	791 628
03 - 行政暨公職司	43 063	51 164	57 627	17 352	49 854
04 - 華務司	43 800	46 106	41 663	21 941	0
05 - 教育司	383 136	438 640	536 603	205 970	355 124
06 - 衛生司	65 189	0	0	0	0
07 - 統計司	55 732	61 327	67 731	31 091	33 697
09 - 財政司	73 682	77 957	86 161	36 819	42 337
18 - 身份證明司	18 094	21 687	24 135	10 956	11 025
19 - 經濟司	50 002	57 152	66 835	30 486	33 275
22 - 地球物理暨氣象台	12 502	14 460	17 982	7 499	9 557
23 - 旅遊司	36 021	40 224	49 773	21 795	26 975
24 - 政府新聞司	23 284	25 172	28 939	13 535	14 463
26 - 博彩監察暨協調司	24 334	28 283	33 180	15 637	17 303
27 - 海事署	62 476	76 557	80 959	31 550	38 543
28 - 澳門保安部隊	597 568	700 432	796 293	347 574	410 551
29 - 勞工事務室	26 531	39 316	42 440	18 212	20 867
31 - 地圖繪畫暨地籍署	21 861	23 899	26 716	12 034	13 680
32 - 司法警察司	43 534	52 321	61 769	27 446	31 246
33 - 公眾服務暨諮詢中心	3 736	4 336	4 273	2 156	0
34 - 司法事務司	138 730	164 970	178 402	81 533	92 517
35 - 工務運輸司	74 863	81 569	91 218	41 010	43 750
36 - 法律翻譯辦公室	0	5 764	20 848	9 373	11 330
37 - 體育總署	0	0	38 794	10 271	13 782
38 - 文化司署	0	0	82 361	22 464	32 155
39 - 防止濫用藥物辦公室	0	0	0	0	4 015
2 - 行政共用開支	5 499 582	6 094 890	5 878 027	2 250 272	3 251 099
10 - 公債利息	11 149	83 662	86 986	43 866	45 658
11 - 退休金	206 101	245 919	277 989	36 683	0
12 - 共用開支	4 019 883	4 158 672	4 502 709	1 964 235	3 036 974
40 - 計劃投資	1 262 449	1 606 637	1 010 343	205 488	168 467
3 - 小結 (1+2)	7 452 388	8 284 402	8 526 841	3 349 871	5 348 773
4 - 自治機構及基金	1 441 597	2 135 581	2 724 498	0	(a)
5 - 公共開支總結 (3+4)	8 893 985	10 419 983	11 251 339	3 349 871	5 425 129

註：\*臨時數值。

(a) 給予各自治機構之指定開支金額。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 6

## 專利稅收入

(一千元)

收入項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
博彩稅	3 554 024	4 612 918	4 635 536	2 168 781	2 779 389
租金	3 423 218	4 219 482	4 504 413	2 106 631	2 718 039
補償金	3 300	3 630	3 993	0	0
溢金	122 700	122 700	121 700	61 350	60 350
社會及福利基金	0	0	0	0	1 000
經常性參與	800	800	800	800	0
資本性參與	0	262 000	0	0	0
海島市政廳 - 離島賭場溢金 (a)	2 003	2 153	2 315	0	0
澳門基金會 - 離島賭場溢金 (a)	2 003	2 153	2 315	0	0
C. P. S. 彩票	937	2 088	1 997	1 042	1 205
租金	892	1 988	1 902	992	1 148
給予澳門基金會部份 (a)	45	100	95	50	57
狗場	34 657	39 748	40 336	19 968	19 828
租金	30 282	35 437	35 954	17 800	17 651
溢金	2 000	2 000	2 000	1 000	1 000
條文第八項	2 160	2 117	2 219	1 086	1 099
給予體育總署之收入	215	194	163	82	0
給予體育發展基金之收入 (a)	0	0	0	0	78
馬會	15 188	14 003	14 385	7 232	7 540
租金	0	0	0	0	0
補償金	0	0	0	0	0
溢金	0	0	0	0	0
彩池金額百分率	0	0	0	0	0
彩票金額百分率	0	0	0	0	0
無人認領之彩金 (a)	1 844	1 553	1 312	758	764
離島發展捐贈 (a)	13 005	12 112	12 717	6 280	6 594
入場券 (旅遊基金)	339	338	356	194	182
即發獎券	3 515	3 802	2 343	593	1 750
補償金	0	0	10	10	0
給予澳門基金之收入 (a)	3 515	3 802	2 333	583	1 750
角子機專營稅	0	0	532	532	586
政府代表收入	1 195	1 460	1 500	1 011	1 170
其他指定收入	375	510	598	298	280
給予澳門公務員互助會之收入	203	293	344	178	110
給予社會工作司之收入 (a)	172	217	254	120	170
電訊公司	46 676	58 029	64 823	31 619	33 443
自來水公司	1 791	2 815	3 344	3 344	3 206
電力公司	7 662	8 563	10 527	10 527	11 105
澳門公共汽車公司	0	0	0	0	0
澳門福利汽車公司	0	790	870	870	952
無線電活動專利	0	0	0	0	0
澳門泊車管理公司	673	575	0	0	3 583
專利稅總收入	3 666 693	4 745 301	4 776 791	2 245 817	2 864 037

註：\*臨時數值。

(a) 自1995年起，指定收入已轉為入賬於自治機構賬及基金賬目內。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 7

## 直接稅收入

(· 仟元)

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
營業稅	23 582	26 357	26 820	25 435	26 214
職業稅	198 078	192 798	242 870	118 890	122 388
房屋稅	72 182	97 079	120 376	26 404	25 615
補充稅	339 815	489 323	623 371	42 941	51 950
遺產稅	9 091	22 604	14 300	6 792	9 672
物業轉移稅	325 629	340 221	402 138	167 436	169 514
直接稅總收入	968 377	1 168 382	1 429 875	387 898	405 353

註：\*臨時數值。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 8

## 產業權收入及其他資產

(· 仟元)

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
利息 - 其他	770	770	776	388	386
分紅 - 其他	2 693	24 235	15 035	8 527	9 425
地租 - 地米	116	131	140	133	156
批地租金	29 801	43 876	38 998	36 264	39 434
批地溢金	3 491 950	2 481 824	2 466 185	1 362 597	541 128
其他收入	699	0	0	0	0
總收入	3 526 029	2 550 836	2 521 134	1 407 909	590 529

註：\*臨時數值。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 9  
其他收入之主要組成部份

(一千元)

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
旅遊業收入 (a)	86 584	118 964	124 145	61 941	46 024
印花稅	151 659	171 755	190 615	88 051	104 465
消費稅	340 654	378 053	400 999	153 495	151 877
雜項稅及罰款	319 137	351 896	374 495	176 060	184 482
各類收費、罰款及其他處分	292 348	322 724	336 034	158 739	165 553
司法登記暨公證總庫有關登記					
與公證服務之收費 (a)	23 509	24 377	33 230	15 035	17 045
簽發工程准照之收費 (a)	2 183	3 566	4 220	1 747	1 412
執行稽查之收費 (a)	1 097	1 229	1 011	539	472
財務資產	0	0	0	0	0
財務負債	0	0	0	0	0
歷年滾存	0	396 736	0	0	2 081 640
在付款中未扣除之款項歸還	40 171	7 386	8 606	4 457	21 491
各類其他收入	158 924	177 470	260 078	103 465	118 937
簽發貨物來源證收費	36 815	24 241	24 872	10 930	3 897
簽發貨物來源證收費撥歸工商發展基金	29 963	36 343	37 260	16 380	11 674
追收公帑	1 763	1 716	403	403	1 652
評證院收費	43	7	6	2	0
簽發貨物轉口證收費	523	549	656	240	316
簽發貨物來源證收費撥歸澳門基金會	12 841	12 114	12 420	5 460	3 891
簽發證書收費撥歸澳門投資促進局	5 993	8 076	8 280	3 640	19 457
審計法院收費	0	0	220	117	0
收回由葡國負擔之費用	0	0	41 031	0	0
來往港澳船票之稅收	2 634	0	0	0	0
耐用品出讓	553	808	2 685	1 322	306
勞務及非耐用品出讓	31 435	32 684	40 728	24 381	27 081
其他經常性收入	9 613	16 897	13 629	6 254	1 517
投資物品出讓	26 748	44 035	77 888	34 336	49 146
轉賬 - 澳門金融暨匯兌管理局	0	0	0	0	0
其他收入總數	1 097 129	1 602 260	1 358 938	587 469	2 708 916

註：\*臨時數值。

(a) 自1995年起，指定收入已轉為入賬於自治機構賬及基金賬目內。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 10

## 經常性開支之主要組成部份

(—千元)

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1 - 員工開支	1 741 082	1 958 982	2 297 628	965 041	1 091 218
薪金及其他基本薪酬	1 384 380	1 525 861	1 804 880	836 230	983 403
編制員工	675 972	760 408	885 307	415 539	486 997
編制外員工	195 780	211 904	302 710	133 269	175 608
編制員工薪俸	35 139	34 190	35 584	17 279	18 268
散位員工薪俸	213 597	222 115	231 833	113 442	115 075
經常性報酬	61 779	72 742	86 001	37 247	47 168
其他開支	202 113	224 502	263 445	119 454	140 287
輔助薪酬	107 875	136 375	160 322	73 252	83 415
超時工作	20 519	22 254	27 843	11 424	12 147
房屋津貼	51 551	65 940	73 858	35 842	42 065
其他開支	35 805	48 181	58 621	25 986	29 203
實物津貼	12 704	11 830	8 949	975	1 857
退休員工	206 102	245 919	277 989	36 683	0
退休金	142 086	170 117	194 469	29 798	0
撫卹金	27 323	31 365	34 584	5 332	0
其他開支	36 693	44 437	48 936	1 553	0
社會福利	22 545	28 740	32 854	15 003	18 630
責任之補償	7 476	10 257	12 634	2 898	3 913
出差	5 054	7 697	9 354	2 579	3 456
其他開支	2 422	2 560	3 280	319	457
2 - 貨物及服務開支	373 438	379 534	467 308	130 230	159 199
耐用品	24 099	24 798	30 010	5 306	8 092
非耐用品	46 728	45 433	52 700	12 722	18 097
勞務	302 611	309 303	384 598	112 202	133 010
3 - 利息	1 141	5 817	10 122	4 949	5 762
4 - 經常性轉賬	3 506 546	3 593 422	4 017 081	1 988 829	1 678 340
公共方面	3 270 794	3 332 764	3 634 960	1 864 431	1 442 899
私人機構	124 742	162 491	240 924	77 150	45 101
私人	49 109	41 364	41 139	25 755	160 082
對外	61 901	56 803	100 058	21 493	30 258
5 - 其他經常性轉賬	24 481	47 162	34 689	11 757	13 239
償還	10 797	23 178	14 003	5 256	8 286
其他開支	13 684	23 984	20 686	6 501	4 953
經常性開支總數	5 646 688	5 984 917	6 826 828	3 100 806	2 947 758

註：\*臨時數值。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 11

## 資本性開支之主要組成部份

(一仟元)

項目	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1 - 其他投資	1 269 349	1 613 485	1 018 728	206 948	169 656
土地	0	0	0	0	0
住屋	30 205	19 198	14 559	412	1 955
樓宇	224 352	150 079	152 969	17 288	29 373
街道及橋樑	267 945	290 786	123 902	43 462	12 930
碼頭	234 537	356 290	2 385	553	0
各類建築	183 323	451 631	422 706	87 072	65 696
土地改良	0	0	0	0	0
運輸材料	2 110	1 579	6 128	580	399
機械及設備	263 723	195 666	175 237	6 818	17 122
其他投資	63 154	148 256	120 842	50 763	42 181
2 - 資本性轉賬**	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
私人機構	13 499	11 710	19 200	3 200	12 917
3 - 財務運作***	522 852	674 290	662 085	38 917	2 218 442
中長期貸款	10 008	77 846	76 865	38 917	39 896
私人公司投資票據	512 844	596 444	585 220	0	2 178 546
4 - 其他資本性開支	0	0	0	0	0
資本性開支總額	1 805 700	2 299 485	1 700 013	249 065	2 401 015

註：\*臨時數值。

\*\* “私人公司投資” 不包括在此項內。

\*\*\* “私人公司投資” 包括在此項內。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 12

## 公共開支以功能分類

(一仟元)

功能分類	1992	1993	1994	94上半年	95上半年*
1 - 公共行政一般事物	1 140 666	1 268 495	1 516 061	609 558	655 428
1-01 一般行政	964 083	1 067 806	1 286 062	517 195	550 979
1-02 司法, 秩序及治安	176 583	200 689	229 999	92 363	104 449
2 - 公共治安	677 088	796 198	899 038	353 272	416 087
2-01 總部	612 380	712 844	806 387	347 574	410 551
2-02 警察	55 257	66 747	65 245	700	0
2-03 消防	8 869	14 137	25 759	4 998	5 536
2-04 民防	582	2 470	1 647	0	0
3 - 教育	390 835	437 093	542 894	203 513	359 149
3-01 行政規律及調查	234 933	256 087	297 085	133 854	155 430
3-02 教育	150 749	177 560	243 803	69 521	203 307
3-03 職業培訓	5 153	3 446	2 006	138	412
4 - 衛生	627 281	598 273	677 542	365 412	380 564
4-01 行政規律及調查	464 485	547 000	658 630	362 326	375 000
4-02 醫療	158 488	50 124	17 648	3 053	1 439
4-03 衛生暨公共健康	4 308	1 149	1 264	33	4 125
5 - 社會福利	364 715	498 011	514 766	150 676	122 809
5-01 行政及規則	3 591	3 591	4 000	2 000	2 750
5-02 社會工作	155 023	248 501	232 777	111 993	120 059
5-03 撫卹金及退休金	206 101	245 919	277 989	36 683	0
6 - 居屋	45 801	47 312	49 151	15 629	20 067
6-01 行政及規則	13 978	12 989	19 306	7 068	12 244
6-02 社會房屋	31 823	34 323	29 845	8 561	7 823
7 - 其他整體及社會服務	265 809	408 529	376 354	111 624	170 025
7-01 文化	126 224	179 259	117 224	26 355	63 569
7-02 體育及休閒	29 251	101 104	110 663	22 528	33 564
7-03 宗教	8 704	8 790	10 508	4 245	4 564
7-04 天文及地球物理學	14 394	15 704	22 027	7 565	10 727
7-05 製圖	22 010	25 898	29 409	12 083	13 699
7-06 社會傳播	37 845	37 758	43 138	20 636	23 035
7-07 勞工事物	27 381	40 016	43 385	18 212	20 867
7-08 土地整理	0	0	0	0	0
7-09 基建工程	0	0	0	0	0
7-10 居住	0	0	0	0	0
8 - 經濟服務	1 107 461	1 450 556	968 455	310 051	294 500
8-01 行政規律及調查	190 741	207 931	234 063	105 443	126 416
8-02 農林, 畜牧及漁業	0	0	0	0	0
8-03 工業	2 948	2 501	881	64	0
8-04 基建	202 345	161 971	264 041	49 591	25 726
8-05 運輸	541 965	714 179	179 204	60 475	49 267
8-06 通訊	60	37	30	13	21
8-07 貿易	0	0	0	0	0
8-08 旅遊	56 823	89 864	87 068	23 594	30 095
8-09 土地整理及環境	112 579	274 073	203 168	70 871	62 975
9 - 其他功能	2 832 732	2 779 935	2 982 580	1 230 136	3 006 500
9-01 公債	11 149	83 663	86 986	43 866	45 658
9-02 公共轉賬	483 227	532 556	571 824	242 036	128 038
9-03 未指明的其他功能	2 338 356	2 163 716	2 323 770	944 234	2 832 804
總公共開支 (a)	7 452 388	8 284 402	8 526 841	3 349 871	5 425 129

註: \*臨時數值。

(a) 1995年上半年的總數包括給予自治機構及基金的指定開支金額。

資料來源: 財政司研究廳。



表 V - 13

公共收入之預算執行  
1995年1月至6月

(一千元)

收入項目	95年預算案	95年預算案 (經修改)	收入金額**	執行率*
專利稅 (a)	4 963 152	4 963 152	2 864 037	57,7%
直接稅	1 150 000	1 150 000	405 353	35,2%
間接稅	538 600	538 600	262 207	48,7%
雜項稅及罰款	299 140	299 140	165 553	55,3%
產業收益	2 114 756	2 114 756	590 529	27,9%
經常性轉賬	5 550	5 550	0	0,0%
耐用品出讓	700	700	306	43,7%
非耐用品出讓	46 114	46 114	27 081	58,7%
其他經常性收入	10 260	10 260	1 517	14,8%
投資出讓	47 000	47 000	49 146	104,6%
轉賬	30 000	30 000	0	0,0%
貸性收入	4 400	4 400	0	0,0%
其他非經常性收入		2 081 640	2 081 640	100,0%
在付款中未扣除之款項歸還	8 000	8 000	21 491	268,6%
自治機構及基金***	199 965	199 965	99 975	50,0%
總收入	9 417 637	11 499 277	6 568 835	57,1%

註：\*預算執行率之百分比以經修改的預算案數值作計算基礎。

\*\*收入金額為臨時數值。

\*\*\*自治機構及基金只包括指定收入。

(a) “專營稅”包括給予自治機構及基金的部份指定收入。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 14

公共開支之預算執行  
1995年1月至6月

(一千元)

開支項目	95年預算案	95年預算案 (經修改)	支出**	執行率*
員工	2 323 024	2 323 074	1 091 218	47,0%
貨物及服務	471 496	474 027	159 199	33,6%
利息	11 015	11 015	5 762	52,3%
經常性轉賬	3 395 688	3 396 057	1 678 340	49,4%
其他經常性開支	973 143	970 193	13 239	1,4%
其他投資	1 682 466	1 715 031	169 656	9,9%
資本性轉賬	31 000	31 000	12 917	41,7%
財務運作	227 855	2 309 495	2 218 442	96,1%
其他資本性開支	77 519	44 954	0	0,0%
自治機構及基金***	224 431	224 431	76 356	34,0%
總開支	9 417 637	11 499 277	5 425 129	47,2%

註：\*預算執行率之百分比以經修改的1995預算案數值作計算基礎。

\*\*支出金額為臨時數值。

\*\*\*自治機構及基金只包括指定開支。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 15  
公共帳目演變之比較

(一千元)

項目	1994	95年預算案	95年預測	96年預算案
1. 公共收入	10 000 244	9 023 806	9 193 045	9 432 813
2. 公共支出	6 826 828	7 174 366	6 445 129	7 283 638
3. 差額 (1-2)	3 173 416	1 849 440	2 747 916	2 149 175
4. 投資	1 010 343	1 750 000	1 050 000	1 600 000
5. 投資後差額 (3-4)	2 163 073	99 440	1 697 916	549 175
6. 其他收入來源	86 494	393 831	338 431	390 870
6.1 貸性收益	0	4 400	0	4 400
6.2 公債	0	0	0	0
6.3 投資出讓	77 888	47 000	82 500	58 000
6.4 轉賬	0	110 000	0	80 000
6.5 在付款中未扣除之款項歸還	8 606	8 000	31 500	10 000
6.6 自治機構及基金*	0	224 431	224 431	238 470
7 = 5 + 6	2 249 567	493 271	2 036 347	940 045
8. 其他用途	689 670	493 271	2 662 796	940 045
8.1 其他投資	8 385	9 985	8 000	10 555
8.2 公債償還	76 865	77 855	78 819	77 850
8.3 金融不動產	585 220	150 000	2 181 546	430 000
8.4 其他轉賬	19 200	31 000	170 000	183 170
8.5 自治機構及基金*	0	224 431	224 431	238 470
9. = 7 - 8	1 559 897	0	(626 449)	0
10. 歷年滾存	0	0	2 081 640	0
11. 盈餘 (9 + 10)	1 559 897	0	1 455 191	0

\*自1995年開始，給予各自治機構之指定收入包括在自治機構及基金賬內。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 16

## 公共收入演變之比較

(一仟元)

收入項目	1994	95年預算案	95年預測	96年預算案
專利稅*	4 776 791	4 963 152	5 585 861	5 864 097
直接稅	1 429 875	1 150 000	1 502 500	1 350 000
間接稅	799 876	538 600	531 500	665 560
雜項稅及罰款	374 495	299 140	333 800	302 780
產業收益	2 521 134	2 114 756	1 200 000	1 287 920
經常性轉賬	41 031	5 550	5 550	5 550
耐用品出讓	2 685	700	1 000	800
非耐用品出讓	40 728	46 114	54 000	48 196
其他經常性收入	13 629	10 260	3 300	10 280
投資出讓	77 888	47 000	82 500	58 000
資本性轉賬	0	30 000	0	0
貸性收益	0	4 400	0	4 400
償還性收入	0	0	0	0
其他資本性收益	0	0	2 081 640	0
在付款中未扣除之款項歸還	8 606	8 000	31 500	10 000
自治機構及基金**	0	199 965	199 965	216 100
總收入	10 086 738	9 417 637	11 613 116	9 823 683

\*給予各自治機構之指定收入來自專營稅。

\*\*給予各自治機構之指定收入非來自專營稅。

資料來源：財政司研究廳。

表 V - 17

## 公共開支演變之比較

(一仟元)

開支項目	1994	95年預算案	95年預測	96年預算案
員工	2 297 628	2 323 024	2 340 000	2 614 683
貨物及服務	467 308	471 496	504 240	539 391
利息	10 122	11 015	9 589	4 100
經常性轉賬	4 017 081	3 395 688	3 549 200	3 370 881
其他經常性開支*	34 689	973 143	42 100	754 583
其他投資	1 018 728	1 682 466	1 058 000	1 456 392
資本性轉賬	19 200	31 000	170 000	183 170
財務運作	662 085	227 855	2 260 365	507 850
其他資本性開支**	0	77 519	0	154 163
自治機構及基金***	0	224 431	224 431	238 470
總開支	8 526 841	9 417 637	10 157 925	9 823 683

註：\*九五年及九六年之本地區總預算已包括備用撥款。

\*\*九五年及九六年之本地區總預算包括投資計劃之同期撥款。

\*\*\*自一九九五年開始，給予各自治機構之指定收入包括在自治機構及基金賬內。

資料來源：財政司研究廳。

## VI. I. 公共投資計劃的發展

正如表 I 所示，公共投資及發展開支計劃（PIDDA）在九四年的最初預算中有著十八億二仟萬元的撥款，與對上一

年同期比較增加約百分之十二點三。而總公共開支的預算金額則上升了百分之十八點一。故此 PIDDA 在總預算中的比重由九三年的百分之十七點三下降至九四年的百分之十六點四。

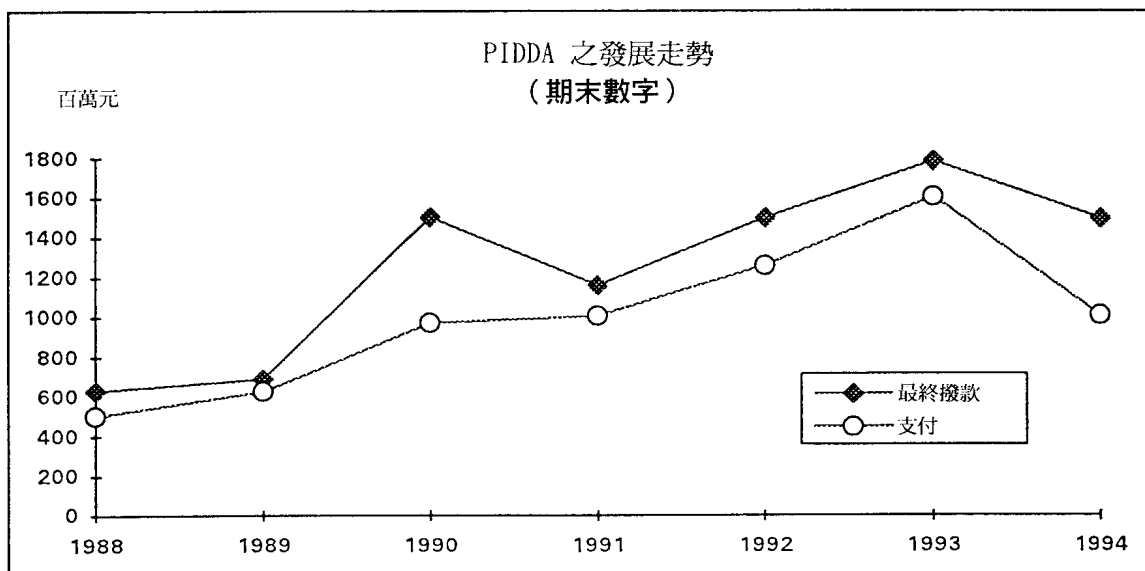


表 I

## 年初預算開支走勢

(百萬元)

年初預算開支		1990	1991	1992	1993	1994
OGT 總數	金額	4 160,1	5 777,7	6 785,3	9 358,0	11 047,6
	Δ %	34,7	38,9	17,4	37,9	18,1
PIDDA	金額	1 055,0	1 435,7	1 500,0	1 620,0	1 820,0
	Δ %	50,7	36,1	4,5	8,0	12,3
OGT 內 PIDDA 所佔比重		25,4%	24,8%	22,1%	17,3%	16,4%

考慮九三年之 PIDDA 經增撥後的最終撥款為十七億八仟六佰二拾萬元，與九四年之 PIDDA 撥款比較，後者接近無升幅。此一升幅之下跌是由於在九四年度內，為完成於前幾年開始施工的大型建設之部份工程，與及進行一些新投資項目的研究及計劃工作，兩者均不會構成很明顯之財務負擔。此情況亦在九四年中得以証實，由於期初之過度撥款，引致在年底有三億二仟萬元之無應用撥款。因此在九四年末

之金額數目為十五億元，與上年比較少百分之十六。（表 II）。

在九四年中，投資開支的支付總額為十億一仟零九拾萬元（比對九三年下跌了百分之三十七點一），執行率只有百分之六十七點四，反映了其未能完全執行已然計劃之各項工程。

表 II  
年終預算開支及執行率走勢

		(百萬元)				
PIDDA		1990	1991	1992	1993	1994
最終撥款		1 505,7	1 164,6	1 501,7	1 786,3	1 500,0
	Δ %	117,7	(22,7)	28,9	19,0	(16,0)
支付		974,2	1 008,5	1 262,4	1 606,8	1 010,9
	Δ %	54,9	3,5	25,2	27,3	(37,1)
執行率		64,7	86,6	84,1	90,0	67,4

另一方面，表III反映出投資開支的性質結構，並顯示“工程”一系列的開支在九四年共佔去百分之六十六點七的撥款。此類開支在該年度共包括一百八十五項投資項目，其中包括“澳門污水處理站”（二億零七佰八拾萬元）、“離島填海及基建”（壹億三仟四佰八拾萬元）、“離島體育中心”（六仟六佰五拾萬元）。其中“離島填海及基建”工程已完成約百分之五十一。而“離島運動場”只完成約百分之十七之工程。

在“設備”一項中，自九二年至今才輕微地回復其重要性。在九四年中佔總投資的百分之十三點二。對比上年上升

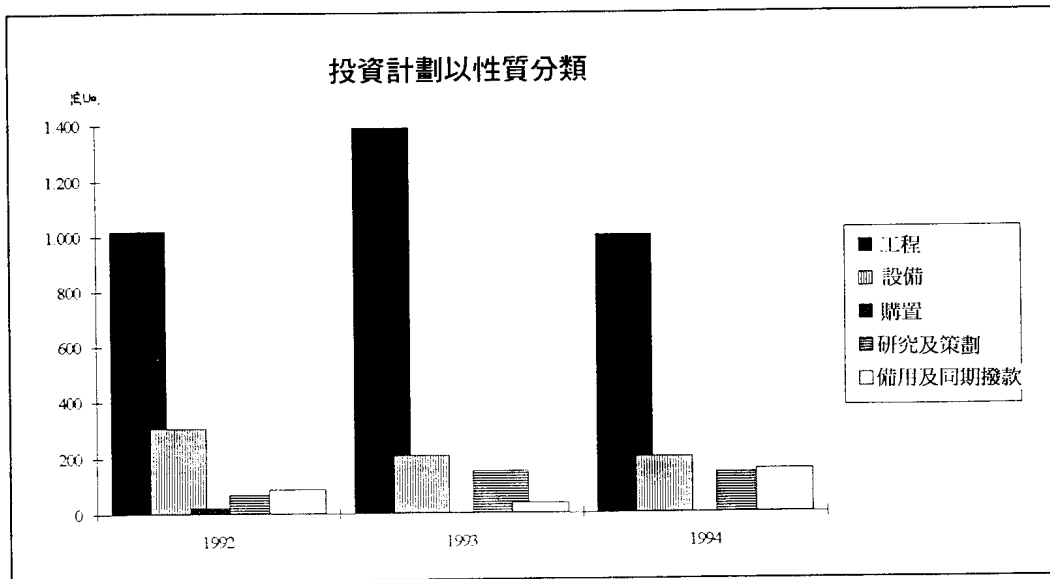
了百分之一點六，但以九二年及九一年的百分之二十點四和百分之十八點六比較尚有一段距離。

在此項內比重較大的有“澳門治安警察廳無線電網絡重整”、“醫院設備”及“改善政府船隻設備”，分別佔去二仟五百六拾萬元，一仟零四拾萬元及一仟零一拾萬元。

另一方面，“購置”一項在總投資中只佔極少部份，在九四年 PIDDA 中佔百分之零點二。在九四年中，此項目共用了二佰五拾萬元以支付由九零年起歷年的開支。

表 III  
公共投資以開支性質分類

性質	1992		1993		1994	
	金額	%	金額	%	金額	%
工程	1 017,1	67,7	1 389,9	77,8	1 000,3	66,7
	Δ %	22,1	36,7		(28,0)	
設備	305,6	20,4	206,4	11,6	198,9	13,2
	Δ %	15,4	(32,5)		(3,6)	
購置	24,1	1,6	1,9	0,1	2,5	0,2
	Δ %	(73,0)	(92,1)		31,6	
研究及策劃	68,2	4,5	151,0	8,4	144,3	9,6
	Δ %	85,8	121,4		(4,4)	
備用及同期撥款	86,7	5,8	37,1	2,1	154,0	10,3
總數	1 501,7	100,0	1 786,3	100,0	1 500,0	100,0



最後，“研究及計劃”一項中，以九四年之一億四仟四百三拾萬元與九三年之一億伍仟一佰萬元相比，有百分之四點四絕對值之減少，但其重要性在各系列之投資計劃中仍在上升，在九四年中佔撥款之百分之九點六。其中較值得注意的有“固體廢料的搬移，收集及清潔”與及“焚化爐中心運作”等之開支。

以“參與範圍”作分析，“基建”於這年度之投資中有一較大的跌幅，並由九三年的十一億八仟六佰八拾萬元跌至九四年之八億一仟一佰一拾萬元。佔總投資之百分之五十四點一。（表 IV）

在此分類內共有八十項工作，其中值得一提的工程有“澳門污水處理站”及“離島填海及基建”。

表 IV

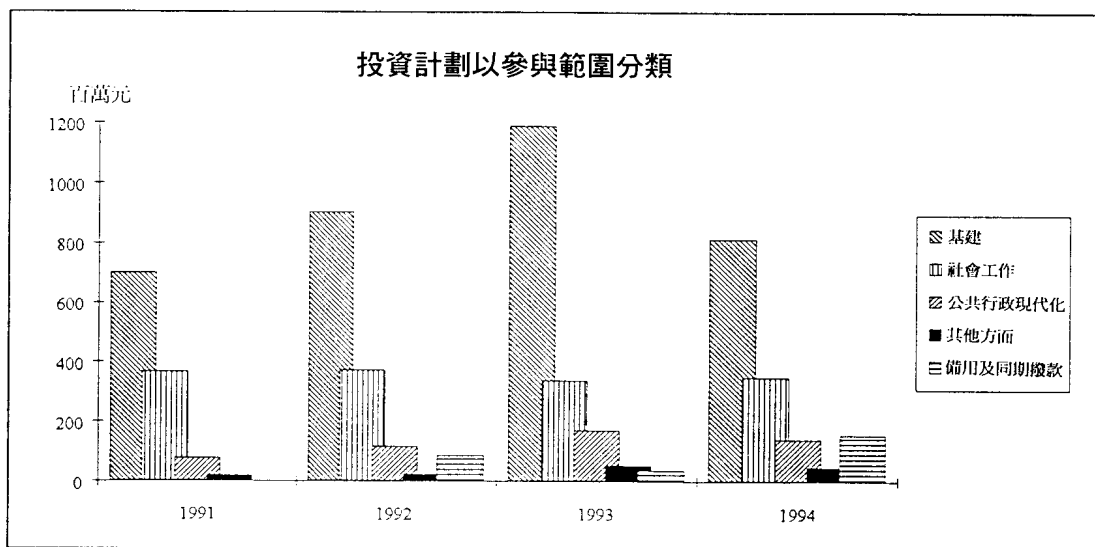
## 公共投資 - 按參與範圍分類

(百萬元)

參與範圍	1992		1993		1994	
	金額	%	金額	%	金額	%
基建	902,1	60,1	1 186,8	66,4	811,1	54,1
Δ %	28,9		31,6		(31,6)	
社會工作	371,9	24,8	336,9	18,9	347,2	23,1
Δ %	1,1		(9,4)		3,1	
公共行政現代化	117,2	7,8	170,7	9,5	141,0	9,4
Δ %	50,1		45,6		(17,3)	
其他方面	23,8	1,6	54,8	3,1	46,7	3,1
Δ %	25,9		130,2		(15,0)	
備用及同期撥款	86,8	5,7	37,1	2,1	154,0	10,3
總額	1 501,7	100,0	1 786,3	100,0	1 500,0	100,0

以比重多寡分類，“社會”方面佔第二位達九四年年終撥款的百分之二十三點一。而其無論在金額上（比上年上升百分之三點一），又或在總投資之比重方面（上升百分之四

點二），都為唯一投資撥款有增加之項目。其中較重要的工程為“離島體育中心”。



撥款予“公共行政現代化”一項方面，在九四年中有所下降，由九三年之一億七千零七拾萬元減至九四年之一億四仟一佰萬元，跌幅約為百分之十七點三。

最後，“其他方面”一項，雖然在總投資中仍能維持其比重，但在金額上仍減少約百分之十五。而包括在此項中的主要是與旅遊業有關之計劃，較特別的有“望廈體育館改善工程”。

#### VI. 2. PIDDA——一九九五年之財政執行

一九九五年之 PIDDA 的最初撥款額為十七億五千萬，佔本年度地區總預算案之估計開支總數的百分之十五點四。與九四年年初數字比較，名義跌幅為百分之三點八。

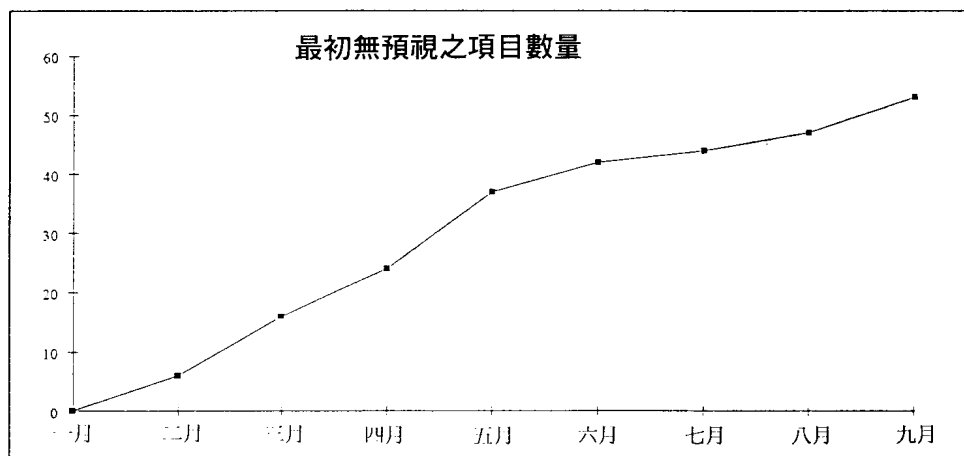
一九九五年之 PIDDA 的總撥款內的四仟四佰二拾萬元為預備撥款，另有三仟三百三拾萬元則為支付一系列由土地、工務暨運輸司負責的同期進行之計劃工程。餘下的十六億七仟二百五拾萬則分別撥往二百二十八項投資內。

將最初撥款以責任分類，可發現屬運輸及工務政務司管轄的佔約百分之六十六點五，而政務司辦公室本身負責的比重最為重要，共佔五億八仟九佰三拾萬。另外的是由土地、工務運輸司負責的五億二仟五百萬元。

本年度值得留意的大型工程及其涉及金額為如下：

(一仟元)

項目	提案部門	最初撥款	最終撥款
離島填海及基建工程	運輸及工務政務司	313 799 487,9	94 702 645,7
	土地、工務運輸司	51 716 632,0	14 962 466,3
澳門文化中心	土地、工務運輸司	159 700 000,0	57 497 492,9
澳門博物館	宣傳、旅遊及文化政務司	57 200 000,0	57 200 000,0
澳門污水處理站	運輸及工務政務司	55 000 512,1	51 233 085,1
澳門國際機場	運輸及工務政務司	29 300 000,0	67 306 964,3
固體廢料搬移、收集及清潔	運輸及工務政務司	85 700 000,0	91 700 000,0
離島體育中心	澳門體育總署	46 000 000,0	76 827 673,0
離島污水處理站	運輸及工務政務司	65 000 000,0	44 075 808,0



“離島填海及基建”及“澳門文化中心”等工程由於調整計劃進度，而沒有應用頗大部份之撥款。

在本年度首三季中新增了五十九個項目，比對年初數字共多出百分之二十五點九。

同期已入賬金額達十億三仟二百萬元（佔總計劃撥款的百分之五十九），其中四億五仟萬元（約百分之四十三點六）已然結算。

正如前述，結算總額在九月三十日時為四億五仟萬元，執行率約為百分之二十五點七。（表 V）

表 V

## 公共投資之財務執行

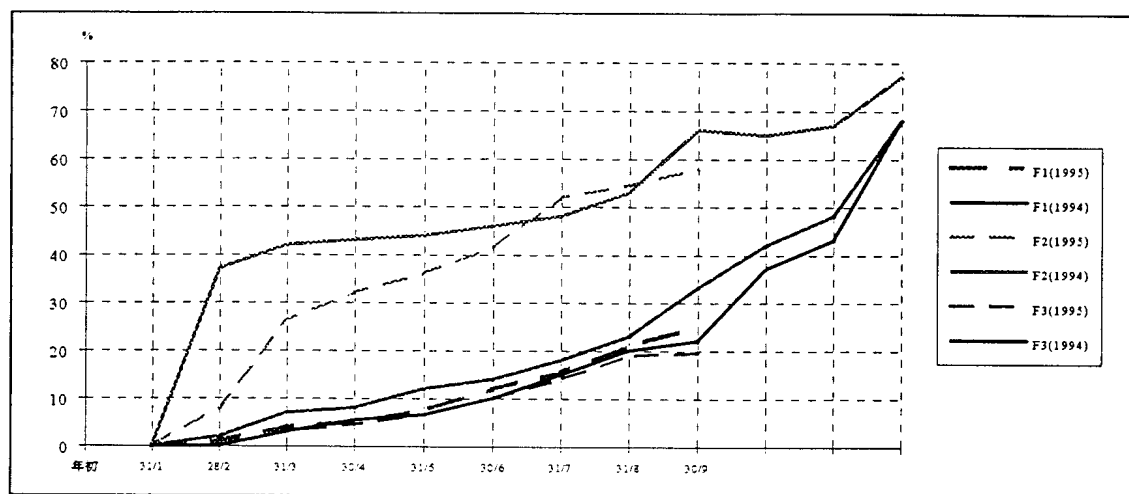
（百萬元）

項目	1994年9月30日		1995年9月30日	
	金額	%	金額	%
結算額	494,1	32,9	450,0	25,7
已入賬項目	487,4	32,5	581,9	33,3
結餘	518,5	34,6	718,0	41,0
現時撥款	1 500,0	100,0	1 750,0	100,0

與去年同期比較，本年度投資計劃的執行進度較緩慢，已入賬之金額不能低消結算額。以上年末之執行率來看，估

計九五年之 PIDDA 至年底要支付約百分之六十予一些今年執行之較大型工程，金額約十億五仟萬元。

## PIDDA 1994-1995之執行演變



F1=結算額/現時撥款 F2=(結算額+已入賬項)/現時撥款 F3=支付/現時撥款

以性質分類，雖然“工程”一項下跌了八仟四百萬元，但其仍然佔去現時計劃內撥款的百分之七十一。而此項錄得

的實際執行率約為百分之二十四點三。（表 VI 及 VII）



表 VI

## 投資計劃 - 按性質分類

(百萬元)

性質	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
工程	1 326,2	1 242,2	505,9	301,9
購置	45,7	49,2	0,0	3,7
設備	164,7	164,2	45,9	43,5
研究及策劃	135,9	147,7	30,1	100,9
小結	1 672,5	1 603,3	581,9	450,0
備用撥款	44,2	42,2	0,0	0,0
同期撥款	33,3	104,5	0,0	0,0
總數	1 750,00	1 750,0	581,9	450,0

以金額排列，“設備”排第二。執行率約百分之二十六。行率會有良好表現。  
點五，另外考慮到此項目內計劃的特性，預計其年終時之執

表 VII

## 執行率指標 - 按性質分類

性質	結構	F1	F2
工程	70,98	0,243	0,650
購置	2,81	0,074	0,074
設備	9,38	0,265	0,544
研究及策劃	8,44	0,683	0,887
小結	91,62	0,281	0,644
備用撥款	2,41	0,000	0,000
同期撥款	5,97	0,000	0,000
總數	100,00	0,257	0,590

“研究及計劃”在投資計劃中的執行率最高（百分之六十八點三），其撥款比較年初撥款增加了一仟一佰八拾萬

元。最後，佔總投資比重極小的“購置”一項，其實際執行率只有百分之七點四。

表 VIII

## 投資計劃 - 按參與範圍分類

(百萬元)

參與範圍	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
社會工作	491,	507,	241,	77,
基建	948,	817,	291,	303,
公共行政現代化	134,	152,	26,	37,
其他方面	98,	125,	22,	31,
小結	1 672,	1 603,	581,	450,
備用撥款	44,	42,	0,	0,
同期撥款	33,	104,	0,	0,
總額	1 750,	1 750,	581,	450,

以參與範圍分類，值得注意的是佔總投資百分之四十六點七之“基建”。其金額為八億一仟七佰五拾萬元，比最初數字少一億三仟一佰一拾萬元。此項的實際執行率為百分之三十七點一，比此四個項目中的平均數高出百分之九。緊隨的是佔投資總額百分之二十九之“社會”。其金額約為五億零七佰五拾萬元，而實際執行率則為百分之十五點二。（表 VIII 及 IX）

“公共行政現代化”一項佔 PIDDA 的百分之八點七，約為一億五仟二佰四拾萬元，其中一仟八佰三拾萬元是新增撥款。此項目在首三季的財政執行率，十分接近整個投資計劃之平均率。

表 IX

## 執行率指標 - 按參與範圍分類

參與範圍	結構	F1	F2
社會工作	29,00	0,152	0,627
基建	46,72	0,371	0,728
公共行政現代化	8,71	0,249	0,424
其他方面	7,19	0,247	0,429
小結	91,62	0,281	0,644
備用撥款	2,41	0,000	0,000
同期撥款	5,97	0,000	0,000
總額	100,00	0,257	0,590

最後，佔整個投資計劃比重最小的“其他方面”一項之金額為一億二仟五百九拾萬，而其在期內的執行率則約為百分之二十四點七。

“經濟服務”功能上，其包括各項與運輸、基本整頓及填海工程的計劃。此項目在九月尾時的撥款為八億二仟零二拾萬元。其實際執行率為百分之三十八點七，為各類功能中最高，同時亦較整項投資計劃的平均率高出很多。（表 X 及 XI）

現時投資計劃內約百分之四十六點九的金額是撥往“經

表 X  
投資計劃 - 按功能分類

(百萬元)

功能	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
一般服務	131,	149,	26,	35,
公共	68,	92,	54,	27,
教育	76,	87,	11,	19,
衛生	66,	67,	8,	4,
社會福利	19,	19,	1,	1,
住屋	13,	14,	8,	3,
其他服務	325,	352,	200,	40,
經濟服務	970,	820,	270,	317,
小結	1 672,	1 603,	581,	450,
備用撥款	44,	42,	0,	0,
同期撥款	33,	104,	0,	0,
總額	1 750,	1 750,	581,	450,

表 XI  
執行率指標 - 按功能分類

功能	結構	F1	F2
一般服務	8,57	0,235	0,412
公共	5,27	0,295	0,882
教育	5,01	0,225	0,360
衛生	3,84	0,069	0,188
社會福利	1,13	0,060	0,140
住屋	0,81	0,260	0,859
其他服務	20,13	0,116	0,686
經濟服務	46,87	0,387	0,717
小結	91,62	0,281	0,644
備用撥款	2,41	0,000	0,000
同期撥款	5,97	0,000	0,000
總額	100,00	0,257	0,590

“其他集體及社會服務”一項在計劃的比重中佔第二位，金額現時為三億五仟二百二十拾萬元。在財政執行上，此項所錄得的實際執行率為百分之十一點六。其已入賬的項目金達二億零七拾萬元，佔總數約百分之五十七。“一般性服務”佔一億四仟九百九拾萬元，約為 PIDDA 的百分之八點六，而其中只有百分之二十三點五得以執行。另外，“公安”、“衛生”、“住屋”、“社會福利”及“教育”分別為投資計劃總額的百分之五點三、三點八、零點八、一點一

及五。

撥款的金額高低方面，涉及超過二千萬的項目共佔去計劃總額的百分之五十五點八，即約九億七仟六佰二十拾萬元，然而在這年度中，此筆從期初已撥款之金額有百分之九點八並沒有應用。而中型工程項目（伍百萬至一仟萬間）在首三季的執行情況比較理想，實際執行率為百分之四十四點四。同時值得注意的是此一金額級別涉及款項比年初減少了一仟七佰二十拾萬元。（表 XII 及 XIII）

表 XII

## 投資計劃 - 按撥款金額分類

(百萬元)

撥款金額	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
金額 < 1百萬	35,9	52,9	15,9	14,1
1百萬 ≤ 金額 < 5百萬	189,9	216,7	70,1	60,2
5百萬 ≤ 金額 < 1千萬	152,6	135,4	38,2	60,1
1千萬 ≤ 金額 < 2千萬	211,6	222,1	82,1	65,9
2千萬 ≤ 金額	1 082,5	976,2	375,6	249,7
小結	1 672,5	1 603,3	581,9	450,0
備用撥款	44,2	42,2	0,0	0,0
同期撥款	33,3	104,5	0,0	0,0
總額	1 750,0	1 750,0	581,9	450,0

表 XIII

## 執行率指標 - 按撥款金額分類

撥款金額	結構	F1	F2
金額 < 1百萬	3,02	0,267	0,567
1百萬 ≤ 金額 < 5百萬	12,38	0,278	0,601
5百萬 ≤ 金額 < 1千萬	7,74	0,444	0,726
1千萬 ≤ 金額 < 2千萬	12,69	0,297	0,666
2千萬 ≤ 金額	55,78	0,256	0,641
小結	91,62	0,281	0,644
備用撥款	2,41	0,000	0,000
同期撥款	5,97	0,000	0,000
總額	100,00	0,257	0,590

最後，以經濟分類，值得注意的是包括總值六億一仟四百一拾萬元投資計劃的“各類建築”，約佔公共投資之百分之三十五點一。此一項目在年初時佔去投資金額內最大的比重。然而由於在年中減去其中一億零五百二拾萬元撥款，致令其相對比重有所下降。此項的財政執行率比整項投資計劃的平均值略低，約為百分之二十三點九。“道路及橋樑”一項現佔一億四仟七佰一拾萬元（比原先估計多三百四拾萬

元），約佔計劃總數的百分之八點四，其財政執行率則為百分之三十一點三。

“樓宇”一項在年中得到約一仟零二十萬元的增撥，現佔約五億零六佰六十萬元，約佔總投資的百分之二十九。然而其實際執行率卻遠低於 PIDDA 的平均值。另一方面，“機械及設備”佔約一億六仟四佰七拾萬元，而其執行率則與十二項投資計劃的平均數相若。（表 XIV 及 表 XV）

表 XIV

## 投資計劃 - 按經濟分類

(百萬元)

經濟分類	最初撥款	現時撥款	已入賬金額	已支付金額
土地	0,0	2,4	0,0	2,4
房屋	12,8	13,6	8,3	3,7
其他樓宇	496,6	506,5	167,1	101,9
街道及橋樑	143,7	147,1	92,6	46,1
港口	0,0	1,2	1,0	0,2
各類建設	719,3	614,1	234,3	147,0
土地改良	0,0	0,0	0,0	0,0
種植	0,0	0,0	0,0	0,0
運輸物品	0,0	0,0	0,0	0,0
機械及儀器	164,7	168,0	46,2	47,0
動物	0,0	0,0	0,0	0,0
其他投資	135,4	150,4	32,4	101,7
小結	1 672,5	1 603,3	581,9	450,0
備用撥款	44,2	42,2	0,0	0,0
同期撥款	33,3	104,5	0,0	0,0
總額	1 750,0	1 750,0	581,9	450,0

表 XV

## 執行率指標 - 按經濟分類

經濟分類	結構	F1	F2
土地	0,14	1,000	1,000
房屋	0,78	0,270	0,883
其他樓宇	28,95	0,201	0,531
街道及橋樑	8,41	0,313	0,943
港口	0,07	0,196	1,000
各類建設	35,09	0,239	0,621
運輸物品	0,00	0,000	0,000
機械及儀器	9,60	0,280	0,555
其他投資	8,58	0,677	0,892
小結	91,62	0,281	0,644
備用撥款	2,41	0,000	0,000
同期撥款	5,97	0,000	0,000
總額	100,00	0,257	0,590

# IMPrensa OFICIAL DE MACAU

## Publicações à venda

<b>Boletim Oficial de Macau</b> (N.ºs avulsos, ao preço de capa, desde 1960).	/Legislação subsidiária ..... \$ 20,00	gue)..... \$ 15,00
<b>Catálogo de Tipos da Imprensa Oficial de Macau</b> (ed. 1994) .. \$ 30,00	<b>Índices Alfabéticos (anuais) do «Boletim Oficial» de Macau</b> (N.ºs avulsos, ao preço de capa).	<b>Lei de Terras</b> (ed. bilingue, 1995)..... \$ 50,00
<b>Código da Estrada</b> (ed. bilingue, 1993) ..... \$ 65,00	<b>Legislação de Macau — Leis, Decretos-Leis e Portarias:</b>	<b>Licença para Estabelecimento de Garagem</b> ..... \$ 2,00
<b>Código do Procedimento Administrativo</b> (ed. bilingue, 1994) \$ 30,00	Leis (1980) ..... \$ 20,00	<b>Método de Português para uso das Escolas Chinesas</b> , por Monsenhor António André Ngan — Em volume único ..... No prelo
<b>Código Penal</b> (ed. bilingue, 1995). \$ 90,00	Decretos-Leis (1979) ..... \$ 30,00	<b>Nomenclatura Gramatical Portuguesa</b> ..... \$ 2,00
<b>Constituição da República Portuguesa</b> (Lei Constitucional n.º 1/89, de 8 de Julho — Segunda Revisão da Constituição) ..... \$ 40,00	Decretos-Leis (1980) ..... \$ 20,00	<b>Organização Judiciária de Macau</b> (2.ª edição ampliada, bilingue, 1993) ..... \$ 60,00
<b>Contrato de Concessão — Jogos de Fortuna ou Azar</b> (inclui traduções em chinês e inglês da versão oficial em língua portuguesa, de 1982) ..... \$ 15,00	Decretos-Leis (1981) ..... \$ 30,00	<b>Regime do Arrendamento Urbano</b> (ed. bilingue, 1995) ..... \$ 40,00
<b>Declaração Conjunta sobre a Questão de Macau</b> (ed. bilingue, 1995) ..... \$ 25,00	Decretos-Leis (1988) ..... \$ 70,00	<b>Regime de Férias, Faltas e Licenças</b> (ed. bilingue, 1995) ..... \$ 30,00
<b>Diário da Assembleia Legislativa — I e II Séries</b> (N.ºs avulsos, ao preço de capa, até 1989) ... \$ 25,00	Portarias (1979) ..... \$ 15,00	<b>Regime Penal das Sociedades Secretas</b> ..... \$ 3,00
<b>Dicionário de Chinês-Português:</b>	Portarias (1988) ..... \$ 60,00	<b>Regulamento dos Bairros Sociais</b> ..... \$ 2,00
Formato escolar (brochura) ... \$ 60,00	<b>1989</b>	<b>Regulamento de Disciplina Militar</b> ..... \$ 3,00
Formato «livro de bolso» ..... \$ 35,00	(3 volumes) ..... \$ 300,00	<b>Regulamento do Ensino Infantil</b> \$ 3,00
<b>Dicionário de Português-Chinês:</b>	<b>1990</b>	<b>Regulamento da Escola de Pilotagem de Macau</b> ..... \$ 2,00
Formato escolar (encadernado) \$ 150,00	(3 volumes) ..... \$ 280,00	<b>Regulamento Geral de Administração de Edifícios Promovidos em Regime de Contratos de Desenvolvimento para Habitação</b> (ed. bilingue) ..... \$ 5,00
Formato «livro de bolso» ..... \$ 50,00	<b>1991</b>	<b>Regulamento Internacional para Evitar Abalroamento no Mar</b> (1972) ..... \$ 5,00
<b>Estatuto Orgânico de Macau</b> (2.ª edição — bilingue, 1991) ..... \$ 25,00	(3 volumes) ..... \$ 250,00	<b>Regulamento de Segurança contra Incêndios</b> (ed. bilingue, 1995) ..... \$ 80,00
<b>Fachada de S. Paulo (A)</b> , por Monsenhor Manuel Teixeira ... \$ 10,00	<b>1992</b>	<b>Relações Laborais — Regime Jurídico</b> (ed. bilingue, 1994) ... \$ 15,00
<b>Imprensa Oficial de Macau — Organização e funcionamento/</b>	(Colectânea bilingue, ordenada por semestres)	
	I Semestre ..... \$ 110,00	
	II Semestre ..... \$ 180,00	
	<b>1993</b>	
	(Colectânea bilingue)	
	I Semestre ..... \$ 180,00	
	Despachos Externos (ed. bilingue) \$ 120,00	
	<b>1994</b>	
	(Colectânea bilingue)	
	II Semestre ..... \$ 450,00	
	Despachos Externos (ed. bilingue) \$ 150,00	
	<b>1995</b>	
	(Colectânea bilingue)	
	I Semestre ..... \$ 360,00	
	<b>Lei da Nacionalidade</b> (ed. bilin-	



Imprensa Oficial de Macau  
澳門政府印刷署

PREÇO DESTE NÚMERO \$ 186,00  
每份價銀一百八十六元正